

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
PETROBRAS

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARVALHO, Yvan Barretto de. *Yvan Barretto de Carvalho (depoimento, 1988)*. Rio de Janeiro, CPDOC/PETROBRAS, 2008. 137 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e PETROBRAS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

YVAN BARRETTO DE CARVALHO
(depoimento, 1988)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Margareth Guimarães Martins; Maria Ana Quaglino

levantamento de dados: Margareth Guimarães Martins; Maria Ana Quaglino

pesquisa e elaboração do roteiro: Margareth Guimarães Martins; Maria Ana Quaglino

sumário: José Luciano de Mattos Dias; Margareth Guimarães Martins

conferência da transcrição: Margareth Guimarães Martins

copidesque: Dora Rocha

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 02/05/1988 a 26/06/1988

duração: 8h 30min

fitas cassete: 09

páginas: 137

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória do setor petrolífero no Brasil: a história da Petrobrás", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás (1987-90). As entrevistas versaram sobre a fase anterior à criação da Petrobras (as agências estatais vinculadas ao setor, o refino privado e a campanha "O petróleo é nosso") e a fase de implantação e consolidação da companhia, com destaque para as diferentes áreas de atuação (refino, distribuição, geologia, perfuração e produção), as atividades de suporte (pesquisa, administração e finanças) e a atuação sindical. O projeto resultou no catálogo de entrevistas "Memória da Petrobrás: acervo de depoimentos", Rio de Janeiro: Sercom/Petrobras, 1988, 142p e no livro "A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás", de autoria de José Luciano Dias e Maria Ana Quaglino (Rio de Janeiro, FGV/Petrobrás, 1993). Este livro possui apenas trechos de algumas entrevistas e está disponível para download:

http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/54.pdf

A escolha do entrevistado se justificou pela sua trajetória como engenheiro assessor no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), diretor da Petrobrás (1967-1969), presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e diretor da Administração da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS).

Temas: Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional do Petróleo, Empresas Privadas, Empresas Públicas, Estatuto do Petróleo (1948), Francisco Mangabeira, Geologia, Golpe de 1964, Indústria Petroquímica, Ivan Barreto, Movimento Sindical, Petrobras, Petróleo, Política Energética, Sindicatos de Trabalhadores.

Sumário

1a. Entrevista: Escolaridade; origens familiares; estágio na Drilling and Exploration Co. Inc.: auxiliar de plataforma e acidentes de trabalho; os campos do CNP na Bahia: situação dos equipamentos, condições de trabalho e problemas com o recrutamento de mão-de-obra e com o equipamento de pesquisa; estudos na Universidade do Sul da Califórnia e experiência nos campos de petróleo norte-americanos; transferência para o CNP: chefe de campo; a perfuração no mar: os campos de São João(Bahia) e Maracaibo(Venezuela) e a corrosão marítima; os campos de petróleo do CNP na Bahia: condições de trabalho, compra e reposição de peças e equipamentos e orçamento; o estágio em Maracaibo; cooperação entre as empresas de petróleo: a transferência do conhecimento e da experiência de trabalho; perfuração em terra: as dunas de Parnaíba(Piauí); o processo de delimitação de um campo petrolífero: o poço pioneiro, os poços de expansão, o campo de São João; exploração e pesquisa: o trabalho dos geólogos e o método geofísico; formação do especialista em poços de petróleo; problemas na perfuração de poços; o Estatuto do Petróleo; relacionamento dos técnicos estrangeiros com os brasileiros nos campos da Bahia; o treinamento dos brasileiros no exterior; comparação entre a indústria petrolífera na Europa e nos Estados Unidos; na chefia da Seção de Perfuração do Serviço Regional da Bahia; a estrutura do Serviço Regional da Bahia; convênio do CNP com a Viação Férrea Federal Leste Brasileira (194): a usina de Cotejipe(gás); a importância da refinaria de Mataripe; estrutura de comercialização e transporte do gás e do petróleo do CNP; relacionamento entre o CNP e o Serviço Regional da Bahia; as vias de transporte dos campos baianos; os campos baianos: Pedras Água Grande e Itaparica; diferença entre perfuração e produção de petróleo; os incêndios nos campos da Bahia; técnicas de controle de incêndio: as firmas estrangeiras; prioridades na perfuração de poços; características do petróleo baiano; o transporte de petróleo dos campos para a refinaria de Mataripe; a substituição de João Carlos Barreto por Plínio Cantanhede na presidência do CNP; o general Horta Barbosa; auxiliar de engenheiro do CNP; a pesquisa de petróleo no Maranhão; descoberta de óleo em Nova Olinda(Amazonas): sua utilização política.

2a. Entrevista: A Companhia Brasileira de Sondagem; concessões para a pesquisa de petróleo; na chefia da Seção de Perfuração do Serviço Regional da Bahia(1950-1952); substituição dos técnicos estrangeiros nos serviços de perfuração e produção: o treinamento dos engenheiros; na chefia do Setor de Sondagens do Serviço Regional da Bahia(1952-1954); estrutura do Serviço Regional da Bahia sob a égide do CNP e após a criação da Petrobrás; professor da Universidade da Bahia; a criação da Petrobrás: repercussões na Bahia, transferência do acervo do CNP, salários e relações trabalhistas; na chefia do Setor de Operações da Região de Produção da Bahia(1961-1963); repercussões da Campanha do Petróleo; substituição de Arthur Levy por Janary Nunes na presidência da Petrobrás; distribuição de recursos para a produção, perfuração e refinação; o Distrito de Exploração e Perfuração do Nordeste(Petrobrás); o efeito multiplicador da indústria de petróleo; nacionalização da indústria de equipamentos para a exploração e produção de petróleo; relacionamento com o setor privado: compras e controle de qualidade; a rapidez necessária na administração de compras; a Comissão de Integração com a Indústria; a construção do terminal Madre-de-Deus; os problemas com a refinação do óleo baiano em Cubatão: características especiais do óleo; modificações administrativas na Região de Produção da Bahia; as demissões de Irnack Carvalho do Amaral e João Neiva de Figueiredo; estrutura de operação da exploração de petróleo; a crise CNP-Petrobrás e a elaboração dos programas de operação; a necessidade de capacitar o CNP para o exercício correto da fiscalização; a presença dos militares no CNP; estágio no Instituto Francês de Petróleo e visita aos campos da França e da África; a experiência europeia na exploração de petróleo; a exploração na Argélia; contatos na Itália; visitas à Alemanha, Romênia, Áustria e União Soviética; o estudo das indústrias de equipamentos para a exploração e produção de petróleo; a gestão de Geonísio Barroso na presidência da Petrobrás: politização da empresa, influência sindical e atividade nas refinarias e nos campos de petróleo; a associação dos engenheiros;

posicionamento da empresa com relação aos sindicatos; os planos de criação dos departamentos; situação dos equipamentos para a exploração e a produção; demissão de Geonísio Barroso e nomeação de Francisco Mangabeira; relacionamento com Mangabeira; demissão do cargo de superintendente da Região de Produção da Bahia na gestão de Albino Silva; a viagem aos Estados Unidos; o trabalho no Escritório de Nova York; a situação da Petrobrás no período 1963-1964: as contas externas; o movimento militar de 1964.

3a. Entrevista: Professor da Escola Politécnica da Universidade da Bahia; perfil de Irnack do Amaral; efeitos do movimento militar de 1964 na Petrobrás; o movimento sindical na empresa; o papel dos militares na Petrobrás; O Congresso Mundial do Petróleo(México, 1967): chefe da delegação; diretor da Petrobrás(1967-1969): o relacionamento com a diretoria: as firmas de perfuração e os principais assessores; o método Schlumberger de perfuração; a Associação Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana (ARPEL): chefe da terceira assembléia (1967); a exploração de petróleo no mar; a Western Geophysical S.A. e a primeira plataforma; a pesquisa de petróleo em terra; a produção de gás na Bahia; financiamento do BNDE; convênio com o estado da Bahia para a construção de estradas; a aplicação de royalties do petróleo; levantamento aeromagnetométricos na plataforma continental: a Prakla Gesellschaft für Praktische; o papel da Mannesmann na produção de tubulações; pesquisa e exploração de salgema e cloreto de potássio em Carmópolis(SE); construção do oleoduto de Carmópolis: o problema da desapropriação de terras; assistência social na Petrobrás: criação da Fundação Petrobrás de Seguridade Social(Petros); a proposta de criação do Banco Petrobrás; atuação da comunidade de informações na Petrobrás; a diversificação da Petrobrás; substituição do general Arthur Candal pelo general Waldemar Levy Cardoso na presidência da empresa; a nomeação do general Ernesto Geisel; na Escola Superior de Guerra(ESG); viagens de estudo para a compra de equipamentos(1970): Londres, Dubai, Singapura e Tóquio; a sonda tipo Mercury; o navio-sonda da classe discovery; diretor-geral do DNPM; divisão de atribuições entre o DNPM e a CPRM; relacionamento com o ministro Antônio Dias Leite; atuação no Grupo Executivo da Indústria de Mineração; alterações no Código de Minas(1967); o projeto Samarco; no grupo de trabalho encarregado de ampliar a presença da empresa privada no setor mineral(1979); participação do capital privado nacional e estrangeiro no setor mineral; o conceito de mineral estratégico; no grupo de trabalho para a implantação do II Plano Mestre Decenal de Aproveitamento dos Recursos Minerais Brasileiros; no grupo de trabalho encarregado da nova redação do Código de Minas(1981); as empresas fantasmas; na presidência da CPRM(1974-1979); relacionamento da CPRM com as empresas privadas e públicas; a perfuração em águas profundas; os recursos do DNPM e da CPRM; a segunda gestão no DNPM(1979-85); no grupo de trabalho encarregado de elaborar o Código de Mineração(1985); no Conselho Fiscal da Álcalis; na Diretoria de Administração da Petros.

1a. Entrevista: 02.05.1988.

M.Q. - Dr. Ivan, para começarmos nossa conversa, gostaríamos que o senhor nos falasse um pouquinho da sua formação técnica. Onde o senhor estudou, por que decidiu trabalhar em engenharia? O senhor é engenheiro, não é?

I.C. - Sou engenheiro.

M.Q. - E essa especialização na área de perfuração, ainda na época do CNP?

I.C. - A minha formação é de engenheiro civil, politécnico, formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia em 1944. E desde estudante, com a chegada dos técnicos americanos na Bahia, para dar prosseguimento à descoberta do petróleo de Lobato, desenvolvi a minha vontade de seguir a carreira de petroleiro. Filho de pais modestos - meu pai era telegrafista, tenho um irmão que é médico, já estava na universidade -, eu teria que tentar uma condição de poder ir também para a universidade para não sobrecarregar tanto a família. Inicialmente eu era tarefeiro dos Correios e Telégrafos, era telegrafista também, contratado, e desisti da carreira de telegrafista para abraçar a carreira de petróleo.

Nessa época perfuravam-se os primeiros poços em Lobato, na Bahia. Consegui me inscrever através da universidade, da Escola Politécnica, que na época foi solicitada pelas autoridades da área de petróleo a fornecer estudantes de engenharia dos últimos anos. Eu era o contrário, era do primeiro ano, não podia ir porque não tinha ainda a formação que eles exigiam. Mas interferimos junto à diretoria dos serviços de petróleo na Bahia, que nesse tempo estava a cargo do dr. Nero Passos, e o Nero Passos resolveu receber a turma de primeiro e segundo anos para a execução de trabalhos de topografia - não era de petróleo em si, mas de topografia. E nessa turma eu me incluí. E a primeira operação que nós tivemos foi fazer uma linha telefônica entre a usina Cinco Rios e um local onde eles estavam construindo um acampamento técnico americano, chamado João Dias, em Candeias. Fizemos essa operação em alguns dias, talvez uns dez dias mais ou menos, em seguida foi dada como terminada a nossa operação, e nós deveríamos seguir para outras áreas, prosseguindo o trabalho de topógrafo. Nessa época nós éramos estagiários, estudantes estagiários. Deveríamos em março voltar à escola. Continuamos fazendo alguns trabalhos complementares, até que no final do estágio me ofereceram um lugar para continuar trabalhando como operário.

M.Q. - Era o cargo de plataformista?

I.C. - Na época era ajudante de plataforma, não era nem plataformista. Era um cargo mais pesado. Fui convidado e aceitei imediatamente, embora conhecendo já o tipo de trabalho. E isso porque, no final das operações, eu e mais dois colegas, um deles hoje aposentado e o outro já falecido, fomos falar com o dr. Nero que nós queríamos trabalhar em petróleo. E ele nos fez ver que nós, com o cabedal que possuímos, não poderíamos ter nenhuma função condigna, como ele dizia. Mas para mim, pelo menos, qualquer função seria boa, porque eu era um simples telegrafista, contratado também. E então aceitei, e nessas condições fui colocado à disposição da equipe americana, que me transferiu para o campo de Lobato, onde nós começamos a trabalhar verdadeiramente em petróleo. E a função era de auxiliar de plataformista, uma função muito rude, porque é aquela de descarregar caminhão, ajudar a mexer lama para os poços, e qualquer

serviço pesado. Era um auxiliar de serviços pesados, um carregador, por assim dizer. Para se ter uma idéia, na minha equipe só quem sabia ler era eu.

Nessa situação nós iniciamos a nossa vida no petróleo, ainda nas equipes do Conselho Nacional do Petróleo, mas à disposição da companhia americana. Por isso eu tive que me transferir para a companhia americana, que era a Drilling and Exploration Company. Nessa companhia eu então comecei a trabalhar como auxiliar de plataformista, passei depois a plataforma, e pelo meu desempenho consegui galgar em quatro anos de atividade todas as posições de operário até sondador. Foi quando me tornei engenheiro. Formado em engenharia não podia permanecer, porque o cargo era de operário.

M.M. - Como é que o senhor conciliava os estudos com o trabalho?

I.C. - Bom, existia uma condição, que me foi imposta pelo diretor americano, Jack Lewis - chamavam de Jack Lewis - de que se eu abandonasse o estudo sairia do emprego. Porque a idéia dele era aproveitar, eles tinham como missão mandar para os Estados Unidos a cada ano pelo menos dois técnicos brasileiros. E eles já estavam aí desde 39 e não tinham conseguido ainda o número de dois técnicos por ano. Havia dois estudando lá, mas ainda não tinham conseguido mais, porque o serviço era muito rude, e ninguém aceitava, como engenheiro, ir fazer aquele trabalho de carregador. E eles acharam que eu, como estudante, poderia fazer aquela passagem toda e, uma vez formado, ter condições de ir para o estrangeiro.

Esqueci de dizer que comecei a trabalhar em 1941, em janeiro de 41. Depois desse tempo todo, já formado, eu constituí um problema na companhia, porque eu não era engenheiro de petróleo - engenheiro de petróleo é um curso especializado - e era um engenheiro civil que não tinha utilidade nenhuma, a menos que fosse colocado em atividades de engenharia civil. Por pressões, possivelmente do diretório da escola, ou do sindicato dos engenheiros, eles me retiraram da sonda. Então fiquei para realizar atividades mais compatíveis com a carreira. Recebi como missão levantar uma ponte de concreto que caiu. Nessa ponte, levei talvez um mês para conseguir levantar a placa de concreto para poder recompletar os encontros. Quando estava nisso, me tiraram e me trouxeram para a oficina, para montar a oficina da hoje Região de Produção da Bahia. Então fiquei na oficina, montando a oficina. Terminada a oficina, me botaram no cargo de recuperação de material, porque nós estávamos em plena guerra, e a dificuldade de obtenção de material estrangeiro era muito grande. Então era reparar o material antigo e distribuir dentro das oficinas da Bahia que podiam receber, ou nós mesmos fazermos essa recuperação. Utilizávamos para isto operários que tinham sido acidentados, estavam convalescentes e não podiam voltar à sonda - era já muita gente. Não era de estranhar, porque a carreira era muito difícil, muito nova, de forma que os acidentes eram comuns.

M.Q. - Que tipo de acidentes?

I.C. - Acidentes às vezes de queda da plataforma, ou queda de um peso. Não era coisa diferente não, apenas falta de prática. Para se ter uma idéia, quando os americanos chegaram na Bahia, o pessoal que eles encontraram para complementar as equipes de sondagem foi nas docas. Iam às docas e perguntavam: "Quem quer trabalhar aí? - Eu! Eu!" Então anotavam aquele grupo e mandavam para o campo. Lá é que descobriam que não sabiam ler, que nunca tinham feito coisa alguma a não ser carregar coisas. E nessa atividade assim serviam, porque eles eram os técnicos, e precisavam de alguém

que fizesse a força. E essas foram as primeiras equipes que eles conseguiram preparar na Bahia.

De forma que nessas condições, eu vinha fazendo um serviço aqui, outro ali - um desenho, ia para o desenho técnico, copiar material de equipamento mecânico ou uma peça que precisava ser reparada, fazia um desenho técnico -, até que me foi oferecido o curso, para ir para os Estados Unidos. Eu então fui para os Estados Unidos fazer o curso de engenharia de petróleo na Universidade da Califórnia, aliás, na Universidade do Sul da Califórnia, porque lá você tem a Universidade da Califórnia, que é do estado, e tem a Universidade do Sul da Califórnia, todas em Los Angeles. A preferência por essa universidade era porque existiam 13 campos de petróleo ao redor de Los Angeles, e a companhia tinha campos de petróleo ao redor de Los Angeles. Então eu poderia estudar e estagiar nos campos da companhia.

M.Q. - Isso tudo como funcionário da Drilling?

I.C. - Da Drilling, exato. Então fiz esse curso lá nos Estados Unidos, de 45 a 47, porque eles creditaram as matérias da Politécnica do Brasil, e eu apenas complementei com cursos especializados de petróleo.

M.Q. - Mas o curioso é que aqui no seu currículo diz que o senhor entrou no CNP em 44.

I.C. - Não, deve ter sido engano.

M.Q. - Então o senhor se forma em 44?

I.C. - É. Eu me formei em 44. A data de formatura é 44, mas antes de me formar, quatro anos antes eu já tinha sido operário da Drillexco¹.

M.Q. - Mas então o senhor vai nos falar um pouquinho desse período em que trabalhou aqui no Brasil. Como eram as condições de trabalho, um pouco mais profundamente, como eram os equipamentos, que parece que eram uma coisa importante naquele período? Parece que essa parte de equipamentos era muito precária, não?

I.C. - Não, não digo precária. Precária para a indústria em si, porque nós usávamos os equipamentos que eram usados no mundo inteiro.

M.Q. - Era a Drilling que trazia?

I.C. - Era a Drilling. A especificação do equipamento foi feita pela Drillexco.

M.Q. - Mas quem comprava era o CNP?

I.C. - O CNP adquiria. Mas adquiria inicialmente com aquele direito de recompra. Vinha um equipamento, ela fazia uso do equipamento, e depois de tantos anos ela poderia comprar ou não. Se não comprasse, o equipamento voltaria. Geralmente todo o equipamento foi adquirido, porque demorou-se muito com ele aqui. O equipamento era o equipamento normal de campos de petróleo no mundo inteiro, e eu diria dos melhores,

¹ Drilling and Exploration Co., Inc.

porque o campo melhor era nos Estados Unidos, e os Estados Unidos nos mandavam os melhores equipamentos. Todo o equipamento que chegou era novo, não veio nenhum material reformado, era tudo equipamento novo. E os técnicos também, vieram técnicos especializados.

A natureza do serviço na Bahia, como se podia esperar, era das mais difíceis, porque justamente a área sedimentar com possibilidades de petróleo estava no Recôncavo, na bacia do Recôncavo, e a bacia do Recôncavo toda ela tinha um solo muito rico de massapé, razão pela qual as principais usinas de açúcar se localizam nessa área. E o massapé é uma argila que racha muito durante o verão, com rachaduras profundas, de forma que quando a água da chuva chega se aprofunda também. Então você fica às vezes com um metro de lama, sem possibilidade de andar ou se locomover com veículos. E nós sofremos todas essas dificuldades, utilizando muitas vezes, para desatolar tratores ou caminhões, juntas de boi. É muito comum naquelas usinas de açúcar ao redor, então nós trazíamos juntas de boi. Às vezes não tinham cabo suficiente, nós dávamos correntes para colocar, e com isso podíamos nos mover. Isso talvez não dê para vocês sentirem, mas uma das locações que nós tivemos lá em Cinco Rios foi numa área tão difícil que... Naquele tempo nós usávamos ainda sondas de caldeiras, e antes nós tínhamos que fazer as fornalhas das caldeiras com tijolos refratários, para depois trazer as caldeiras. Para se ter uma idéia, cada carro de boi não podia levar mais que cem tijolos, porque quando o carro de boi atolava, quem desatolava éramos nós. Então não podia ter muito peso.

Nessa vida nós conseguimos trabalhar na Região de Produção da Bahia, em locais como Candeias, - hoje em trinta minutos você vai a Candeias, mas a gente saía pela manhã e não sabia quando chegava em Candeias, que ficava a 60 km.

M.Q. - Vocês ficavam lá ou voltavam à noite?

I.C. - Não, não. Nós tínhamos acampamentos. Ficávamos nos acampamentos e só voltávamos nas folgas. O trabalho era penoso, sem dúvida alguma, as dificuldades muito grandes, para se ter uma idéia, a ponto de o próprio diretório da Escola Politécnica ter suspenso a minha inscrição, porque eu estudava por conta do governo, e eles disseram que eu era muito bem pago na companhia americana e estava tomando o lugar de outros. Então cortaram a minha bolsa. Mas nessa época eu ganhava 14 cruzeiros por dia, eles não sabiam. Eu era auxiliar de plataforma, não era o engenheiro que eles esperavam, nem o auxiliar de engenheiro que eles esperavam. Mas mesmo assim não alterou muito, porque quando isso aconteceu foi já no segundo ou terceiro ano, e eu já estava com um salário melhor. E aí eu pude manter a minha permanência na escola, e terminei a minha formatura às minhas custas.

Mas então, essa é que era a dificuldade que nós tínhamos na área. Os equipamentos, bons equipamentos, mas a grande dificuldade era a reposição de partes, porque era em plena guerra. Isso foi muito bom, porque nós forçamos as oficinas da Bahia a se equiparem, e começaram a surgir as pequenas empresas aqui no Rio, sobretudo no Rio e São Paulo, para atender às necessidades. E com isso nós fomos fazendo aos poucos, recuperando o que não era comprado, ou nos chegava com muito atraso, e fazendo imitações aqui no Brasil, com grandes prejuízos, porque a turma não admitia quando nós condenávamos o material oferecido, e hoje todos eles lembram com grande alegria que se não fossem essas exigências eles não teriam as companhias que têm hoje. Porque um dos fatos mais importantes da indústria de petróleo é a multiplicação que ela produz, o efeito que ela produz numa área. Ela começa e imediatamente enriquece a área com outras dependências industriais.

M.Q. - Essa oficina tinha condições de fazer peças muito complexas?

I.C. - É. As oficinas nossas foram montadas exatamente por isso, porque não existiam oficinas ao redor, na Bahia, com capacidade para isso. E as oficinas, para se equiparem, precisavam que nós déssemos grandes encomendas. E nós não tínhamos grandes encomendas, era uma peça que quebrava, a sonda parava, nós trazíamos para reparar. E eles não tinham condições. Então nós compramos equipamentos maiores, recebemos os maiores tornos que a Bahia já recebeu, naquela época, e equipamos uma oficina que era talvez a maior do Norte. Do Sul talvez eu não pudesse dizer, porque eu não conhecia o mercado de São Paulo na época, mas do Norte era a maior.

M.M. - E a mão-de-obra?

I.C. - Bom, a mão-de-obra é um fato interessante, porque o artista, o operário, ele é capacitado, ele tem nas origens dele a capacidade das dificuldades, adquirida em equipamentos antigos. Então, quando ele pega um equipamento mais moderno, ele se desenvolve muito mais. E a nossa fonte eram as usinas de açúcar. Nós chegávamos, o indivíduo ganhava às vezes, por exemplo, dez cruzeiros por dia e recebia em vale. Pelo trabalho que ele fazia o americano oferecia quarenta por dia, em dinheiro. Imediatamente ele vinha para nós. Chegava ao ponto de nós assinarmos acordos com as usinas de não tirar ninguém, porque senão fechava a usina. Então com isso nós fizemos o nosso corpo técnico de operários, muito bom, gente muito boa, porque eles usavam de outra forma equipamentos semelhantes: usavam caldeiras, usavam motores a vapor, a mesma coisa que nós. Agora, não tinham as facilidades. Eles pegavam um material e refaziam oito, dez, quinze vezes, deformavam até o material de tanto reparo; já conosco, eles viam que no primeiro reparo o material estava inutilizado. Em outras palavras, o que eles faziam de recomposição era fácil. Então, com isso, eles subiram, e nós constituímos as chefias de grupos etc., e ainda hoje temos uns dois ou três vivos, já aposentados, mas que se lembram muito bem dessa época.

M.Q. - O senhor disse que eram utilizadas sondas com caldeiras. Como era isso? Porque nós não conhecemos muito bem a tecnologia de sondas.

I.C. - É que a máquina que dá o movimento, em vez de ser um motor a diesel, ou um motor a gasolina, ou a álcool, é um motor a vapor, em que a pressão do vapor move um êmbolo e esse êmbolo num vaivém produz um movimento rotativo através de outras articulações, e dá força às máquinas. As oficinas antigas naquele tempo trabalhavam também a vapor. Depois é que veio a era do motor de pistão, antes era a máquina a vapor. Então, essas sondas que necessitavam de grandes esforços iniciais, elas só podiam ser feitas com propulsão de vapor. Porque o vapor funcionava assim, mal comparando, como um hidramático. Você dá o vapor, a máquina não move, você dá mais, a máquina não move, dá mais, a máquina move. O automóvel, não. Você tem que acelerar para depois debrear. Se você não acelerar ele pára. E essas máquinas, para pegar grandes pesos, precisavam de um esforço inicial para pegar. Então, ou você disparava muito a máquina, como acontecia depois com as máquinas a diesel que nos apresentaram, ou então não realizava a operação, a suspensão. Então, cada sonda era equipada com quatro ou cinco caldeiras de 125 cavalos de força, e isso obrigava a construção de verdadeiras, não digo usinas, mas instalações complicadíssimas, porque a máquina a vapor necessita muito equipamento. E alimentava-se com lenha. Então, em

torno de cada estação de caldeiras dessas você tinha um verdadeiro mundo de lenha, às vezes 100, 200 m de lenha empilhada num bloco de 30m por 50m, 3m de altura. Só lenha, porque uma máquina dessa consumia, talvez, eu poderia dizer assim, uns 20 ou 30m³ por hora.

M.M. - E a madeira vinha de perto?

I.C. - Exatamente. Era madeira adquirida na redondeza. E com isso limpou-se as matas também da Bahia - uma das razões da limpeza de matas da Bahia foi lenha para a perfuração de petróleo.

Essas eram as máquinas mais possantes que nós possuíamos, e depois começaram a chegar, como última palavra da indústria, as chamadas sondas mecânicas. Aí elas já eram equipadas com motores diesel, e aí começava a complicação de embreagens e conversores. E disso se partiu para as sondas elétricas - nós não tivemos nenhuma sonda elétrica, não tínhamos condições para sonda elétrica porque o fornecimento de energia da Bahia sempre foi escasso. Antes de Paulo Afonso nós não tínhamos energia suficiente no Nordeste para ter sondas elétricas, a menos que tivéssemos a nossa usina, o que era muito mais caro. Mas a verdade é que sempre utilizamos os melhores equipamentos. E eu posso dizer isso porque depois eu me tornei engenheiro especialista, e talvez possa dizer que - não sei hoje como acontece, mas eu fui talvez o engenheiro da Petrobrás e do Conselho que mais viajou. Todo equipamento que era oferecido, na Romênia, até na Rússia, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, coisa nova, eu ia ver se prestava para trazer. De forma que eu posso dizer que nós sempre usamos, o que temos hoje na Petrobrás, a última palavra de equipamento.

M.Q. - Agora, pelo relatório do CNP que nós lemos, nessa época estavam chegando as chamadas sondas Rotary, que são aquelas que perfuram rodando, não é?

I.C. - Rodando, é. Porque tem a outra de percussão, que perfura batendo.

M.Q. - É, que era a mais antiga, não é?

I.C. - É. Eu não expliquei esse detalhe pelo seguinte, porque desde Lobato nós usávamos a sonda Rotary.

M.Q. - Ah, é?

I.C. - É. Depois é que precisamos perfurar mais profundamente, e a sonda Rotary já não tinha capacidade. Então veio uma sonda, também do Conselho, antiga, americana, mas de posse do Conselho, que era de percussão, que o operário apelidou de "pica-pau. [risos] Porque ela tinha uma cabeça que batia assim.

M.M. - Nós vimos naquela fotografia.

I.C. - É. Essa sonda algum tempo ainda trabalhou na Bahia. Quando comecei a trabalhar ela já estava fazendo operações de limpeza de poços, já não perfurava mais, apenas era utilizada para fazer limpeza porque era grande. Mas era a vapor. Era uma instalação enorme, rodas de 2m, uma correia que tinha mais de 20m de comprimento, coisa extraordinária.

E é interessante também citar que nessa época os sondadores brasileiros, que foram oferecidos aos americanos para trabalhar eram egressos do CNP, que desde 20 pesquisava petróleo. E nessa turma nós tivemos vários sondadores, que é interessante mencionar os nomes, porque foram os verdadeiros mestres de todos nós. Nessas sondas de percussão nós tivemos Antonelli, filho de italianos. Quase todos filhos de italiano. A minha turma já era uma turma de perfuração com os americanos, então nós tínhamos o João Batista Baltieri, chamado Mestre Batista, também um monstro de força e conhecimento. Na parte de produção nós tínhamos o Aníbal Fracacci. Tudo filho de italiano e nascido já no Brasil. Os pais foram sondadores antigos do DNPM, e eles seguiram basicamente o trabalho dos pais. Esses foram os primeiros técnicos que nos instruíram...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.Q. - Bom, nós estávamos falando das sondas que eram utilizadas, e o senhor falava daquela sonda de percussão. Eu gostaria de saber - esse período em que o senhor esteve lá trabalhando era o período da guerra, em que havia aquela falta de materiais para serem substituídos... Mas antes da guerra... Não, quando o senhor começou já era a guerra.

I.C. - Exato. Eu comecei em 41.

M.M. - Eu queria fazer uma pergunta quanto à mão-de-obra. Chegaram a vir pessoas de outras regiões, São Paulo, por exemplo?

I.C. - Sim, os sondadores, pelo menos, vinham de São Paulo, porque era onde o Departamento da produção Mineral tinha mais atividades. Eles perfuravam naquelas áreas de São Pedro, que deram origem inclusive... As perfurações de poços para petróleo deram origem àquelas águas de São Pedro. Não saiu petróleo mas saiu água mineral...

M.M. - Outra coisa: o senhor disse ainda há pouco que quando se formou como engenheiro não pôde permanecer no cargo por pressão do sindicato ou talvez do diretório. Era tão forte assim o sindicato na época? O sindicato ou o diretório?

I.C. - Não, o diretório da escola... Porque desde o início, quando eu aceitei o emprego de operário, já tive reação. E exatamente por essa situação foi que eles me tiraram a bolsa de estudos, porque achavam que eu como estudante de engenharia não podia fazer um trabalho de operário. E o sindicato, talvez o sindicato ou a associação dos engenheiros, é possível que a associação dos engenheiros fizesse maior pressão, por saber que eu estava executando como engenheiro um trabalho de operário. Porque já existiam também muitos engenheiros brasileiros trabalhando conosco, por parte do Conselho do Petróleo. Então essa denúncia chegou ao conhecimento, e eles preferiram me tirar da sonda e colocar numa atividade mais compatível.

M.M. - Havia engenheiros da firma americana trabalhando junto com os engenheiros do CNP? Havia essa preocupação do pessoal do CNP aprender junto com os americanos?

I.C. - Não. A companhia americana mandou para cá técnicos de petróleo. Entre esses técnicos de petróleo você tinha operários especializados e um ou dois engenheiros de petróleo. Esses dois engenheiros de petróleo assumiam a responsabilidade de superintendências. Os outros eram chefes de campo, mas eram operários especializados. Durante toda a vida só fizeram petróleo. Então eram especialistas, eram o que nós precisávamos. E talvez por esse ambiente, de ter que ser dirigido por operários, a reação brasileira era muito grande. Daí não se encontrar engenheiro que quisesse trabalhar na sondagem. E eles não poderiam cumprir aqueles contratos deles, de a cada ano mandar pelo menos dois para treinamento no estrangeiro. Porque o indivíduo só queria entrar como engenheiro, e como engenheiro ele não tinha conhecimento de nada, não queria praticar nada. E eles acharam, possivelmente, que descobriram a pólvora em me pegar como estudante, eu podia fazer todo o trabalho de operário, e depois quando me formasse, fazer a especialidade.

M.M. - O senhor foi um caso único?

I.C. - Não. Dos 18 que fizeram esse estágio eles aproveitaram parece que três na área de geofísica e três na área de sondagem, comigo. Menos de seis meses depois não tinha nenhum mais na área de geofísica, e na área de sondagem esses três eram mantidos. Mas esses três tinham características diferentes. Dois eram do último ano de engenharia, somente eu é que era do início, segundo ano já, então os dois imediatamente tornaram-se engenheiros e pegaram atividades de engenharia civil, construção de estradas, pontes etc. Mas eu não queria, só queria petróleo, então eu tinha que ficar mesmo na atividade de petróleo.

M.M. - Por que o senhor quis petróleo? Era tão duro, não é?

I.C. - É uma... Desejo, vocação. A gente olha assim e gosta da coisa: eu quero ser professor; eu quero ser médico, não é? Eu fiz a escolha para ser petroleiro. A diferença era muito pequena, porque... Família pobre, não tinha grandes facilidades, grandes comodidades...

M.Q. - Sua família era dali mesmo da região?

I.C. - Não. Morava em Salvador. Eu era do interior, e depois de 35 começamos a morar em Salvador. Fiz o colégio na Bahia e fiz a universidade também na Bahia.

M.Q. - Seu pai se mudou por causa disso?

I.C. - Não, meu pai era telegrafista, ele correu esse Brasil inteiro e levava a família toda com ele quando éramos pequenos. E eu voltei para Salvador com 15 anos. Aí fiquei até me formar. Depois de me formar trabalhei em petróleo até 63, quando deixei a Bahia.

M.Q. - Sua família é da Bahia?

I.C. - Minha família é da Bahia.

M.Q. - Vocês rodaram pelo Brasil por causa dessa função...?

I.C. - Não! Não! Ah, sim, de meu pai, não é? Função de meu pai. Fomos para o Maranhão, eu fiz o princípio do Ginásio no Maranhão, em São Luís, e em 35 ele foi transferido de volta para a Bahia. Aí veio todo o mundo para a Bahia.

M.M. - O senhor tinha quantos irmãos?

I.C. - Eu tenho um irmão.

M.M. - Um irmão que é médico?

I.C. - Que é médico. É.

M.Q. - Agora, nesse período também da guerra parece que foram montadas umas refinarias rudimentares. Antes de Mataripe montaram-se algumas refinarias. O senhor acompanhou isso?

I.C. - Exato. Isso não era propriamente... Porque eles distinguem. Não era uma refinaria, era uma *Topping*. A *Topping* é uma unidade de refino de petróleo em que você extrai o que o petróleo dá de início. E a refinaria não, ela já submete o petróleo a outros processos, que terminam dando uma coisa mais pura, mais limpa, mais especial. A *Topping* nada mais era que uma caldeira com óleo, em que botava-se fogo para esquentar e ela evaporava. Então aquilo passava por uma torre de resfriamento, e dessa torre de resfriamento saía um produto que tinha mais um cheiro assim de solvente, cheiro de borracha, e saía um outro mais grosso. Depois de sair esse, saía um outro mais grosso que era o óleo diesel. E como nós precisávamos de óleo diesel para as nossas sondas mecânicas, nós então montávamos essas unidades pequenas no campo. Aproveitava-se as caldeiras velhas, essas caldeiras de vapor, que tinham uns tubos internamente, tirava-se esses tubos, fazia-se como se fosse uma panela, e submetia-se a caldeira a calor, como se faz para aquecer a própria caldeira. E na saída da caldeira então é que saía a tubulação, fazia-se subir numa torre de esfriamento, feita também por especialistas já da área de produção, e lá adiante saía gasolina e saía óleo diesel. E o óleo grosso que sobrava, aquele resíduo, nós botávamos numa área de... Geralmente o trator abria aquilo, fazia aquele aterro enorme, e botava aquele óleo grosso ali, que endurecia com o tempo.

M.Q. - Aquilo não servia?

I.C. - Hoje, não! Hoje não existe mais isso. Hoje se aproveita tudo isso. Mas para nós não servia naquela época. Então era depositado naqueles tanques de deposição para não deixar ir para o mar.

M.Q. - E como é que se fazia com... Havia possibilidade de armazenamento para esse...

I.C. - Não, não. A gasolina era colocada em tambores e era utilizada pelos nossos carros. E o óleo diesel também era colocado em tambores, e transferido para os campos que tinham sondas...

M.Q. - Era pouca quantidade, não é?

I.C. - Era. De início era pouca quantidade. E depois então, algumas caldeiras... Depois que a refinaria começou a operar, a verdadeira refinaria, ela começou a produzir um óleo mais fino - um óleo combustível grosso, mas com o aquecimento ele se tornava mais fino -, e começou-se a usar nas caldeiras, não lenha, mas o óleo combustível. Porque depois que ele aquece a caldeira, que ela produz vapor, você mistura no mesmo maçarico vapor e óleo, então ele pulveriza e queima.

M.Q. - Eu fiquei intrigada porque vi no relatório do CNP uma espécie de tanque, feito exatamente como o senhor falou, no chão, e pensei que os derivados que eram produzidos eram colocados ali no chão.

I.C. - Não, não. Eram colocados em tanques mesmo, reservatórios não muito grandes, mas eram tanques de cem barris, duzentos barris, dependendo da produção.

M.Q. - Nesse período ainda da guerra a gente vê que apesar das dificuldades há um desenvolvimento naquela área ali. Pelo menos aqui nós temos notícias de que foram instaladas cinco estações radiotelefônicas que ligavam com a sede, não é?

I.C. - Exatamente. Nós não tínhamos aparelhos de rádio, porque não eram feitos ainda no país, e então, para ligar o campo de Candeias, que era o mais afastado, nós tínhamos que ligar à cidade de Candeias, para usar o telégrafo de Candeias - o telégrafo da estrada de ferro, porque Candeias era uma estação de estrada de ferro. E nós então preferimos unir por telefone com a usina Cinco Rios, que tinha telefone para Salvador. E foi aí que foi feita aquela primeira ligação com... Quando nós estávamos como estagiários realizamos o encaminhamento da linha telefônica. Depois então é que começaram a ser feitas no Brasil, pela Xavantes, de Recife, essas estações em VHF. Então nós montamos, em cada campo tinha uma estação. Tinha o campo de... Como é? No nosso tempo era Aratu, Candeias, Joanes, que não precisava de telefone porque estava praticamente dentro da cidade, Lobato, era área de Lobato, tinha Mata de São João, que também tinha um poço pioneiro que estava começando a trabalhar, Itaparica...

M.Q. - Que é onde o senhor foi...

I.C. - Onde eu fui... A primeira chefia nacional foi em Itaparica.

M.Q. - Nós temos notícia de que em 44 o senhor foi engenheiro assessor do campo de Itaparica.

I.C. - Exato.

M.Q. - Ainda pela Drilling.

I.C. - Exatamente. Porque quem chefiava o campo nessa época ainda era o americano Fitch. Mas depois eu... A minha substituição... Ou melhor, eu substituí o Fitch depois que voltei dos Estados Unidos. Porque até então o chefe de campo era americano. Todas as chefias eram nas mãos dos americanos. Se não me engano, ao todo eram 38 americanos. Chefiando oficina, chefiando campo de petróleo, área de produção, superintendência. Tudo era americano que chefiava.

M.Q. - Agora, gostaríamos que o senhor falasse um pouco a respeito da sua viagem aos Estados Unidos, do curso que o senhor fez lá, dos estágios...

I.C. - Pois não. Na minha viagem aos Estados Unidos, eu adquiri a experiência que sempre desejei que fosse aplicada a todos os engenheiros nas mesmas condições, coisa que nem sempre era bem vista porque, além de cada cabeça ser um mundo, cada pessoa tem um sentimento. Mas eu fui para os Estados Unidos numa situação atípica, porque na esperança de poder ir aos Estados Unidos a qualquer tempo, eu não me casei. E houve uns atrasos: "Não, nesse ano você não pode ir. Vai para o ano." Para o ano, terminei casando. Digo: "Então vou casar." Porque eu tinha que ir como solteiro. A condição era essa. E depois que a minha senhora já estava aguardando a chegada do primeiro filho, veio a ordem para eu seguir em 15 dias.

M.M. - E o senhor casou em?

I.C. - Eu casei em 45. Então fui para os Estados Unidos "solteiro". E hoje eu digo que mesmo com a falta do apoio moral que eu poderia ter com a família junto, o desenvolvimento técnico foi muito maior do que se eu tivesse levado a família. Porque eu lá era solteiro, não tinha outra responsabilidade, de forma que eu estava na universidade, às vezes vinha um telefonema, eu ia atender ao telefonema e diziam: "Olha, nós temos uma operação assim, assim, hoje à meia-noite em tal campo. Você quer ir?" Eu digo: "Quero." Então, eu voltava da escola para casa às seis horas da tarde, mudava a roupa, o sujeito me pegava às sete horas e eu ia para o campo assistir à operação, e às vezes chegava de madrugada. Às oito horas tinha aula. E eu, ávido para não perder nenhuma oportunidade de ver alguma coisa. Quer dizer, voltar de lá melhor do que eu fui, essa era a minha idéia.

Eu fiz a minha matrícula através da própria Drillexco - nós passamos a chamar a Drilling de Drillexco. Me matricularam na Universidade do Sul da Califórnia como estudante especial, porque além de ser formado e ter créditos das outras matérias, eu tinha experiência de petróleo. Entre os outros colegas, por exemplo - nós éramos 43 no curso de petróleo - havia apenas um canadense que tinha experiência. Ninguém tinha visto um campo de petróleo, apenas tinham começado a fazer engenharia de petróleo como a gente faz engenharia, sem nunca ver uma construção ou fazer parte de uma construção. E com isso me deram uma ajuda muito boa, porque da metade do curso para diante eu comecei a ser auxiliar do professor, porque já conhecia o assunto. Chegava nas aulas práticas, ele pedia: "Ivan, toma conta desse grupo aqui. Faz isso, faz aquilo." Então eu ia tomar, explicar. E fiz esse curso. Nos primeiros seis meses com grandes dificuldades, sobretudo de língua, porque a linguagem da universidade não é uma linguagem de campo, é bem diferente. E então, com isso...

M.Q. - Mas o senhor já tinha alguma noção que vinha daquele período...?

I.C. - Já. Inclusive os livros que a universidade editava, eu tinha um deles, que me tinha sido oferecido pelo dr. Geonísio Barroso, que foi um dos primeiros que voltaram, foi em 39 e já estava voltando.

M.Q. - O dr. Geonísio Barroso também foi.

I.C. - É. É um fato interessante e eu me orgulho de dizer isso, que o Barroso, quando chegou e soube que tinha um estudante de engenharia na turma, pediu para esse

estudante ser um dos operários que iam trabalhar com ele. Então, quando ele pegou a missão de fazer pesquisas para petróleo em áreas mais vulneráveis, com sondas menores, ele me retirou da equipe da Drillexco para acompanhá-lo. Porque ele sabia que eu era estudante de engenharia. De forma que quando... Nessa época ele já me supria de elementos técnicos, inclusive livros. E quando fui para lá, eu já tinha conhecimento das principais partes dos livros, porque eu já tinha lido tudo.

Para mim isso ajudou muito no início, porque eu tinha o problema da linguagem do professor. Eles me concediam a facilidade de fazer as provas em espanhol se eu quisesse, porque o professor tinha trabalhado 14 anos na Creole, na Venezuela, e falava muito bem o espanhol. Mas ele não podia falar espanhol na aula, tinha que falar inglês. Agora, como todo professor, depois da aula ele tinha duas horas - aliás, ele tinha o dobro de horas de aula - à disposição na secretaria, no gabinete dele, de modo que terminava a aula, quando eu tinha dúvida ia lá conversar com ele, e ele falava comigo em espanhol, me dizia o que era e o que não era, qual era a dúvida que eu tinha etc. E era interessante que nas minhas provas - eu sempre procurava fazer tudo em inglês - ele dava a nota e dizia: "Keep Going." [risos] Ele me encorajou muito, porque verificou a experiência que eu tinha e me ajudou muito.

Então eu fiz esse curso de engenharia de petróleo nessas condições. Terminou o meu período, ele intercedeu para eu continuar na universidade, e eu disse que não podia, que eu tinha um contrato com o governo brasileiro para voltar. Mas o sr. Brantly, J. Brantly, Jim Brantly², que era o presidente da Drillexco, que tinha dois filhos também fazendo o curso em outras universidades, o Guy e o Ned Brantly... Quando nós íamos juntos para as reuniões da sociedade de petróleo, ele nos apresentava como "Meus homens" [risos] "Meus rapazes", "My boys". Ele apresentava a mim e aos dois filhos dele. Nos demos muito bem depois. Hoje todos dois são falecidos. Mas então ele fez uma carta muito bonita, de que eu tenho cópia, em que ele pedia ao Conselho para me conceder mais um ano nos Estados Unidos, para complementar o curso. E o que muito me alegou é que ele dizia: "Porque será um dos mais completos engenheiros de petróleo do Brasil." Porque eu tinha a vantagem de já ser engenheiro e ter experiência de campo. Então me foi concedido mais um ano, e aí fiz um outro período, procurando ver as matérias que ainda faltavam da área de petróleo para fazer, para não deixar nenhuma. Mas não foi possível, porque o tempo era pouco, eram dois anos. E mesmo assim eu complementei as outras matérias, fiz um curso tido como satisfatório. O próprio O'Neill, que era o meu *advisor*, disse que nos últimos anos nenhum estrangeiro tinha feito um curso semelhante. Mas eu continuo dizendo que se eu tivesse ido com a família não faria esse curso. Eu, para não me preocupar, para que o tempo passasse, fazia de tudo, aproveitava tudo para ocupar o tempo, por causa da família que ficou aqui no Brasil.

M.M. - E eram muito grandes as diferenças de um campo na Bahia e um campo na...?

I.C. - Ah! Muito. Na Bahia nós perfurávamos naquele tempo poços de mil, mil e poucos metros de profundidade, no máximo. E lá nós estávamos trabalhando com poços de dois a três mil metros. Equipamentos maiores do que os que nós usávamos na Bahia. E a vantagem da tecnologia mais esmerada. Tudo o que você queria tinha a tempo. Pedia, no outro dia chegava. Já no término do meu período lá eu comecei a tirar férias de colegas. A companhia me perguntava: "Você poderia fazer isso? Tirar esse trabalho de um engenheiro de lamas que vai entrar de férias?" E eu pegava porque era uma realização para mim aquilo, não é...

² John Brantly.

M.M. - Engenheiro de lamas?

I.C. - É. Lama é um fluido... É uma lama mesmo, de argila, que serve de fluido para permitir a perfuração, resfriamento da coluna, movimentação de detritos etc. Engenharia de lamas é uma especialidade. Eu fiz o curso de lama também. E ele então pedia: "Você pode substituir fulano que vai entrar de férias?" Eu ia, esquecia qualquer coisa, porque era uma realização, dizer que eu estava substituindo um técnico americano na América. Eu me realizava. Depois vinha outro e dizia: "O sondador fulano não vem essa semana, e a companhia tem que contratar outro." Eu perguntava: "Eu poderia ir lá?" "Mas você vai estudar." "Não, eu dou." Então eu ia fazer o tempo, e com isso eu ganhei um conhecimento maior do que eu pensava, e consegui muitos amigos, e realizei praticamente tudo. Eu vi de tudo, não é? Tanto que na Bahia, mais adiante, quando nós começamos a tratar desses problemas, eu era superintendente, mas eu era um superintendente que fazia de tudo. Quando tinha um *blow-out* era eu que era chamado, porque eu vi *blow-out*. Um incêndio, era eu que chamavam, porque eu vi incêndios... Não haveria isso, não aconteceria isso se eu tivesse levado a família. Filho é aquele problema, a menina está com a garganta inflamada, você já não vai trabalhar, não vai à escola, essas coisas. Mas fiz esse curso, terminado voltei para o Brasil, e ao chegar ao Brasil o Conselho do Petróleo me tomou da companhia.

M.Q. - Vamos voltar um pouquinho atrás. O senhor mencionou o dr. Geonísio Barroso, disse que ele lhe deu vários livros e o requisitou da Drilling para trabalhar com ele. O dr. Geonísio estava no CNP?

I.C. - No CNP.

M.Q. - Aí o senhor ficou com ele. Então o senhor não ficou todo o tempo na Drilling?

I.C. - É. Exato. Eu fui transferido para o CNP a pedido do Geonísio, mas quando fui para o estrangeiro eu era um empregado do CNP, como é que se diz... utilizando a bolsa da Drillexco. Porque era responsabilidade dela treinar os técnicos brasileiros.

M.Q. - Ah! Entendi.

I.C. - Então eu fiquei no CNP, mas a obrigação era a Drillexco me treinar. Ela me pegou e mandou para os Estados Unidos. Quando voltei, fiz todo o possível para não pegar nenhuma chefia, porque eu sabia que ia ser chefe de alguma coisa, não é... Mas eu não queria, porque o que me chamava mais a atenção é que nós já estávamos com três técnicos nacionais, todos assumiram chefias, e nenhum tinha substituído americanos. E eu, meu sentimento maior, meu gol, era eu poder substituir um técnico americano um dia. Então, quando voltei fiquei como assistente do superintendente americano, Oran Pack, e pedi a ele para interceder para não me botarem em chefia. Já havia uma chefia pronta para mim. E então, consegui com isso... Eu virei um regra-três, não é... Quando chegava... "O Fitch teve um problema, vai ser operado nos Estados Unidos, vai para os Estados Unidos. Substitui o Fitch." Então eu ia para o campo substituir. E o campo começou a ter chefia nacional, porque aí passei a chefiar o campo.

M.Q. - E o que faziam os três outros técnicos brasileiros? Quais eram os cargos que eles tinham?

I.C. - O Geonísio tinha essas operações de perfurações de poços rasos, o dr. Luís Meira de Vasconcelos Chaves ficou na área auxiliar da superintendência de engenharia, no escritório também, planejamento, e o dr. Silvério Ortiz ficou na área de material, chefe dos almoxarifados.

M.Q. - Tudo isso na sede, não é?

I.C. - Não. Tudo isso na Bahia. A sede aqui era pequena. A Bahia é que era o monstro. Tanto que quiseram transferir a Petrobrás para a Bahia por isso, porque a Bahia era o maior centro, a maior atividade que existia. Aqui era apenas um escritório de contabilidade, presidência, essas coisas.

M.Q. - O senhor dizia que substituía o técnico americano?

I.C. - Exatamente. E com isso, terminava um, quando voltava... Eles que estavam aí há três anos sem férias, todo o mundo queria férias, não é. Então diziam: "Agora você vai para Mata de São João substituir o Macman. O Macman vai para os Estados Unidos e talvez não volte." Aí eu ia para Mata de São João, ficava lá em Mata de São João.

M.M. - Havia um engenheiro americano em cada campo?

I.C. - É. E não era engenheiro, era um operário especialista, mas era o chefe de tudo. Os engenheiros nossos que iam para lá tinham que se submeter à chefia deles. Daí a dificuldade de encontrar engenheiros que quisessem se submeter. Mas eles eram especialistas, compreendeu?

M.Q. - Era o caso desses três técnicos que estavam lá nesses cargos de materiais, não sei o quê?

I.C. - Não, esses eram na sede de Salvador.

M.Q. - Pois é.

I.C. - Esses não. Esses estavam em cargos...

M.Q. - [inaudível]

I.C. - Não, porque eles precisavam dessas chefias. Eles precisavam, no material, treinar alguém que falasse muito bem inglês, porque todo o material era estrangeiro. Então tinha o Ortiz. O Ortiz tinha feito um curso de material também nos Estados Unidos. Aí veio para cá. Só quem fez perfuração fomos eu e o Barroso. O Chaves fez produção, o Ortiz fez material. Então cada um ficou na sua... Mas eu... A parte de perfuração, eu tinha certeza de que quando eu chegasse eles iam me botar na perfuração, e botavam o Barroso numa superintendência qualquer, talvez na geral, porque era mais velho. Mas então eu conversei com o Barroso e pedi para ele não interferir, porque eu não ia ser chefe de nada.

Para vocês terem uma idéia, tive um problema que deve ser mencionado aí, para vocês verem a atividade. Como eu disse, tudo isso era uma realização para mim. E de uma feita eu tive um problema, com o nosso médico, fui lá fazer um tratamento, e o médico diz: "Olha, você precisa permanecer mais em casa." Eu digo: "O que você tem com

isso?" Eu me dava muito bem com ele e disse: "Você está igual à Amélia." Ele disse: "Mas é por causa da Amélia. Amélia está uma pilha." Eu disse: "Mas eu não estou aí?" Ele me aconselhou: "Quando você tiver que ir para o campo assim..." Porque eu ia para o campo fazer uma operação para voltar no mesmo dia, e ficava às vezes dez, quinze dias, não é ... E então ele disse: "Olha, é melhor você examinar esse negócio aí. Quando tiver que ir para o campo, leva à Amélia também." "Não posso levar a Amélia para o campo. É acampamento." "Não, mas tem necessidade, em Mata de São João fica no Hotel." "Não, não levo não. Me dá trabalho." E eu conversando uma vez, cheguei em casa para tentar apaziguar os ânimos e ela disse: "Não é nada, é que você está há 90 dias no país e 82 dias você passou fora de casa..." [risos] Então você vê como é. Para mim era uma realização. Eu estava realizado naquele negócio, não é... Todos os americanos a me elogiar, e isso e aquilo... Uma operação que fazia, o americano chegava e dizia: "Você conhece?" Eu digo: "Conheço." "Então faz, porque eu não faço." E eu ia fazer aquilo porque ele não fazia. Para mim era uma realização. Eram dois dias que tomava, ou dez dias, eu não sentia problema. Em casa, Amélia morava com meus pais, não tinha problema, não tinha perigo. Mas isso é apenas para mostrar a intensidade da atividade que eu tinha, e que para mim era uma realização. Eu não sentia diferença das coisas.

Mas com isso eu me tornei de uma utilidade muito grande, e como eu disse no início, talvez tenha sido eu o engenheiro que mais viajou. Problema de corrosão - fui para Maracaibo fazer revisão de corrosão em Maracaibo; determinadas sondas modernas que apareciam - nesse caso eu fui à Romênia, fui à Malásia, voltei aos Estados Unidos para fazer novos estágios. E começamos a idéia de perfurar no mar...

[FINAL DA FITA 1-B]

M.M. - O senhor estava dizendo que fazia muitas viagens.

I.C. - Exato. Então nessas... Chegou uma época em que nós decidimos perfurar no mar. E o único que poderia me compreender era o Geonísio ou o técnico Oran Pack, que era o superintendente-geral, de quem eu tinha sido assistente. Nessa época o superintendente de campo, de nome Woodard, tinha perdido uma vista numa operação de canhoneio de poço. Lá em Dom João, ele canhoneando um poço daqueles... canhonear era o seguinte: o poço é revestido com tubos de aço até a camada de óleo, e se desce um aparelho chamado perfurador, que eles passaram a chamar de canhão, porque o nome era *Gun perforator*, e apelidaram de canhão. Com várias culatras ao redor daquele tubo... É um tubo com várias culatras saindo assim, de balas de aço. Aquilo é colocado na altura do petróleo, e você de cima detona aquilo e fura o tubo de aço, e o óleo passa por dentro e vem para o poço - sobretudo quando você tem camadas de óleo e água e gás perto, e você só quer tirar o gás, só quer tirar o óleo, não quer tirar a água. Então, no lugar que tem o óleo você atira, e só entra o óleo. O gás fica cimentado em cima e a água fica cimentada embaixo.

E então fui designado para substituir o Woodard porque ele tinha ido para os Estados Unidos com um problema na vista. E levei nessa operação... Era uma operação... O trabalho do Woodard era o seguinte: quando o campo não resolvia o problema, chamavam o Woodard. Era o mais antigo, o mais experiente. Então eu fiquei nessa situação. Como a turma dizia, eu era o pai dos negócios: chegou o dono, ou o pai. Porque quando tinha uma operação que o campo não podia resolver, telefonavam. Então nós íamos para o campo ver o que era e tentar resolver. Na linguagem mais comum era o quebra-galho. Mas com isso vivemos mais juntos na administração, porque ficávamos mais em Salvador agora. E por que não vamos para o mar? Em Dom João, os últimos

poços nós estávamos furando quase na praia já - no mangue, lá não tem praia, era mangue. Por que não avançamos para o mar? Não temos equipamentos: Então começamos a pensar, e surgiu a idéia de fazer um equipamento. Pegar uma sonda pequena, das que o Geonísio usava no campo, transformar e botar em cima de umas estacas e perfurar o poço. Então furamos o Dom João 250, e deu petróleo, a três milhas da costa. Foi o primeiro poço que indicou petróleo no mar.

M.Q. - Três milhas?

I.C. - É. O campo de Dom João só no mar devia ter mais de duzentos poços. Desses, mais da metade hoje já estão extintos, porque isso foi nos idos de 48, 46, 47.

M.Q. - E como é que era esse... Ele era colocado em cima de estacas? E o processo para... O poço foi aberto, e depois, para transferir para a terra?

I.C. - Ah! Mas havia as balsas. A balsa vai, encosta no poço, bota a tubulação dentro da balsa, enche a balsa, fecha o poço, leva para lá, traz outra balsa...

M.Q. - E o mar permitia?

I.C. - Era dentro da baía de Dom João, a baía de Todos os Santos. Embora com temporal houvesse ondas, eram ondas de no máximo dois metros, que não prejudicavam. E nós conseguimos fazer as estacas com tubos de revestimento de poço também, colocamos, e aí fomos melhorando cada vez mais. Tínhamos uma plataforma para mudar o equipamento. Em vez de desmontar um por um, eu consegui também projetar uma plataforma usando a maré. A diferença de maré lá em Dom João chega a mais ou menos 1,20m em média, e vai até 2,40m. Então, com isso, eram duas balsas, elas vinham, entravam no poço, ficavam por baixo do equipamento. E quando a maré subia elas levantavam, tiravam o equipamento de cima das estacas, que eram ancoradas, passavam-se uns pinos grossos de aço, assim, para fazer a estrutura, e as duas balsas eram puxadas pelo rebocador para o outro poço. No outro poço, o outro poço estava aqui, elas duas entravam aqui, altas assim, e ficavam esperando. A maré descia, elas arriavam a carga em cima das estacas, tiravam-se os pinos, elas desciam, soltava-se e fazia-se outro poço. E com isso nós conseguíamos mudar uma sonda de um lugar para outro numa maré. Doze horas entre uma maré e outra, começava-se outro poço.

M.Q. - Isso, no mundo, já era uma tecnologia que estava se desenvolvendo bastante nesse período?

I.C. - Isso que nós estávamos fazendo era a repetição do primitivo que os outros fizeram. Eu me lembro que para a parte de operação de *pipeline* submarino eu fui a Maracaibo para ver, porque o número de poços produtores em Dom João já estava aumentando, e nós precisávamos botar linhas, e não balsas. Botar linhas para bombear para algum lugar, e uma plataforma maior recolher aqui e mandar para um *pipeline*. Então eu fui a Maracaibo, e eles me levaram lá em vários campos daqueles para mostrar a pujança da produção de petróleo da Venezuela, mas só mostravam coisas que nós não poderíamos realizar em menos de dez anos. Até que nós descobrimos que havia um campo antigo, lá no fundo do lago de Maracaibo, que estava sendo desativado. Era um domingo, e eu então pedi ao rapaz da lancha: "Vamos até lá ver como é isso." Ele disse: "Você não vai ver nada lá, já está abandonado." Eu digo: "Não, eu quero só ver como é

que é o campo." Cheguei lá e tirei umas vinte fotografias, e era exatamente o que nós precisávamos, porque eles fizeram nele aproveitamento de equipamentos da perfuração e da produção para colocar em outra atividade. Então nos serviu. As primeiras instalações de máquinas que nós fizemos foi uma cópia de lá da instalação de São Lourenço. É um campo abandonado no fundo do lago Maracaibo.

Depois disso, dessas instalações, nós fizemos também um estágio em Maracaibo, para corrosão marinha, porque as estacas começavam a apresentar corrosão. Fiz um estágio rápido lá, de dois meses, com a Shell, vim, apliquei em Dom João, aplicações de tintas especiais etc., e continuamos operando. Aí já pedimos sondas para isso, umas sondas maiores. As nossas estacas também aumentaram, engordaram mais. As cargas eram maiores. Começamos a furar em outras áreas, Madre de Deus, Marauí, na Bahia, em mar aberto mesmo, com mais de 15m de profundidade de água. E depois da parte de perfuração no mar, surgiu o problema da possibilidade de novas perfurações em campos abertos. Aí já estávamos quase... éramos da Petrobrás.

M.Q. - Todo esse período primeiro ainda foi sob a gestão do CNP?

I.C. - Do CNP. Os primeiros poços de Dom João ainda foram CNP. Depois é que nós passamos para a Petrobrás.

M.M. - Agora, escutando o seu depoimento, a gente percebe que nesse período inicial do CNP exigia-se das pessoas muita criatividade para resolver os problemas que se apresentavam no dia-a-dia. E os recursos acompanhavam?

I.C. - Não. Como eu disse a você, nós tínhamos oficinas capazes. As nossas oficinas eram capazes. Os operadores também, desde que você indicasse. Eram ótimos soldadores, ótimos torneiros, ótimos fresadores, mas você tinha que dizer o que queria, porque eles nunca tinham visto aquilo. E com isso nós fizemos das fraquezas forças e conseguimos superar a época da guerra sem parar. Trabalhamos como se estivéssemos operando normalmente.

M.M. - E recursos financeiros? Era fácil comprar peças ou [inaudível]?

I.C. - Não, a... Na época do contrato com a Drillexco havia facilidade, porque o equipamento ela trouxe. Quando havia necessidade, ela buscava. Mas o que não tinha era o meio de transporte para cá no tempo que se desejava. Então a gente tinha que fazer invenção.

M.Q. - Isso aí deve ser muito interessante, porque o CNP tinha uma estrutura muito rígida, não é?

I.C. - Exatamente.

M.Q. - Era um órgão que estava diretamente vinculado à Presidência da República, tinha um orçamento bastante reduzido, então talvez... [inaudível]

I.C. - E foi uma das razões da Petrobrás.

M.Q. - É. Exatamente.

I.C. - Porque ela seria daquele marasmo, daquelas brigas de orçamentos e despesas controladas, que numa operação como a de petróleo você não pode fazer isso.

M.Q. - O senhor mencionou que esse estágio que o senhor fez em Maracaibo foi através da Esso ou da Shell...

I.C. - Shell.

M.Q. - Da Shell.

I.C. - Pelo seguinte, porque na área de petróleo existe uma irmandade muito grande. A família de petróleo é uma família muito unida. Tanto assim que quando eu chegava nessas áreas, o sujeito dizia: "Vai ter isso em tal lugar. A Esso vai fazer isso, a Shell está fazendo isso, está fazendo isso." [inaudível] umas cinco ou seis. E eu ia e me apresentava: "Eu sou engenheiro brasileiro, trabalho com a Drillexco e estou em treinamento aqui. Vocês vão fazer isso, e eu gostaria de assistir. Posso assistir?" "Pode, pois não."

M.M. - Não havia segredos?

I.C. - Não. Não havia. É isso que estou dizendo, a família era muito unida. Os segredos não chegam ao campo. Os segredos são de escritórios. Quando chegam ao campo é porque já está garantido, não há perigo de vazamento.

M.Q. - É interessante...

I.C. - Os segredos que podem existir são a mistura de um determinado líquido para uma determinada operação, uma coisa dessa. Você recebe a vasilha com o líquido dentro e você não sabe o que é. Tem que manusear de luva, mas você não sabe o que é... [risos] Aí depois, com o tempo, aquilo vai virando rotina, depois o sujeito já começa a fazer parecido com aquilo, e mistura com querosene... [risos]

M.Q. - Muito interessante... Nesse período então já vai havendo esse avanço no mar. E os campos de terra? Vão se desenvolvendo também, ou vão se esgotando?

I.C. - Não. O problema nosso lá é que o Recôncavo, a bacia do Recôncavo, perdia-se também para dentro do mar, e nós só estávamos operando na parte de terra. E como começaram a ir para o mar, em todo lugar se ia para o mar... Eu mesmo, para vocês terem uma idéia, tenho oito anos nos Estados Unidos só de treinamento: tive os dois de escola, depois tive mais dois para treinamento de mar, perfurando em mar - aí já fui mais pela Petrobrás -, depois tive períodos, por exemplo, de operações em desertos - tudo por conta da Petrobrás - em áreas inóspitas como West Texas, que é pior que o Nordeste nosso, e como mais adiante vocês vão ver, fui ao deserto do Saara, para treinar transporte e logística em áreas desérticas. Porque nós tivemos aqui umas operações nas dunas de Parnaíba, no Piauí. Parnaíba tem 30km de costa, só dunas. Você voando em cima não vê nada verde, é só areia. São 30km de largura!

M.Q. - Mas isso foi depois?

I.C. - É. Isso foi muito depois, já na Petrobrás.

M.Q. - Mas não foi no período em que a Petrobrás começou a atuar no exterior não, não é?

I.C. - Não. Antes disso. Isso foi em 59... 58, 59.

M.Q. - Porque eu achei interessante o senhor atuar em áreas tão diversas e pensei inclusive que nem se encontrasse essa diversidade com tanta facilidade no Brasil. Por isso pensei que pudesse ser alguma coisa já visando expandir as atividades para o exterior...

I.C. - Sei. Não. Nós tivemos, por exemplo, nesse trabalho das dunas, aqui em Parnaíba... A razão dela é porque vários rios vêm e se perdem nas dunas e formam lagoas pequenas. Você olhando assim, a fotografia de avião parece um pedaço da lua. Aquelas crateras, em vez de crateras, são cheias d'água, porque o rio se perde dentro do areal. Então você tem que ter um transporte que seja para areia, para água, para lama. As equipes de geofísica têm o que eles chamavam [inaudível], umas rodas enormes para flutuar. Caía na água, flutuava, não afundava. E o que eu tinha para transportar era peso. Eram máquinas de 13 toneladas, 15 toneladas. Então eu tinha que ver como é que se fazia isso no deserto, como é que se fazia isso na Louisiana, por exemplo, naquelas zonas de *marsh* que eles têm lá na Louisiana. E tudo isso era eu que tinha que ir para ver.

M.M. - Lendo os relatórios, a gente vê assim: em 47 foi delimitada a exploração [inaudível] do campo de Candeias. Como é que era esse processo de delimitar um campo, como é que ele se esgota, [inaudível]?

I.C. - É. A perfuração de um poço, como eles chamam, o pioneiro, que o americano chama o "gato bravo", *wild cat* - é um *wild cat* porque você nunca sabe o que ele faz; o gato selvagem, por mais que você o domine, um dia ele dá uma dentada; então daí o nome do americano, de chamar *wild cat*. Essa linguagem de *wild cat* é muito vulgar na área de petróleo, porque o petróleo nasceu, nos Estados Unidos e no mundo inteiro, do povo pequeno. Os donos é que eram grandes, mas quem começou a perfurar foram os fazendeiros, vaqueiros etc., que procuravam água e deu óleo, essas coisas. Então você encontra em toda área de petróleo linguagem como *wild cat*, que é um poço de perfuração. Bolinete, ou molinete, é a expressão de uma roda em que passam umas cordas, e se chamava "cabeça de gato", *cat head*, porque diz que o polimento das cordas é tal que às vezes, à noite, fica refletindo assim, como se fosse olho de gato. Então chamavam *cat head*. Coisas dessa ordem.

Então, o *wild cat* é um poço que você perfura porque existem evidências geológicas que recomendam. Hoje, por evidências geológicas somente, você não perfura. Você tem que ter evidências geológicas, tem que ter evidências geofísicas, para confirmar, pelo menos isso, para poder recomendar uma perfuração. Então você perfura para conhecer a estratigrafia. Todas as rochas você registra, todos os tipos de rocha, tira as amostras para olhar, para ver que rocha é, etc. E deu petróleo! Deu petróleo, você só conhece um ponto. Você precisa de mais dois pontos para determinar um plano. Porque um ponto sozinho não indica, compreendeu? Então você tem que furar mais dois poços. Geralmente você vai para o norte ou para o sul, para leste ou para oeste, você fura geralmente em outra direção. Talvez esse norte, sul, leste, oeste não sejam tão rígidos, porque muitas vezes a estrutura geológica delineada pelos geólogos está a 45 graus, em

vez de estar a 90 graus. Então você escolhe um outro local de poço para perfurar. Continua perfurando e vai acompanhando, já viu no primeiro poço as rochas, vai sabendo quando está chegando perto do petróleo etc., para tomar cuidado, evitar erupções. E com isso, você fura e dá petróleo. Então você determina outro ponto, outra profundidade. Com dois pontos você determina uma reta, mas não determinou um plano ainda. Para isso você tem que fazer um terceiro poço. O terceiro poço você determina para ver se tem petróleo. Às vezes você perde. Não deu. Então você sabe: "Para o lado de cá não é. Então, vamos para cá." Então fura para cá. Aí deu. Então: "A que profundidade deu?" Então você tem um plano, você sabe se ele está assim, se está assim, e em função dessa posição você determina outros poços, que eles chamam poços de extensão. Você vai perfurando cada vez mais para fora, até não dar nada. Não deu nada, você pára. Vai no outro. E assim, esse é que é o desenvolvimento.

Depois de feitos esses poços - que às vezes ficam a 2km de distância um do outro -, você faz o desenvolvimento do campo, calculando através da produção, ou da maneira de produzir do poço, o raio de drenagem ideal para ele. Então você chega à conclusão de que os poços devem ficar distantes entre si 500m. Então, como você tem 2km de um poço para o outro, você pode botar mais dois poços no meio, compreendeu? Esse desenvolvimento, espaçamento de poços, é calculável. Com base no espaçamento, você diz: "Desenvolveu o campo com afastamento de poços de 500m." Um exemplo. Dom João era parece 263m, porque eram poços rasos, fracos, pequenos, de 50 barris, 60 barris. Quando o poço é muito grande, muito forte, muitas vezes ele permite espaçamentos de 1.000m um do outro.

M.Q. - Quanto mais fracos mais próximos uns dos outros para poder... [inaudível]

I.C. - É. Quanto mais fracos... E você tem que levar em conta também as condições mecânicas da rocha-reservatório: pouca porosidade, baixa permeabilidade, quer dizer, o óleo anda com mais dificuldade, então você fura poços mais perto. Agora, quando tem uma alta porosidade, alta permeabilidade, eles já podem ser mais afastados. Tudo isso entra no cálculo: elementos da rocha e elementos do fluxo da produção. Com isso se determina a área de drenagem ideal para ele.

M.Q. - O senhor havia falado dos poços do mar. Quais eram os poços mais produtivos? Os que estavam no mar ou os que estavam na terra?

I.C. - Lá em Dom João, o exemplo que nós tivemos, nos primeiros poços, foram os do mar. Se bem que o topo da estrutura estava em terra. Ela afundava para a terra e afundava para o mar. Mas afundava para o mar numa situação em que nós ainda poderíamos encontrar óleo. Porque o petróleo tem uma segregação, que eles chamam de segregação gravitacional. Vamos supor que isso sejam as camadas de [inaudível]. Vamos dizer que o óleo esteja aqui³. Geralmente o óleo está aqui, o gás está aqui em cima, e aqui embaixo é água. Então essa ponta estava em terra, lá em Dom João. Mas aqui ele descia mais ou menos assim, aqui já tinha o mar. Então admitíamos que a gente pudesse ainda furar aqui e pegar um poço com óleo. Porque esse aqui, por exemplo, tinha gás e tinha um pouquinho de óleo, mas era produtor. E os outros eram pegados, mais ou menos nessas profundidades aqui, eram melhores etc., mas nós achamos que do lado do mar também tinha poços bons. Então fizemos esse a três milhas e pegou mais ou menos nessa profundidade. Pegou a jazida de óleo.

³ Desenhando.

M.Q. - Quer dizer, não houve nesse caso nenhum estudo feito por geólogos... [inaudível]

I.C. - Ah, houve!

M.Q. - Vocês mesmos... [inaudível]

I.C. - Não. O geólogo. Estou dizendo isto porque ele nos deu a entender, pela interpretação dele, que dentro do mar tinha também óleo. Mas nós não furávamos porque não tínhamos meios.

M.Q. - Quais era os geólogos que trabalhavam lá com vocês?

I.C. - Nessa época nós tínhamos geólogos... Essa foi a primeira atividade a utilizar engenheiros brasileiros, por causa de Ouro Preto etc. Para a nossa engenharia de petróleo é que não existe universidade nenhuma com engenharia de petróleo até hoje, quem dá o curso é a Petrobrás. Então, nós tínhamos sempre um geólogo americano com um grupo de geólogos brasileiros. Esse geólogo que eu chamo aqui é geólogo de produção. Ele é quem diz, se o poço está furado aqui, que deve furar outro aqui, deve furar esse aqui, deve furar esse aqui, porque ele faz a comparação, a correlação dele e diz: "Olha, nesse aqui você deve encontrar óleo a 800m. Nesse aqui você deve encontrar a 600m." Então a gente fura, compreendeu?

M.Q. - Sempre dá certo... [riso]

I.C. - Não. Nem sempre, porque em petróleo tem o que eles dizem, tem uns ditados, de que "o petróleo está onde você o encontra". E nós da perfuração temos um que diz "acredite no que a broca mostra"... [risos] Porque o geólogo diz: "A 800m você pega petróleo." Às vezes a 400 você entra em erupção, porque não espera encontrar óleo, pega um gás ou qualquer coisa dessas. Outras vezes ele diz que está a 800, e você vai até 1.000, 2.000 e não encontra nada. Mas a correlação que ele fez, o estudo geológico dele está perfeito. Apenas a natureza não atendeu o que ele queria... [risos]

M.M. - Nessa época o senhor disse que só havia o método geológico. Hoje em dia [inaudível]...

I.C. - Não. Naquela época nós já tínhamos métodos geológicos e geofísicos. A história do petróleo, voltando muito atrás, a indicação de poços era feita até por espiritismo...

M.M. - Ah, é?

I.C. - É. Primeiro havia pessoas dotadas de certas forças especiais, paranormais, que indicavam locais de petróleo. Podia ter, podia não ter. Depois tinha o método da varinha, com que procuram água. Também utilizavam. No próprio espiritismo fazia-se isso. Mas depois que começou a se constituir num problema científico e técnico, tudo isso desapareceu. Então você tem um processo geológico, você tem um processo geofísico, às vezes você vai apelar para outros processos mais científicos, mais profundos, com equipamentos mais modernos, indicadores, e nenhum por si só é suficiente. O que se indica no trabalho geológico é a existência de uma estrutura. Mas se

essa estrutura - vamos dizer que seja isso aqui - essa estrutura, por qualquer falha... Vamos supor que houvesse uma falha aqui. O petróleo está aqui e houve essa falha, era junto, depois, quando houve o rompimento, falhou. Então você vê: às vezes você pega a parte de baixo e não pega a de cima. Às vezes pega a de cima e não pega a de baixo. Então...

M.Q. - Quer dizer, há um deslocamento dessas camadas.

I.C. - Exatamente. É um falhamento. Esse falhamento, que eles chamam falhamento, pode ser vertical, pode ser horizontal, ou pode ser vertical e horizontal. Se isso aconteceu, e a camada de óleo ficou em frente de uma camada porosa de areia, esse óleo pode ter migrado. Então, essa rocha que antigamente era reservatório, em determinados campos você não encontra óleo nela. Compreendeu? Então você precisa ter o trabalho geofísico. Hoje o trabalho geofísico tem condições até de indicar a presença ou não de óleo. Ele geralmente indica a presença de um fluido, mas esse fluido pode ser água salgada, gás ou óleo. Ou pode ser uma estrutura que nós chamamos de estrutura aberta, em que o óleo desapareceu, e você tem só água, água doce. Você vê, lá em Natal você tem o Açú, formação Açú, onde você tem água doce, água salgada, petróleo e gás. Dependendo da posição que você perfura. Quando eu estava na presidência da CPRM nós perfuramos muitos poços de água, lá na região de Moçoró, e já sabíamos onde ia dar água e onde ia dar óleo. Não óleo como dá hoje na Petrobrás, mas sinais de óleo para inutilizar o poço de água. Então a gente não furava ali, porque podia ter gotas de óleo, e amanhã a água não ser utilizada...

[FINAL DA FITA 2-A]

M.Q. - Bom, dr. Ivan: em 48, a gente encontra nos relatórios do CNP uma notícia de que não foi possível o reaparelhamento de diversas sondas, para poços já encomendados, já...

I.C. - Perfurados.

M.Q. - Perfurados. Eram reparos que deveriam ser feitos e não estava sendo possível fazer. O senhor lembra disso?

I.C. - Lembro. O problema do petróleo é o seguinte: você não tem dois poços iguais. Você não tem dois campos iguais, e no mesmo campo você não tem dois poços iguais. Cada um é um problema, e apresenta-se de uma maneira bem diferente. De forma que a experiência de um homem de petróleo, dizer que com um ano ou dois anos é um sênior de petróleo, é utopia. Tem que ter quilometragem, tem que ver muita coisa. A menos que se limite, como nos Estados Unidos, onde qualquer problema que surge você chama um especialista e diz: "O', o poço está assim." Eu tive que fazer lá estágio em certas empresas, e depois do estágio, pela experiência que eu tinha, eu trabalhava na empresa. Às vezes telefonavam, eu ia para o campo e perguntava: "O que é que caiu?" O sujeito dizia: "Não sei. Eu sei que tem um negócio aí dentro. O problema é seu." Então eu é que ia descobrir o que foi que caiu, como é que estava lá embaixo, para tirar. Outras vezes ele dizia: "Não, poço entrou em erupção aí, está com pressão." "Qual é a profundidade?" "Ah, isso é poço muito antigo. Não existe dado nenhum." "Em que profundidade estão as perfurações?" "Ah, não sei lhe dizer."

M.M. - Por quê? Não era anotado?

I.C. - Não. Porque os primeiros poços perfurados nos Estados Unidos eram perfurados com rapidez para produzir. E aqueles dados nem sempre eram guardados. Poços de trinta anos, quarenta anos, que começavam a apresentar defeitos. Às vezes eles apresentavam defeito, e quando a gente ia tirar a peça - que chama pescar -, a que estava criando dificuldade, e ela ia saindo, a gente ficava espantado: "Nunca vi aquilo! Que negócio é esse?" Então a gente botava no chão: "Olha, o que é isso... Deve ter sessenta anos esse negócio." Coisas dessa ordem. As operações lá eram feitas quase sem registro nenhum. Então, a capacidade inventiva do especialista demanda uma experiência muito demorada na área de petróleo.

Os poços da Bahia, quando eles começaram a produzir... Eles dizem que os problemas do poço começam quando a broca atravessa a mesa. Quer dizer, quando você começa a perfurar o poço, a peça que gira a broca, que fica em cima, na plataforma, é a mesa rotativa. Então se diz que o problema do poço começa quando a broca começa a atravessar. Quer dizer, você não perfurou o poço ainda, mas quando você começa a atravessar essa mesa começam os problemas. Quando o poço produz, então ele começa a apresentar uma infinidade de problemas. Problemas esses que às vezes é apresentação de água, a água começa a ser produzida com o petróleo, o gás começa a produzir com o petróleo, começa a prejudicar a produção de óleo. E tudo isso são operações de reparo para as quais você precisa contar com equipamentos. E muitas vezes, durante alguns anos aqui no Brasil, nos faltavam meios para isso, porque esses equipamentos não existiam. A gente tinha que pedir. E você pedir é para chegar daqui a seis meses ou um ano.

M.Q. - O senhor chegava a parar a produção?

I.C. - Desses poços, as vezes parávamos. Parávamos, e muito deles, depois de perfurados, quando identificávamos que eles tinham determinados problemas, e nós não tínhamos como colocá-los em produção, nós tamponávamos. Botávamos um tampão de cimento dentro dele e fechávamos, ele ficava morto ali até aparecer o equipamento. Quando o equipamento chegava, a gente furava o cimento e colocava o equipamento. De forma que esses problemas de produção, sobretudo problemas de produção, é uma infinidade que aparece. Você tem que descer umas bombas especiais quando ele não surge sozinho, e essas bombas, às vezes você tem que tirar determinada peça da bomba sem desmontar a bomba, ou tirar tudo para tirar uma pecinha lá embaixo, e aquela pecinha lá embaixo precisa ser retirada com uma ferramenta especial, você não tem aquela ferramenta, tem que inventar uma coisa para pegar. Daí a expressão de "pescaria", que o americano chama *fishing* mesmo. Você vai, sabe qual é o peixe, mas o peixe não vem. Você bota a isca que quer, mas o peixe não vem. Então precisa ter capacidade inventiva para poder ter sucesso. E por isso é que muitas vezes nós tínhamos que fechar o poço e suspender a produção, porque não tínhamos equipamento com que trabalhar.

M.Q. - Saindo um pouco dessa parte técnica, nesse período em que o senhor volta dos Estados Unidos, 47, 48, começa a discussão no Congresso - é o governo Dutra - sobre o Estatuto do Petróleo. E o senhor estava numa área em que trabalhava diretamente com americanos, não é? Como era vista esta questão do Estatuto, do Brasil reservar essa área

para os brasileiros, ou então permitir concessões... Como é que era visto isso lá, junto aos técnicos americanos e à Drilling mesmo?

I.C. - Junto aos técnicos o sentimento não era muito grande, porque eles eram técnicos, eles sabiam que se amanhã houvesse a nacionalização de qualquer coisa, tinham que contratá-los, porque nós não tínhamos técnicos suficientes para isso. A companhia mesmo, ela sentia muito pouco; já estando no Brasil trabalhando há algum tempo, ela ia ser contratada, a menos que você quisesse trazer outra companhia para competir com ela. Mas não haveria condição para isso, porque ela já estava aqui e já conhecia o ambiente todo... Tanto que quando a Petrobrás surgiu, ela continuou trabalhando com a Petrobrás. Então, dentro da companhia não se sentia. Você sentia, naturalmente, na parte política da empresa no estrangeiro, que achava que o Brasil devia ser aberto para a pesquisa estrangeira, como os outros países. E eles comprovavam, da mesma maneira que nós comprovávamos o contrário, eles comprovavam também que havia um prejuízo do país nacionalizar completamente, como fez o México, não é? Mas dentro da companhia o sentimento não prevalecia não, porque sabiam que seriam contratados da mesma forma.

M.M. - E junto aos técnicos do CNP que trabalhavam lá na Bahia? Isso repercutiu de alguma maneira?

I.C. - Junto aos técnicos... Eu creio que o sentimento era de eles terem que ser dirigidos por experientes homens que não eram formados. E naturalmente, a Petrobrás criando um serviço dela, ela iria valorizar o técnico nacional. Porque até então a chefia era americana, e os assistentes do chefe americano eram americanos. Os brasileiros trabalhavam como engenheiros auxiliares, ou geólogos auxiliares desses técnicos americanos. Na parte de produção e perfuração, já estava mais ou menos definido, porque nós estávamos tão engajados no serviço que já nos misturávamos. Eu por exemplo, era brasileiro, mas ia para o campo e só me hospedava no acampamento americano. Eles mesmos chegavam no carro, apanhavam a minha mala e levavam, porque eu vivia praticamente com eles. E isso, quando eu passei a chefiar as perfurações, passei a ser superintendente de perfurações, o acampamento americano, que chamava acampamento americano, passou a se chamar acampamento técnico. Então nós começamos a colocar engenheiros brasileiros também no acampamento técnico. E comíamos na mesma mesa e dormíamos com as mesmas facilidades. Eles quebraram aquela privacidade deles. Mas eu tinha ambiente para mostrar a eles que aquilo era assim mesmo, que tinha que se mudar e eles tinham que aceitar. Tanto que nós tínhamos um engenheiro que depois me substituiu, que eu coloquei para me substituir, o Hamilton, que era negro.

M.Q. - Aliás, esse Hamilton tem uma história que nós ouvimos, que depois ele foi nomeado superintendente e foi assassinado.

I.C. - Exatamente. O Hamilton era brilhante. Era um menino que estudou, fez todo o curso de primário, o curso de ginásio, de universidade, tudo pago pelo governo. Era um desses que quando tirava nove ficava irritado. Era brilhante. E foi para a perfuração. Um indivíduo que quando eu dei a primeira chefia a ele, ele me pediu para continuar. Ele dizia: "Eu não estou em condições de ser chefe ainda. Deixa eu terminar o meu estágio." Eu digo: "Não, nós precisamos do seu trabalho." Ele disse: "Então eu vou, mas quando terminar essa missão eu volto." Eu digo: "Está certo." Ele foi, foi o chefe do campo de

Pedras, e quando voltou de Pedras pediu para voltar para o campo, para continuar a parte de operações dele. De forma que quando eu saí da superintendência era o homem que tinha que me substituir. E foi, me substituiu, eu vim para ser diretor, e depois ele terminou assassinado. Mas o... Eu ia falar do Hamilton...

M.Q. - Porque ele era negro...

I.C. - Ah, sim! E eu sentia, quando eu o coloquei como meu assessor no campo... Porque aquele Woodard foi e não voltou. Então eu fiquei como superintendente de campo. Um americano e um brasileiro. Era eu o superintendente. Então coloquei o Hamilton como meu assistente, e eu sentia que eles aceitavam o Hamilton por minha exigência, mas não gostavam porque era negro. E eu consegui, moendo e conversando com eles e mostrando o que era o Hamilton, que não era um simples negro, era um negro brilhante etc., e eles terminaram aceitando o Hamilton. Tanto que quando eu tive que dar especialidade para o Hamilton eu não mandei o Hamilton para os Estados Unidos, porque eu sabia que ele ia sofrer. Eu mandei para a França. E ele foi para a França e fez um trabalho espetacular, ele e o Luís Pinho, que era um outro. Era um lourinho e um negro. Eu mandei os dois para fazer o curso na França, exatamente para ele não ficar sozinho, porque eu mandei certo de que não ia haver problema com ele na França, mas era um negro. E eu tinha assistido a cursos em Mailmaison, no Instituto Francês de Petróleo, e vi que era tudo louro, havia um ou outro árabe fazendo o curso. Mas ele foi, e os dois tiraram os primeiros lugares. Primeiro e segundo lugar: o Hamilton primeiro lugar e o segundo lugar o Luís. Mas eles já foram como eu fui, com uns quatro anos de experiência de petróleo.

M.N. - Tinham grande vantagem sobre os colegas...

I.C. - Exato. Então...

M.M. - Os Estados Unidos e a França estavam parelhos na técnica de petróleo?

I.C. - Eu diria que os Estados Unidos estavam mais avançados do ponto de vista prático, e a França, como a Europa, mais científica. Mas nessa atividade a prática ganha muito mais, por causa da velocidade. Você pegava um equipamento americano, um mesmo equipamento que pesasse, por exemplo, quatro toneladas, francês ou o alemão pesava 12. Coisas dessa ordem. Então o avanço era mais de ordem científica. Um técnico francês, quando vinha calcular um reservatório, uma operação de reservatório, queria entrar nos mínimos detalhes. Queria duas... como é que se diz, duas casas decimais, coisas dessa ordem, e o americano já não trabalhava com duas casas decimais. Trabalhava com uma casa decimal. Às vezes trabalhava em pés e polegadas, não queria saber de centímetros, e o europeu queria milímetros, essas coisas. Mas o avanço em equipamento, não. O equipamento dos Estados Unidos estava muito mais avançado. Mas hoje você tem o equipamento... Mesmo naquela época, a França, a Alemanha, a Romênia - sobretudo a Romênia, que teve todo o equipamento copiado, a Rússia levou e copiou, todo o equipamento russo hoje é o da Romênia - faziam a mesma coisa, poços de 2.000, 3.000m de profundidade, como os Estados Unidos faziam. Do ponto de vista da operação, e em nível técnico, eles estavam equivalentes.

M.M. - O senhor chega a esse cargo de superintendente da Seção de Perfuração da Bahia em 48 ou em 49?

I.C. - Superintendente de perfuração... Olha, não sei lhe dizer. Pelo currículo vocês vão ver que eles tinham o Serviço de Sondagem. A turma dizia que era a turma do SS... [risos] Tinha Serviço de Sondagem, depois de Serviço de Sondagem passou para S.O, Setor de Operações, e depois... O Setor de Operações pegava produção e perfuração. Depois Superintendência de Perfuração. Aí pegava perfuração em terra, mar, até o Maranhão. Depois passou a superintendente-geral: aí pegava toda a atividade da Bahia até o Maranhão; antes, quando o Maranhão ainda era independente da Bahia. De forma que essas datas eu preferia que você visse no currículo. Eu não tenho, mas está bem detalhado no currículo.

M.Q. - Em 49 foi assinado um contrato com a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro da Bahia para a utilização do gás natural de Aratu em uma usina termelétrica destinada à eletrificação de suas linhas, não é? Como era essa questão de transporte ali naquela região, e como era o transporte do gás mesmo, do gás e do óleo?

I.C. - Certo... A usina que a Companhia de Energia da Bahia queria montar para eletrificar a Leste ficava em Cotegipe, ao sul do campo de Aratu. Em linha reta mais ou menos a 4km do campo de Aratu, já estava quase na Bahia. Então, no porto de Cotegipe, tinha uma velha usina de açúcar que nós tínhamos desapropriado para fazer o porto para nós, que abastecia o campo de Aratu por mar. Em Aratu nós só tínhamos campo de gás, poços de gás, e precisávamos dar finalidade a esses poços de gás. Então eles compraram turbinas e montaram essa usina. Chamava usina de Cotegipe. Mas precisava ser abastecida de gás. Então nós fizemos uma linha de Aratu até Cotegipe, e abastecíamos a usina de açúcar, que ficou com uma parte ainda funcionando, e uma extensão que ia para a usina de Cotegipe. Hoje você tem a usina de Cotegipe, a usina de açúcar desapareceu, não tem mais isso, mas você tem a Fábrica de Cimento Aratu, que é abastecida com gás. Então era uma linha de quatro polegadas que nós fizemos do campo até lá - isso eu posso lhe dizer em detalhes porque ainda foi feito por nós - e levava o gás através dessa tubulação até uma subestação que nós tínhamos na entrada da usina, onde tínhamos nossos medidores. Lá nós tínhamos medidores também, porque a razão de você ter dois medidores assim é identificar vazamento. Quando a carga que saiu daqui chegou lá, você sabe que não tem vazamento. Se houver alguma diferença de faturamento é depois daí, já é dentro da usina. E com isso você sabe localizar onde é que tem o vazamento, porque ele é enterrado, você vai procurar com a instrumentação, identificar o vazamento e reparar. Então nós tínhamos uma subestação também lá em frente da usina, e abastecíamos a usina com gás do campo de Aratu.

M.Q. - Nesse momento, em 49, a Refinaria de Mataripe ainda não está em operação. Não existe nenhuma outra refinaria, a não ser aquelas refinarias rudimentares naquela região, não é?

I.C. - Exato.

M.Q. - E a produção ficava toda naquela... Ela atendia aquela região ali?

I.C. - A produção, praticamente, quando nós não fazíamos outra utilização, era só para essas refinarias nossas, e os poços eram preparados e fechados. Preparava-se e fechava-se, esperando a produção. Tanto assim que foi trabalho também nosso, quando programamos o embarque de petróleo para... Ou melhor, Mataripe surgiu por isso,

porque nós precisávamos garantir pelo menos 2.500 barris de produção diária para projetar uma refinaria. Então nós verificamos que a gente poderia fazer. Mataripe foi projetada inicialmente para 5.000 barris. Quando ela projetou 5.000 barris nós já estávamos produzindo 7 ou 8 mais ou menos. Então ela ampliou um pouco mais, mas nós poderíamos produzir 15.000 e só produzíamos a metade, porque não podíamos embarcar o óleo. Então aí surgiu a necessidade de se fazer Madre de Deus, para embarcar. Madre de Deus estava programada para daí a três anos. Foi aí nessa situação que eu fui a Mataripe ver as instalações, para ver como é que se fazia o embarque de óleo, uma estação para embarcar óleo, e fui encontrar lá em São Lourenço. E preparamos Madre de Deus e começamos a embarcar para Cubatão o óleo. Aí já produzíamos 15.000 nessa época. Abastecíamos Mataripe com 5 ou 7.000 e o resto embarcava para Cubatão.

M.Q. - O CNP era um órgão normativo, praticamente. Quando surgem essas atividades industriais, como é que isso era feito? Por exemplo, essa questão de vender gás para a usina termelétrica? Como é que se fazia isso, como é que se fixavam as taxas, quem é que cobrava? Havia uma estrutura formada para isso?

I.C. - É. O CNP, ele foi constituído porque o órgão que mantinha a política de petróleo no Brasil era o Departamento da Produção Mineral. Mas era um órgão de administração direta. Então criaram o Conselho e deram alguma liberdade ao Conselho, inclusive de operar. Foi uma luta muito grande entre os grandes geólogos do Brasil, porque tiraram do DNPM esse poder. Então ele passou também a operar, também a contratar. Mas como órgão de governo, quem mandava era o governo, tanto que o fornecimento de gás foi autorizado pelo governo. O governo foi quem autorizou abastecer a Leste Brasileiro.

M.Q. - Pois é. Mas como atividade industrial, montou-se alguma estrutura para esse tipo de cobrança...?

I.C. - Não. Isso tudo era feito pela Bahia. A unidade da Bahia, que era uma unidade de operação, a Região de Produção da Bahia, era quem tinha a parte contábil, a parte técnica, para faturar e recolher. Nós recebíamos apenas a legislação: "O gás deve ser fornecido assim, assim, assim. O pagamento deve ser assim, assim, assim." Nós dávamos cumprimento.

M.M. - Como é que era o contato da seção da Bahia com a sede no Rio de Janeiro?

I.C. - Aí era perfeito, porque nós tínhamos atividade vindo para cá, e tínhamos os auditores daqui indo para lá sempre. Qualquer problema que existia iam técnicos daqui para lá, do CNP. Aqui eles tinham uma área de contabilidade, tinham uma área de encomendas estrangeiras. Praticamente, na época do CNP nós não fazíamos o pedido direto da Bahia. Nós pedíamos para cá, e aqui faziam a compra no estrangeiro.

M.Q. - Aquele óleo de que o senhor falou, que era produzido antes de Mataripe, ele só servia para as caldeiras? O que era feito naquelas usinas rudimentares? Só para isso?

I.C. - Só servia para queimar nas caldeiras, porque era um óleo grosso, e nós não tínhamos outra finalidade. A Refinaria de Mataripe não usava ele. Quando ela começou a trabalhar, ela começou a mesclar parte dele com óleo bom, e foi absorvendo.

M.Q. - Quer dizer que não era usado, por exemplo, em carros?

I.C. - Não. Não podia. Ele endurecia que você empurrava o dedo assim, e ficava o buraco. Era duro mesmo. Ficava duro por causa da parafina. Depois, então, quando Mataripe começou a produzir, usava parte dele e parte do óleo bom. Craqueava e produzia gasolinas, solventes etc. E com o tempo foi indo, ela passou a produzir parafina. Então ele era ideal para parafina. Então ele começou a ser utilizado.

M.Q. - Quer dizer, na verdade não havia assim naquele momento uma sofisticação suficiente para produzir para o transporte? Vamos dizer, gasolina, essas coisas?

I.C. - Não. Porque a finalidade nossa, nós queríamos era óleo diesel e gasolina.

M.M. - E sobre essa questão dos [inaudível]? O senhor falou rapidamente que era difícil o acesso, as estradas...

I.C. - É. Os transportes da época, você tinha: transporte ferroviário. Através do transporte ferroviário você tinha Candeias, tinha Mata de São João, e até certo ponto Aratu, porque além de Aratu você podia saltar em Cotegipe e ir a pé para o campo, mais 4 km. Então podia ser feito também ferroviário. Itaparica é ilha, tinha que ser mar. Dom João, embora não seja ilha, era mar, porque não existiam condições de estrada, por causa do massapé. Toda a zona era canavial. Então, você fazer estrada em canavial, você só tinha estrada durante três, quatro meses no ano.

M.Q. - E tinha o mangue, não é?

I.C. - Não, mas o mangue não tinha problema não, que você aterrava, fazia aterro e fazia o poço dentro do mangue. O problema era o transporte principal entre os campos e a sede. Esse você tinha que fazer mesmo por mar, que por terra não dá. Depois a Petrobrás, já no tempo da Petrobrás, ela fez uma estrada de asfalto ligando Dom João a Candeias, uma estrada caríssima, porque quase toda ela em cima de massapé. E que até hoje ainda existe.

M.M. - E Pedras?

I.C. - Pedras já foi... Em que ano foi Pedras?

M.M. - Não foi 50... 53?

I.C. - É. Ainda era CNP.

M.M. - Ainda era CNP.

I.C. - É. Pedras foi um dos primeiros trabalhos também de que eu fiquei encarregado, depois que o Barroso me transferiu a chefia da atividade dele, e nós fomos perfurar Pedras. Em Pedras é que tinha uma exsudação de petróleo, que foi descoberta num pontilhão da estrada. Os geógrafos, examinando lá, descobriram que o pontilhão foi feito em cima de rocha de petróleo. Porque a rocha de petróleo antiga e abandonada, seca, sem petróleo, ela apenas fica acinzentada, assim, com uns pontinhos pretos. Mas não tem petróleo nenhum. É uma pedra. Agora, se você quebra essa pedra, às vezes

dentro tem parecendo uma goma, que é a parte do petróleo pesado. Então, um desses geólogos, Barnes, Ben Barnes, inglês, que era nosso técnico também, terminou professor de... saiu da Petrobrás e foi ser professor em Ouro Preto, ensinar geologia de petróleo, o Ben Barnes descobriu. Então, pediu um poço lá. E nós fomos furar um poço raso. Também era servido por estrada de ferro. Passava Alagoinhas e ia até Esplanada. E o campo ficava do lado de Esplanada, a uns 6 km de Esplanada. Então fizemos os poços, e no primeiro poço que nós perfuramos, pegamos petróleo, parece que a 16m. De fato confirmava a exsudação, ou melhor, a rocha portadora de petróleo lá na superfície. E quando começamos a limpar o terreno para examinar melhor a rocha, a gente via que em alguns lugares tinha umas goticulazinhas assim, saindo. A gente raspava com um canivete, parecia breu, e durante uns anos aí aquilo saía e endureceu, não é. Então fizemos alguns poços lá, e hoje Pedras já não produz, porque fizeram poços muito pequenos, poços de 20 barris, 10 barris. Esses poços rasos são muito pequenos. E hoje você tem Malombá e outros campos ao redor de Pedras.

M.M. - O senhor podia falar um pouquinho do campo de Água Grande?

I.C. - Água Grande é o campo que alguns chamam de Catu. Fica ao lado da cidade de Catu. Água Grande foi outra perfuração também indicada por geologia e geofísica, e que nós instalamos e perfuramos. Em Água Grande, depois que ele deu... O primeiro poço foi produtor, nós perfuramos o segundo poço, não deu petróleo, perfuramos o terceiro, deu petróleo, então nós verificamos que o segundo poço é que foi locado fora de lugar, mas não por erro. Você só sabe depois que perfura o outro. E então se fez lá pela primeira vez - e também foi um detalhe importante, porque nós tínhamos todos os equipamentos, mas nunca havíamos feito um poço direcional. O poço direcional é o que vão fazer aqui em Campos para matar o incêndio. Fura um poço lá, vai pegar o poço incendiado na base, injeta lama e apaga. E nós descobrimos lá que aconteceu mais ou menos isto, quer dizer, houve falhamento, e o poço caiu fora da área de petróleo. Quer dizer, nós verificamos que se nós fizéssemos uma inclinação assim, pegava a camada de óleo. Então foi feito o estudo, mas nós não tínhamos quem fizesse. E como foi uma das especialidades que eu fiz nos Estados Unidos, eu assumi a responsabilidade. O próprio Oram Pack dizia: "Eu lhe ajudo no que for necessário, mas eu nunca fiz." "Ué, mas está todo o equipamento aí, eu posso fazer." "Não, vamos fazer. É escola. Se perder perdeu, mas vamos fazer." Então eu fiz o poço e deu óleo, e o Água Grande, AG2A, é produtor até hoje. Esse poço, nesse início, foi dito que seria um campo com uma estrutura triangular, mais ou menos, e que não pegava mais do que três poços. Mas, na teimosia de geólogo, fomos mais fazer extensão, extensão hoje Água Grande deve ter uns duzentos poços, pelo menos. Na pior das hipóteses tem duzentos poços. E ficou o maior campo, maior do que o próprio Candeias. Depois de Água Grande furamos mais outros ao redor, hoje Água Grande é um campo que está em exaustão, com uma produção talvez aí uns de 30, 40.000 mil barris, e outros campos ao redor dele foram desenvolvidos e estão hoje produzindo.

[FINAL DA FITA 2-B]

M.Q. - Eu gostaria de saber, porque é uma coisa que a gente não sabe, o que é considerado um poço que tenha uma grande produção? O Brasil tem poços com uma produção comparável à daqueles da Arábia Saudita, que são ditos grandes poços?

I.C. - Certo. O poço, para ele ser produtor, ele tem não somente que ter petróleo, como responder economicamente. Se ele não se pagar, mesmo que dê petróleo ele é tamponado e abandonado como seco. Na minha época, quando nós estávamos lá na Bahia, um poço com 20 barris era seco. Era tamponado e abandonado. Poço de gás de 250.000m³, nós não tínhamos produção para ele. Com 130, 140.000m³ era seco. Então, depois que o preço do petróleo saiu de 2,10 dólares para 20, 30 dólares, todos esses poços de 20 barris foram reabertos e passaram a ser produtores. Esses de gás de 200.000 barris foram reabertos, passaram a ser produtores de gás. De forma que eles têm que responder não somente à parte física, do produto que eles dão, como também ao preço do produto que ele pode render. Um poço no mar que produza 250 barris é seco. É por isso que os poços do mar são grandes poços, produzem 3, 4, 5.000 barris, porque se ele der 250 barris... Em alguns lugares até com 500 barris ele é seco! Porque uma estrutura dessa para comportar 10 ou 12 poços, ela custa hoje de 400 a 500 milhões de dólares. Botar 10 poços produzindo 500 barris não paga. E essa produção é estimada mais ou menos, para efeito de cálculo, até no máximo 20 anos. Se você faz um cálculo do poço mais ou menos, e ele não dá essa produção, não adianta. Você não faz estrutura para ele e abandona.

Então, esses poços, é assim que se determina. Agora, se eles são produtores aqui no Brasil igual aos de fora? São. Nos Estados Unidos eu visitei uma área, em Amarillo, Texas, em que eles tinham poços de 3 barris, 5 barris, 8 barris por dia, mas produzindo num sistema fechado e automático, em que um único motor trabalhava aqui, e comandava por meio de hastes as bombas que trabalhavam neles. Era um único motor.

M.Q. - Fazia-se um círculo, com o motor no meio [inaudível] (...)

I.C. - Não. Eu botei num círculo aqui para mostrar. Ele pode não ser em círculo. Depende da posição em que estejam os poços. Mas você levava as hastes em cima de rolos para elas se movimentarem, e ficava como um polvo. Esse poço puxava para aqui, e esse levava para lá, e assim por diante. Era uma roda, um disco grande, com furos, com as hastes, então ela se movimentava e com aquilo ela ia bombeando vários poços, para tornar econômico, porque eram, 3, 5, 8 barris, e não dava para pagar. Mas no fim do dia ela produzia, vamos dizer, 100 barris, 200 barris, e dava para pagar o óleo diesel e a despesa dos poços. Eram poços antigos, com mais de trinta anos funcionando. Isso é exatamente para mostrar como você pode, dependendo do equipamento que você vai utilizar, produzir poços pequenos.

De um modo geral, na Bahia, na época em que eu estive lá, o poço maior era de 2.000 barris. Era um poço de Água Grande. E os outros, eram 1.000 barris, 1.200 barris - eram bons poços, muito bons poços -, 900 barris. Acima de 400 barris era muito bom poço. Um resultado formidável. Abaixo você teria produtores também, e como eu disse, pelo preço do óleo de 2,10 dólares, quando o poço chegava em 20 barris, 16 barris, não produzia mais, fechava porque não pagava nem o bombeador. Hoje você tem poços na bacia de Campos onde você produz parece que 7.000 barris por poço. Um só poço dá 7.000, quer dizer, uma plataforma com cinco ou seis poços desses dá 40.000 barris sozinha. Enchova, por exemplo, são, se não me engano, 28 ou 29.000 barris. Tem parece que cinco ou seis poços. Cada um produz 5.000 barris.

Nós temos então poços, que nós hoje registramos, semelhantes à maioria dos poços do mundo. Agora, não existe nada semelhante ao Oriente Médio e Norte da África. No Norte da África, na Argélia, eles têm um poço que produziu de início 72.000 barris. Aquele campo brasileiro de... No Iraque... É o Majnoon um negócio desses. O poço

brasileiro produziu lá 32.000 barris. Depois foi nacionalizado, o Iraque tomou. Nós negociamos com ele com o compromisso dele nos abastecer em qualquer condição. Por isso é que ele até hoje nos fornece petróleo e nos pagou a indenização do poço.

Mas esses poços, nós não temos encontrado no Brasil. Porque as formações de lá são formações mais tranquilas, mais longas, enquanto que as nossas, elas sofreram muitos movimentos durante as formações. Se fraturaram muito. De forma que nós temos muitos pequenos campos. Mas esses pequenos campos... A gente pode dizer, por exemplo, que na Bahia, são muitos pequenos campos; mas na bacia de Campos não são muitos pequenos campos. Embora eles estejam numa posição de fratura, porque a América do Sul, quando se afastou da África, deixou uma área de fratura, e é nessa plataforma de fratura que nós estamos encontrando petróleo. Então, às vezes você vê estruturas geológicas, assim mais ou menos: aqui é uma falha e do lado de cá não tem nada, só tem aqui. Aqui foi falhado, e esse outro pedaço você não encontra em lugar nenhum. Para onde ele foi, você não encontra. Outra hora você encontra uma estrutura desse tipo assim, que está falhada no meio - por exemplo, você tem poços de petróleo aqui, tem poços de petróleo aqui, aqui já dá água, e desse lado aqui não dá água, dá petróleo, completamente confuso. Foi o movimento, muito movimento que fraturou muito, compreendeu? No mesmo campo, na mesma estrutura, o nível de água é igual. É a mesma coisa que uma superfície, um copo d'água. O nível de água é pleno e horizontal. Então, quando você vai determinar a perfuração de um poço, se você encontrar água nesse poço aqui a 1.000m, e se o outro poço furado aqui estiver também na mesma estrutura, ele vai ter água a 1.000m. Agora, a diferença que você tem é essa altitude do poço, em relação ao nível do mar. Então, se aqui você tem 200m e aqui tem 4.000, esse poço aqui encontrou água a 4.200m. Mas esse está ao nível do mar, ele vai encontrar a 4.000. Compreendeu?

M.M. - E o poço de Candeias? [inaudível]?

I.C. - É. O maior poço de Candeias, parece que é um poço de 150 barris. São poços relativamente pequenos, de dois dígitos, no máximo três. Não me lembro de ter visto nenhum com 250 barris.

M.Q. - O senhor trabalhou no campo de Itaparica. O campo de Itaparica era mais produtor de óleo, gás?

I.C. - O campo de Itaparica é produtor de óleo e de gás. Pequeno produtor de óleo e de gás. O maior poço que nós conseguimos lá - ainda foi perfurado no meu tempo -, o C10, era um poço para 150 barris de petróleo. Nessa época Barroso estava em Candeias, e o poço que ele perfurou também era o C10. O C10 de Candeias era também um poço de 150. Me lembro bem disso, porque nós procurávamos concorrer um com o outro.... [risos] Um dizia: "Hoje eu produzi mais tanto!" O outro dizia: "Hoje eu não produzi porque choveu, não sei o quê..." Essas coisas...

M.Q. - Agora, para a gente entender bem, essa atividade tem a perfuração e o quê, depois? O que se chama de produção?

I.C. - Depois que o poço é perfurado, você completa o poço na cabeça, na saída na terra, que eles chamam "cabeça" do poço, com um conjunto de válvulas que eles chamam "árvore de Natal". E a razão de árvore de Natal, é porque parece mesmo uma árvore. Você tem o poço no nível do terreno, aqui mais ou menos, aqui tem uma válvula, aqui

tem outra válvula, ele sobe aqui e às vezes tem quatro válvulas. Esse conjunto aqui se chama árvore de Natal. Depois do poço perfurado, detonado e identificado o óleo etc., você enche ele com lama, depois coloca isso tranqüilamente na cabeça do poço, porque ele está morto, e você então injeta água e tira a lama. Quando tira a lama, às vezes ele bota a água sozinho para fora. Quando a água é muito pesada e ele é menor que a densidade da água, a pressão dele é menor do que a pressão da água, então você substituiu essa água até por óleo diesel. Injeta o óleo diesel, bota a água para fora, o óleo diesel é mais pesado... mais leve, aí ele jorra. Às vezes nem óleo diesel ele jorra, então você tira o óleo diesel e bota gás, injeta gás. Então vai, bota o óleo diesel para fora, ele começa a produzir, vai até produzir óleo. Então você pára o gás e deixa ele produzindo. Quando ele não consegue nada disso, então você faz uma limpeza, que eles chamam de pistoneio, que é uma ferramenta parecendo um êmbolo que você desce, chega lá embaixo ele se fecha, então você vem puxando, fazendo da tubulação o cilindro. Aí puxa! Suga! E com isso você provoca a entrada de óleo na rocha para ele, forma canais, aí ele se enche de petróleo. Você só tira de bomba. Aí tem que botar uma bomba lá embaixo, aquelas bombas parecendo umas formiguinhas, e então a bomba é que bota o óleo para fora. Essa fase é que eles chamam produção. Daí em diante é outra equipe quem toma conta. É outro especialista quem toma conta.

M.Q. - Para a produção?

I.C. - É.

M.Q. - E o perfurador?

I.C. - Vai embora. Não faz mais nada nesse poço. Vai furar outro poço. Porque são duas modalidades. O homem de produção, ele tem a noção de reservatório. Ele sabe quando o defeito é do poço, quando o defeito é do reservatório, quando ele tem que mudar certos equipamentos do poço. Essa especialidade é dele. Então, ele é que vem. Agora, quando ele tem que fazer uma operação mais séria que implique necessidade de entrar no poço ou qualquer coisa, então chama a equipe de perfuração, a equipe vem, coloca os equipamentos dela, maiores, mais possantes, mais resistentes, e lá em cima fura o poço. Limpa o poço, faz o que eles querem, canhoneia novamente, faz injeção de nitrogênio, faz o que eles pedirem. Então eles têm uma equipe de sondagem mais especializada. As sondas são menores, porque os tubos com que eles vão trabalhar são tubos menores também, não têm grandes pesos, e a equipe, embora seja de um sondador e três auxiliares, só trabalha em petróleo. É a turma que tem mais cuidado, sente mais a presença de gás, a presença de óleo, o cuidado que se tem que ter com isso. E geralmente os incêndios surgem com eles. Um descuido, qualquer coisa, pega incêndio. Porque eles estão trabalhando lá dentro com pólvora, com óleo e gás. Então tem que ter muito cuidado.

M.M. - Foram muitos os incêndios nesse período do CNP?

I.C. - Não. Relativamente nós tínhamos muita sorte. No meu tempo na Bahia nós tivemos um incêndio em Água Grande, e essa foi a primeira vez que o *Red Adair* esteve aqui. Já veio o *Red Adair*. Hoje não, hoje veio o pessoal dele. O *Red Adair* hoje, se não morreu, deve estar com 80 e poucos anos já. Ele já não era criança quando veio para cá. Nós apagamos com o *Red Adair*. Teve o de Dom João, que ele veio para cá também. O de Dom João nós apagamos juntos. E teve o de Mapele, e esse Mapele quem apagou já

fui eu e a equipe nossa. Que eu me lembre foram esses três. Agora, erupção, nós tivemos várias erupções de gás, mas todas elas nós conseguimos controlar. Não chegou a incendiar.

M.M. - Havia um treinamento especial para controlar incêndios?

I.C. - Não, treinamento não. Não existe. Você não tem dois casos iguais. Eu me lembro que em Água Grande, quando nós chegamos lá, o Corpo de Bombeiros já estava lá no campo. E o meu trabalho foi tirar os bombeiros de lá da área. Porque eles estavam com uma coragem de fogo, estavam indo na área. Eu disse: "Não fica ninguém aí! Sai tudo daí! Pode explodir de uma hora para outra! Não fica ninguém!" Eles não tinham idéia do assunto. Lá nós tivemos, na Bahia, de dar curso para o pessoal dos bombeiros. O próprio comandante foi lá depois do incêndio pedir se nós podíamos fazer cursos. Então vinham os oficiais deles, e nós fazíamos treinamento com eles mostrando. Quando nós dissemos que a maior ferramenta para apagar incêndio de um poço em terra é um trator, um bom trator, eles ficaram espantados. Nós tivemos que mostrar porque era o trator. Mas não houve casos sinistros assim, grandes. Só esse de Água Grande, em que morreu um engenheiro nosso. Queimou muita gente. Mas a única perda de vida em incêndio foi essa. O de Dom João foi no mar também, incendiou no mar, igual ao daqui⁴. Mas o de lá derrubou a torre etc., nós conseguimos limpar um pouco a área - o que eles vão fazer agora aqui -, e injetamos água com alta velocidade pela cabeça do poço e matamos o poço. E Mapele não. Mapele foi um furo direcional. Fizemos um furo direcional, pegamos o poço incendiado e apagamos. Mapele [inaudível]

M.Q. - É esse processo que eles estão querendo usar?

I.C. - É. Mas Mapele não. Mapele durou 15 meses queimando.

M.M. - Quinze meses! Pegando fogo?

I.C. - Porque nessa época nós pedíamos determinada broca... iam 12 brocas. Vinham de avião... Era dos Estados Unidos, nessa época. Então eles embarcavam duas de avião e botavam dez para vir no navio. Essas duas eu usava durante seis, sete horas de atividade, e acabava a broca. Então, tinha que inventar outra coisa, outra maneira. Outra broca só durava uma hora. E dessa brincadeira foi passando o tempo e queimando. Até que nós atingimos o local que tínhamos que atingir e injetamos e matamos o poço, e apagou.

M.M. - E o poço queimado não pode mais ser usado?

I.C. - Não. Esse de Mapele, ele tinha uma cratera na superfície que tinha 20m de profundidade. Todo o equipamento desapareceu na cratera, e ele não tinha nada para se aproveitar nele. Se tivesse que aproveitar, a gente aproveitava o outro que foi perfurado. Mas depois de terminada a perfuração, nós verificamos e resolvemos abandonar porque já havia outros poços em perfuração, ele tinha sido muito danificado, e a jazida já estava quase esgotada.

M.Q. - Não ficava ninguém na plataforma, na estrutura, lá no mar?

⁴ Refere-se a Enchova (Campos - RJ)

I.C. - Não. No do incêndio?

M.Q. - É. Ele desapareceu, não é?

I.C. - Não. Não. Mapele não era no mar. Mapele era em terra. Mapele era numa ponta. Numa península. E o problema de Mapele era não apagar o fogo, era que a estrada de ferro, a única estrada de ferro, a Leste Brasileiro, passava a uns 200m do poço.

M.Q. - Poderia explodir?

I.C. - Lógico. E era zona de residências, de fogão aceso, essas coisas todas. Então eu preferi deixar o poço queimando, porque só queimando não tem perigo nenhum. A chama já está queimando o que sai. E tentamos apagar. Depois que apagamos, hoje está lá, uma cratera cercada, cheia d'água, parecendo uma lagoa. E nós cercamos por causa de gado, que era uma fazenda, para o gado não cair lá.

M.Q. - Até hoje são firmas estrangeiras que fazem esse trabalho de... Vocês apagaram, não é?

I.C. - Certo.

M.M. - Mas de vez em quando a gente ouve essa coisa de acidente, e sempre o que aparece são firmas estrangeiras.

I.C. - É. Porque no mundo inteiro não existe treinamento para incêndio. Existem uma ou duas firmas estrangeiras em todo mundo, especialistas. Só fazem isto. Então, antes de você aventurar a perda de um bom técnico, é preferível chamar uma firma. Se morrer é dela. Embora você vá pagar alto. Mas o que você paga sempre é mais barato do que perder poço. Então, esses homens são especialistas, eles sabem como apagar, eles sabem como é que faz. Por exemplo, eu assisti lá com o *Red Adair*, ele tirar um parafuso de uma válvula com dinamite sem ferir a válvula. Quer dizer, precisa especialidade, precisa ter o risco disto. Porque o *Red Adair*? O *Red Adair* durante a guerra era dinamitador. O trabalho dele era botar carga para explodir coisas, naqueles comandos. Então, ele sabe onde colocar, a quantidade... É outro segredo: que quantidade você coloca para determinado movimento. Eu estive com ele lá umas duas ou três vezes, acompanhei alguns incêndios lá, e acho que não é para você treinar ninguém, não. Porque tem que ver muitos incêndios para ter especialidade. Porque cada um é de uma maneira, não é?

M.M. - Os relatórios do CNP da década de 40 e de 50 dizem assim: "Este ano resolvemos dar prioridade a poços pioneiros." Em outros anos a gente vê assim: "Preferimos trabalhar em áreas novas, ou em áreas onde já se tenha mais ou menos certeza..." Como era definida essa política?

I.C. - Bom, de início era definida porque nós não tínhamos consumo do óleo. Então, se era para furar onde a gente sabia que tinha petróleo, a gente preferia perfurar nos pioneiros, procurando novos campos, para um futuro ter mais óleo, não é? E de outras vezes eram recursos. Não vinha recurso suficiente, então a gente terminava... Como o pioneiro é um poço caro, então não vamos fazer pioneiro, vamos fazer desenvolvimento. Furar onde a gente sabe que vai dar petróleo. E chegamos embora tenhamos superado as dificuldades de peças, chegamos uma vez a ter mais de 50% das

nossas sondas paradas, porque nós tínhamos sondas de vários fabricantes. Aquelas que eram irmãs a gente conseguia manter, mas daí a pouco quebrava uma e não tinha peça. Então, essa era infeliz, passava a ser canibalizada, como a gente diz. A gente ia tirando peças dela. Daí a pouco só tinha o carangaço, para poder trabalhar outra. Daqui a pouco quebrava outra igual... E nessa brincadeira, não vinha peça de reposição, porque nós não podíamos produzir, às vezes eram rolamentos, e nós não tínhamos fábricas de rolamentos no país naquela época, e você não tinha jeito de fazer. Às vezes você descobria que esse rolamento é igual ao rolamento do eixo do trator: "Vê se tem rolamento para trator aí?" Mandava na Caterpillar. Na Caterpillar diziam: "Mas você não tem esse trator?" Eu dizia: "Sim, mas você tem o rolamento? Eu quero esse rolamento." "Mas para que é?" "É para um trator." "Mas você não tem esse trator no Brasil?" "Me dá o rolamento." A gente levava, montava o rolamento, às vezes o rolamento era pequeno, precisava outro rolamento. Comprava dois rolamentos para dividir a carga. Enfim, fazia-se o que era possível! Mas em certos pontos não dava jeito de fazer, e então tínhamos que paralisar mesmo o campo.

M.M. - E em que a inauguração da Refinaria de Mataripe alterou esse programa de perfuração de poços?

I.C. - A Refinaria de Mataripe... Esse programa não foi alterado pela refinaria, o que a refinaria promoveu foi o desenvolvimento dos campos para supri-la. Mas o desenvolvimento dos campos você vinha fazendo. Desde que você perfura e prepara um poço desses, você bota ele em condições de jorrar óleo. É só abrir a válvula. Então, o que você teria que fazer é o sistema coletor, é o que eles chamam de *gathering*. Você fazia o sistema coletor, unindo vários poços numa estação. E daqui então você lançava, primeiro para a *pipeline* de Candeias em direção a Mataripe.

M.Q. - Um oleoduto, não é?

I.C. - É. Então estas estações bombeavam para a estação do oleoduto - o oleoduto é uma estação de produção, mas que tem tanques enormes, enquanto o poço tem um tanque pequeno. Pode ter uma pane no oleoduto, e você bombeia para o tanquezinho pequeno, de mil barris. E lá na estação, às vezes você tem tanques de 250.000 barris, 500.000 barris. Então, você bombeava das estações para cá, fazia os estoques, e botava no *pipeline*. Como nós tínhamos um óleo parafínico, que facilmente solidificava, precisava calor, as linhas em terra eram protegidas, às vezes, com linhas de vapor. Caldeiras antigas que não eram mais usadas na sondagem, nós usávamos para produzir vapor, para aquecer linhas.

M.Q. - É interessante, porque nós entrevistamos um técnico de Cubatão, e ele nos falou da dificuldade do petróleo baiano se conservar. Porque não se fez previsão, no início, para o aquecimento...

I.C. - É. E eles tinham que colocar serpentina nos tanques. É.

M.Q. - E vocês já tinham pensado nisso?

I.C. - Não. Os nossos tanques, todos tinham serpentinas, porque nós conhecíamos o óleo. Mas o *pipeline*, ele não pode ficar abandonado, porque se ele endurecer dentro do *pipeline* você não tira. Não tem bomba que empurre. Então, o nosso trabalho era ter uma

produção de tal forma que as bombas do *pipeline* bombeassem dia e noite. Eram cinco bombas, você colocava sempre três para ir trabalhando, e elas continuavam botando óleo para a refinaria dia e noite sem parar. Então, você não tinha problema de endurecimento do óleo, que estava sempre em movimento. Quando tinha qualquer pane, imediatamente enchia de água a tubulação. Botava uma peça, um pistão, que vem também do americano, que chamava *pig* - porco, que é uma porcaria mesmo o que ele bota para fora, de parafina e de sujeira, então chama-se porco. Colocava-se um *pig* e injetava-se água. E deixava-se a linha cheia d'água, até reparar as bombas. Quando a bomba estava reparada, a gente colocava outro *pig* e começava a bombear óleo. E aquela água a gente botava fora. Quando o outro *pig* chegava lá, no lugar também que a turma apelidou de chiqueiro, [risos] que era o lugar onde caía a peça suja, juntava também um óleo que vinha com ela. Aí você via que a água terminou, e aí fechava a válvula. Aquele óleo depois você aquecia e botava no tanque, e limpava o material. Então, você bombeava dessa maneira. Foi o primeiro *pipeline* que foi feito, foi um *pipeline* parece que de 80km, unindo as estações de Candeias a Mataripe.

M.Q. - Antes do Santos-Jundiaí, não é?

I.C. - Ah, Sim... Antes do Santos-Jundiaí.

M.Q. - Agora, em setembro de 51, houve uma... O senhor entra para o CNP com o João Carlos Barreto, que era o presidente. É em setembro de 51 que...

I.C. - Certo.

M.Q. - ...o general João Carlos Barreto é afastado, se afasta da presidência. Isso representou algum tipo de mudança maior? Entra o dr. Plínio Cantanhede, se não me engano...

I.C. - Certo.

M.Q. - Isso representou alguma mudança lá, na Superintendência da Bahia?

I.C. - Não. É interessante notar que até nessa época, as mudanças políticas não atingiam a área de operação. Mudavam-se os presidentes da Petrobrás, a área de perfuração não sofria absolutamente nada. Porque eram especialistas que existiam na época. Você não podia fazer com gente de fora. Os que entravam depois disso, ficavam geralmente aqui na sede em outros serviços burocráticos. Mas operação não tinha.

M.Q. A estrutura era sempre a mesma?

I.C. - Então a estrutura era a mesma, era mantida a mesma.

M.M. - O senhor chegou a conhecer o general João Carlos Barreto?

I.C. - Conheci. Aliás, todos os presidentes do CNP eu conheci pessoalmente, por causa da minha posição. Eu viajava muito, chegava e tinha que dar balanço das coisas, conversar com eles.

M.Q. - E o senhor conheceu o Horta Barbosa também?

I.C. - Conheci e tenho um sentimento muito grande do Horta Barbosa, porque quando ele soube que eu era estudante de engenharia e estava como operário, mandou me demitir.

M.Q. - Ah, é?

I.C. - É. Porque disse que eu estava atacando os meus conhecimentos, que depois de formado, quando eu voltasse, teria lugar para mim. E eu reclamei porque o assunto... Eu fiquei empregado para trabalhar e para estudar. E se eu perdesse o emprego - eu tinha deixado já o telégrafo - então eu ia ficar sem emprego. Mas mesmo assim levei sem emprego durante quatro meses, até que depois ele cedeu ao Mr. Lewis...

M.Q. - Ele o demitiu, então?

I.C. - Me demitiu. E o Jack Lewis, que era o gerente-geral dele, o diretor da Drillexco aqui, não encontrava razão para isso, porque dizia: "Eu não sei como é que a autoridade quer que eu prepare técnicos se não quer que eu treine. Mas você fique por aí, de vez em quando apareça." Eu ia de vez em quando, aparecia, ele dizia: "Não tem nada de novidade." Até que lá um dia o general Horta chegou em Salvador para ver qualquer coisa lá, e ele me disse: "Vai no hotel às 18:00h, que eu vou falar com o general Horta Barbosa." Aí eu fui, fiquei lá esperando. Ele entrou para falar com o general Horta Barbosa e me chamou. Não sei qual foi a conversa que eles tiveram, e ele me chamou. Aí o Horta Barbosa disse: "É o senhor que é o Ivan?" Eu disse: "Sim senhor." "O senhor vai trabalhar com o senhor Jack Lewis como auxiliar de engenheiro." Eu disse: "Sim senhor." Aquilo para mim foi uma grande coisa. Eu era operário... [risos] Eu olhei para o Jack Lewis, ele baixou a cabeça etc., aí... "Agora sim! Como operário o senhor ataca seus conhecimentos, não sei o quê, o senhor vai viver com indivíduos que não têm passado." E, de fato, eram doqueiros, eram choferes etc., vaqueiros. Eu digo: "É, mas é a maneira de eu treinar." "Não, quando for engenheiro o senhor treina." Eu disse: "Está bem." Aí o Jack Lewis disse: "É, vá embora e amanhã você aparece lá." "Está bom." No dia seguinte eu botei uma gravata e fui lá para o escritório conversar com o Jack Lewis. Quando cheguei lá, ele disse: "Aonde você vai assim?" Eu disse: "Vim me apresentar. O senhor não mandou eu vir me apresentar?" Ele disse: "Você vai à meia-noite se apresentar ao Noel em Lobato." [risos] Eu disse: "E o que é que eu vou fazer lá?" Ele disse: "Vai continuar seu treinamento lá com o Mr. Noel." Eu disse: "E o negócio de auxiliar de engenheiro?" "Que auxiliar de engenheiro? Auxiliar de engenheiro foi a única condição que eu encontrei para você voltar. Para todos os efeitos você é auxiliar de engenheiro, mas você vai trabalhar com Mr. Noel." Então eu fui trabalhar à meia-noite com o Noel, um americano. E aí voltei a trabalhar e não saí mais...

[FINAL DA FITA 3-A]

M.Q. - Então quer dizer que havia esse preconceito - porque é um preconceito - de que engenheiro não podia trabalhar em trabalhos de campo, essas coisas, essas funções...?

I.C. - É. Eu não sei se era o espírito altamente nacionalista do general. Não sei se era essa a razão, sei que isso foi dito a mim: "Você vai atacanhar o seu conhecimento, você está convivendo com indivíduos sem passado, e por isso é que o senhor foi dispensado." Isso foi dito a mim por ele. E eu então voltei ao meu treinamento e continuei trabalhando até hoje.

M.M. - E o dr. João Carlos Barreto? O senhor o conheceu?

I.C. - O João Carlos Barreto já era mais afastado. Só quando ele ia à Bahia é que nós nos encontrávamos. E quando eu voltei dos Estados Unidos, também numa das viagens em que eu voltei dos Estados Unidos, tive de reportar a ele e à diretoria tudo o que eu tinha verificado, o que ele tinha mandado verificar. Mas constantemente lá na Bahia, toda vez que ele ia... Eles iam com frequência à Bahia. Todas as presidências iam com frequência. Agora, o sentimento da mudança dele para o Plínio, é que o Plínio era engenheiro. Então o ambiente era mais livre, não é. E ele era mais militar. O Plínio era um indivíduo que você convivia com o Plínio. Ele se sujava igual a você, mas o João Carlos Barreto, era um militar, era um general. Então ele ficava sempre mais afastado. A gente sentia distância dele. E o Plínio não. O Plínio era da equipe, era como se fosse um engenheiro. Mas todos eles davam muita atenção à parte técnica, e, como eu disse, não feriam a parte técnica quando havia mudanças.

M.Q. - Mas mesmo assim o Horta Barbosa deu uma interferida lá, não é, [risos] na sua formação... O interessante, é que se havia essa coisa de treinar técnicos brasileiros para depois mandar para fora, como não permitir, não é?

I.C. - Exato. E o meu problema lá, era que eu tinha aptidão, tinha uma vontade louca de ser técnico de petróleo, mas o único treinamento que eu podia ter para técnico de petróleo era o trabalho. Porque não existia escola de petróleo no Brasil, e eu não sabia que eu ia para os Estados Unidos. Eu digo: "Não, eu tenho que treinar aqui, porque amanhã, eu engenheiro, com essa experiência, eu sou engenheiro de petróleo de qualquer forma." Mas não aconteceu isso, e quando cheguei lá sendo engenheiro não dava para fazer o curso.

M.M. - Eu queria fazer uma pergunta: quando o senhor se torna chefe de perfuração do Serviço Regional da Bahia, a região da Bahia se estendia até o Maranhão?

I.C. - É. Nós tínhamos uma sonda que trabalhava em Carolina, no Maranhão. E como não existia a ligação de Carolina com a Amazônia... Já existia, mas era mais difícil, e eles preferiram deixar a jurisdição com Salvador. E de qualquer forma, aos trancos e barrancos, você podia alcançar Carolina por terra, enquanto de lá para a Amazônia você tinha que vir por mar. Vinha para Parnaíba, depois enfrentava o rio Parnaíba, que metade do ano dava tráfego, e a outra metade não dava. Então, eles preferiram deixar a Superintendência com a Bahia. Nós abastecíamos o Maranhão da Bahia.

M.M. - Eu estava me lembrando de uma coisa: como repercutiu no princípio da década de 50 a descoberta de Nova Olinda?

I.C. - Nova Olinda é outra história. Nova Olinda foi uma descoberta de petróleo em que se tentou dar prestígio ao elemento nacional, porque eles achavam que a Bahia estava muito entregue aos estrangeiros. Então, para vocês terem uma idéia, eu fui chamado

para completar o poço de Nova Olinda, porque eles não queriam que o americano de lá completasse, e iria eu completar. Então eu fui da Bahia... Porque também a equipe que estava lá na Amazônia, inclusive os engenheiros que já trabalhavam lá há três anos, nunca tinham visto petróleo... [risos] O poço jorrou e ninguém... Só quem sabia era o americano, compreendeu? Então, eles queriam mais elementos com apoio e conhecimento para lá. E fomos lá para fazer a completação do poço.

Houve fatos interessantes, que talvez seja interessante mencionar. Quando cheguei aqui no Rio, chamado aqui no Rio para ir para o Amazonas, quem era diretor... Havia dois diretores, eram o Neiva de Figueiredo e Irnack Carvalho do Amaral. Eles me chamaram, me levaram para o gabinete para me dizer o que é que ia ser feito etc., qual era a idéia. Bom, e eu pedi então se eles tinham o gráfico de pressão do poço. Porque quando se faz um teste num poço, se coloca no fundo do instrumento uma espécie de um sismografozinho, que registra... Não. Eu não diria um sismógrafo. Ele dá um registro como sismógrafo, mas é uma espécie de bomba que comanda uma agulha, e a pressão vai aumentando, ela vai empurrando a agulha, e indica num papel milimetrado especial as pressões. Então com isso você conhece a pressão do poço da jazida, e calcula se ele jorra ou não jorra, conhecendo o óleo que ele jorrou. Quando você não conhece o óleo, você então calcula na base de água. O peso específico da água é igual a 1, então você vê se ele jorraria com água ou não. Isso é para lhe habilitar, se você tiver que trabalhar no poço, a ver que fluido você vai botar para botar o poço tranquilo, para não deixar ele entrar em erupção.

Como as fotografias que eles me mostravam eram fotografias fantásticas, todo o mundo sujo de óleo e a torre toda suja de óleo etc., eu, pela experiência, queria ver o gráfico de pressão do poço. Eles então me deram o gráfico de pressão, eu olhei, olhei... Ele disse: "Que tal?" Eu disse: "Não. Eu estou achando..." Aí peguei a fotografia. "Aqui tem uma fotografia, diz que jorrou até a guarita da torre etc., um óleo fino, de 44 API..." Eu disse: "Pois é, tem uma amostra do óleo aí?" Me mostraram. Um óleo bonito, um óleo vermelho, da cor disto aqui assim... Muito bonito. E lá, depois que cheguei lá, botamos ele para jorrar, era quase amarelo, quase canário. Muito bonito. Eu digo: "É, porque por aqui ele não jorra." Ele disse: "Mas jorrou, Ivan. Você tem que inventar coisa, porque jorrou, e todo o mundo viu jorrar." Eu digo: "Bom, é exatamente isso que eu estou vendo, porque por aqui esse óleo não jorra." Então pediu para eu ir examinar etc. Saímos para almoçar, e quando voltamos, o Neiva, que sempre foi muito estudioso, disse: "Eu quero que você me mostre por que é que ele não jorra." Eu disse: "Você tem o Uren⁵" - que era o nosso livro, o ABC. "Você tem? Pega o Uren aí." Ele pegou o (Will Iuren), e eu mostrei o título de pressão de fundo, disse: "Lê aí!" Ele leu, leu... Aí eu disse: "Agora lê o gráfico." Ele aí olhou, olhou, olhou..." "Mas jorrou, ouviu..." Eu digo: "Eu sei que ele jorrou, mas... Vamos lá. Vamos ver o que é."

Mas eu já ia sabendo que ele não ia jorrar. E fomos lá e fizemos as operações que eram devidas, eu tinha que fazer um canhoneio, descer a tubulação, o revestimento. Depois de revestir, de tirar o canhoneio etc. Fez-se tudo isto, e ele jorrou um óleo amarelo, bonito, mas jorrou forçado, porque eu forcei o pistão com ele, para ele jorrar. Ele jorrou, nós registramos, eu me lembro bem que tivemos que queimar... Um fato até interessante: o calor, quando o calor pega perto das árvores, a árvore deita como defesa. O calor da região. Era uma clareira onde o poço estava, não é. E eu comecei a queimar um jato de óleo assim, e o calor era tamanho que então você vê as árvores todas deitando umas por cima das outras. Quando apagava o fogo elas voltavam para a posição. No outro dia de manhã elas estavam no lugar. E ele jorrava com água. E nesse negócio de corta a água, corta a água, até que afinal de contas ele parou de jorrar. Parou de jorrar, e começamos a

⁵ O nome completo do autor era Lester Charles Uren.

examinar o poço novamente. Me lembro que era governador Plínio Coelho. E eu então comuniquei aquilo à diretoria - eu ia mandar telegrama cifrado, porque eu soube que ele usava o rádio da polícia para ouvir o nosso rádio; no dia seguinte os jornais da cidade davam a notícia, São Paulo dava a notícia, e às vezes a diretoria não tinha tomado conhecimento ainda, porque durante a noite, quando a gente transmitia, eles pegavam, e a diretoria pegava de manhã. Então começamos a mandar telegrama cifrado. Então, por exemplo: "Matei poço com 2.500 libras. Fluxo inerte." Coisas dessa ordem aí. Então o jornal... Diz que o Plínio dizia: "Como é que ele quer que jorre? Ele mesmo confessou que matou o poço." Mas matar o poço é expressão. Quer dizer, você injeta uma coluna mais pesada para ele amortecer e ficar tranqüilo. Então está morto, o que a gente chama morto. Então você opera, faz o que quer com ele, e depois tira aquilo e ele jorra.

M.M. - Por isso é que até deu comissão Parlamentar de Inquérito... [risos]

I.C. - É. Mas por causa da expressão americana *to kill, to kill the well*. E nós usamos a expressão "matou o poço". Então ficou isso. Pois bem, nessa situação ele explorava junto à imprensa etc., aí eu me aborreci de lá e saí. Vim embora. Disse: "Não volto mais!" Mesmo assim - tenho paciência, não é - voltei com o Helmut Hugel. Era um técnico, um cientista romeno que veio depois da guerra, e nós colocamos ele como chefe de engenharia de reservatórios da Bahia. Ele é que examinava a rocha, que dizia... E ele tinha os instrumentos dele mesmo, produzidos por ele. Então levei o Helmut lá também, numa outra viagem o Helmut foi lá, examinou e disse: "Mas esse poço não jorra!" Eu digo: "Eu sei que não jorra. Eu quero é que você invente outra coisa." Ele disse: "Não. Não dá. Para inventar não dá." E também levamos lá mais uma semana e voltamos, porque o poço não dava para jorrar, o óleo estava num intervalo de água, próximo à água, e a água inunda. Toda vez que você tenta botar o petróleo para jorrar, ele inunda com água. Então eles pediram para o Woodard - nesse tempo ainda estava bom - para Woodard ir lá, que os americanos que estavam lá estavam achando que nós tínhamos comprometido o poço. Aí o Woodard foi lá, em dois dias demitiu... mandou para a América dois americanos, chegou à mesma conclusão minha e veio embora. Disse que os americanos estavam fazendo política contrária, que de fato o poço não jorrava etc. A verdade é que perfuraram 13 poços e nenhum jorrou. Então eu estava certo. Mas depois dessa operação de Nova Olinda... Sim! Então a toda hora chegavam navios, lanchas, com autoridades. E a situação estava de tal forma, que quando eu via a lanchinha apontar eu entrava na selva... [risos] Como era selva, você entrava cinco metros, ninguém lhe via mais. E aí ficava sentado. Nesse tempo eu fumava, ficava sentado num tronco daqueles fumando, e o pessoal conversando com os operários e operário mentindo de tudo que era jeito... [risos] E saíam aqueles jornalistas cheios de informações as mais absurdas, que 5.000 barris, não sei o quê... E eu calado. Quando eles saíam eu voltava. Aí perguntava ao engenheiro: "O que foi?" "Ah, foi o vice-governador que veio aí com não sei quem, mais autoridades, o deputado não sei quem etc." Eu sabia as notícias depois. Não procurava...

M.Q. - Quer dizer que eles não conseguiam mais pelo rádio e iam lá?

I.C. - É. Exato. Iam lá na... O presidente foi lá...

M.M. - Foi o presidente Café Filho, foi o Juarez Távora...

I.C. - É. Foi todo mundo lá. Até houve um caso com o general Juarez Távora, ele disse que ia providenciar mais sondas, porque ele queria ver o petróleo da Amazônia antes de morrer, que uma sonda só não servia. Nós tínhamos duas sondas nesse tempo. Tinha uma lá em Nova Olinda, e outra *Alter* do chão. Ele ia botar umas 50 sondas se fosse necessário, na Amazônia, etc. Então nós falamos até com o ajudante-de-ordens dele que estava lá, dizendo: "O^, você avisa o general que se com uma sonda nós temos 72 embarcações, se ele botar aqui 50 sondas, vamos ocupar a Amazônia inteira." Mas era o espírito que ele tinha, de ter visto o petróleo de fato.

Mas a verdade é que ela ficou num contato de óleo e água que não dava possibilidade de produzir. Então fizemos vários poços, inclusive um deles, o terceiro, foi feito lá perto, esse exigiu até uma bomba de 30 pés, de 10m de altura, especial, que não existia em lugar nenhum. Teve-se que fabricar essa bomba nos Estados Unidos para ele. E ele enchia de óleo se você bombeava. Você bombeava quatro, cinco horas, e depois secava. Então eles desistiram. A verdade é que furaram em Nova Olinda, parece que foram 13 poços ao todo, e não jorrou. E terminou Nova Olinda.

Mas o problema foi muito sério e eu sofri muito, porque tinha sido eu que tinha completado o poço e... Janary⁶, por exemplo, era presidente, e nós fomos levá-lo à Mataripe, numa viagem que ele fez à Bahia, e antes do almoço ele resolveu fazer uma palestra com os técnicos. E nós estávamos na primeira fila, sentados. O dr. Petrônio Barcelos também, e o Barroso⁷, Pedro de Moura, e as autoridades, Irnack⁸. E ele então se empolgou lá com as idéias que ele ia fazer e facilitar para o pessoal, que ia dar isso, dar aquilo, aquilo outro, e disse: "Eu quero com isso terminar... Eu não quero mais ver outro

Nova Olinda, que depois de jorrar o petróleo desapareceu." Aí o Petrônio, que estava assim do lado, disse: "General. Eu queria fazer uma complementação aí à sua..." "pois não! Pois não!" "O senhor tem em frente do senhor o técnico que completou Nova Olinda. Não seria o caso de aproveitar a oportunidade e pedir para ele falar sobre Nova Olinda?" Aí ele disse: "Está aqui o Ivan!" Aí eles começaram a rir etc. "Não. Está bem. Logo que termine a minha preleção vamos ouvir o Ivan aí sobre Nova Olinda." Eu digo: "Para que você foi fazer isso." Ele disse: "Para você falar, porque o pessoal está pensando que foi você que completou o poço e aí..." Aí, de fato depois que ele falou eu comecei a explicar e a dizer a ele... Não tenho esses detalhes, mas disse a ele que quando fui para lá me informaram que o poço jorraria 5.000 barris. Ninguém me disse quem disse esse 5.000, que o presidente mencionou. Mas foi mencionado pelo presidente que era um poço de 5.000 barris. E quando eu saí do Rio, eu sabia que esse poço não jorrava. Eu sei que levamos a palestra em brincadeira, em risos etc., e ele depois aproveitou a palestra e pediu desculpas, que a informação que ele tinha era que o pessoal lá da Amazônia disse que o poço não tinha jorrado porque em vez de trazerem técnicos trouxeram um engenheiro brasileiro, e não sei o quê... E passou, e eu fiquei muito contente de não ter nenhum poço que jorrasse lá, porque podiam pensar que... Como eu disse, não tem dois poços iguais, se jorrasse um outro, diriam: "O^! Mas jorrou!" E só o técnico poderia saber que jorrou, mas que aquele não jorrava. Mas por infelicidade não jorrou nenhum, e eles abandonaram a área de Nova Olinda... [risos]

M.Q. - É. Uma situação difícil. Então por hoje vamos encerrar...

I.C. - Está bem. Você sabe que falar daquilo de que a gente gosta dá prazer... [risos]

⁶ Janary Nunes

⁷ Geonísio Barroso

⁸ Irnack do Amaral

[FINAL DA FITA 3-B]

2ª Entrevista: 16.05.1988

M.M. - Dr. Ivan, em 1949 o senhor foi membro da comissão encarregada de avaliar a questão de uma sonda Frank, e relacioná-la com o material sobressalente pertencente à Companhia Brasileira de Sondagem. Não é tanto com relação à sonda que a gente quer perguntar. Eu queria perguntar ao senhor a respeito dessa Companhia Brasileira de Sondagem. Era uma firma nacional?

I.C. - Era. A Companhia Brasileira de Sondagem era uma firma puramente nacional, com alguma dependência nacional também de uma companhia chamada Itatig, que começou a perfurar sal em Alagoas. A equipe, depois dos trabalhos de Alagoas, dedicou-se a operar na área de petróleo no estado de São Paulo, porque essa mesma companhia explorava um arenito petrolífero da região de Guareí, e havia a afinidade de estar explorando, por assim dizer, minando, porque o arenito era na superfície, eram tirados blocos, e utilizados os blocos depois de triturados e aquecidos para fazer asfalto. E essa companhia então, por afinidade, passou também a explorar petróleo. E realizou dois ou três furos, e por fim parece que desistiu da operação, operação muito cara, desistiu e resolveu vender o equipamento. Na época quem perfurava era o Conselho Nacional do Petróleo, então foi oferecido ao Conselho. E eu como especialista fui até lá, até a região de Apiaí, onde estava montado esse equipamento, verificar o tipo de equipamento, se era conveniente, se era vantagem para nós. Enfim, examinar para a compra. Terminamos comprando e transferindo para a Bahia, onde utilizamos esse equipamento ainda por vários anos em perfurações rasas, inclusive foi o equipamento que produziu a descoberta de petróleo em Pedras, de que nós já tínhamos conversado anteriormente.

M.Q. - A concessão era feita através do CNP, não é? Porque você não podia perfurar o... Pesquisar era permitido? Era livre?

I.C. - Não. Naquela época não havia ainda esta restrição. Existiam algumas concessões, algumas concessionárias que perfuravam. Pediam para perfurar e eram concessionárias. Agora, o que iria acontecer depois é que ninguém sabia.

M.Q. - Pois é...

I.C. - Mas eles eram concessionários para explorar. Tanto assim que ela explorou.

M.Q. - Bom, em junho de 1950, o senhor foi chefe da Seção de Perfuração do Serviço Regional da Bahia. Acho que o senhor já falou um pouco a respeito disso. Mas nós gostaríamos que nos dissesse quais eram as suas atribuições e quais eram os seus principais colaboradores nesse período.

I.C. - É. Nessa época, foi em 50, eu já tinha voltado dos Estados Unidos, e já tinha trabalhado também nessa área de perfuração com essas sondas pequenas, inclusive com

o dr. Barroso⁹, e por fim fui indicado para chefiar a área de sondagem, eu era chefe do Serviço do Conselho do Petróleo. Porque tinha a companhia americana que trabalhava para esse serviço. Então eu funcionava assim como um fiscal do Conselho para a parte americana, e chefe dos serviços para a parte do Conselho. Nessa época de 50 já era superintendente na Região da Bahia o dr. Pedro de Moura, geólogo de renome, com um passado longo de perfurações na Amazônia, em São Paulo. E o Moura, quando chegou, veio já com a idéia de começar a nacionalizar o que fosse possível. Então não existiam esses cargos. Ele me deu a parte de chefia de sondagem, e deu a parte de chefia de produção para o Barroso. Nesse tempo lá eu dispunha de alguns auxiliares, e exatamente em 50 começou a ingressar na Petrobrás um maior número de...

M.Q. - No Conselho.

I.C. - No Conselho, um maior número de engenheiros formados na Bahia, que tentavam fazer o mesmo exemplo que eu tive, que desenvolvi. Acho que eu possuía dois assessores, esses dois assessores, que eu me lembre, um era o engenheiro Soter, Zadir Soter Lisboa, que terminou indo para o Maranhão, porque a atividade começou a ser muito intensa, e a área era muito grande, então nós desligamos, e ele ficou permanente na chefia do Maranhão, primeiro superintendente do Maranhão. E na cidade a assistência era mais, não digo precária, mas era mais... Era minha! Eu tinha mais ação direta, e tinha comigo ainda engenheiros que estavam treinando, que me acompanhavam. Nessa época, se não estou enganado, foi 50, tiveram acesso o Haroldo, se não me engano - não sei se o Haroldo foi de 50...

M.Q. - Haroldo Ramos?

I.C. - Haroldo Ramos. O Orfila se não me engano entrou um ano depois, ou se não me engano no mesmo ano. O Hamilton, esse colega que era de cor também, o Francisco Medeiros, que também chegou a ser um dos diretores da casa, hoje está aposentado... Assim é difícil...

M.M. - Foi instituído um sistema de estágio para esses engenheiros?

I.C. - Foi. A idéia era que esses engenheiros que entrassem fizessem o mesmo programa que eu fiz. Mas eu, pelo fato de ter sido... eu digo castigado, punido pelos colegas por ter aceito um emprego de empregado, de operário, eu me neguei a controlar. Eu disse que não controlaria os estagiários, deixaria com outros, porque poderiam julgar que eu estivesse querendo castigá-los se os forçasse a fazer o que eu fiz. Porque eu sabia que o que eu fiz ninguém faria. Eu fiz porque tinha outras condições, e eles não. De forma que se eu fosse forçá-los a fazer poderia parecer um castigo que eu estivesse dando a eles. Então por isso aproveitei essa razão e disse que não controlaria os estágios. Mas o próprio dr. Moura resolveu assumir a responsabilidade, e me pedia para guiá-los. Mas a equipe que entrou foi uma equipe muito boa e o resultado está aí, com todos eles hoje passando por diretorias da Petrobrás.

M.Q. - Em seguida, em 52, ainda no CNP, o senhor foi nomeado chefe do Serviço de Sondagem do Serviço Regional da Bahia. Foram perfuração e sondagem. Duas coisas diferentes, não é?

⁹ Geonísio Barroso.

I.C. - Não. É a mesma coisa.

M.Q. - É a mesma coisa?

I.C. - É, porque a sondagem é uma perfuração.

M.Q. - Ah, sim!

I.C. - A expressão perfuração apareceu depois da presença do americano, como tradução de *drilling*, compreendeu? Tanto assim que havia várias situações irrisórias na... Para se ter uma idéia, um dos nossos sondadores foi ao Ministério do Trabalho da Bahia na época para se registrar - como eu disse, eles arrebanharam esse pessoal entre carregadores, doqueiros etc., e depois, quando eles se viram sondadores, tiveram que registrar na carteira que eram sondadores, e foram ao Ministério do Trabalho para se registrar como sondadores. E a moça dizia: "Mas sondador não existe aqui na lista! O que é sondador?" Ele disse: "Eu trabalho com sonda!" Aí ela disse: "O senhor trabalha com sonda? O senhor é médico?..." [risos] Ele disse: "Não senhora..." Então nós tivemos que fazer explicações por escrito para a Delegacia Regional do Trabalho dizendo o que era. Era sondagem, perfuração etc. Mas o departamento, seguindo ainda as denominações antigas do Departamento da Produção Mineral - o Conselho herdou tudo do Departamento, inclusive os personagens - nós passamos a chamar de sondagem, mas a expressão é a mesma: perfuração ou sondagem.

O Serviço de Sondagem, em 52 - aí eu passei já a dirigir o serviço, que incluía a companhia americana¹⁰ como auxiliar, já não era mais independente... Eu era um simples fiscal. E eles faziam o programa que nós estabelecíamos. Cumpriam o programa que nós estabelecíamos.

M.M. - Isso foi bem aceito pela companhia americana?

I.C. - Foi, porque ela já começou a trabalhar... Pelo menos o pessoal começou a trabalhar com engenheiros que fizeram curso nos Estados Unidos, que tinham acesso ao idioma francamente, e que conheciam o assunto. E muitos deles conheciam um pouco mais, porque eles eram simples operários de sonda, enquanto nós fizemos um curso superior de sonda. Nós íamos além da sonda. Nós costumávamos dizer a eles que o engenheiro na sondagem, ele começa a trabalhar quando o operário pára. Enquanto o operário puder trabalhar, ele trabalha melhor do que qualquer um, porque ele vive com a máquina. Mas quando começam a surgir problemas além disso, aí começa o engenheiro. Então, quando nós pedíamos aos estagiários para cumprir o programa, eles não queriam: "Não. Nós vamos ser carregadores, vamos trabalhar trabalho pesado!" Nós dizíamos: "Não, vocês vão fazer aquilo depois que eles param. Vocês começam a fazer depois deles." "Querer substituir, não!" "Vocês não vão substituir. Vocês têm que fazer com eles para aprender, e fazer melhor, para poder ensinar. Mas não que você vá operar a máquina melhor do que ele, permanentemente. Não. Você vai trabalhar quando ele parar. Ele é competente naquela máquina - como nós chamávamos, motorista da sonda - mas você tem obrigação de saber mais que o motorista da sonda." E com isto nós conseguimos difundir a idéia e dar bom treinamento ao pessoal.

M.Q. - Eu estava vendo aqui que o senhor primeiro foi chefe da seção, depois chefe do setor, não é?

¹⁰ Refere-se à Drilling & Exploration Co. Inc.

I.C. - Exato.

M.Q. - Eu queria que o senhor falasse da estrutura, da organização do Serviço Regional da Bahia. Como é que estava organizado? Seção, setor, e aí o serviço?

I.C. - É...

M.Q. - Acima disso divisão?

I.C. - Nós quase que repetíamos a mesma organização do Departamento da Produção Mineral. Não era departamento, porque o departamento seria aqui na sede. Era o departamento de operações, que tinha um diretor, o diretor de operações. Na Bahia nós tínhamos um superintendente regional, e tínhamos a Seção de Produção, Seção de Perfuração, porque o serviço verdadeiramente da Seção de Produção e Perfuração era de obrigação do americano. Então nós tínhamos uma seção para treinar e reunir o elemento nacional, e com essa seção nós praticamente acompanhávamos o trabalho do serviço. Nós complementávamos também com o setor administrativo, que pegava todo o serviço dos auxiliares, inclusive pessoal, contabilidade financeira; tínhamos também o setor de almoxarifado, que era tão grande quanto um serviço qualquer, tínhamos um almoxarifado caríssimo e enorme, e o almoxarifado geralmente absorvia oficinas. Também era a maior oficina que nós tínhamos no Norte. Depois já atividade cresceu muito, a parte americana passou a ser auxiliar, então ela tornou-se serviço. Então nesse serviço é que nós começamos a atingir até o Maranhão. O Maranhão era um serviço pioneiro, era uma perfuração pioneira, chamada perfuração pioneira de Carolina, que era o nome da cidade, e terminou ficando como distrito, e o serviço então crescendo. Daí passar de setor para serviço. O almoxarifado também passou a ser serviço, serviços auxiliares, que incluíam almoxarifado e pátio. É interessante a expressão, é porque nós tínhamos um pátio quase do tamanho de um campo de futebol, onde ficavam todas as tubulações arrumadas e instaladas, todo o equipamento grande espalhado, porque não podia ficar em prateleiras, não é. E tínhamos dois barracões, dois edifícios, assim do tamanho de um edifício desses das docas, que eram os almoxarifados. Isso para você ter uma idéia do que era o almoxarifado do serviço na época.

M.Q. - Era muito grande. Essa estrutura, ela passou para a Petrobrás?

I.C. - Passou tudo para a Petrobrás. Todo o acervo.

M.Q. - Sim. Mas depois que passou para a Petrobrás, manteve essa estrutura?

I.C. - Ela foi mantida por algum tempo. A Bahia passou a chamar...

M.Q. - Região de Produção...

I.C. - Região de Produção, porque começou a produzir petróleo, e o Serviço de Sondagem passou a ser Superintendência de Sondagem - aí já não era mais chefe, era um superintendente, porque começou-se a... A razão do Conselho foi tirar da atividade de administração direta, que era do Departamento da Produção Mineral, certas atividades puramente, poderia dizer assim, privadas. Num departamento de administração direta, como era anteriormente, a parte financeira ficava muito presa, ou

prendia muito a parte de operação. E numa instalação dessa, uma operação como a nossa, de perfuração e produção, reclamava medidas imediatas, do sistema americano, por exemplo, em que o indivíduo tem que ter autoridade para dizer sim ou não, mandar fazer ou não... A responsabilidade era muito maior, mas ele tinha que ter também uma autoridade muito maior. E com isso então nós fomos perdendo as prisões da exigência da administração direta, e passamos a ter uma operação especial e mais eficiente, mas com isto tivemos que alterá-la. Então o chefe, que era chefe de serviço, passou a ser superintendente, e o chefe-geral, superintendente, e o chefe-geral, superintendente-geral. Nesse ponto a companhia americana já começou a ter mais reduzida a sua atividade, nós já não recebíamos mais novos técnicos, a não ser para substituição. Cada vez que era possível substituir por um nacional nós retirávamos o americano. Nesse serviço nosso aí, quando eu comecei, nós tínhamos pouco mais de uns vinte técnicos americanos - até nas oficinas, até nos autos transportes, nos caminhões gigantes, pela primeira vez no Brasil também eram motoristas americanos. Nós fomos reduzindo, reduzindo, reduzindo, e quando passei a superintendente-geral nós tínhamos apenas cinco americanos. Esses cinco, como eu demonstrei depois, eram indivíduos imprescindíveis, porque eram homens de cinquenta e tantos anos, sessenta e tantos anos, gente que não tinha feito nada mais do que petróleo, eram verdadeiros sábios... Eram homens que você podia deixá-los sem fazer nada, mas no instante em que eles faziam alguma coisa salvavam milhões. Então, esses, nós fizemos questão de manter, exatamente para fazer quando os nossos não podiam mais fazer. Então os nossos engenheiros tinham mais um *background*. Quando eles não podiam fazer, atrás deles havia alguém para segurar e ajudar... [risos]

M.M. - Mas esse processo de substituição pelos nacionais foi uma coisa planejada?

I.C. - Ah, sim. Com treinamento. Todo esse pessoal, o Orfila, Haroldo, o Hamilton, o Medeiros, tudo isso foi para o estrangeiro para fazer o mesmo treinamento que eu fiz, e vieram de lá com especialidades. A parte geológica, por exemplo, que não é a minha, mas a parte geológica foi a mesma coisa. Todos os nossos geólogos fizeram cursos no exterior.

M.Q. - Mas isso era uma prática da administração do Conselho, ou era uma coisa que vocês lá na Região da Bahia tinham pensado?

I.C. - Não, não. Nós seguíamos exatamente o que nos era autorizado pelo Conselho. Porque eles tinham obrigação pelo contrato, quando fizeram o contrato com a própria Drillexco, eles tinham obrigação de treinar. Então nós tínhamos obrigação de ceder cada ano dois ou três engenheiros em condições de mandar. Mas nós achávamos que o melhor treinamento era nós darmos treinamento aqui, para eles não irem *off* completamente. Então o indivíduo ia para lá, e geralmente ele ia e deixava o nome lá, e voltava com mais competência. Porque quando... Algumas experiências nos aconteceram, de outras áreas enviarem gente nova saída da escola para o exterior aprender petróleo e voltar, e que nos deu muito trabalho. Então, como exemplo, nós adotamos esse sistema: faziam todo o treinamento de operário, até chefe de sonda. Quando ele chegava em chefe de sonda, estava em condições de ir para o exterior. Ele ia e trazia coisas novas. Porque os outros, não. Os outros iam e traziam muitas vezes os próprios erros que nós já tínhamos corrigido aqui. Então, o treinamento nosso foi adotado dessa maneira, com grandes resultados.

M.Q. - Quer dizer, ele já ia sabedor de muita coisa?

I.C. - Ah, já. Ele ia procurar saber mais. Enquanto que os outros que iam mais cedo, mais frescos, voltavam com um conhecimento que nós já tínhamos aqui. Os nossos tinham muito melhor, por conhecer as condições locais.

M.M. - Esse tipo de treinamento, em que se dá um conhecimento antes da ida ao exterior, foi utilizado em outras áreas do CNP? Ou isso foi uma característica da Bahia, por causa da sua experiência particular?

I.C. - Olha, eu tenho para mim que foi. Foi por uma grande vantagem: a parte geológica, por exemplo, quando eles entravam para o Conselho Nacional do Petróleo, eles já vinham de escolas, como Ouro Preto, como Belo Horizonte, como Rio Grande do Sul, como Rio de Janeiro, com grande experiência na parte de geologia. E geologia é a mesma no mundo inteiro. Então eles se adaptavam, não iam frescos também. Eles se adaptavam por algum tempo aqui. E, feito o conhecimento regional, eles eram mandados. Mas eles levavam um *background* muito grande, porque havia escola para isso. E nós não tínhamos escola de engenharia de petróleo. Tanto que quando voltamos dos Estados Unidos, quase todos nós nos tornamos professores na Universidade da Bahia.

M.M. - Já nessa época o senhor foi para a Universidade da Bahia?

I.C. - Eu tenho para mim que... Não sei se eu digo ou não no meu currículo. Devo ter iniciado na Bahia por volta de, parece, 52.

M.M. - O senhor diz quando saiu... [risos]

I.C. - Em 50, 52, eu comecei a lecionar na escola.

M.Q. - Agora, em 54 foi criada a Petrobrás, não é. E aí a gente gostaria de saber como é que isso repercutiu lá na Bahia, se houve logo uma encampação das atividades do Conselho pela Petrobrás, como é que foi chegando essa administração aqui da Petrobrás, lá na Bahia? Como é que foram se processando as transformações? De ser controlado por um órgão do tipo do CNP, para uma empresa de economia mista como a Petrobrás?

I.C. - Certo... Eu já tinha dito a vocês da última vez que essas grandes mudanças pouco alcançavam a área técnica, porque as figuras eram as mesmas, e eram poucas. E não se podia perder ninguém. De forma que isso apenas... Alguma coisa mudou de nome, mas a atividade continuou a mesma, porque o... Desde essa época já o Conselho procurava trabalhar naquelas normas americanas, de forma que o sentimento era muito pequeno. Eles mesmos do Conselho procuravam aproveitar tudo que podiam, a parte americana de treinamento e de condução de trabalhos, gerência de atividades, porque o resto todo aprendemos nos Estados Unidos, então nós trouxemos a escola americana para dentro do Conselho. De forma que quando a Petrobrás começou não houve choque. Mudou-se de nome apenas, passamos a receber portaria do presidente da Petrobrás em vez do ministro, e ficou tudo regularizado. Não houve sentimentos.

M.Q. - Mas não houve nem melhoria salarial? Porque parece que o Conselho pagava bem mal, não é?

I.C. - Melhoria houve. Houve uma melhoria muito grande. Eu lembro que na época um engenheiro do Conselho, um engenheiro com treinamento nos Estados Unidos, que eram o Barroso e o Chaves, ganhava parece que seis mil cruzeiros. É. Eu ganhava quatro mil e quinhentos. E antes mesmo de eles saírem dos seis mil cruzeiros eu passei para seis mil cruzeiros também. Os outros engenheiros ganhavam aí por volta de quatro, três mil e oitocentos, três mil, e a Petrobrás ofereceu um salário parece que de doze ou quatorze mil cruzados para cada um, já seguindo mais ou menos o aconselhamento americano de quanto ganharia um engenheiro desses nos Estados Unidos. Então aqui vai ganhar pouco menos, mas vai ganhar mais do que está ganhando. E com isso ficamos nós - eu, o Barroso, o Chaves... Não. Eu e o Barroso, porque o Chaves seguiu com os demais a contratação. A contratação era a seguinte: a partir de 54 esquecia todo o seu tempo de serviço. Passava a ganhar quatorze. E nós, eu e o Barroso não mudamos: "Ou aceita o meu tempo todo ou eu não vou!" Porque para nós era um absurdo, toda a nossa vida profissional foi petróleo. E eles não queriam considerar meu tempo de serviço nem o do Barroso. Os outros acharam que podiam perder o tempo. Não quer dizer nada. Mas nós achávamos que já tínhamos quatorze anos de serviço, e precisávamos ter uma distinção. E não havia distinção. "Você deixa agora e passa a ganhar quatorze! Os outros ganham doze e você passa a ganhar quatorze! Mas começa agora! "Não quero!" E para vocês terem uma idéia, nós seguimos normalmente dentro das funções, com as vantagens de chefia que nos eram dadas além do salário. Nós recebíamos o salário do Conselho, que passou a ser oito mil, e quem me admitiu na Petrobrás foi Castelo Branco em 66, porque eu não aceitei condição nenhuma. Em 66, eu já estava nos Estados Unidos e mandaram uma proposta para mim, dizendo que consideravam o meu tempo de serviço etc. etc., então assinei. Aí o Barroso também assinou. Nós éramos os mais antigos, mas na verdade nós assinamos documentos na Petrobrás em 66.

M.M. - Quer dizer que a sua situação funcional era engenheiro do CNP...?

I.C. - Requisitado! Eu era requisitado. Eles me pagavam o salário, mas eu era requisitado. Eu não era da ativa. Tanto que quando começou aquela época de 60, 62, aquela política sindical aqui no Brasil, eles achavam que nós éramos entreguistas, porque não queríamos assinar o contrato. E nós explicávamos por que não podíamos assinar o contrato. Porque o indivíduo que vinha de fora, vinha de outro ministério, era considerado o tempo de serviço de outro ministério. O meu, que era de petróleo desde o início, não consideraram. Então eu não aceitava. Até que por fim eles resolveram aceitar a minha condição para efeitos de aposentadoria etc., e é só isso que eu quero.

M.M. - Mas por que eles não queriam? Resistiram tanto tempo?

I.C. - Porque eles tinham determinado que a Petrobrás nasceu em 54. Mas, por outras razões quaisquer que nós não conhecíamos, não queriam considerar o tempo antigo do Conselho.

M.Q. - E isso aconteceu com outras pessoas? De outras áreas também?

I.C. - Não, não. Eu digo que... Não creio que tenha acontecido porque nós éramos os únicos que não tínhamos aceito. Eu e o Barroso. Todos os outros aceitaram e se regularizaram. Agora, depois que nós regularizamos, todos os outros reclamaram, e eles, por equidade, foram regularizados.

M.Q. - Ah, sim... Mesmo aqueles geólogos antigos do DNPM? Todos eles?

I.C. - Todos eles. Todos eles.

M.Q. - Mas naquele momento aceitaram?

I.C. - Os que não saíram, porque alguns continuaram no DNPM, não quiseram optar. Ficaram requisitados todo o tempo. Mas inclusive esses consideraram o tempo também, para efeito de aposentadoria.

M.Q. - Porque é uma injustiça realmente, não é? Bom, mas logo então em agosto o senhor foi nomeado chefe do Setor de Operações da Região de Produção da Bahia?

I.C. - É. E aí incluía tudo: operação e produção, perfuração, almoxarifados, pátios, transportes, tudo.

M.Q. - E em setembro o senhor foi ser membro da comissão local da Região da Produção da Bahia, para elaborar o orçamento financeiro de 1955, não é?

I.C. - É. Exato. Foi solicitado à Região de Produção que apresentasse o orçamento para o próximo ano. Eles então resolveram nomear uma comissão para apresentar isso.

M.Q. - No CNP isso era feito diferente?

I.C. - Era feito... Nós mandávamos elementos, e o programa orçamentário era feito aqui na sede.

M.Q. - E aí isso foi feito lá mesmo?

I.C. - Lá. Eles pediram que a Bahia mandasse a programação. Nós fizemos a orçamentação na Bahia para ser aprovada por aqui...

[FINAL DA FITA 4-A]

M.M. - Eu tinha uma dúvida anterior: como repercutiu a campanha do "O petróleo é nosso" na Bahia?

I.C. - Eu acho que a campanha do "O petróleo é nosso" repercutiu no país inteiro. Aquilo atingiu o país inteiro... Mas não deu para aferir muito porque a parte que nós tínhamos lá na Bahia, por exemplo, a influência americana, era sob contrato, não é, não tinha nenhuma posse. Eles eram, por assim dizer, contratados para produzir um poço, para furar um poço. E terminando o contrato deles, eles iam embora e estava acabado. Não tinham direito nenhum.

M.Q. - Mas da parte da opinião pública esse tipo de coisa não era...? Já que no momento a coisa foi radicalizada, houve algumas posições bastante radicais, nacionalistas radicais. Isso não interferiu no trabalho de vocês? O senhor era professor na universidade também...?

I.C. - No trabalho não deu para atingir, não. Mas eles sentiam-se pressionados pela opinião pública. Eram americanos, estavam no petróleo... Então você vê que é... Nós tínhamos lá romenos, alemães, também trabalhando conosco, e eles não sofriam a pressão que os americanos sofriam. Porque o elemento nosso, brasileiro, via o americano como um possível usurpador. Se der petróleo, amanhã ele toma. Coisas dessa ordem. Mas dentro do serviço não, que nós tínhamos perfeito conhecimento. Agora, o interessante é que a Petrobrás descobriu isso em tempo, e em tempo tentou melhorar. Foi a parte de comunicação. O petróleo sempre foi um assunto muito restrito à técnica, e era um casulo que só quem entendia eram técnicos de petróleo. Ainda hoje é! Você não tem a matéria de petróleo em nenhuma universidade ainda. A Petrobrás admite um indivíduo e dá um treinamento de onze meses aqui, de engenharia de petróleo, para ele poder ir para a sonda. Até hoje! Então, o conhecimento para o público, do que era o petróleo, a vida do petróleo e as condições, foi uma das descobertas, uma das grandes descobertas da Petrobrás, que criou então a sua Divisão de Comunicação, com a edição de uma revistazinha, O Petróleo, e depois foi enriquecendo e é hoje o que é, mais aberta. Mas anteriormente, não. E você vê que ainda hoje nós temos problemas. Os próprios engenheiros de petróleo, a associação dos engenheiros, faz reuniões, porque eles querem saber de algum detalhe assim-assim, estão dentro da casa e não conseguiram absorver ainda.

M.M. - Como o senhor explica então essa Campanha do Petróleo? Como é que ela foi para a rua? Por que tratava-se de um assunto restrito, o Brasil ainda não era um produtor importante de petróleo, as estrangeiras não estavam aqui em massa, não é...

I.C. - Eu tenho para mim que isso foi mais de origem ideológica e política, porque essa possibilidade, esse medo de usurpação surgiu entre a parte política. E a parte política foi que penetrou nos intelectuais, e penetrou na juventude universitária, e com esse temor, esse grande temor, foi quase que exigida da parte política uma definição.

M.Q. - É. Por isso é que eu perguntei se o senhor tinha percebido qualquer coisa no meio universitário também. Porque o senhor foi professor, começou a dar aula em 52, não é?

I.C. - É.

M.Q. - Nesse período o senhor não sofreu nenhum tipo de restrição à sua posição, por não ter nenhum preconceito contra o estrangeiro?

I.C. - Não. Absolutamente não.

M.Q. - Mas na universidade isso não...?

I.C. - Não. Você sabe, na universidade foi um fato interessante, porque nós trouxemos uma mentalidade nova para a escola. Nós inclusive fomos chamados pelo diretório da escola, dos professores, o conselho, porque estávamos querendo alterar os currículos, as

maneiras de ensinar. E então nós dizíamos, por exemplo: nos Estados Unidos, quando você ensina uma matéria, faz uma prova e a maior nota é um ou dois, o professor é obrigado a repetir a matéria, porque não foi aprendida. A tese americana é de que tudo é fácil de ensinar e de ser absorvido. Até os animais. Depende da maneira como você ensina. Então você tem ensino para o normal, tem ensino para o excepcional, e no final eles sabem a mesma coisa, dão a mesma coisa. Meus filhos quando foram para a escola, lá nos Estados Unidos, um deles me apareceu no curso C. Então fui procurar saber por que ele era C, e até houve... A razão mais justa que eu encontrei foi porque o nome dele era Alcides - A. Devia ser da primeira turma. Então a professora me disse: "Não. Nós temos três tipos de cursos para ensinar a mesma matéria. Nós temos aqueles que nós chamamos hoje QI, - no tempo ainda existia este nome - temos aqueles, os normais, e temos os outros que têm dificuldade de linguagem e aprendizagem. Seus filhos vieram do Brasil agora, não falam ainda inglês. De forma que à proporção que eles foram adquirindo facilidade, passam para outro curso. Porque todos eles têm que dar a mesma matéria. Então nós vimos como era. Eles pegavam a matéria que eles davam, matéria repetitiva, a mesma coisa era repetida três, quatro aulas. Já os outros não. Os outros davam a primeira aula e iam embora. Mas no final do ano todos sabiam o mesmo programa. Então nós começamos a mostrar na escola que o que nós precisávamos era habilitar um engenheiro a sair da escola apto a nos servir no petróleo. Se eles respondessem àquilo que nós queríamos como certo, nós tínhamos que dar nota alta. E eu me lembro bem que os meus professores, no meu tempo de escola, chegavam a dizer: "Hoje a maior nota que eu dei foi 1!"... [risos] Aquilo era um terror, o professor era um terror. Nos Estados Unidos ele não ficava como professor...

M.Q. - É sinal de que o problema é do professor...

I.C. - É. Eles têm que ter uma curva normal para as notas. Não é que todas sejam iguais, mas existe uma curva normal. Se você mantém aquela curva baixa, a matéria não foi ensinada. Se você repete três, quatro vezes, eles o afastam porque você não tem condição didática para ensinar. E a matéria que nós ensinávamos, nós ensinávamos e eles aprendiam, porque eram todos ávidos para aprender qualquer coisa de petróleo, e então eram notas altas. E eles ficavam irritados porque nós estávamos dando 8, 9 para todo mundo, enquanto os outros não davam. E nós mostrávamos qual era a razão. Nós ensinamos, eles fazem certo, têm que ter nota alta. "Não, mas bota uma coisa mais difícil aí..." [risos] Eles querem é coisas difíceis... Aquilo, por exemplo, de prova: você só pode dar uma prova para o aluno se você mesmo, nas suas condições, não conhecendo aquele problema, mas sabendo solucionar aquele problema, resolve uma prova com 15 minutos. Então você multiplica por 4 para o aluno. Agora, quando você dá uma matéria que o professor nem em uma hora faz a prova... Ah, isso não é didático. Você não pode fazer isso. Então nós fazíamos uma prova, às vezes, botávamos assim, 20 perguntas, e dávamos uma hora para o sujeito. Eles faziam. Diziam: "Ah, mas eles não... E a redação!" Para nós não interessa a redação. Interessa que eles saibam responder tudo que eu estou perguntando. E com isso nós alteramos o esquema da escola. Alteramos em parte, porque em parte fomos proibidos de continuar. Então nós tivemos que alterar a medida que o conselho aceitava.

M.Q. - Mas foram proibidos de continuar? Como assim?

I.C. - Não. Proibidos porque eles pediam para não fazer assim, não é. Então nós passamos, por exemplo, a descrever uma operação. Pedir para descrever uma operação

tal, assim, assim. Então ele descrevia a operação. Um sujeito que soubesse português descrevia muito bem. Mas dentro daquela descrição dele... Não vamos tirar 3 numa descrição perfeita daquela, podia botar dez perguntas muito mais úteis, e ele podia ser mais útil para mim, porque era simplesmente erro de português, não é. Erro de português, pode me enrolar à vontade... [risos]

M.M. - É porque era um ensino muito mais voltado para a aplicação prática...

I.C. - Ah! Muito prático. O que nós queríamos... Porque eles eram engenheiros. Nós não estamos com... A nossa matéria não era matéria curricular, era extracurricular para ser apostilada. Tanto que no diploma diz: "Fez curso de petróleo, assim, assim, assim." Então eles não eram reprovados. Quando nós víamos que o sujeito não dava, conversávamos com ele, dizíamos: "Não dá. Não tem condições." "Ah, eu não tenho tempo." "Então é melhor você não fazer o curso, porque pode acontecer amanhã, fez o curso e foi reprovado. Então é melhor você ficar de fora. Pede fechamento, quando você puder você volta." Assim fomos limpando e todos saíam aprovados. No fim do ano todos saíam aprovados. Não era proteção não, era porque a turma queria uma coisa nova, e eles queriam aprender.

M.M. - E era um mercado de trabalho novo, não é?

I.C. - Exato. Nós praticamente absorvíamos quase todos. A Petrobrás espalhou nesse Brasil inteiro, todo ano, a partir de outubro, mandava os emissários dela a todas as universidades, ver quem queria fazer curso de petróleo. Em janeiro trazia todo o mundo para a Bahia, porque era na Bahia que os cursos funcionavam. Depois passou a funcionar pela própria Petrobrás. Então ela tinha uma área na Bahia só para treinamento de pessoal.

M.Q. - Agora, em fevereiro de 56 há a saída do general Arthur Levy e a entrada do Janary Nunes, que marca assim um grande incremento da atividade de produção de petróleo, essa parte de perfuração também, busca de petróleo, até como uma coisa que estava dentro do "Plano de Metas", não é? Como é que isso repercutiu na Bahia? Houve realmente novos investimentos nessa área? Modernizou-se a estrutura, os equipamentos? Como é que ficou essa...?

I.C. - Certo... A entrada do Janary, ele deu um impulso muito maior, porque foi num momento em que nós começamos a necessitar de produção para atender as nossas refinarias que estavam sendo preparadas. E houve uma dotação de recursos bem maior para equipamentos. Nós começamos a adquirir novos equipamentos. Porque até então a aquisição de um equipamento de perfuração era muito demorada, muito difícil, por causa das verbas que nos eram disponíveis. Houve esse apoio financeiro muito maior, e com os novos equipamentos que chegaram os programas foram ampliados, as atividades foram intensificadas, e em petróleo, quanto mais fura, mais possibilidade você tem de encontrar. Isso admitindo que todos os projetos de perfuração tenham prioridade... Costumam ser chamados de prioridade A, B ou C, dependendo da evidência geológica ou geofísica que possa concluir o resultado. Mas de um modo geral, quanto mais perfura mais conhecimento você tem, mais resultados você tem. A mesma coisa com o urânio. quanto mais você perfura mais descobre. E com isto nós tivemos a... A época da década de 50 para 60, na Bahia, foi só de descoberta. Quase todo ano descobriam-se dois, três campos. As atividades ficaram muito grandes.

M.Q. - E nas outras áreas?

I.C. - As outras áreas também: a Amazônia recebeu mais equipamentos, aumentou, o Maranhão passou a ser uma regional, já começou a trabalhar com mais dois equipamentos. Mas sempre ali no Nordeste, no próximo no Amazonas. Nós não saímos daquela região. Somente mais para adiante é que nós tivemos a felicidade de tentarmos ir no mar, e conseguimos alguma coisa e então passamos a operar em toda a costa. Mas com a entrada do Janary foi um empurrão muito grande que foi dado na indústria de petróleo, pela facilidade de maiores recursos e maior atividade.

M.Q. - Mas quem começou a montar essa estrutura financeira para financiar essa atividade de petróleo, de produção, e até para a aquisição de equipamentos, recursos até para obter divisas, foi o próprio Arthur Levy. Foi na gestão dele. Quer dizer, já no período do Arthur Levy se sentia essa alteração, ou realmente essa coisa ficou marcada no período do Janary?

I.C. - Não. A Petrobrás, quando ela nasceu, já nasceu forte. O apoio à Petrobrás foi um apoio total, não só político como também do próprio povo brasileiro. Então, os recursos de que ela passou a dispor foram muitas vezes maiores do que os do Conselho. Um detalhe que eu queria deixar registrado com vocês aqui é o seguinte: um dos velhos técnicos do Departamento da Produção Mineral, a quem eu procurei para tentar fazer a história do petróleo, e registrar a história do petróleo, quando eu era professor da cadeira - ele me deu uma infinidade de documentos -, ele me dizia: "Como é que você queria que o petróleo aparecesse, se em 1938 os recursos para petróleo no Departamento eram de 1.500..." Naquele tempo era...

M.Q. - Eram réis, não é?

I.C. - "Eram 1.500 contos de réis..." Então vocês vejam a diferença... Não dava mesmo para aparecer petróleo. Então, quando veio a Petrobrás, ela dispunha do Conselho com muitos recursos, facilidades, as evidências de descoberta na Bahia etc., e cresceu a vontade de se andar para o petróleo. E veio a Petrobrás com os recursos que faltavam. De forma que o empurrão verdadeiro, o maior empurrão, foi a própria Petrobrás que deu. E em todas as administrações não faltaram. Mas existia também aquela idéia que era de construir refinarias, e os recursos então começaram a ser dispersados. Não era mais apenas dinheiro para a produção e perfuração. Precisava também fazer refinarias. E com isso a área de atividade de perfuração e produção vinha sendo mantida aquecida, mas nunca com o dinheiro suficiente que os técnicos desejavam para poder realizar, porque na verdade nós não tínhamos refinaria para esse petróleo. Agora, chegou um momento, que o americano chama o *hard time*, que você não pode evitar mais. O *hard time* é aquele tempo que você precisa até o momento de andar juntos. Então chegou naquele momento, antes de chegar no final, se estavam juntos: tinha petróleo e não tinha refinaria. E foi obrigado mesmo a correr com recursos para preparar as refinarias para receber o petróleo. E aí houve uma demora, uma demora não, mas digo uma redução de atividade. E quando o Janary entrou, então já estava naquela situação de precisar de mais petróleo para as refinarias. Você vê, a RELAN, quando ela foi feita, era refinaria para 5.000 barris. Nós produzíamos 2.500. Quando ela inaugurou nós estávamos com capacidade para 15.000, e ela só tinha 5.000. De modo que foram feitas as ampliações para poder chegar a conseguir um ganho, em uma situação melhor.

Então, essa foi a razão, mas todos eles, desde o presidente Juracy, o Levy... O Levy foi um grande administrador. O Levy também teve que... Não era militar, era engenheiro... Aliás, ele era militar, mas engenheiro-militar, e dava um apoio fantástico à parte operacional, para os técnicos. De forma que constantemente nos visitava, qualquer problema que nós tínhamos lá na Bahia ele estava presente, queria ir ver também. Ia. Contava também com um diretor de perfurações, de operações, Irnack Carvalho do Amaral, que era excelente geofísico, conhecedor da matéria. Enfim, a equipe foi muito bem preparada, a equipe da Petrobrás. Contou com elementos extraordinários no seu início. Até mesmo, costumamos dizer, até mesmo os próprios americanos que aqui vieram, não eram pegados ao laço não. Eram conquistados a recursos, a dinheiro. Por isso ganhavam bem, mas nós tínhamos a satisfação de tê-los como os melhores que nos foram oferecidos na época.

M.Q. - Agora, voltando um pouquinho atrás, ainda em 55 houve a criação do Distrito de Exploração e Perfuração do Nordeste, não é? O que englobava esse distrito? Quais eram as áreas?

I.C. - O Distrito do Nordeste foi o resultado do desenvolvimento do petróleo em Alagoas e Sergipe. E era um distrito porque dependia ainda da Bahia. Mas nós começamos a sentir as dificuldades pelo aumento de atividade, sobretudo em Sergipe, a ver que já não podíamos mais fazer com os técnicos da Bahia. Nós tínhamos que ter uma equipe permanente lá. E nós... Os primeiros poços foram perfurados em Alagoas, no Tabuleiro dos Martins. Hoje está quase dentro da cidade de Maceió. Lá nós construímos também os nossos armazéns, os nossos almoxarifados, que até hoje podem ser vistos - quem vai pela estrada de rodagem para Maceió vê o mundo que ficou aquilo. Quase repetiram o que fizeram na Bahia lá. Oficinas independentes, almoxarifado independente, orçamento independente, equipes independentes...

M.M. - E era necessário?

I.C. - Era, porque a atividade era muito grande, e a distância era muito grande também. A mesma coisa quando nós tivemos que suspender a atividade de Maceió para criarmos a central, ou melhor, a Região do Nordeste em Sergipe. Sergipe já produzia 30.000 barris, e Maceió só produzia 1.000. Então nós tivemos que transferir. E aí veio outro problema: transferência de pessoal, instalações. E naquela época nós fazíamos tudo isso. Hoje, não. Hoje você apanha um ônibus e traz o pessoal para casa toda noite. Tanto que você vai na Bahia, vai na área de Catu, a área de Catu deve ter aí de uns oito a dez alojamentos parecendo do Exército, que hoje são cedidos para o sindicato trabalhar, para escolas, para uma coisa ou outra, umas duas ruas de casas de engenheiros que hoje nenhum engenheiro quer morar lá, moram os operários. Um engenheiro prefere morar em Salvador, pega o carro, em uma hora, uma hora e meia está lá em Catu. Antigamente ele não sabia a hora que chegava. Então tinha que construir mesmo a casa lá, e o engenheiro ia morar lá.

M.M. - O efeito que tem o petróleo na alteração da região. É importante isso, não é?

I.C. - É fantástico! O efeito multiplicador é mais do que o do minério. Minério você tem... O efeito multiplicador do minério é de 1 para 5. O de petróleo é muito mais. Porque o petróleo... Tudo o que você tem hoje, você pode ver ao redor de você, tem efeito de petróleo. Eu tenho um desses livretos que quando a gente vai para a escola,

distribuem nos Estados Unidos: "A fascinante indústria do petróleo". Então você lê o que é que você vai fazer. Ele mostra, faz uma figura: você acorda, vai ao banheiro. A pasta de dente, começa por aí, a pasta de dente já é à base de petróleo. A escova de dente é um plástico... E aí vai embora. Você bota qualquer cosmético que você utiliza, é petróleo. Vem tomar café, o aquecimento é petróleo... [risos] Aí vai embora. Até dormindo você tem petróleo em toda a sua vida. Então o benefício que ele traz é direto, ou a indústria em si, e indireto, porque ele cria ao redor. Você vê que a parte de indústrias brasileiras cresceu assustadoramente às custas da Petrobrás. Hoje nós temos o nosso parque industrial que é um parque que pode atender a qualquer exigência do mundo inteiro. Nós fazemos hoje o que o mundo inteiro faz. As próprias usinas atômicas, nós estamos fazendo reatores aqui para a Argentina, que é muito mais velha do que nós na área. Equipamento de petróleo brasileiro é vendido no mundo inteiro.

M.M. - E o senhor acha que essa nacionalização da fabricação dos equipamentos também foi um programa intencional?

I.C. - Ah, foi. Foi porque nós saímos... Vou contar um acontecimento que houve comigo: nós saímos da Bahia para São Paulo, para conhecer a indústria paulista e as possibilidades de obter no Brasil aquilo que só vinha do estrangeiro, e nós víamos que tudo poderia ser feito no Brasil. Mas o problema é o mercado. O sujeito que faz, por exemplo, uma determinada peça para uma bomba, que nós costumamos gastar, vamos dizer, a cada 60 horas. Então aquilo é bom fazer no Brasil. Mas se nós aconselharmos alguém a fazer uma fábrica para fazer aquilo, só para fazer para nós, ele num dia atende a um pedido nosso para o ano inteiro. Então não havia condição de ser feito no Brasil. Era preciso que essa fábrica pudesse fazer outras coisas. Isso foi trabalhado durante e muito tempo, conversado com os especialistas, para ver de que maneira podiam nos atender. E eu me lembro que eu fiz parte de uma comissão que saiu da Bahia para ver o que a indústria paulista poderia fazer para nós.

M.Q. - Isso foi quando?

I.C. - Isso já foi aí em meados da década de 50, 55, por aí assim. E eu fui com aquela idéia de que não vão fazer. Como eu conhecia o equipamento, fui um dos escolhidos. Então eu chegava e dizia: "Isso aqui é um aço tal, assim, assim..." Eles diziam: "É. Esse aço, nós não trabalhamos com esse aço." Então eu ficava contente: "Está vendo! Eu disse que eles não faziam." E nessa brincadeira corremos várias

indústrias, e a nossa conclusão é que qualquer coisa eles podiam fazer no Brasil. O que precisava é que nós tínhamos que identificar o que nós estávamos perguntando na verdade. Por exemplo: quando eu perguntava se ele tinha, um tipo de aço especial, vamos dizer, um *nickel-hard*, por exemplo - é um tipo de níquel, NI *hard*, que eles chamavam, era um níquel duro - ele dizia. "Não. Eu não tenho *nickel-hard*. Eu não faço *nickel-hard*." Mas também não dizia o que fazia. Depois que nós começamos a penetrar na conversa, dentro do ônibus, batendo papo, tomando cerveja etc., então ele dizia. "Não. Eu trabalho com TI-*hard*." O TI-*hard*, é um tipo também à base de tungstênio, que é feito no Brasil por essa firma, que podia ser feito perfeitamente, e substituía o *nickel-hard*. E lembro também que essa peça da bomba, quando eu perguntei lá, eu digo: "E nesse tipo de aço? Você faz essa peça assim, assim?" Ele disse: "Qual é o peso da peça?" Eu disse: "Uns 20 ou 30 kg." Ele disse: "Até 200 kg nós fundimos." [riso] Eu

me senti desmoralizado. Porque eles eram capazes de fazer tudo. O que faltava era mercado.

Então algumas empresas começaram a trabalhar, do tipo cativas, só trabalhar para nós, produzindo só para nós. E nós reconhecíamos as dificuldades que eles tinham também. Então nós reconhecemos que a indústria brasileira estava em condições de nos atender em qualquer coisa. O que precisava era ter entrosamento. E passamos a ter aquele entrosamento. Eles mandavam os equipamentos para entrega imediata. Aí é que foi o desastre, porque nós começávamos a receber o equipamento, a utilizar, e os defeitos se apresentavam e não eram reparados. Depois eles começaram a viajar para o campo a conselho nosso, porque nos Estados Unidos quem indica o equipamento não é o diretor da empresa, é quem usa o equipamento. Então você tem que conversar é com o dono do equipamento, que trabalha com o equipamento. É com o sondador, é com o engenheiro de campo. Então ele chega e diz: "Essa válvula, você está dizendo aqui, essa válvula, a haste é fraca." "Ah, é fraca porque o cálculo que eu fiz está correto." Ele diz: "Seu cálculo está correto, mas tem uma expressão de petróleo que diz: o equipamento só é bom quando você usa e abusa." [risos] Porque quem trabalha com ele não é o engenheiro que conhece. É um homem braçal, que quer apertar. Você diz: "Aperta mais!" Ele bota uma chave maior e aperta e quebra. O americano, você faz isso e não quebra. Porque se o cálculo é de uma polegada, ele bota uma polegada e meia, já esperando o abuso. E fomos fazendo isso, e fomos melhorando, brigando com eles, gritando... Eu me lembro bem que tinha... Quando eu trabalhava na sondagem, chegava uma operação arriscada assim, uma ameaça de *blow-out*, e chegava uma válvula dessa, eu tirava fora. "Não uso essa nacional. Eu quero a americana!" Porque estava arriscado ela arrebentar na minha mão. Eu só usava porque eu tinha certeza de que a americana agüentava. E isso aconteceu várias vezes, não só comigo, mas com muita gente, mas a verdade é que hoje eles agradecem essas exigências que nós fizemos, e hoje a indústria está capacitada para produzir para o mundo inteiro.

M.Q. - O senhor poderia citar algumas dessas empresas que começaram a produzir...

I.C. - Você tem uma que até hoje ainda trabalha, e continua de vento em popa, porque é uma grande empresa: CBV

M.Q. - CBV?

I.C. - É. Ela continua fazendo cabeças de poços, e se atualizou muito. Cada vez que a indústria traz coisas novas ela vai procurar licença para fazer igual, e daqui a pouco está fazendo sozinha. Todo o equipamento submarino, por exemplo, hoje ela já faz, o que é coisa rara. Antigamente a gente ia para...

[FINAL DA FITA 4-B]

I.C. - ...para aprender. Hoje eles vêm do exterior para ver como é que nós trabalhamos na parte submarina. E a indústria nacional está capacitada. Ou faz licenciado ou não, mas faz. Isso é que é importante, porque o pior é quando você não pode obter a licença porque não tem quem faça. E ela faz e altera e projeta. Enfim, hoje a indústria merece toda a confiança, seja qual for o ramo em que a Petrobrás vá. A parte de refinaria, me lembro que nós começamos as nossas refinarias fazendo 40%. Nós costumávamos dizer

que só a lataria a gente fazia no país. Hoje você já faz uma refinaria quase que totalmente utilizando equipamento nacional. As sondas, a não ser os equipamentos de perfuração direta, os guinchos, como nós costumamos chamar, que não há fábrica nenhuma que possa montar no Brasil, porque você faz uma sonda dessas para a Petrobrás, um guincho desses, ela pode fazer num mês. E o resto? Não é? E muitas vezes a própria companhia que vende o guincho, americana, inglesa, a maior parte americana, ela vende parcial. O que pode ser feito no país é feito. Vem a parte que é dela mesmo, e aqui é montado o resto, feito no Brasil.

M.M. - É. Isso é um negócio que precisa também de subsídios muitas vezes do governo, para poder se sustentar. Não sei como é lá fora...

I.C. - Aqui o subsídio foram exatamente os adiantamentos. A Petrobrás produzia, dava o adiantamento para eles se equiparem e se prepararem para produzir. Hoje os adiantamentos são feitos apenas em grandes compras, porque o material de rotina, praticamente... Alguns eles têm até em prateleira já. Mas a ajuda da Petrobrás foi fantástica para isso.

M.Q. - E foi um processo doloroso esse da peça não ter uma especificação, não ter um controle de qualidade, quer dizer, foi uma decisão, nesse sentido, não é...

I.C. - Exato... Exatamente...

M.Q. - E também um investimento da empresa, financiando já, adiantando uma parte do... Para a empresa poder se capacitar, não é? Produzir...?

I.C. Exato... Mas o perigo era que às vezes o equipamento nacional, como eu disse de início, ele não obedecia à preferência do operador. Obedecia à preferência do vendedor junto à autoridade que estava comprando, quando na verdade quem diz o equipamento é o empregado. É muito comum você perguntar a um americano, por exemplo: "Que tal o equipamento tal?" Ele dizia: "Eu não gosto." Ele não pode dizer porque nunca trabalhou com ele... [risos] Se você largar mais duas perguntas sobre o equipamento, você identifica que ele nunca trabalhou. Ou então, se trabalhou, aconteceu alguma coisa com ele e ele não gosta do equipamento.

Porque quando você tem alguma coisa para produzir, você tem que... O próprio... Tem um cargo na divisão de trabalho americana que chama de *pusher*. É o indivíduo que empurra, que não deixa você parado. Ele lhe dá todos os meios. Esse cargo nós temos também na sondagem. Passamos a chamar mestre, mas é o *pusher* americano. O *pusher*, o trabalho do *pusher*, ele não faz nada, a não ser não deixar o outro parado. Na hora em que ele pára ele não sossega. Enquanto ele não voltar a trabalhar ele não sossega. Então esse moço tem um talão de cheques com limite - aqui no Brasil não temos isso, mas nos Estados Unidos eu fiz estágio e tinha. Ele tem um carro à sua disposição, tem um talão de cheque que tem limite, até quinhentos dólares por dia, até mil dólares por dia, dependendo, não é, tem crédito em todas as companhias, de forma que ele chega na sonda e diz "O que é?" "Queimou o rolamento tal, assim, assim, nós estamos aguardando o rolamento." "Me dá o rolamento!" "Pega o rolamento e vai embora. Daí a meia hora ele está lá com o rolamento para colocar." Porque a sonda parada é despesa que continua. Aqui nós tínhamos exemplos de sondas paradas, às vezes por falta de um parafuso. E você tinha que fazer aquele pedido através do almoxarifado, o almoxarifado autorizava o pedido, descobriu que não tinha no Rio, aí pedia para o escritório em São

Paulo, aí o escritório de São Paulo repetia a mesma coisa... Com a atividade, praticamente da Petrobrás, aquilo mudou, e os nossos chefes de serviço, os nossos *pushers*, eles tinham autoridade. Quebrava uma coisa, ele pegava e ia embora. Fazia a mesma coisa que o americano fazia. Se nós fazíamos tudo, porque é que não fazíamos igual? Então a técnica apareceu, a eficiência apareceu, o trator já não ficava mais atolado um dia inteiro porque a embreagem queimou. Ele estava lá atolado, o sujeito: "Tira a embreagem! Me dá a embreagem!" E ia embora.

M.Q. - Mas isso na Petrobrás? Já?

I.C. - Isso na Petrobrás. A Petrobrás já fez isso... Fazia isso.

M.Q. - Agora, o senhor estava falando que tomou parte nessa comissão, não é? Essa comissão por acaso é a Comissão de Articulação com a Indústria Nacional? Criada em 57?

I.C. - Essa comissão, eu fui chamado apenas para integrá-la como operador, para conversar. Já fui com aquela mentalidade de ter que conversar com o operador.

M.Q. - Nessa Comissão de Integração com a Indústria Nacional?

I.C. - É. Então aí nós viemos da Bahia para conversar, visitar, conversar com o produtor, dizer o que é que nós sentíamos do equipamento dele, qual era a fraqueza que tinha, como ele podia melhorar etc. Essa comissão era daqui do Rio.

M.Q. - Mas quem é que tomava parte nessa comissão? O senhor lembra? Aqui no Rio?

I.C. - Não... Aqui nós tínhamos o... Isso ficava sempre a cargo do setor de material da Petrobrás.

M.Q. - Já existia?

I.C. - Já. Logo, desde o início nós cuidamos do setor de material, porque é cópia americana. A organização que nós tentamos dar foi semelhante à americana. Era o setor de material. Almoxarifados e equipamentos.

M.Q. - Isso não apareceu depois da departamentalização? Em 64?

I.C. - Não. Material sempre existiu. Podia ter mudado de nome, mas sempre existiu. O superintendente de material era... Internamente, aqui, na Bahia, em qualquer lugar. Então, dentro do serviço de material, eles tinham um grupo, se não me engano o Melo Flores foi um dos responsáveis por isso também. E teve um impulso muito grande no tempo do Plínio Cantanhede, quando eles criaram a comissão permanente._

M.Q. - Plínio Cantanhede...? Ainda no...

I.C. - Espera aí. Estou confundindo. Plínio Cantanhede deu a idéia para se criar essa comissão de articulação...

M.Q. - Essa comissão de articulação...

I.C. - Porque ele mostrou que havia necessidade de ter um grupo permanente. Independente da turma de material, um grupo permanente para visitar, para conversar, independente das rotinas. E começou a organizar dentro do material, mas sem o título. Apenas tinha um grupo que se encarregava disso. Depois foi criada a comissão permanente que ficou aqui, mas aqui já era organização do Rio de Janeiro. Mas era do serviço de material, setor de material.

M.Q. - Será que foi no período em que o Plínio Cantanhede era presidente do CNP? Logo no início da Petrobrás?

I.C. - Olha, eu acho que no tempo do Plínio já existia esse grupo... Eu acho que o tempo do Plínio já existia esse grupo. Porque ele, quando entrou, ele sentiu a necessidade. Porque a solicitação dos técnicos era tão freqüente que ele preferiu que esse grupo fosse permanentemente criado fora da rotina. Era essa turma que conversava com o fabricante. E não foi tão perfeita a organização, porque exatamente como resultado desses entendimentos foi que nós tivemos que mudar, é o que eu falei, a mentalidade. Tem que vir a operação, porque esses homens são especialistas, são engenheiros mecânicos, engenheiros técnicos, eles sabem o equipamento, mas o uso do equipamento quem tem que vetar é o operador.

M.Q. - Claro.

I.C. - Talvez tenha sido a única mudança do sistema do Plínio. Mas a idéia inicial foi do Plínio.

M.Q. - Agora, dr. Ivan, em 56 também, Cubatão começa a receber o óleo baiano, com a entrada em operação do terminal marítimo Madre de Deus, não é? Esse terminal, o senhor acompanhou as obras, como é que foi feito?

I.C. - O terminal de Madre de Deus era programado para depois de uma ampliação de Mataripe.

M.Q. - Ah, sim...

I.C. - Porque ele iria servir de porto de embarque. O problema é que Mataripe tem acesso pelo mar, mas em maré baixa os barcos não podiam ir até o cais. Então nós tínhamos que tentar um terminal em algum lugar fundo da baía, e permanentemente acessível por navios. E esse ponto maior era em frente de Madre de Deus. A ilha de Madre de Deus tem um canal, que chama Boqueirão, e esse Boqueirão, devido à erosão, ele tem profundidade de mais de 30m. Nós precisávamos então fazer um terminal ali, porque os navios por maiores que fossem podiam ir até lá. Mas ele só seria instalado daí uns três anos, e nós já estávamos com quase 15.000 barris de produção. Mais do que Mataripe. E ele botava um poço hoje em produção, depois amanhã botava outro. Nunca tínhamos feito um estudo de um poço permanentemente em produção para ver o comportamento dele, porque a gente tinha que mudar de vez em quando lá, para não provocar evasão de óleo nos reservatórios em determinados pontos. Porque o ideal na produção de petróleo é que você extinga o reservatório utilizando ele todo por igual. Daí os cálculos que você tem para determinar a produção do poço, a sua pressão. Ele às

vezes é um poço para 2.000 barris, mas você vai botar ele para produzir 400, apenas porque tem que obedecer a controles de pressão interna do reservatório, essas coisas...

M.Q. - Senão você estraga o poço, não é? Se você usar...?

I.C. - Estragar o poço não seria o caso, mas estraga o reservatório. Porque às vezes você monopoliza, cria canais diferenciais dentro do próprio reservatório, e se você tiver reservatório de gás, o gás pode monopolizar e reduzir a produção de óleo. Você tem que usar o gás para ele elevar o óleo, mas não para ele fugir. Tanto aí que você faz o cálculo para ver qual é a força cinética do gás e do óleo, para você produzir e dizer: "Esse petróleo aqui pode ser produzido com 22m³ de gás, por metro cúbico de petróleo", por exemplo. Então você calcula e bota os medidores para isso. Se botar mais você está produzindo mais gás do que devia, e amanhã esse gás não volta, e o óleo fica lá embaixo sem subir. São exigências técnicas de reservatório.

Pois bem, então era preciso que nós criássemos um meio de exportar aquele petróleo, e o meio seria ou fazer um terminal, ou por que não Madre de Deus, que estava programado? "Não, mas Madre de Deus é da área de refino e só vai estar preparado daqui a três anos." Então nós viemos aqui no Rio, com um programa nosso, porque já existia um projeto para Madre de Deus, e estudamos e verificamos que podíamos fazer determinadas partes do projeto, só para embarcar o óleo baiano. O restante ficava para quando Mataripe tivesse condições... Como aquele embarque de óleo baiano estava no programa, nós tínhamos que fazer sem prejudicar o outro programa, e de tal forma que ele pudesse ser mesclado com o outro programa, com a continuação. Então nos permitiram, e eu voltei aos Estados Unidos, fui na Kellog, que era a projetista, e dei a nossa idéia. Eles no início foram contra, mas depois eles compreenderam que nós precisávamos embarcar o óleo de qualquer forma. Nós estávamos com mais óleo. Então concederam que nós fizéssemos a parte de petróleo baiano. E nós construímos dois tanques, 120.000 barris, era dos maiores que tínhamos visto até a época, e pedimos o apressamento das caldeiras automáticas, que nós tínhamos umas caldeiras à mão, as bombas também, que as bombas chegassem à época, as bombas de petróleo. Enfim, nós tiramos do projeto da Kellog aquela parte...

M.Q. - Que poderia ser útil...

I.C. - Para nós fazermos, sem prejudicar o projeto da Kellog. Tanto que não veio técnico nenhum da Kellog. O início de Madre de Deus foi feito por nós da perfuração da Bahia. Mudamos para lá umas duas ou três equipes, o engenheiro Haroldo estava terminando a parte de operações dele também de sondagem, foi para lá para nos ajudar. E nós fizemos uma linha submarina, lançamos uma linha submarina de 3 km até quase o meio do Boqueirão. No Boqueirão colocamos cinco bóias ancoradas, o navio se prendia a essas quatro bóias, e uma daquelas bóias era ligada a uma mangueira. O navio encostava defronte da bóia, suspendia a bóia, botava em cima do convés, pegava a ponta da mangueira, fazia conexão, e de terra, por telefone, ele avisava que estava pronta a instalação, então nós começávamos a bombear. Bombeávamos, a linha geralmente era cheia de água, botávamos uma peça, aquela peça que nós informamos da vez passada, o tal *pig*, para retirar a água, e o óleo começava a chegar lá, começava a embarcar o óleo. Essa instalação nós fizemos praticamente no período chuvoso. Madre de Deus, como todo o Recôncavo, é coberto de massapé, e nós costumávamos fazer centros de trabalho. Quando o sol permitia, colocávamos os equipamentos perto, assim, e cobríamos. Começávamos a trabalhar ali. E a chuva que chegasse, caía, não prejudicava aquela

parte. Quando aquilo estava pronto a gente partia para outro. Fazia outra cobertura e outro circulozinho. E assim fomos fazendo, e o resto era só atoleiro. Não podia mexer em nada. Só andar até lá. E conseguimos instalar, e embarcamos o primeiro embarque de petróleo para Cubatão, e assim iniciamos a vida de Madre de Deus.

Tem um fato também interessante para contar, é que os nossos foguistas, que trabalhavam nas sondas, quando começamos a receber as caldeiras automáticas, com células de mercúrio, elas automaticamente movem as válvulas, funcionam sozinhas, como se fosse um computador. E as caldeiras eram importadas pela Dedini, essa fábrica nacional que produzia outras caldeiras para nós, caldeiras nacionais. E quando chegou o equipamento, eu fui mostrar para eles lá como é que funcionava o equipamento, e aí ele disse: "Mas doutor, o senhor não disse que a caldeira era Dedini?" Eu digo: "É Dedini. Olha aqui a placa. É que é, parece, da Westinghouse, que a Dedini licenciou para fazer, mas a fábrica é Dedini. Ele disse: "Ah bom! Então eu estou enganado." Eu digo: "Por quê?" "Eu pensava que era da Dedini. Eu digo: "Mas é da Dedini!" Ele diz: "Mas como é que é automático?" Eu digo: "Mas a Dedini faz automático!" Ele diz: "Ah!..." Ele pensava que Dedini era à mão... [risos] Porque as outras caldeiras, o funcionamento era à mão. Então ele disse: "Não, eu não sabia a marca das outras caldeiras." De material mais bruto, a Dedini não botava placa nenhuma. Um equipamento desses licenciado, ela botou uma plaquinha de bronze - Dedini etc. Ele disse: "Eu pensei que Dedini era porque era à mão." "Não, Dedini é uma fábrica." [risos]

M.M. - Era porque ele botava os dedos nela... [risos]

M.Q. - Ah! Essa é muito boa... Mas é interessante - voltando a uma questão que a gente já tinha comentado numa outra vez - essa pouca troca de informação que havia entre os técnicos da Bahia, especificamente o pessoal que trabalhava com petróleo baiano, e o pessoal que trabalhava em Cubatão, que ia receber esse óleo. É interessante como as unidades da Petrobrás, parece que elas trabalham de forma isolada, não é? Há pouca troca, ou pelo menos havia nesse período...

I.C. - Não. Eu queria fazer a seguinte correção: Cubatão não foi feita para o óleo baiano. As refinarias, quando elas são preparadas, elas são preparadas para um determinado tipo de óleo, ou pelo menos, para um determinado tipo médio de óleo. E Cubatão não foi feita.... A única refinaria que foi feita para o óleo baiano é a Relan, a Landolfo Alves na Bahia. Nós é que tínhamos que produzir e mandar para alguém. E só existia Cubatão. A Reduc, quando teve que terminar, antes de terminar, ela começou a se preparar para receber também óleo baiano. Mas elas foram projetadas para outro óleo.

M.Q. - Mas me parece que eles não tinham muita consciência. Pelo que a gente percebeu, através de uma outra entrevista, eles não tinham muita consciência dos problemas que iam aparecer?

I.C. - Exato. Exatamente. Tanto assim que nós tivemos... Os primeiros técnicos que foram para os terminais, São Sebastião, e que foram receber óleo em Cubatão, foram transferidos de Mataripe, porque eles sabiam tratar o óleo baiano. O óleo baiano é um óleo rico, um óleo caro, altamente parafínico, e que à temperatura ambiente ele solidifica. Então, ou você tem serpentinas e sistemas de aquecimento preparados para tratar o óleo baiano, ou pode entupir tudo. E eles não tinham, porque não iam receber o óleo baiano. Então eles tiveram que se preparar. E isso foi durante longo tempo. Os próprios navios que transportavam o óleo, a princípio eles tiveram dificuldade. Porque

eles tem serpentinas para tipos de óleos como o baiano. Então, aqueles que tinham serpentinas se safavam com facilidade. Os outros que não tinham, tinham que fazer agitadores, e demorava o desembarque de óleo, era um negócio muito mais difícil. Mas a razão era essa. É que o óleo baiano era diferente. Eles estavam procurando produzir óleos nafetenicos que produzissem mais carburantes, mais gasolinas, e o óleo baiano é mais para o óleo diesel, para um óleo lubrificante, para um óleo parafínico. Por isso é que ele era caro. O óleo, por exemplo, que Cubatão recebia, o árabe, era um óleo, naquele tempo, de 2,10 dólares. O nosso óleo no exterior era um óleo para 3 dólares. Algumas vezes nós chegamos a fazer isso: embarcar um navio de óleo e trazer dois árabes, para substituir.

M.Q. - Aliás, o petróleo baiano foi logo exportado, não é? As companhias estrangeiras se interessaram por ele?

I.C. - Lógico! Se interessaram por isso, porque era um óleo rico de parafina. Tanto assim que Mataripe, o segundo desenvolvimento de Mataripe, que a gente chama Revamp, ele já fez com uma unidade de parafina, para produzir parafina, que não produzia. Ia toda para aquele óleo grosso que ficava nos aterros, para ser retratado. E ela começou a produzir e tirar parafina. Hoje Mataripe tem uma grande produção de parafina. Mas desde aquele tempo já tinha. Mas então aí, o próprio produto, o óleo diesel já passou a ser um oleozinho mais nobre, porque já tinha pouca parafina, os motores já não fumaçavam muito, porque quando você vê um motor a diesel fumaçando, ele está queimando parafina, é desregulagem. Mas quando o óleo é pesado, é um óleo diesel pesado de parafina, ele queima normalmente e enfumaça. Então você começou a produzir um produto mais limpo, mais nobre, e tirava a parafina, que era outro produto para vender.

M.M. - Agora, o senhor se lembra para onde o petróleo baiano era exportado?

I.C. - Ele era exportado somente para Cubatão.

M.Q. - Não, mas depois ele passa a ser exportado também para fora, para o exterior, mais tarde...

I.C. - Casos muito raros... Nós fizemos algumas exportações por tentativa...

M.Q. - Experiências?

I.C. - Exato. Daí chegar a dizer que a exportação era quase feita nesse sentido, mandava um navio e trazia dois. Não chega a ser isso, não é, por causa de despesas etc., mas em preço era mais ou menos isso que havia.

M.Q. - Agora, o senhor saberia nos dizer se esses navios que transportavam óleo eram navios da Fronape mesmo, ou eram navios fretados?

I.C. - Não. Os navios que transportavam o óleo baiano eram da Fronape. Agora, isso não impedia que se ela tivesse disponível um navio dos contratados por ela, mandasse para Salvador e carregasse. Tanto assim que nós carregamos lá navios indianos, gregos. Se ele tivesse condições de receber o óleo ele ia, porque era contratado pela Petrobrás.

M.Q. - Sei. E os navios da Fronape tinham esse equipamento todo já?

I.C. - Tinham. Os que iam para lá todos tinham.

M.M. - E esse sistema de transportes era eficiente? Cumpria seus prazos?

I.C. - Era. Eles chegavam praticamente... A capacidade, as bombas que nós tínhamos lá eram bombas iguais às de qualquer terminal. Eram bombas que embarcavam uma média de 20.000 barris por hora, mais ou menos. Quer dizer, um navio daquele em 12 horas, em 24 horas, ele completava a carga dele e saía na outra maré. Nós tivemos que fazer balizamento no canal lá em Salvador até a saída do canal, mas nunca deu problema não. Depois quando da ampliação de Mataripe, houve a ampliação de Madre de Deus, e aí fizeram as pontes de concreto. Hoje o navio encosta e recebe 11 produtos, 11 linhas diferentes, ele pode receber o que quiser. Naquele tempo só recebia petróleo lá.

M.Q. - Agora, em 57 vai haver uma reformulação administrativa da Região de Produção da Bahia. Se não me engano era uma firma... não sei se era a Bruce Paine, era uma firma americana que foi fazer esse trabalho de reformulação?

I.C. - Certo.

M.Q. - Quais foram as mudanças que foram propostas por essa Bruce Paine? O senhor lembra?

I.C. - Uma das inovações que a Bruce Paine trouxe de lá para nós foi no que diz respeito à avaliação funcional. Porque nós tínhamos, por exemplo, era o meu caso... No meu caso, sábado pela manhã eu ia para lá ouvir o rádio, de toda a área, para saber se estava tudo normal, e ao meio-dia voltava para casa. Domingo pela manhã ia à missa e depois ia para lá ouvir o rádio para saber se estava tudo normal. Se tivesse alguma coisa, de lá eu ia para o campo, essas coisas. E ele trouxe aquela idéia de que você numa atividade, seja ela qual for, você tem que ter à sua disposição, a benefício da empresa, na pior das hipóteses, 10 à 15% livres. O indivíduo, por exemplo, que senta aqui às 8:00 h, sai às 4:00 h da tarde, trabalhando, ele está sobrecarregado. Você tem que ter, técnico, por exemplo, você tem que ter pelo menos uma hora, na pior das hipóteses, uma hora dessas oito, paga pela companhia, dentro do horário normal, para ler revista, para ilustrar seus conhecimentos. Então aquilo, era muito comum o sujeito dizer: "Eu não tenho tempo para nada! "Levo até trabalho para casa!" Não é possível isso, na organização certa não é possível isso. Então aquilo foi quebrado. Ele chegava e dizia: "Você precisa de mais assistentes, dr. Ivan!" "Não, não preciso! Eu estou suficientemente atendido." "Não, não! O senhor não está atendido. O senhor tem que ter assistentes." Aí começou a criar assistência, e a dividir mais o serviço, o da parte financeira separado do pessoal, porque era um grupo só que fazia tudo, essas coisas, não é. E a outra parte de almoxarifado, material, isso quase não aboliu, porque já era cópia, praticamente, da americana. Mas eles trouxeram a equipe completa, e penetraram em tudo, inclusive na parte de sondagem mesmo, foi muito pouco alterada a parte de campo, que era uma cópia americana. Ainda hoje é cópia americana. A única coisa que nós inovamos, já foi problema da Petrobrás, muito depois, foi a presença de mulher no campo, para controle de lamas, analistas, essas coisas, que no nosso tempo não tinha. Tanto que nas primeiras plataformas aqui, era proibido mulher desembarcar. Nem de visita. Só com visita de autoridade. Ia lá, assistia e voltava. Não podia ter mulher a bordo. Nos Estados Unidos

não tem... Na Rússia tem. Engenheiro de lama, é muito raro ser um técnico, um homem, o engenheiro de lama. Você chega num campo, estão lá elas com aquelas chapas, às vezes só com os olhos de fora, 15 graus abaixo de zero, mas o controle da lama é feito por elas. Aqui já começaram a mesclar, geólogos e técnicas de lama já são mulheres, algumas já trabalhando em plataforma.

M.Q. - É. Há uns três ou quatro anos foi que começou a se intensificar essa coisa...

I.C. - Coisa muito nova. Então a alteração da Bruce Paine foi mais com relação à parte organizacional da administração...

M.Q. - Pois é...

I.C. - Porque a parte de operação quase toda foi mantida. Era mesmo cópia, apenas mudaram os nomes. Plataformista, a gente chamava plataformista, eles não chamavam, chamavam *rack hatch*, e a expressão inglesa era RH. Então, eu sou RH. É hoje o plataformista.

M.M. - O senhor acha que isso foi bem aceito, o senhor aprovou essa divisão de tarefas que a Bruce Paine...? Essa reforma realmente funcionou? E foi proveitosa, na sua opinião?

I.C. - Eu acredito que tenha sido proveitosa, mas qualquer coisa para mudar é muito difícil, quando você tem a coisa acostuada já. Mas a... Não foi por parte da alteração o sentimento. O sentimento da alteração foi bem compreendido. Mas talvez tenha sido o maior choque para a administração, porque houve aumento de atividade, de distribuição de trabalho.

M.M. - Pois é...

I.C. - Aumento de efetivos. E isso nem sempre é visto com bons olhos. Mas eu tenho para mim que, hoje, o que você tem hoje na Petrobrás, é resultado, sem dúvida nenhuma, do primeiro trabalho feito pela Bruce Paine. É Bruce Paine ou Price...

M.Q. - Bruce Paine...

I.C. - Bruce Paine é dos Estados Unidos. Bruce Paine foi quem fez a reorganização de nosso escritório lá em New York... Foi a Price... Mas ela trouxe técnicos americanos, e o que tinha mais contato comigo era até um libanês, com treinamento americano.

M.Q. - Foi a Price aqui na Região da Bahia, ou a Bruce Paine?

I.C. - Não, não. Na Bahia.

M.Q. - Ah! A Price lá na Bahia?

I.C. - É.

M.Q. - Ah, é?

I.C. - Ela funcionou mas trouxe técnicos estrangeiros também para...

[FINAL DA FITA 5-A]

M.Q. - Bom, então não era a Bruce Paine, era a Price, que o senhor estava...?

I.C. - Eu tenho para mim que era a Price.

M.M. - É. A gente tinha dúvida.

I.C. - É.

M.Q. - Bom, em 57, final de 57, vai haver uma crise dentro da Petrobrás, com a saída do Irnack Carvalho do Amaral e do Neiva Figueiredo da direção da empresa, não é? O senhor tinha ou teve conhecimento dessa crise? Isso de alguma maneira repercutiu lá na região da Bahia, uma vez que o Irnack era diretor de operações, se não me engano, e era uma pessoa que tinha trabalhado diretamente na área de produção da Bahia?

I.C. - É. Não. A mudança do Neiva e do Irnack, a única mudança que podia apresentar alguma alteração lá seria a do Irnack, que era de operações. O Neiva era da parte financeira...

M.Q. - Pois é...

I.C. - Ele nos atingia muito pouco, embora fossem dois técnicos da área de petróleo do Conselho que tinham um sentimento da operação. Mas não abalou muito, porque passou a Bahia a suprir os cargos de diretores de operação daí por diante. Então você tinha... Na Bahia, quando você crescia a superintendente-geral, a próxima já sabia que era diretoria. Vinha para cá, porque era a maior área em atividade de produção de petróleo. Então, com a saída do Irnack veio o Geonísio Barroso...

M.Q. - Que foi para a diretoria?

I.C. - Ele veio para a diretoria, e eu passei para o lugar de Geonísio, que ele era superintendente-geral...

M.Q. - Eu acho que não... Acho que depois... Ele foi diretor nesse período...?

I.C. - Barroso foi diretor, depois é que foi presidente...

M.Q. - Nesse período? Ah, sim! Depois é que ele foi presidente. E o senhor passou então a superintendente. Mas isso foi em 61, não é? O senhor passou a superintendente só em 61, não é?

I.C. - Exato. Não. A data aí não estou acompanhando. Porque quando o Barroso veio é que eu fiquei no lugar de superintendente-geral.

M.Q. - Quando o Barroso... Mas o Barroso foi...

I.C. - Aliás, não. Eu estou confundindo. O Barroso veio para a presidência...

M.Q. - É. Exatamente...

I.C. - Veio para a presidência. Quem substituiu o Irnack? Quem foi? Pedro Moura?

M.Q. - Eu acho que... Não. Acho que foi uma pessoa de fora. Décio Savelho Odoni... Não.

I.C. - Ah! Mas o Décio era assistente do Irnack. É. Eu acho que esteve como diretor também.

M.Q. - Eu acho que foi ele...

M.M. - Foi.

I.C. - O Décio também esteve como diretor. É também egresso do Departamento da Produção Mineral.

M.Q. - Ainda é vivo?

I.C. - Não.

M.Q. - Falecido, não é? Voltando ainda à questão da reformulação administrativa, ela começou a ser pensada em 57 e foi realizada só em 58, não é?

I.C. - Sim.

M.Q. - Ela começou a se efetivar em 58. Ao mesmo tempo, parece que houve uma reestruturação do próprio plano da Petrobrás, que tinha sido feito pelo Hélio Beltrão, não é? Não sei se isso de alguma maneira repercutiu na organização da Região de Produção da Bahia, se o senhor tem conhecimento desse tipo de...

I.C. - Não...

M.Q. - Não...

I.C. - Essas alterações que ocorreram, como eu disse, se sentiram mais na administração, porque a parte de operação, era uma cópia do que se faz no mundo inteiro em petróleo... De modo que pouco atingia para nós. A gente sabia que mudou a chefia da equipe, outro passou a ser chefe, mas lá a distribuição era a mesma, porque era uma cópia do sistema americano.

M.M. - E quanto à produção? A empresa determinava metas que a região baiana teria que atingir?

I.C. - Não. Nós durante muito tempo - aliás, até hoje, a Petrobrás ainda produz o máximo que ela pode. Nós lá procurávamos produzir mais para no fim do ano botar que a produção foi maior.

M.Q. - Quer dizer, a meta é se superar, não é?

I.C. - Exato.

M.Q. - Agora, dr. Ivan, em 57, também, são regulamentadas as relações entre o CNP e a Petrobrás, porque até então havia uma determinação geral na lei que criou a Petrobrás, de que o CNP deveria orientar e fiscalizar as atividades da Petrobrás, não é?

I.C. - Certo.

M.Q. - Em 57 isso é regulamentado. Inclusive vai haver uma crise entre o CNP e a Petrobrás, em função dos planos de atividade da empresa, que foram organizados, segundo alegações do Alexínio Bitencourt, que era presidente do CNP, sem o conhecimento do CNP, quer dizer, sem a supervisão, sem a orientação do CNP, Queria que o senhor falasse um pouco à respeito do papel do CNP, depois de criada a Petrobrás, nas atividades de orientação e fiscalização do monopólio estatal. O senhor poderia falar um pouco a respeito disso?

I.C. - Bom, quanto eu conheço e respeito é o seguinte: a Petrobrás, desde sua criação, ela devia ser fiscalizada pelo CNP. O CNP seria o órgão que passava a fiscalizar a atividade da Petrobrás, porque não se criou um Ministério de Petróleo, como existe em vários lugares. Ministério de Hidro carburos você em quase todo o mundo... Países produtores de petróleo. Então resolveu-se criar um Conselho, e esse Conselho iria dar a ligação da área de petróleo a um ministério. Quer dizer, não tinha porte para ser ministério... Se pensava. E com isso criou-se o Conselho. O Conselho era obrigado então a dar perante um ministro a atividade da Petrobrás. Com isso se teria capacidade de fiscalizar a Petrobrás.

M.Q. - Mas o Conselho já existia não é?

I.C. - Já. Ele continuou existindo, apenas saiu da parte de operação. Tanto que eu era empregado do Conselho e fui requisitado... Agora, o que acontece é que o Conselho não se preparou para fiscalizar, porque ele não tinha... Eram poucos os técnicos disponíveis para a Petrobrás, por mais treinamento que se desse ela aumentava cada vez mais, e não existia no corpo técnico do Conselho o elemento nacional que pudesse fiscalizar ou programar. Porque pelo trabalho dele, o programa de atividades devia ser estabelecido pelo Conselho, que reconhecendo isso permitia à Petrobrás fazer o seu programa e submetê-lo ao Conselho. Então o programa era feito, preparado pela Petrobrás, e submetido. Mas muitas vezes vinham técnicos de lá para conversar conosco sobre determinado detalhe, para não dizer na hora de entregar que estavam cegos no negócio. Então, nessas condições por muitos anos funcionou a Petrobrás. O programa era feito pela Petrobrás e passava pelo Conselho para aprovar. Depois foram-se aposentando alguns, outros foram se transferindo mesmo, saindo, e outros foram sendo transferidos para o Conselho. Então eles começaram a criar a parte de distribuição, que foi o primeiro que eles fizeram por causa do exame de tarifas, que tinha que ser deles. E aí o pessoal foi se preparando, para eliminar etc. E hoje eu tenho certeza que ele tem um pessoal capacitado para realizar uma fiscalização. Mas a parte técnico-operacional mesmo, essa era um programa feito pela Petrobrás, e submetido a ele. Agora, sempre submetido com conhecimento prévio.

Havia aquela ciumada, porque o Conselho era quem tinha que autorizar, e no entanto ele estava apenas benzendo. Mas a razão era essa, era a falta de técnicos para isso. Hoje eu não tenho dúvida nenhuma de que ele está perfeitamente equipado para realizar a fiscalização da parte de distribuição, e da programação, acredito também. Mas o estabelecimento do programa, orçamento, esse é feito pela Petrobrás e submetido ao CNP. Agora não é mais submetido, assim: "Assina!" Ele, quando começa a ser trabalhado, o CNP manda gente para a Petrobrás para conversar, para examinar, para ver as limitações etc. De forma que quando ele vai para lá, já vai mais ou menos andado. Mas eu acredito que de início deve ter algum choque, em alguma época, que eu não posso lhe registrar, mas por efeito de falta de técnicos.

M.Q. - É. Mas por que então não se reforma? A questão é essa. A todo momento, nos próprios relatórios do CNP, eles reclamam essa coisa de ter que se reformular a estrutura do CNP para atender às suas tarefas, principalmente essa parte de orientação, e isso não é feito, não é? Isso é uma coisa até de decisão política mesmo, não é? E essa resistência talvez se encontrasse dentro da Petrobrás? Da própria Petrobrás?

I.C. - Não. Eu tenho para mim que não, porque na... Copiando o que existe no exterior, por exemplo, as empresas de petróleo... Bom, eu diria que a comparação mais parecida seria com a Venezuela, onde você tem o órgão do governo que fiscaliza a CVP e as outras empresas americanas na área de petróleo, mas ele tem dentro desse órgão competentes técnicos de produção e sondagem, egressos dessas empresas para os seus quadros. O CNP que eu saiba não tem ainda esse pessoal, porque continua um pessoal raro. O que a Petrobrás tem feito, afora os programas de orçamento e de produção, e sobretudo de produção, que é mais controlado pelo CNP, são só as normas de trabalho. Mas essas normas, a Petrobrás tem um corpo técnico para o exame dessas normas, junto à instituição de normas brasileiras, do INPE. Então, todas as normas de atividades de petróleo que a Petrobrás produz são examinadas pelo INPE, são registradas e são aplicadas. E a Petrobrás passa a trabalhar dentro daquelas normas.

M.Q. - O CNP é que faz essas normas técnicas?

I.C. - Não. Essas normas técnicas são feitas pela Petrobrás, que naturalmente deve ter o beneplácito do CNP, junto aos órgãos de normalização do país.

M.M. - Mas aí não há choque de competência?

I.C. - Não, porque a norma é um procedimento. Se ela estiver dentro das outras já aprovadas, ela não tem nenhuma proibição. Ela não tem nada contra, ela pode ser perfeitamente adotada. Agora, para ser adotada ela tem um período de aceitação, tem um período de comprovação. Não é feita e assinada não. Daí é que ela passa a pertencer a ASTM, que é a Associação de Sistemas, não sei o quê, de Material. Então ela recebe o número dela. Mas isso é controlado pelo INPE e pelo... Não sei qual é o órgão que tem esse controle... CNPq, parece.

M.Q. - Deve ser a ABNT, não é?

I.C. - Deve ser alguma coisa... ABNT também... Todas as normas hoje, da área de petróleo, elas são nascidas dentro da Petrobrás. E aquelas que dizem respeito à

distribuição devem ser do CNP, mas de origem... elas tiveram origem na Petrobrás para o CNP. Hoje eles têm condição de fazer, sem dúvida nenhuma.

M.M. - Quer dizer que o CNP, que sofreu um processo de esvaziamento com a criação da Petrobrás, na sua opinião conseguiu se reerguer, montar um novo corpo técnico?

I.C. - Tem! Corpo técnico e mantém a fiscalização dentro da área de petróleo, eu acho, de maneira plena e satisfatória.

M.Q. - Mas não nessa área de orientação?

I.C. - Operacional, eu acho que ela recebe orientação da Petrobrás, que é responsável pela operação.

M.Q. - Mas nem para julgar? E para julgar esses programas, e tal? Tem?

I.C. - Talvez a única coisa que eu poderia julgar seria a parte orçamentária, dentro da política econômica do governo.

M.Q. - Agora, é interessante observar que o CNP, também como a Petrobrás, ele tem uma presença militar muito marcante, não é? Os presidentes do CNP praticamente todos foram militares. E também você encontra no CNP, pelo menos lá em Brasília, muito coronel, muito militar, trabalhando no CNP.

I.C. - Certo.

M.Q. - Por que isso?

I.C. - Eu tenho para mim que é porque a parte de atividade maior do CNP é distribuição e abastecimento do país...

M.Q. - Questão de segurança nacional?

I.C. - E isso é questão de segurança nacional. Essa é a principal razão.

M.Q. - Na época em que o senhor estava no CNP havia muitos militares técnicos trabalhando com vocês?

I.C. - Não. No início não, porque no início foi o pessoal do DNPM que passou para lá.

M.Q. - Pois é.

I.C. - Mas logo que ele se constituiu começou a ser militar. General...

M.Q. - General Horta Barbosa, general João Carlos Barreto...

I.C. - Horta Barbosa, João Carlos Barreto. Você vê. Só depois do Plínio Cantanhede é que começou a ser civil. Depois voltou a militar.

M.Q. - Militares novamente. Todos eles. Morreu recentemente o Oziel de Almeida, não é?

I.C. - É.

M.Q. - Esteve lá muito tempo. Bom, em 58 o senhor vai fazer um mês de estágio no Instituto Francês de Petróleo e visita os campos da França e da África, não é? Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre essa visita, suas impressões, e se isso aí resultou em qualquer tipo de contrato com a Petrobrás para a formação de técnicos, qualquer coisa nesse sentido?

I.C. - É. Nós começamos a receber a influência francesa na aquisição de equipamentos. Os fornecedores franceses e alemães começaram a nos visitar também. E a indústria do petróleo no continente europeu é mais velha. A experiência era muito grande também. Mas nós dispúnhamos de um equipamento moderno, que era o americano, mas mesmo assim, só de uma fonte, ficava difícil de nós operarmos. Nós fomos tentar outras fontes, porque no continente europeu nós tínhamos balança de pagamentos favorável, o que não tínhamos nos Estados Unidos. Eles nos compravam muito, e nós não comprávamos nada lá. Então houve aquela tentativa de visitar áreas estrangeiras. Porque nós tivemos uma visita do presidente do Instituto Francês de Petróleo aqui, M. Navarre. O Navarre foi um dos criadores, ou melhor, um dos descobridores do petróleo da Argélia. Então ele veio para cá porque conhecia muito o Link também...

M.Q. - Ah, é?

I.C. - O Link era um nome universal. E o Navarre parece que tinha estudado com o Link. Uma das especialidades que o Navarre tinha feito, parece que foi na Escola de Oklahoma, e parece que desde essa época ele conhecia o Link. Então, a convite do próprio Link, ele veio aqui para verificar, assistir, tudo. Ele fez uma série de conferências para nós, e nos convidou para irmos lá também. E na Bahia nós tínhamos uns casos, como era o caso do Hamilton, aquele de que eu falei da vez passada, que era negro, e então eu resolvi que ia ao Instituto Francês de Petróleo ver o que é que eles tinham lá, e influenciei a diretoria a deixar o Hamilton me acompanhar. Então fomos com o Hamilton também. Ele já tinha aquela experiência que ele tinha feito, toda no petróleo, nos campos, e sempre foi um excelente técnico. Então visitamos a França, em Mailmaison, que é onde eles têm a sede dos trabalhos deles, visitamos o Instituto... Foi uma riqueza formidável, porque nesse tempo o que nós fazíamos no ginásio era aprender francês. Inglês era raro. Então quase todo mundo lia alguma coisa de francês. Chegando lá encontramos uma riqueza de livros de perfuração e produção de petróleo, tudo em francês. Foi a maior carga que nós trouxemos. E identificamos também a possibilidade de mandar para fazer o treinamento de engenharia de petróleo o Hamilton, não é. De forma que como resultado... Primeiro, o grande resultado da viagem foi conseguir um local para o Hamilton.

E lá então fomos convidados a visitar a Argélia, que estava sendo o *baby* do francês. Era a Argélia naquele tempo, no petróleo. Porque eles partiram de uma situação, não sei se eu contei a vocês, mas ele, o Navarre, depois da guerra, a quantidade de exilados da guerra, de veteranos, era muito grande. O desemprego era grande. Então eles abriram uma frente no norte da África. Aproveitaram para fazer a geologia do Saara, que ninguém tinha feito até então. Eles fizeram um programa apoiado pelo exército francês na Argélia e criaram vários corpos de geólogos de exploração. Então o sujeito se

formava - porque eles, como nos Estados Unidos, o veterano tinha liberdade para se quisesse entrar na universidade, o governo garantia. Então todo mundo resolveu entrar para a universidade. A minha universidade mesmo lá nos Estados Unidos, teve que construir em cima dos gramados do campus, construção de casas de madeira para alojar os estudantes. A universidade parece que tinha quatro ou seis mil, terminou com 16 mil alunos, por aí você tem uma idéia. A mesma coisa aconteceu na França. E aí então a quantidade de geólogos que começou a sair foi enorme. Eles diziam: "Bom, quem quiser ir trabalhar na África tem emprego." A turma ia trabalhar lá na África, seguindo a programação técnica, porque como lhe disse, de início não tinha muita coisa para programar, e então dizia: "Olha, você vai fazer o que você aprendeu na escola. O seu relatório você vai fazer exatamente como você aprendeu na escola. Não ouve ninguém!" E não deixou nenhum medalhão acompanhar a equipe. Eles foram com indivíduos novos, que era para cumprir um programa. Que a gente chega mesmo a concluir que era um programa político, porque não tinha lugar para botar aquele pessoal. E eles então passaram a fazer tudo aquilo que manda o regulamento... [risos] E o que encontravam registravam e foram registrando, quer dizer, uma infinidade de relatórios impossíveis de serem arquivados, mas dentro deles começaram a aparecer umas pintas, que era interessante aos examinadores voltar para conhecer melhor. E foi nessa brincadeira que eles foram lá e identificaram na Argélia cerca de 49 estruturas de petróleo, que naquela época que eu fui visitar, das cinco, duas tinham sido perfuradas e já tinha sido constatado petróleo. Uma é Aziz El Saud, e a outra em El Ahmed, que é gás. E daí em diante começou a vir para a costa da Líbia, e aí começaram a aparecer mais pontos de petróleo etc.

Então nós fomos convidados para conhecer as instalações de El Saud. Deserto, completamente deserto, uma pista de asfalto no meio do deserto, que às vezes tinha que botar aqueles grandes ventiladores para tirar a areia, para o pouso marcado para tal hora, e a areia cobria, às vezes. Não cobria completamente, mas ficava como se fosse molhada. O avião podia escorregar, derrapar. E nos acampamentos eram trailers, trailers grandes, parecendo do tamanho de um ônibus, combinados como num dominó, tudo no ar refrigerado, que lá dentro você ia para a sala de jogos, ia ver televisão, ou ver filme. Naquele tempo não era televisão, era filme. Então tinha o salão, o barzinho onde bebia refrigerantes etc., os refeitórios, dormitórios. Tudo ali dentro, enfermaria... Mas tudo intercomunicado... E do lado de fora aquela temperatura de quase 50 graus, e lá dentro era temperatura ambiente. E naquilo você operava na sombra, a temperatura também a mesma coisa, 50 graus, mas passava porque estava com tempo aberto, às vezes ventava. Agora, aquela situação de deserto mesmo. Nós experimentamos muito aqui nas dunas da Parnaíba, onde de dia dava 50 graus, e de noite dava 10 graus.

M.Q. - Que diferença de temperatura!

M.M. - Dunas de onde?

I.C. - Dunas de Parnaíba, no Piauí. Fronteira de Piauí e Maranhão.

M.Q. - O senhor falou da vez passada.

I.C. - É a mesma coisa que no meio do deserto: de dia dá 40, 45 graus, de noite a gente pegava... Os engenheiros novos que chegavam, a gente tirava o blusão e botava debaixo do jipe, no coxim, e ia de manga de camisa. Eles viam a gente e também usavam. Quando chegava seis horas, sete horas da noite, eles estavam se encostando... [risos] A

gente botava a suéter: "Ah, vocês não trouxeram suéter? Ah! Vocês não sabiam não. Rapaz!..." Aquilo era o trote [risos] que a gente fazia com eles... [risos] A mesma coisa que fizeram conosco etc... [risos] Então fomos lá visitar, e depois de uns oito anos tornei a ir à França, não tive oportunidade de visitar por causa da revolução, mas vi as fotografias, e parecia mais um jardim. As companhias especializadas em florestas, reflorestamento, foram para lá e se instalaram e botaram fertilizantes ao redor etc., então você vê árvores de seis, oito anos dando sombra, casas de construção normal, água, porque tem água de subsolo...

M.M. - É verdade...

I.C. - Completamente mudado. E o campo funcionando como se fosse um campo normal, em pleno deserto. Essa experiência foi adquirida porque nós precisávamos conhecer, como eu disse aqui da vez passada, transporte nas dunas de Parnaíba. Que a gente não sabia como é que era feito no deserto.

M.Q. - Dr. Ivan, é interessante porque o senhor falou da sua experiência nos Estados Unidos, falou da sua experiência na França... E a Itália? Ainda naquele momento não tinha assim tanta importância?

I.C. - Não. A Itália tinha uma atividade muito pequena de perfuração, no sul da Itália, lá perto da bota, perto da Sicília, mas não tinha ainda expressão em petróleo. Ela passou a nos fornecer equipamentos outros, de refinaria, e mesmo de produção, como compressores da Nuovo Prenone, mas equipamentos de perfuração em si nós não trouxemos nenhum italiano. Não existia nada de novidade para nós trazermos. Mas ela, depois que começamos a construir as refinarias, ela começou a intercambiar, e hoje nós temos vários equipamentos produzidos no Brasil que foram italianos inicialmente.

M.M. - Depois dessa sua viagem, e do estágio do dr. Haroldo, o intercâmbio com a França foi maior? Em termos de treinamento de pessoal?

M.Q. - Não foi Haroldo não, foi o Hamilton...

M.M. - Hamilton, desculpe...

I.C. - Não. Nós tivemos na França o Hamilton e o... outro colega nosso, que era o Luís Pinho, que era o lourinho. Era um louro e um negro. Mas depois deles nós não mandamos mais ninguém lá para a França. A Petrobrás mandou depois para a Itália, para fazer cursos rápidos de economia, à própria França para fazer curso rápido de economia. Mas treinamento assim permanente de engenheiro de petróleo nós não tivemos. A parte de refino, eu tenho para mim que mandou muita gente para a área francesa e para a área italiana. Mas nós não tínhamos.

M.Q. - A parte de quê?

Y.C - A parte de refino, as refinarias.

M.Q. - Fiquei pensando, porque há pouco tempo a gente viu aí esse enorme guindaste na baía da Guanabara, que é italiano...

I.C. - É. Exato.

M.Q. - É impressionante...

I.C. - Eles têm equipamentos excelentes, sem dúvida nenhuma...

M.Q. - E é para a produção no mar, não é?

I.C. - É. A companhia que eles trabalhavam, a Eni...

M.Q. - A Eni.

I.C. - A Eni, a primeira visita que nós fizemos à Itália foi a convite da Eni, logo depois da morte do... Como era o nome dele?

M.Q. - Mattei...

I.C. - Mattei! A morte do Mattei...

M.Q. - Bom, também em 58, logo em agosto, o senhor vai à Alemanha e à Áustria para observação da fábrica de equipamentos e campos de petróleo, não é?

I.C. - Exato. Isso aí foi mais para diversificar, porque os fabricantes alemães, verificando que nós fazíamos compras permanentes aos Estados Unidos, nos convidaram para mostrar o que eles faziam também em equipamentos. E são equipamentos excelentes, sem dúvida alguma. E lá nós estivemos visitando a Wirth, a Erke, a Erke Lent, e as principais produtoras de equipamentos, tão bons como os americanos. Apenas nós sentíamos, e essa diferença já tinha feito antes, que é um equipamento mais sólido, mais pesado, mais forte. E que para nós aqui, com as dificuldades que nós tínhamos na época, ele representava uma desvantagem, porque nós precisávamos de equipamentos mais leves, mais possantes, por causa das estradas que não existiam. Na Europa você tem tudo asfaltado, e aqui nós não tínhamos. Então um equipamento qualquer que o americano podia fazer de uma tonelada, o alemão pesa três toneladas, quatro toneladas. Mas são equipamentos fortes. De forma que nós não trouxemos muito equipamento de lá. Também na Europa, onde nós fomos conseguir alguma coisa mais, foi na Romênia.

M.Q. - Romênia?

I.C. - É. A Romênia já tinha um equipamento melhor, e começou a produzir com uma atividade ocidentalizada. Por exemplo, eu dizia: "Eu gostaria desse equipamento, mas com tal motor!" "Eu faço." Então fazia com o motor que eu queria." Eu queria isso com tal embreagem!" Fazia. O francês não. O francês: "Só faço assim!" O russo: "Só faço assim"! De forma que era muito difícil encomendar o equipamento, mudar a escola...

[FINAL DA FITA 5-B]

I.C. - ... comprar equipamento russo, se todo o meu equipamento é americano, e vocês não querem fazer o que eu quero? Ele disse: "É mais fácil. Por que você não passa a

comprar tudo russo agora e pára de comprar o americano?" Eu disse: "Isso é sinal de que você não quer vender: Porque você está me propondo uma proposta impossível."

M.Q. - Eram maus negociadores, não é?

I.C. - Pois é. Na Romênia é fácil. Na Romênia, eu chegava lá, ele dizia: "As roscas melhores são essas." Eu dizia: "Mas eu uso essa." "Eu posso fazer essa." "Então faz."

M.M. - Conseguia adaptar os equipamentos existentes...

I.C. - Exato...

M.Q. - Interessante...

I.C. - Então, para complementar a minha visita à Alemanha e à Rússia...

M.Q. - O senhor foi à Rússia em setembro de 60?

I.C. - Eu fui à Áustria exatamente para ver um equipamento novo que a Rússia estava lançando, que era a turbina de perfuração. É um equipamento que desce parado, e lá embaixo só é que ele vira, furando, em vez de virar toda a coluna como nós usamos, a rotativa. Ela descia e lá embaixo ela sozinha furava. Era uma turbina que girava, e no girar, com a broca na ponta, furava. Era um equipamento moderno, que eu já ensinava aqui sobre ele, mas eu apenas conhecia de documentos. E como a Rússia era o maior fabricante disso, e fazia uma programação fantástica, e lá na Áustria existiam condições para examinar isso, fui até a Áustria também, para fazer o exame. E verificamos lá alguma coisa, mas não completamente, só veio complementar depois que eu fui para a Rússia.

M.Q. - Dois anos depois?

I.C. - Dois anos depois...

M.Q. - Os equipamentos, a maior parte deles sempre continuou sendo de origem americana, então?

I.C. - A parte de perfuração sim.

M.Q. - Apesar dessas viagens, pouca coisa se pôde comprar lá?

I.C. - O máximo que nós conseguimos foi da Romênia.

M.Q. - Mais da Romênia?

I.C. - Na Romênia nós compramos muitas sondas, porque ela oferecia até um preço, naquele tempo, que era o mais barato, mas tinha outra vantagem, que era que nós tínhamos um balanço de pagamentos favorável.

M.Q. - Agora, dr. Ivan, em 61 sai o Idálio Sardemberg da presidência da Petrobrás, e é nomeado Geonísio Barroso. E o senhor passa a superintendente de produção da Bahia,

não é? Como repercutiu a ascensão de Geonísio Barroso, civil e técnico da Bahia, à presidência da Petrobrás? Como é que foi isso?

I.C. - Bom, na Bahia foi um...

M.Q. - Um sucesso!... [risos]

I.C. - Um sucesso, porque abriu-se o caminho, como eu disse antes, para a carreira do superintendente. Porque nós estávamos pensando: "O superintendente para onde vai quando sair daqui?" "Vai para uma outra companhia, por certo, não é?" E com a vinda do Geonísio foi reconhecido que, como na indústria de petróleo, os operadores crescem dentro da casa, para dirigir a casa mais tarde. É muito comum você ver um presidente de companhia de petróleo hoje, às vezes com 50, 60 anos, que começou como *office-boy*, ou plataformista. Todos esses grandes homens do petróleo - você tem o Hunt, por exemplo, Nelson Hunt, que terminou com minério de prata, o homem da prata no mundo inteiro, porque o dinheiro foi demais, ele precisava dar utilização, o Hunt trabalhou no campo... Todos os diretores de companhias de petróleo que você conhece hoje foram sondadores da própria companhia no início. Às vezes são homens de pouca instrução, e que adquiriram administração. Alguns, sabiamente, fazendo cursos, à proporção que cresciam. Outros não. Outros são simplesmente presidente da companhia porque eram os mais antigos, os que tinham maior número de ações etc., mas sem grandes instruções. Mas saíram lá debaixo. Então nós sentimos que isso estava definido na Petrobrás, e ficamos muito contentes. Não houve um sentimento contrário, porque o Geonísio era um dos primeiros técnicos do petróleo do Brasil. De forma que houve um contentamento geral, dele vir para a presidência.

M.Q. - Agora, no meio militar o senhor acha que ele foi bem recebido? O nome dele?

I.C. - Olha, eu não creio... Não digo a você que tenha sido bem recebido assim, ou mal recebido. Não cheguei a sentir. Apenas o pouco que ele ficou em relação aos demais é que me deixa acreditar que ele tivesse encontrado alguma dificuldade pela parte política. Porque foi exatamente nessa época que a política começou a penetrar. Então, quando você fazia pressão para evitar a penetração, você sofria. Quando era militar ninguém penetrava, porque era dito e ficava. Mas sendo civil o negócio ficou mais fácil, não é. É como quando você às vezes é diretor de um órgão de administração direta num estado, e a política desse órgão é feita em Brasília. Quando você menos espera você vai demitido, e nem sabe como foi demitido. E vem outra pessoa que você nunca esperou que viesse. Então, eu acho que o que podia ter acontecido com o Barroso foi isso. A aceitação é essa, não foi a respeito da aceitação, mas foi a mudança de militar para civil, e que resolveu fazer penetração política.

M.Q. - Como o senhor vê esse período de politização da empresa, organização do sindicato, partidos políticos interferindo nas nomeações?

I.C. - É. Isso aí você tem que admitir que para um técnico é triste... Porque você vem acompanhando o que ocorre na empresa, a maneira como ocorre no mundo inteiro, e de uma hora para outra vê um salto completamente diferente... Dá um sentimento de tristeza, mas aconteceu. Não tem nada para fazer...

M.Q. - Isso ocorreu muito na Bahia?

I.C. - Ah, ocorreu. Na época da influência sindical do presidente Jango, por exemplo, foi violenta. Foi tão violenta que eu fui exonerado do cargo, e aí eu tive que sair da Bahia.

M.Q. - Ah, sim?

I.C. - Porque os sindicatos nossos, o presidente do nosso sindicato da Bahia naquele tempo era um indivíduo que tinha trabalhado comigo na sonda, e eu tinha uma grande influência de amizade com ele. E como eu o instruí desde a época da sonda, ele sempre me ouvia muito. Então eu não deixava ele embarcar em qualquer programa. Eu sempre levava a ele: "Você precisa prestar atenção porque você é um homem que dirige 14 mil homens, e esse grupo que está fazendo isso, a refinaria, tem quatrocentos homens." "Ah, como é que eu faço?" "Pega o carro e vai embora. Vai para o campo visitar as delegacias." Ele pegava um carro, e quando o procuravam, ele não estava aí. Então eles começaram a sentir que eu tinha muita influência na área, e que o nosso sindicato não entrava em conchavos assim. Porque outra coisa interessante na Petrobrás, e que até hoje ainda parece existir, é que o operário da Petrobrás não sabota. Nem no sindicato.

M.M. - Ah, é! Que interessante...

I.C. - Quando eu estive lá... Na deposição do Barroso, quando o Barroso foi exonerado, eles tentaram fazer alguma coisa. Quando eu fui exonerado, eles tentaram fazer alguma coisa. E a preocupação que eles tinham era de não deixar os oleodutos cheios de óleo... Ou cheios de... Sim, o óleo, porque eles sabiam que o óleo ia solidificar. Então, quando eu soube que eles estavam querendo fazer isso, eu estava aqui no Rio e chamei por telefone e conversei com eles, disse: "Vocês reparem no que vocês estão fazendo. Isso não deve ser feito. Para mim é um prejuízo. Pessoalmente para mim é um prejuízo, e para vocês também." Aí ele disse: "Não. Essa parte você não tem preocupação não, que isso aí vai ser garantido." Eu digo: "Não serve! Não pode fazer!" E consegui, não houve greve, não houve nada. Mas o sentimento do operário do petróleo... eu não sei se o óleo vai para o sangue, eu sei que ele passa a sentir aquilo como uma propriedade dele, e nós não temos... eu não tenho sabotagem nenhuma. Até hoje não houve isso!

M.Q. - Agora, o senhor mencionou, me parece, que a iniciativa vinha das refinarias. Como é que era isso?

I.C. - É porque a refinaria era mais politizada.

M.Q. - Ah...

I.C. - A refinaria, quando ela foi se instalar, ela trouxe muita gente qualificada de São Paulo. Então você tinha lá filhos de italiano, paulistas, soldados, operadores... Gente altamente politizada. Não tivemos nunca furto e assalto. E lá na Bahia, quando estava sendo ampliada a refinaria, assaltaram o pagador... [risos] Você saía, eu saía às vezes do carro, levava o pagador comigo na minha caminhonete, viajava 500 km com duas malas de dinheiro, não tinha nada. Dormia nos acampamentos, não tinha nada. Depois é que foi esse negócio, o primeiro pagamento que foram fazer em Mataripe assaltaram o pagador. Então a politização saiu mais da refinaria. Tanto que os deputados que foram eleitos em seguida por eles, eles foram na refinaria. Mário Lima, que hoje é deputado

ainda, reeleito. Mário Lima foi eleito pela Refinaria de Mataripe. Ele era presidente do sindicato de Mataripe, tinha uma força muito grande dentro da refinaria, mas também queria dominar os outros. E o nosso era mais disperso, nós trabalhávamos já, parece que naquela época, 14 ou 15 campos de petróleo, e cada um tinha uma delegacia. Eram 14 mil homens.

M.Q. - Como é que era esse negócio do sindicato? Eram os petroleiros? Como é que era a organização?

I.C. - Sindicato dos Petroleiros. Só petroleiros.

M.Q. - Ah! Todos eles eram petro... Inclusive da refinaria?

I.C. - É.

M.Q. - A mesma coisa?

I.C. - Tudo era petroleiro. O Sindipetro.

M.M. - Agora, além da composição dos membros da refinaria, pessoas que eram mais politizadas, essa própria dispersão do campo deve dificultar a organização, não é?

I.C. - Dificulta, mas você têm que admitir que os sindicatos, eles têm uma organização muito bem feita. Eles fazem as reuniões, reúnem com os delegados e soltam as instruções em dois dias, ou um dia. No fim do dia ele está com tudo em mão.

M.Q. - O senhor acha que esses sindicatos eram representativos realmente da categoria, ou era uma minoria organizada?

I.C. - Não. Lá era representativo da categoria. E quase todo operário era sindicalizado. Era um dos mais fortes.

M.Q. - E os engenheiros?

I.C. - Os engenheiros então fizeram uma sociedade de engenheiros, como tem a daqui. Lá tinha também a Sociedade dos Engenheiros.

M.Q. - Era à parte. Não se filiavam ao sindicato?

I.C. - Era à parte. Não. Pelo contrário. Era do outro lado do sindicato. Não aceitava o sindicato. Porque o dirigente, era muito difícil você contentar. Quando contentava um, o outro brigava... [risos]

M.M. - E o senhor? Tinha trato fácil com esse pessoal do sindicato? O senhor recebia, era procurado? Como é que era esse dia a dia? Por que o senhor ficou dois anos num período de...

I.C. - É. Nessa época, a própria administração central da Petrobrás determinou que o sindicato devia ser recebido e respeitado etc. etc. etc. Tanto que era colocado à disposição do presidente do sindicato um carro para ele. Então o negócio foi crescendo,

com apoio do próprio presidente da República, e os outros presidentes tinham que seguir...

M.Q. - Ainda na época do Juscelino ou do Jânio Qua...

I.C. - Do Jango. Já do Jango.

M.Q. - É, porque o senhor começou em 61, não é?

I.C. - É.

M.Q. - E o senhor identifica esse processo mais tarde, dentro da empresa?

I.C. - Em 62. Eu deixei em 63, para ir para o exterior. Mas então, eu tinha acesso livre, como eu disse, o presidente do sindicato era um ex-trabalhador comigo na sonda. Um ex-companheiro de sonda, e eu tinha um acesso fácil a ele, e desde aquela época, como mais instruído, ele me compreendia. Era um rapaz que seguiu e fez curso de colégio e desistiu para fazer engenharia ou outra carreira, por causa das obrigações. Casou-se etc., aí pronto. Acabou! Mas era um rapaz instruído, chegou a ser eleito deputado também, depois. Mas o meu acesso com o sindicato era perfeito, tanto assim que ele de uma feita houve uma operação lá do Exército, e pediram meu currículo. Queriam saber meu currículo, o Exército. Porque, quando eles se referiam... Tentativa, boato de tentativa de assaltos e de mortes... Saía todo dia, não é? Aquela briga: comunistas, anticomunistas. Então diziam que não havia nenhuma referência do meu nome, e que numa daquelas reuniões que tinha havido lá sobre providências a tomar, alguém falou... Então disseram: "Dr. Ivan não!" Então o Exército queria saber qual era a razão disso... [risos] Qual era o problema [risos] Foi! Eu tive que preencher lá uns formulários, não sabia para que era, umas perguntas: o que foi que aconteceu em tal dia etc... [risos]

M.Q. - Isso foi quando? Em 64?

I.C. - Isso já foi em 62 mais ou menos...

M.Q. - Agora, em 1961, estavam sendo preparados estudos para a reformulação, outra vez, do plano básico de organização da Petrobrás. E um desses planos previa a departamentalização, não é? A divisão da Petrobrás em departamentos industriais. O que o senhor acha dessa estrutura departamentalizada? O senhor acha que foi um benefício para a Petrobrás ela se organizar assim, ou o senhor acha que a organização anterior, proposta pelo Hélio Beltrão, era melhor?

I.C. - A departamentalização foi feita com vistas ao desenvolvimento, ou melhor, devido à necessidade de adaptação para o novo desenvolvimento da empresa. Foi uma mudança, que não parece assim à primeira vista de grande efeito, mas que na verdade nós sentimos que foi para uma adaptação à própria organização americana, em que você transfere responsabilidades para um maior número. A Petrobrás a partir de então passou a ser dirigida pelos departamentos. O departamento, o chefe de departamento é a autoridade maior dentro da Petrobrás para decidir. Ela assina acordos, faz tudo por delegação. Uma empresa do porte da Petrobrás como ela estava atingindo, ela não podia mais ser dirigida pela diretoria executiva. Tanto que parou de se chamar diretor de

operação, diretor financeiro... É diretor da Petrobrás. E a distribuição das áreas se faz muitas vezes baseada na competência do diretor. Se era homem de finanças, ele ficava com a área de finanças. Se ele é um engenheiro de operação pode ficar com o refino, pode ficar com a produção. Se ele é geólogo, fica com a exploração.

M.Q. - Era a divisão informal ali dentro da diretoria?

I.C. - Exato. Mas a parte de decisão mesmo, que faz a empresa andar, são os departamentos. Então o que se fez com a criação dos departamentos foi distribuir mais responsabilidades, porque até então era muito fechado. Eu acho que com isso atendeu... Você perguntou...?

M.Q. - Nós estávamos falando sobre a departamentalização, e o senhor disse que ela realmente atendeu...

I.C. - Eu tenho para mim que atendeu. E isso é exatamente o que nós estávamos precisando mais: era distribuir mais autoridade, porque a casa estava muito grande.

M.Q. - Agora, em 61 anuncia-se um aumento nos índices de nacionalização dos equipamentos e acessórios utilizados pela empresa, não é? Realmente, em 61 é um ano em que a refinaria de Duque de Caxias já estava sendo construída, já devia estar bem adiantada, e nessa parte de produção também tinha se dado um grande avanço. O senhor gostaria ainda de destacar alguma coisa além daquilo que o senhor havia dito anteriormente, com relação à nacionalização dos equipamentos?

I.C. - Não. Poderia dizer é que a essa altura o parque industrial nacional já estava em condições de atender até mesmo o exterior, se fosse necessário. Que havia crescido e trabalhado em termos de qualidade tão bem quanto qualquer outro parque. Na parte de perfuração, por exemplo, já não eram mais segredo as cabeças de poços, os equipamentos utilizados na cabeça do poço, como nós costumamos dizer, já não eram estranhos. Eles produziam qualquer tipo no país. As operações de produção, de utilização de gás, para a elevação, que eles chamam de *gas-lift*, os equipamentos de *gas-lift* já eram feitos também no Brasil, já não eram mais importados... Grande parte já não eram mais importados.

M.Q. - Agora, em 63, em 11 de julho de 1963, é nomeado o Albino Silva. Sai o Geonísio Barroso...

M.M. - Tem o Mangabeira...

M.Q. - Ah, sim! Pois é. Tem o Mangabeira. Então vamos voltar atrás um pouquinho, à saída do Geonísio Barroso e à entrada do Mangabeira, que era também baiano, mas muito mais vinculado à política, vamos dizer assim...

M.M. - Não era um técnico...

M.Q. - É. Não era um técnico da empresa. Como é que isso repercutiu nos quadros da empresa? Na área de produção, especificamente onde o senhor estava, e como é que foi essa saída do Geonísio Barroso? O senhor acompanhou?

I.C.- Não. O problema do Geonísio, como eu disse - eu não conheço em detalhes - foi puramente político... Exclusivamente político. Foi uma medida do ministro Gabriel Passos, e daí podemos dizer que foi puramente política. Para nós técnicos foi uma tristeza, porque vimos um técnico como Geonísio Barroso sair para dar lugar a um político, apenas um escritor, que ele era escritor. Mangabeira era um escritor. Mas se acomodava perfeitamente às exigências que foram feitas na época, à determinação, inclusive pelo próprio presidente Jango, de fazê-lo presidente da Petrobrás. A primeira coisa que ele fez, em uma semana, ele foi à Bahia. E na hora em que o Geonísio pediu demissão eu coloquei o cargo à disposição dele. E ele foi à Bahia, foi recebido lá pelo sindicato como uma vitória do sindicato, porque parece que tinha sido medida do próprio Jango, e as medidas do Jango eram expedidas para os sindicatos apoiarem. Então a turma apoiava nem que não soubesse a razão. Mas apoiava. E o Mangabeira era irmão¹ do João Mangabeira. João Mangabeira era um homem de esquerda definida, não é? E o Mangabeira também era um homem de esquerda. Então a parte de esquerda da Bahia toda se enalteceu com isso, e com ele os sindicatos, que todo sindicato era de esquerda. Mas o pessoal, os técnicos, sofreram muito com isso, sentiram muito, porque não havia condição de comparação, e não se sabia o que é que ia acontecer. Porque como ele veio para a presidência, ele podia fazer qualquer coisa lá.

Nós fomos recebê-lo, foi recebido, foi carregado etc., pelo sindicato, depois marcou... queria me receber à tarde. Eu fui lá na casa da família onde ele ficou hospedado, e ele sem outros rodeios disse: "Eu vim à Bahia para lhe exonerar!" Eu digo: "Muito bom. Não precisava vir à Bahia, porque o senhor recebia o meu telegrama colocando o cargo à disposição." "Bom, mas eu fazia questão de vir aqui. O seu caso é um caso especial."

M.Q. - Caso especial?

I.C. - É. Eu digo: "Bom, está em suas mãos, não há necessidade nenhuma dessa sua vinda aqui. De qualquer forma está colocado o cargo à disposição, o senhor faz o uso que quiser." "Mas eu não posso lhe demitir." [risos] "Mas não pode por quê? O senhor é que tem poder para me demitir ou me admitir." Ele disse: "Ah! O sindicato não acha que você deve ser demitido." [risos] "Então para mim é uma surpresa que tenha vindo essa ordem, porque eu não sou sindicalizado." Ele disse: "É, mas o sindicato disse que o senhor não pode sair, de

¹ Francisco Mangabeira era filho de João Mangabeira e sobrinho de Octávio Mangabeira.

forma que só por isso é que eu não lhe exonero." Eu digo: "Não. O senhor não pode fazer só por isso, porque eu não lhe conheço também. O senhor não me conhece. Então o senhor está me admitindo porque o sindicato está me admitindo. Não é essa a condição que eu tenho. Eu sou um indivíduo requisitado, posso voltar para o CNP a qualquer momento." "Não, eu não aceito a sua exoneração. É isso que eu queria lhe dizer." [risos] "Está bom. Obrigado." [risos] Não foi aceita a minha demissão.

No dia seguinte ele programou a visita e telefonaram lá para o gabinete: "Aviso o dr. Ivan que eu vou estar o dia assim, assim, eu quero que ele vá comigo." Então passei a acompanhá-lo. Quando eu via que o assunto era mesmo mais político, eu dizia: "Olha, eu não vou lhe acompanhar nisso não. Esse programa é seu." Ele dizia: "É. Pode deixar." Ia para o sindicato, fazia conferências no sindicato etc., eu não ia, ficava fora. Ia no jornal, fazer visita aos jornais etc. etc., eu não ia, que eu sabia que era puramente político o negócio. Mas ficamos muito conhecidos e não tivemos nenhuma reação contra o outro, e até o término da gestão dele, quando eu fui exonerado. Para evitar maior distúrbio, eu estava com o telegrama na mão, ele foi jantar na minha casa e eu não dei o telegrama. Aí minha senhora perguntou: "Por que você não dá o telegrama? Mostra a ele que você foi exonerado!" Eu digo: "Não. Por que eu vou mostrar? Criar caso aí. Se eu mostrar isso ele vai criar um carnaval aqui. Eu prefiro não mostrar. Deixa lá."

M.Q. - O senhor vai ser exonerado no Albino Silva ou no...?

I.C. - Não. Porque ele foi mudado. Ele também foi mudado. Mas ele tinha ido à Bahia fazer uma visita lá na Bahia de despedida, aos sindicatos e tal, que convidaram ele, quando o Albino foi mudado. E quando ele foi, eu ainda estava. O Albino não tinha me mudado ainda.

M.Q. - Mas o senhor foi retirado por quem?

I.C. - Pelo Albino.

M.Q. - Sim, mas por quê? O que o senhor acha?

I.C. - Eu fui retirado... Por problemas. A minha saída da Bahia é um problema relacionado à política sindical. Eu tinha que sair da Bahia porque era um estorvo para os sindicatos, que queriam ter unidade na Bahia e não tinham, porque o nosso sindicato nunca atrelou-se ao outro. E foi inclusive enganado. Depois de muito tempo é que vim a saber que eles inclusive ofereceram: "Não. Dr. Ivan vai ser diretor. Por isso é que ele vai sair da Bahia." Para o outro sindicato concordar e assinar, e o outro sindicato assinou. Mas é que nessa época eram diretores da Petrobrás aqui dois homens de esquerda, um lá de Mataripe, que me conhecia e sabia que eu era estorvo para o sindicato, e o outro que era líder comunista aqui no Rio, que hoje é um dos anistiados que voltaram para a Petrobrás, e que exigiram a minha saída. Então fui exonerado por um telex: "Aceito sua demissão. Entregue o cargo amanhã ao seu Fulano dos Anzóis." "Eu não pedi demissão!" Aí chamei o outro e disse: "Eu não posso aceitar!" "Não. Você tem que aceitar. [risos] Está aqui o telex, você aceita o telex!" Aí eu entreguei o cargo no dia seguinte mesmo. Mas a minha saída foi exclusivamente por isso, porque eu constituía um problema para a área sindical. Eles não tinham unidade na Bahia, e a razão principal era o meu conhecimento com o pessoal do sindicato da área de produção.

M.Q. - E eram esses dois diretores que estavam lá?

I.C. - Um deles era de lá. Era superintendente de Mataripe, que veio para cá. E o outro já era professor aqui, da universidade, foi indicado como assessor de qualquer coisa aí do Mangabeira e depois passou a ser diretor.

M.Q. - Voltando um pouco atrás, o senhor devia ter alguma expectativa, no fundo, de se tornar presidente da Petrobrás na substituição do Geonísio, porque como o senhor havia dito, se estabeleceu uma possibilidade de ascensão dentro da empresa, não é?

I.C. - Sim. Eu diria, não presidente, mas diretor eu esperava ser diretor a qualquer momento. Tanto que uma das condições que eles venderam ao sindicato lá na Bahia para a adesão foi essa: "Não. O dr. Ivan não vai ser demitido. Ele vai ser exonerado para ser diretor." Então o sindicato, sentindo que a vantagem era para mim, assinou um "de acordo" também.

M.Q. - Porque era uma coisa lógica, não é? Um caminho natural.

I.C. - É. Exatamente.

M.Q. - Até porque o Mangabeira parece que estabeleceu uma boa relação com o senhor.

I.C. - Não, existia. E eu sabia que o problema todo era puramente sindical, tinha certas nuances lá sindicais com que eu não concordava, mas o Mangabeira compreendia perfeitamente a situação. Eu tive de conversar de peito aberto com ele: "Eu não sou, não posso ser comunista. Eu não gosto da política do comunismo! Agora, não crio, nunca criei problema nenhum para o sindicato, pelo contrário, é uma força que eu tenho que respeitar. Agora, que eu tenho que respeitar. Agora, que eu desconheça que o sindicato é uma organização de esquerda, aqui na Bahia é! E por que eu vou viver às custas do sindicato? Eu não quero! Não acho que devo pertencer. Se tiver uma discussão séria, eu estou do outro lado." Ele disse: "Não! É política. Política cada um é..." "Pois é. Cada um prefere a política. Nesse ponto eu não apóio, mas dentro da parte técnica o senhor pode exigir o que quiser." E de fato, nunca brigamos, pelo contrário, ele sempre me tratou muito bem, até hoje me trata bem...

M.Q. - Ah! O senhor tem contato com o dr. Mangabeira?

I.C. - Tenho, tenho... De vez em quando ele faz... Qualquer livro que ele faz, ele manda para mim.

[FINAL DA FITA 6-A]

M.Q. - Mas então o senhor foi exonerado e ficou à disposição do gabinete da presidência?

I.C. - É. Fui exonerado, viajei no dia seguinte para cá, reuni antes as superintendências todas na Bahia, disse o que tinha acontecido, o engenheiro que tinha sido autorizado a receber o cargo foi indicado pela Associação dos Engenheiros...

M.Q. - Quem foi?

I.C. - Dr. Luís Vilar, Luís da Silva Vilar.

M.Q. - Era uma pessoa já de carreira?

I.C. - Era meu chefe de transportes. Transportes e construção. Departamento de Transportes e Construção lá da Bahia.

M.Q. - E era afinado com os sindicatos, também?

I.C. - Não, ele não era afinado com o sindicato, ele era afinado com a associação.

M.Q. - Ah, sim...

I.C. - A associação, como eu disse, tinha aquelas posições. Quando era a favor do sindicato, a associação brigava. Quando era a favor da associação, o sindicato brigava. De forma que eu não devia ser bem visto também pela sociedade dos engenheiros, não é? Houve várias conquistas que eles queriam e que eu não podia dar, então eu passei a ser *persona non grata*. Mas de qualquer forma ele não sabia, e ficou estupefato pedindo tempo. Eu digo: "Não tem tempo! Eu vou agora às 10:00 h para o Rio. Quero chamar todos aqui presentes, quero fazer uma ata, e vamos dizer que eu estou entregando o cargo a você agora." Porque na época nós tínhamos... As responsabilidades eram muito... como se diz... muito bem determinadas, de forma que você podia sair hoje e não abalava nada, porque tudo funcionava. Quer dizer que você assinou hoje, é responsável. Quem assinou depois disso, é seu! Então, não tinha perigo nenhum de dizer: "Não, eu vou fechar a conta." Não tem nada! Sai, está acabado. Porque está tudo bem arrumado. E fiz isso. Vim embora e aqui fui recebido pelo general Albino. Eu acredito que ele tenha cometido um erro, porque de outra vez que eu voltei para falar com ele, mais calmo, ele disse: "Não. Eu não cometerei dois erros." Então eu disse: "O senhor confessa que errou quando me tirou da Bahia?" Ele desconversou... Mas na verdade eu vim para voltar para o CNP. Me feri muito com o negócio, achei um desaforo, e então voltei. Pedi para ir para o CNP. Foi aí que ele me disse: "Eu não cometo dois erros ao mesmo tempo." Aí, fiquei, ele disse: "O senhor vai ficar como..."

M.Q. - Assessor?

I.C. - Assessor da presidência. Eu disse: "Não posso ficar como assessor da presidência! Não lhe conheço! Eu vim muito muito ferido..." De forma que eu disse a ele o que talvez eu não dissesse mais nunca a ninguém. Eu disse: "Olha, eu não lhe conheço e não posso ser seu assistente, se é um cargo de confiança! E confiança tem que ser mútua. Com o que aconteceu eu não posso ter confiança no senhor, e não acredito que o senhor possa ter confiança em mim." ele disse: "Não, mas o senhor volta aqui para conversar comigo amanhã, porque..." Eu disse: "Não! Amanhã eu vou embora para a Bahia! Eu lhe apresentei o cargo aqui, o senhor tem 45 dias. Dei entrada no meu pedido. Se o senhor não der em 45 dias, eu abandono e vou para o CNP." Aí ele chamou o chefe de gabinete dele, que era um deputado do Paraná, Alberto Franco...

M.Q. - Alberto Franco?

I.C. - É. Ele conversou comigo e depois disse: "É, doutor, o senhor poderia vir aqui ao meu gabinete?" Eu disse: "Pois não." Aí saí do gabinete e ele me disse: "Olha, o presidente gostaria que o senhor

permanecesse aqui, para conversar com o senhor amanhã, porque ele tem muita coisa para conversar." Eu disse: "Não! Eu não tenho nada para conversar com ele. Ele me exonerou! O que é que eu tenho para conversar com ele? O que é que ele vai me dizer? Eu facilitei o trabalho dele. Estou pedindo para voltar para o CNP. Não posso ficar aqui, não!" Ele disse: "Não, então o senhor volta para o hotel, e antes do fim da tarde eu quero voltar a conversar com o senhor." Porque eu vim direto do aeroporto para o escritório. Ele me atendeu eram 12:30 h, na hora do almoço. Eu disse: "Não! Eu quero falar agora com ele!" Aí, de tardinha ele me telefonou, se eu podia voltar lá às 8:00 h do dia seguinte, para conversar com ele, porque ele tinha notícias para mim. Eu digo: "Está certo." Voltei, ele estava mais calmo e disse: "Olhe, o presidente chamou o general Albino para tentar regularizar essa situação sindical aqui da Petrobrás. De forma que ele assinou a sua exoneração, que foi pedida pelos dois diretores, mas ele não estava certo disso. Tanto assim que ele pede para você compreender etc." Eu disse: "Não posso admitir que ele tenha vindo para fazer um negócio desse se a primeira coisa que ele faz é continuação da atividade." Ele disse: "Não, mas eu estou lhe dizendo. Se não fosse por isso eu não estaria aqui. Eu só vim para cá por isso. Porque ele me convidou para vir." Eu disse: "Não. Eu não fico aqui no Rio." Ele: "Não. Vai para a Bahia. Vai na Bahia. Fica lá na Bahia à disposição do presidente. Qualquer coisa que precise eu mando lhe chamar. Você fica na Bahia." Digo: "Bom. então eu tenho uns dois meses de férias aí, que eu não tiro..." Ele: "Tira suas férias. Vai aonde você quiser etc." E então eu fiquei de férias, lá pela Bahia, passeando, aqui, ali. E deixei o problema da Petrobrás entregue à nova organização. Saí até mesmo de Salvador, fui para o interior, nasci em Juazeiro, fiquei lá vendo uns amigos, velhos amigos etc. Então depois me chamaram, porque eles mesmos disseram, eu estava sendo muito pesado - naquele tempo quando um indivíduo ficava sem função na Petrobrás, se dizia que estava em órbita... [risos]

M.Q. - Há vários nomes que a gente aprendeu... [risos] Petronauta... [risos]

I.C. - É. Então alguém disse que eu era muito pesado para ser mantido em órbita. Na certa tinha havido alguma pressão aí, alguém tinha falado alguma coisa. Porque o sentimento lá na Bahia foi muito grande. Como eu disse, houve até tentativa de greve. E eu quebrei tudo, imediatamente, e graças a Deus não houve nada, continuei bem com todos eles. Mas aí me perguntaram: "Você não quer ir para o exterior?" Eu disse: "Quero." Eu tinha feito curso de petróleo nos Estados Unidos, era só chegar lá e me licenciar. Eu digo: "Quero." Eles: "Para onde é que você quer ir? Você quer ir para Paris?" Eu: "Paris eu não quero. Eu quero ir para os Estados Unidos." Eles: "Ah, nos Estados Unidos tem não sei quem lá." Eu digo: "Então não serve. Para outro lugar não vou. Só quero Estados Unidos. Se vocês querem me utilizar para alguma coisa, eu só posso ser útil onde eu posso. Eu falo inglês, conheço a vida americana, já estive lá dois anos, e posso voltar aos Estados Unidos por mais algum tempo. Não tenho dificuldade nenhuma, conheço o assunto, conheço o petróleo, conheço área de petróleo, os homens da área de petróleo..." Então eles enrolaram, enrolaram, enrolaram, porque parece que o da França queria voltar para os Estados Unidos, e abriu o lá da França para mim. Era um oficial de Marinha, não me lembro o nome. Então eu admiti que não, para a França eu não iria. Ele disse: "Bom, então se você quer ir para os Estados Unidos, eu vou dizer a ele que você quer ir para os Estados Unidos." Aí voltei para a Bahia. Aí ele me chamou por telefone: "Olha, foi aprovada a sua ida para os Estados Unidos." Eu digo: "É mesmo!" Ele: "Foi. Agora vamos conversar com o pessoal dos Estados Unidos etc." Eu sei que me mandaram para os Estados Unidos, para ser chefe do escritório quando o chefe de então se exonerasse, porque tinha ainda um mandato para fazer, de alguns meses. Mas eu já ia com as condições de chefe. Tanto que fui ganhando como chefe de escritório, e três ou quatro meses depois é que me confirmaram como...

M.Q. - Quem era chefe de escritório lá?

I.C. - Era o dr. Emerson Serbeto de Barros. Ele é aposentado também da... É morto, aliás...

M.Q. - Ficou no lugar do Aldo Zucca?

I.C. - É.

M.Q. - Ele ficou pouco tempo, então?

I.C. - Não. Nos Estados Unidos o Emerson ficou uns três ou quatro anos...

M.M. - [inaudível]

M.Q. - Ah, o Zucca?

I.C. - É. O Zucca deve ser assessor dele...

M.Q. - Foi assessor dele?

I.C. - É...

M.Q. - Lá? Não era chefe do escritório, não?

I.C. - Não. Eu acho que não. Aldo Zucca, eu tenho para mim... Aldo Zucca não foi depois, não?

M.Q. - É. Ele foi chefe do escritório da Europa, mais tarde...

I.C. - Ah, então é isso...

M.Q. - Mas ele foi para Nova York antes, e voltou em 63. Exatamente no período em que o senhor está indo para lá...

I.C. - Não, não. O Emerson já era chefe de lá há uns três anos...

M.Q. - Depois a gente verifica isso, porque está esquisito... [riso]

I.C. - É. Então eu fiquei lá até que o Emerson se viu em condições de regressar, e me passou a chefia. Isso foi... Eu fui em 30 de outubro de 63 e assumi a chefia em janeiro...

M.M. - Em abril... O senhor só assume em abril de...

I.C. - É.

M.Q. - E aí o senhor fez o quê, nesse período? Ficou lá...

I.C. - Fiquei lá conversando com o pessoal, ele fazia as reuniões, me levava para apresentar, meu chefe, os bancos etc. E para mim foi uma grande coisa, porque eu ia me apresentar, o indivíduo já me conhecia, porque às vezes, na maioria daquelas companhias que hoje estavam trabalhando com vice-presidências lá em Nova York - porque as presidências maiores ficam em Nova York, Los Angeles e Houston - alguém tinha feito estágio comigo, alguém tinha sido meu colega de universidade... Eu era sempre conhecido. Tanto que ele ofereceu um coquetel lá para me apresentar ao pessoal, e esse coquetel não se realizou porque eu estava indo daqui para lá com a família, e foi no dia em que chegou aquele furacão Carla, e o avião não pôde ir para os Estados Unidos, nós ficamos em Trujillo... [risos] Aí no dia seguinte... [riso] E depois então tive que visitar aqueles maiores lá, que foram convidados, vieram do Texas para o coquetel etc., e quando o Emerson me apresentou: "Ah! Ivan! Eu conheço o Ivan..." Então ele dizia: "Olha, você é que precisa me apresentar esse povo."... [risos] Mas foi assim que eu fui para...

M.Q. - Mas o antigo chefe estava querendo sair mesmo?

I.C. - Ele já estava terminando o tempo dele, então ele apenas abreviou mais. Mas, como é que se diz, houve uma coordenação muito bem feita, porque ele começou a me dar várias atividades, de contatos internos e externos, e começou a fazer outro, porque também estava na hora de vir, precisava de mais tempo para ele. E eu fui passando gradativamente, até que chegou na época de assumir a chefia total, quando ele regressou.

M.Q. - E como é que o senhor encontrou o escritório de Nova York? Organizado?

I.C. - O escritório de Nova York era muito bem arrumado, era um escritório de trinta pessoas, todos com funções definidas, e nós tínhamos feito a organização, a avaliação de funções lá, pela companhia, de forma que estava muito bem arrumado. O escritório era apenas para a compra de material e acompanhamento de estagiários. Negociávamos em todos os Estados Unidos e mantínhamos toda a turma de universidade em contato. Onde é que estavam, onde não estavam... Chegava gente nova, saía. Depois é que o escritório cresceu e passou também a acompanhar embarques de óleo, essas coisas... Tomou mais atividades da refinaria...

M.Q. - Agora, esse período em que o senhor esteve lá,64, foi um período muito conturbado, não é?

I.C. - Conturbado...

M.Q. - Como é que o senhor acompanhou essa transição, quer dizer, o movimento de 64, lá em Nova York? Qual foi a opinião pública americana? O senhor sentiu como é que ela se manifestou a respeito disso? O que é que se dizia lá no meio americano, entre os seus contatos estrangeiros, entre os fornecedores? Como é que era esse clima?

I.C. - Bom, a situação no Brasil naquela época era uma situação crítica, perante os fornecedores. Porque era aquela época em que a Petrobrás depositava o cruzeiro com seis meses de antecedência, para fazer dólar, e o Banco do Brasil não mandava os dólares. Então as nossas contas todas lá viviam em vermelho, não é. Nós tivemos inclusive arrestamento de navios com carga de estireno, que adquiríamos lá nas refinarias do Golfo. Simplesmente a companhia, a Grace, por exemplo,

comunicava: "Navio carregado arrestado. Pagamentos tais e tais não realizados." E você não tinha condição nenhuma. Carregava o navio e botava ao largo. Não deixava sair, porque não estava pago. Ia nos bancos, não tinha dinheiro. O sujeito me mostrava a folha, toda em vermelho, do Banco do Brasil." O senhor assina aí, eu embarco!" Eu dizia: "Não, eu não assino." Porque lá estava funcionando uma procuração que eu sabia que qualquer erro meu, eu ia preso. A responsabilidade era pessoal, então eu não assinava. E várias vezes eu tive que comunicar para cá para a diretoria e dizer que a situação era essa, que eu queria uma providência porque o navio estava arrestado, não podia sair, e várias vezes a gente via o que era a Petrobrás no exterior. O sujeito dizia: "A Petrobrás aprova e eu assino. Mas o Banco do Brasil, não." Era nessa ordem, assim. "Se a Petrobrás autorizar, o senhor assina pela Petrobrás." "Não. Eu não assino. Só com o presidente me autorizando. Se ele me autorizar eu embarco. Mas o Banco do Brasil não. Não tenho crédito." Então, situações como essa me botavam atrapalhado. E não era uma nem duas nem três. Às vezes um embarque, uma refinaria estava para entrar em produção, mas faltava isso e aquilo. A gente ia procurar: "Não veio. Até agora não veio o pagamento." Então você reclamava para cá: "Ah! foi depositada." É que o Banco do Brasil não transferia, não é.

M.Q. - É.

I.C. - E os banqueiros americanos não compreendiam isso. "Como é que você deposita e o Banco do Brasil não transfere?" Muitas multas de acordos de contratos nós tivemos que rescindir ou dilatar, ou fazer acordo, porque o dinheiro não chegava na época garantida, e o dinheiro tinha sido depositado pelo Banco do Brasil. Então o prestígio na área econômica era terrível. Na área do povo, o povo americano, na verdade, ele não liga nada. Os Estados Unidos estão em guerra, eles pouco se importam. Nós é que ficamos vendo aqui pela televisão: "Estados Unidos, passeata etc." Aquilo não tem expressão nenhuma. Aquilo às vezes não sai da universidade. Não sai do... como é o nome...?

M.Q. - Do campus?

I.C. - Do campus... Ou não sai da praça onde ela é realizada. Porque ele não liga mesmo. Ele compra o jornal e vai ler quadrinhos etc. Alguém pega assim para ver uma parte política, uma coisa assim, mas imediatamente ele desiste, porque não lhe interessa. O jornal bom para ele é aquele que só dá as notícias pequenininhas, para ele ler no *subway*. De forma que o sentimento era esse. Era que havia uma revolução, que o Brasil estava em uma revolução, e que se a situação difícil, econômica, já existia, agora com a revolução ia piorar. O que não foi verdade. Pelo contrário, melhorou muito, porque houve um crédito melhor com a saída do presidente, do Jango. A situação política melhorou, principalmente nos Estados Unidos. Você já ia ao banco para conversar, ele dizia: "Olha, dr. Ivan, está tudo em vermelho aí, mas o Brasil nunca deixou de pagar nada. Eu vou aprovar." E aprovava. Mesmo em vermelho. Depois começamos a depositar dinheiro, e eles já faziam conta para mim. Por exemplo: "Olha, pelo depósito que o senhor tem o senhor pode sacar em vermelho durante dez dias até tantos milhões." Então, às vezes eu ia sacar, ele dizia: "Está em vermelho. Já indiquei que estava em vermelho." E sacava. Ele autorizava porque sabia que imediatamente chegava o dinheiro novamente, e regularizava a situação. De forma que melhorou muito a situação.

E o conhecimento que eu tive da revolução foi chegando no escritório, porque toda vez que você chegava no escritório, pela manhã, eles colocavam embaixo da porta o correio, dois jornaizinhos, dois panfletozinhos, um sobre cabotagem de petróleo, e outro sobre produção. Naquele jornalzinho diz a produção do mundo inteiro no dia anterior. E o outro diz os preços de embarques de petróleo e disponibilidade de navios, do mundo inteiro, para o mundo inteiro. Então, com base naquilo é que você

diz: "Eu preciso de um navio para trazer 500.000 barris da Arábia Saudita. Quero saber quem é que está na área da Arábia?" "É fulano, fulano e fulano." Telefona para o *broker* e diz: "Olha, qual é o navio que você tem para embarcar amanhã 20.000 barris?" "Tenho tal assim, assim." "Cheque. Fechado!" É por boca. E o sujeito manda um navio para lá e depois você confirma em carta. O negócio é nessa ordem. Então aquilo é normal. Todo dia você lia aquelas páginas amarelas. É amarela com letra verde, para você não tirar cópia.

M.Q. - Ah, é?

I.C. - Senão o xerox fica muito apagado. Então eles já fazem de propósito. Se você precisar de dois você compra os dois... [risos] Mas de qualquer forma... Então tinha uma notícia lá do Brasil. Que o Brasil tinha tido a revolução, tinha sido deposto o presidente etc. Eu aí entrei, peguei o telefone e liguei...

M.Q. - Quem é que o senhor encontrou do lado de cá?... [riso]

I.C. - Ué! Eu liguei para pessoas que eu conhecia. Liguei para casa, não liguei para lá... então disseram: "Olha, não desci ainda não, mas de fato houve isso ontem." Eu digo: "O jornal aqui está dizendo que a Petrobrás já saiu, tem nova diretoria?" "Não. Não sei de nada disso." "Então telefona quando chegar lá." Então o sujeito foi, quando chegou lá me telefonou de volta, umas 10:00 h para 11:00 h, confirmando que tinha havido mesmo, que tinham prendido muita gente, e o presidente já era fulano?

M.Q. - Quem era o fulano?

I.C. - Era parece que o... Como era o nome daquele general que tinha sido deposto? Na revolução?

M.Q. - Era o Osvino...

I.C. - Osvino.

M.Q. - Não. Osvino tinha sido deposto.

I.C. - Osvino tinha sido deposto, e se estava organizando a diretoria. Possivelmente o Levy voltaria para a presidência. Um negócio desse...

M.M. - Ele ficou lá sete dias.

I.C. - Então eu pedi que me colocassem a par, porque eu tinha negócios para tratar etc.

M.Q. - Pois é...

I.C. - "Não. continua tudo como está aí." Eu digo: "Então está certo." [risos] Foi assim que eu tomei conhecimento da mudança... [risos] No dia seguinte já veio a ordem do Levy, para eu mandar ocupar o escritório de Paris. Expressão puramente militar... [risos] Eu digo: "Espera aí! Ocupar escritório de Paris..." "Não, é pelo seguinte, vê se você tem gente sua aí para mandar para Paris, para assumir a chefia do escritório de Paris." Porque o rapaz que tinha ido lá para Paris era um rapaz de esquerda

também. Eu digo: "Não tenho. Só se for o Albará." Ele disse: "Manda qualquer pessoa da sua confiança." Então chamei o Albará, e ele disse: "Eu ir para Paris?" Eu: "O único jeito que tem é você ir. Vai e volta para a semana, mas vai assumir a..." [risos] Ficou um negócio de louco, não é. Então aí era uma sexta-feira de tarde. Não havia mais jeito de comprar passagem etc. Nós tínhamos aquele American Express, e ele também tinha o Diners Internacional. Aí: "Eu vou fazer o seguinte. Pede uma passagem! Lá para a TWA, que tem avião para Paris amanhã cedo, e você vai para lá." "Mas quem paga a passagem?" "Eu pago!" Aí ele acertou a reserva e tal, fui lá com o meu cartão, paguei a passagem dele. Eu disse: "Tem dinheiro?" Ele disse: "Tenho algum dinheiro. Tenho meu dinheiro aqui." Eu tirei mais trezentos dólares, dei trezentos dólares a ele. "Agora você está com o seu Diners, aí está bom. Qualquer coisa eu transfiro dinheiro amanhã para você. Segunda-feira eu transfiro dinheiro." E ele tocou para lá. Quando foi 8:00 h da manhã de segunda-feira ele entrou no escritório, e por sinal os chefes não estavam no escritório. Tinham ido a Roma passar o fim de semana... [risos]

M.Q. - Passar fim de semana em Roma? Com essa conjuntura?

I.C. - É que eles não sabiam do negócio, talvez. Não estavam a par do negócio. A verdade é que ele assumiu, telefonou para o pessoal em Roma, pedindo a volta imediata, eles foram para lá etc., e o Albará passou a ser o chefe do escritório. E depois daí a um mês eu tive que mandar a família, e ele ficou lá seis anos [risos] Mudou completamente...

M.Q. - Ficou por lá... [risos] Mas o senhor não levou sua família não?

I.C. - Levei. Quando eu fui para o escritório, levei...

M.Q. - Foi um período conturbado, realmente, esse.

[FINAL DA FITA 6-B]

3a. Entrevista: 20.06.1988

M.Q. - Dr. Ivan, na nossa última entrevista nós terminamos falando a respeito da sua estada em Nova York, quando o senhor estava lá no escritório de Nova York e teve a notícia da revolução através do jornalzinho que lhe puseram debaixo da porta. Conversamos alguma coisa a respeito da repercussão, também da revolução em Nova York, não é? Como é que isso foi visto. Agora nós vamos tratar então da sua volta. Em 66 o senhor volta para o Brasil. e pelo seu currículo nós vimos que o senhor se exonera da Escola Politécnica da Bahia, onde o senhor era professor da cadeira de exploração de petróleo. Uma coisa que a gente queria saber, e que eu acho que não está registrada, é quando é que o senhor entrou para a Universidade da Bahia para dar aula?

I.C. - Eu acho que na Universidade da Bahia eu entrei no início da década de 50. Eu teria que verificar nos meus papéis, mas deve ter sido no início da década de 50. Porque depois da minha vinda em 48, nós começamos a examinar a possibilidade, entre técnicos da Petrobrás e a universidade, de criarmos um curso que tornasse os novos engenheiros utilizáveis pela Petrobrás de imediato. Era um curso apostilado, não era curso curricular, mas para aqueles que queriam seguir a carreira de petróleo, e a Petrobrás sempre se apoiou muito nas escolas da Bahia, nós queríamos que os engenheiros já

chegassem com algum conhecimento. E foi se desenvolvendo essa idéia, o contato com a universidade, até que... eu tenho para mim que foi princípios de 50...

M.Q. - Agora, o senhor sai da universidade por quê?

I.C. - Eu saí porque, com a ida para os Estados Unidos, tive que me licenciar, e o motivo do licenciamento era a ida para o estrangeiro. De forma que quando voltei para ser diretor já não tinha mais motivação. Eu teria que me explicar. E como diretor também não poderia continuar. Então conversei na universidade e eles concordaram, e também já existiam outros técnicos habilitados lá na Bahia. A Petrobrás mantinha um curso específico para engenheiros que eram contratados, e no primeiro ano, como estagiários, faziam esse curso...

M.Q. - Eram os cursos do CENAP?

I.C. - Eram os cursos do CENAP. E então aquele curso da universidade quase que ficou sem razão, de forma que eu me antecedi de algum tempo, ao pedido que eu deveria fazer mais tarde.

M.Q. - Bom. Agora, nesse período de 66,... eu acho que o senhor ainda está lá nos estados Unidos, se não me engano... Mas assume a presidência interinamente o dr. Irnack Carvalho do Amaral. Como é que o senhor vê essa subida do Irnack à presidência da Petrobrás, como é que o senhor vê essa questão do Irnack ter ficado tanto tempo, e depois de tantas mudanças que ocorreram na política do petróleo, dentro da própria Petrobrás mesmo, ele ter permanecido nesses cargos de direção?

I.C. - É. O Irnack é um geólogo competente, com especialidade em uma das matérias que a Petrobrás e as empresas de petróleo mais reclamam, que é a geofísica, e além do mais é um homem dedicado à campanha do Petróleo no Departamento da Produção Mineral desde o início. Então ele tem trabalhos realizados sobre a Bahia, sobre o petróleo da Bahia antes da Bahia ter petróleo. E essa é umas das razões para se ter um homem da área de petróleo, um geólogo, dentro da diretoria da Petrobrás. Porque a presidência da Petrobrás é um cargo político. Vem gente de fora, e às vezes outras diretorias também costumavam trazer pessoas de fora. Então naquele tempo, a parte principal da Petrobrás era o descobrimento de petróleo, e era interessante que se mantivesse dentro da estrutura da diretoria um homem de competência no petróleo, e eram poucos no Brasil. E o Irnack era um dos principais.

M.Q. - Agora, me diga uma coisa dr. Ivan: cada vez que havia uma mudança de presidente, quando o senhor estava nos Estados Unidos, o senhor era chamado ao Brasil?

I.C. - Não.

M.Q. - Não? O senhor permanecia lá mesmo?

I.C. - Permanecia lá.

M.Q. - E o senhor notou assim uma mudança muito grande em termos de política da empresa nesse período?

I.C. - Bom, naturalmente, porque quando eu saí daqui, eu saí com a ameaça daquela política sindical, que foi uma das que... Conseguiu me exonerar. E com a mudança... Depois de 64 houve uma mudança total dessa política, não é. Praticamente a empresa voltou àquela situação anterior. De forma que, dizer que eu não senti mudança? Senti mudança. A mudança foi violenta. Porque eu não acreditava quando saí daqui que houvesse retrocesso.

M.Q. - O senhor disse que a situação mudou. Aliás, o senhor falou mudou ou voltou? Acho que foi voltou...

I.C. - Voltou. É.

M.Q. - Pois é. Voltou a situação anterior. O que o senhor está querendo dizer exatamente?

I.C. - Bom, voltou aquela posição anterior de... A empresa passou a ter uma política, poderia dizer, mais estruturada nos valores da casa, do que propriamente nas imposições políticas sindicais. Eu por exemplo, quando era superintendente da Bahia, tive algumas discussões porque recebi instruções para incluir um representante do sindicato no estudo de planejamento da companhia. Eu não admitia, porque não havia experiência nenhuma deles para isso. Mas isso aconteceu em muitas unidades. E depois disso, uma das mudanças, por exemplo, foi que o sindicato passou a ter a posição dele, sindical, respeitada como tal, mas sem nenhuma ingerência na administração, o que antes acontecia.

M.M. - O senhor acha, ainda nesse ponto da ingerência política, mas fora da área sindical, que a Petrobrás sofria algum tipo de pressão? E passou a sofrer também depois do movimento de 64? Como é que ficou isso? Em relação aos políticos?

I.C. - Não. Interessante. A Petrobrás antes de 64 era muito fechada. Era um verdadeiro casulo.

Ninguém entendia de petróleo, só os técnicos

da Petrobrás. E por causa dessa política é que até bem pouco tempo também, pouca gente entende de petróleo a não ser os técnicos da Petrobrás. De forma que ela passou a abrir mais um pouco a sua política, a aceitar mais a influência externa de aconselhamento de técnicos. Também foi aumentando o mercado, ela começou a ter técnicos fora dos seus quadros para serem consultados. E com isso ela passou a ser mais conhecida. Mas um dos problemas que a Petrobrás tinha no início, e que às vezes recebia críticas assim, desmedidas, era exatamente por isso, porque ela era muito fechada e ninguém entendia. Então, acho que como uma reação, se criticava violentamente. E ela se fechava, assim como um casulo, porque ninguém compreendia o que ela falava.

M.M. - O senhor acha que o fato de ter havido vários presidentes militares possa ter contribuído para que isso fosse assim?

I.C. - Não. Eu acho que o presidente militar, ainda hoje se observa na maioria dos países grandes exportadores de petróleo, é problema de segurança. Você vê que até hoje o Conselho Nacional do Petróleo ainda é militar. É um problema de segurança nacional. Naturalmente eu acredito que eles tinham trazido alguma coisa, porque quando você estuda e se prepara numa determinada área, onde você for você leva aquilo consigo. Eu acredito que os militares trouxeram muita coisa da área militar. Por exemplo, os nossos almoxarifados, os primeiros programas de almoxarifados eram baseados no almoxarifado militar. Nós só tínhamos distinção dos deles em armas... [risos] E assim mesmo os

nossos equipamentos às vezes nos criavam dificuldades, porque nós tínhamos que ir para a Alfândega para dizer que não era... Porque o *gun perforator*, a turma traduzia como canhão. Então, canhão para a Petrobrás não é possível! A gente tinha que ir para dizer que não era canhão, era tradução de *gun perforator*... Canhonear o poço. A expressão canhonear o poço. Com um canhão...

M.Q. - Aí fica muito difícil realmente... [risos] Agora, ainda com relação a essa coisa do sindicato, uma figura muito expressiva no movimento sindical da Bahia era o hoje deputado Mário Lima. O senhor teve algum contato?

I.C. - Tive. Mário Lima era um operador de refinaria no tempo em que eu era superintendente. Não era da minha área. Ele era da área da refinaria, do sindicato da refinaria. E às vezes ele mantinha algumas rugas com o nosso líder sindical, porque o nosso líder sindical era mais aproximado de nós...

M.Q. - Quem era o líder sindical da sua área?

I.C. - Naquela época... Estou pensando qual era o primeiro nome dele... Hilton Valença...

M.Q. - Ah, sim! Valença?

I.C. - É. Hilton Valença, que chegou a se eleger deputado estadual pela Bahia, hoje é um dos aposentados nossos. E o Hilton Valença tinha sido sondador, da minha área. Eu o conhecia bem, nós trocávamos muita... como é que se diz? Tínhamos um contato mais permanente. E além disso nós éramos perto de... Parece que naquele tempo já éramos quatro ou cinco mil pessoas na minha área. E na refinaria eram quatrocentas pessoas. Mas eles nunca conseguiram a unidade da Bahia, porque diziam que eu me intrometia e evitava. Mas não era. Eu apenas... Eu tinha acesso ao Valença e não tinha acesso ao Mário Lima. Mas hoje eles reconhecem, hoje somos amigos, o Mário Lima é muito amigo nosso, tem apoiado a Petrobrás lá na Câmara. E desde aquele tempo eu já era um...

M.Q. - Quem era mais radical? Claro, era o Mário Lima, não é?

I.C. - Ah! Mário Lima era... Mário Lima tem uma facilidade, porque além da refinaria ser uma coisa fechada, entre muros, o superintendente tinha tendências, e terminou como diretor, indicado por ele.

M.Q. - Ah, sim, o Jairo...

I.C. - É. O Jairo. então ele tinha todo o apoio da refinaria...

M.Q. - Está entendido... Agora, entre 2 e 8 de abril de 67 houve o 7º Congresso Mundial de Petróleo, realizado no México. E o senhor foi o chefe da delegação da Petrobrás. Quais foram os objetivos desse Congresso?

I.C. - O Congresso do México, eles me colocaram como responsável porque eu estava chefiando lá o escritório de Nova York, e os acompanhei, num contato mais próximo ali no México. Todas as providências foram tomadas por nós, e nós acompanhamos. A finalidade dos nossos congressos, a existência dos nossos congressos, antigamente eram bem mais pesadas do que hoje. Hoje vão três ou quatro, mas naquela época nós mandávamos o máximo que podíamos. É porque nós éramos novos na

indústria. Precisávamos de conhecer alguma coisa, e os congressos eram o lugar de mostrar as coisas, não é. Depois ainda tínhamos a facilidade das próprias companhias que expunham nos congressos, de fazer os convites. Às vezes, em alguns congressos, nós íamos e pagávamos a passagem, mas às vezes a passagem era oferecida por uma companhia. Mas então nós mandávamos o máximo que era possível. Mas a finalidade principal era essa, que nós éramos novos e queríamos apressar o processo.

M.M. - Não era nesse congresso que estava na delegação o general Arthur Levy?

I.C. - Eu tenho para mim que o Arthur Levy... Não me lembro. Não sei se foi no México... Eu acho que... Foi. O Arthur Levy foi. Eu estou admirado de você dizer que eu fui o chefe da delegação. Pode ser de técnicos, porque a diretoria da Petrobrás mandou. Eu me lembro que foi também. Providenciaram hotel para presidente e diretores etc.

M.M. - E foi aí que ele foi demitido pelo general Candal, lá no México?... [risos] Eu acho que foi... Ele nos contou isso... [risos]

I.C. - México?...

M.M. - Foi surpreendido... [risos] Só mais uma coisa. Nesses congressos cada empresa apresentava trabalhos? Era assim?

I.C. - Não. Nós tivemos um trabalho apresentado, se não me engano no congresso de Roma. Foi até um trabalho meu e do Barroso. Nós apresentamos um trabalho sobre produção de óleo parafínico, como tinha aqui. Mas nós íamos mais para absorver, porque o nosso conhecimento era muito pequeno naquele tempo...

M.Q. - Mas agora, aproveitando essa coisa, o senhor não acompanhou, não soube da demissão do general Arthur Levy?

I.C. - Não. Não sei... Isso aí foi por motivos que no momento daquilo eu não tinha nem conhecimento. Fui conhecer depois.

M.Q. - Agora, o senhor foi nomeado diretor em abril de 67, não é? E aí eu queria saber como é que se deu essa sua indicação para a diretoria?

I.C. - Bom, a indicação... Eu fui convidado pelo presidente que tinha entrado, que era o Candal. Segundo vim a ter conhecimento, indicado pelo diretor Diegues, general Diegues...

M.Q. - O senhor o conhecia anteriormente?

I.C. - Já. Eu conheci anteriormente, porque ele já era diretor antes, no tempo em que eu era superintendente, e teve o apoio do atual ministro, que era o Costa Cavalcanti, que tinha um conhecimento muito vago... Era muito vago o conhecimento do Costa Cavalcanti. Mas ele mostrou-se... Resolveu apoiar a medida e me convidou. Ainda aleguei que tinha um mandato para continuar, e ele me concedeu que eu utilizasse o mandato como quisesse, mas que deveria seguir imediatamente para cá...

M.M. - O ministro Costa Cavalcanti tinha que cargo, à época?

I.C. - O ministro era ministro.

M.M. - Ah, já...

M.Q. - Em 67...

I.C. - Ele já era ministro. Depois que ele saiu entrou o Dias Leite...

M.Q. - Agora, o senhor falou que o seu conhecimento com o general Diegues vinha do período em que o senhor era superintendente. Qual era o cargo que o general Diegues ocupava naquele período?

I.C. - Ele entrou como diretor, e era diretor. Permaneceu como diretor, parece que dois mandatos.

M.Q. - Mas o senhor foi superintendente...

I.C. - Na Bahia.

M.Q. - Da Bahia, mas isso antes da revolução?

I.C. - É.

M.Q. - E o Diegues veio depois da revolução...

I.C. - Eu não sei quando é que o Diegues entrou, mas o...

M.Q. - Entrou depois...

I.C. - A revolução foi?...

M.Q. - Abril de 64...

I.C. - Geonísio... Leopoldo... Diegues...

M.Q. - E o Adhemar de Queirós...

I.C. - Adhemar era presidente?

M.Q. - É.

I.C. - Mas eu conhecia o Diegues já... A não ser que tenha havido alguma viagem dos Estados Unidos em que eu viesse para cá chamado por qualquer coisa. Mas eu conheci o Diegues como diretor antes.

M.Q. - Ah, sim, mas não no período em que o senhor era superintendente?

I.C. - Mas na Petrobrás. Exato...

M.Q. - Mas isso é quando o senhor estava lá em Nova York?

I.C. - É capaz de ter sido isso. É.

M.Q. - É. Sem dúvida. Agora, como é que era o seu relacionamento? Como é que foi o seu relacionamento com os demais diretores? Com o José Varonil de Albuquerque Lima, com o próprio Diegues e com o presidente?

I.C. - Eles costumavam dizer que eu era o civilista, não é, porque todos eram generais, menos eu... [risos] Tanto que quando nós entrávamos em alguma cerimônia eu era tratado como tal, não é... [risos] Faziam continências etc. Mas o meu conhecimento na Petrobrás era como superintendente na Bahia. E eu, praticamente, como vocês viram, iniciei toda a minha profissão na Bahia. E entre os técnicos daquela época eu era o que tinha a posição mais avançada. Era quase que, não digo automaticamente indicado, mas a tendência era essa, eu ser indicado para diretor em qualquer época, não é. Mesmo antes de ter ido para os Estados Unidos. Mas eles me deram muito crédito, e o apoio era integral. Geralmente o que acontecia é que eram estranhos à área de petróleo. O Diegues ficou na área financeira, o Albuquerque Lima ficou na área de refino, de forma que dentro da área de produção não havia quase questões. O que era apresentado recebia apoio integral deles.

M.Q. - O senhor então ficou dedicado a essa parte mais de exploração, não é?

I.C. - É. Eu fiquei com a parte de exploração, fiquei com os escritórios do exterior também, que eram controlados, escritório no Brasil também, via São Paulo. A parte de transporte terrestre, que depois foi juntada. Foi criado o DETRAN e passou a marítimos e terrestres num grupo só. Mas a atividade maior era a parte de operações de produção e perfuração, exploração e área de manutenção e almoxarifados. Essa é a minha área.

M.Q. - Agora, nesse período, quais eram as firmas que trabalhavam para a Petrobrás na área de perfuração, já que o senhor era o diretor dessa área?

I.C. - Bom, nessa época só quem trabalhava com a perfuração era a firma...

M.Q. - Era a Drilling Company ainda?

I.C. - Não. Aí já era a Brantly. O Ned Brantly criou uma companhia, como remanescente da Drillexco, separou-se da Drillexco, e nós então tínhamos a companhia dele contratada. Era a única companhia... A não ser as nossas sondas, a única companhia com quem nós trabalhávamos era a Brantly. Depois então é que surgiram a Delta também nacionalizada... Sobretudo. Parece que são as duas principais. Depois é que começaram a aparecer outras. Aí eu já não estava mais na diretoria.

M.M. - Dr. Ivan, o senhor nos mostrou que havia uma divisão de trabalho entre os diretores de áreas de ação, não é? E essas decisões, como é que eram? Em geral se seguia o conselho do diretor encarregado, as decisões eram por consenso, havia muita discussão? Como é que era?

I.C. - Não. Na Petrobrás, com a minha entrada eles tiraram os títulos setoriais. O meu seria diretor de operações. Então eles suspenderam. Desde aquela época são diretores da Petrobrás, cabendo ao Conselho de Administração alocar a área mais de afinidade para o técnico que assumisse. Compreendeu? Essa foi a razão. Então eu tinha por exemplo, três assessores. Tinha um assessor para a parte administrativa, pessoal etc. Tinha um assessor da parte de operações, que não perfuração e produção. Tinha um assessor financeiro. De forma que qualquer projeto, qualquer problema que existia, que vinha para a nossa área, eu passava aos assessores e dava as instruções. E dentro da parte de exploração eu explorava muito os meus técnicos... [risos] Esse aí eu conhecia... [riso]

M.M. - O senhor escolheu naturalmente os seus assessores?

I.C. - Ah! Naturalmente...

M.M. - O senhor trouxe quem? O senhor se lembra?

I.C. - Não. Eu apenas me apoiei... Porque dentro da área de perfuração eu tinha conhecimento geral... [risos] Conhecia todo o mundo e todos me conheciam, não é. E era até uma situação meio difícil para mim selecionar. Mas eu tinha... Eu trouxe da Bahia o Tito Dantas, o meu chefe de gabinete, que hoje é chefe de gabinete da Distribuidora. Para a assessoria eu trouxe o Gerson Fernandes, que é um geólogo já aposentado. Um geólogo que tinha muito conhecimento da... Como a turma costuma dizer, ele é aquele geólogo que transformava os zeros em cifrao... [risos] Porque tem o geólogo de produção, tem os geólogos de relatório, que são milhões de toneladas, e outro... De produção eu já disse: tantos milhões de cruzeiros, de minérios etc. E ele tinha muito conhecimento. Tinha o dr. Walter Vilela, que era da parte mais de administração, e tinha... Como era o nome dele...? E tinha um velho seguidor, já de vários anos dentro da diretoria, desde a administração do Irnack, muito conhecedor da parte de processualística da área interna... Não me lembro agora o nome dele... Depois eu procuro para lhe dar...

M.Q. - Voltando à questão dos poços de perfuração, nós lemos nos relatórios da empresa que havia nesse período um método que foi trazido pela Slumberger para trabalhar em poços. Que método era esse?

Parece ser um método revolucionário, moderno?

I.C. - A Slumberger trabalhava com... Ela tinha uma patente durante um certo tempo, quando ela veio para cá já havia perdido uma das patentes para alguém que já trabalhava naquilo há muito tempo. É registro elétrico dos poços. Porque a perfuração que nós usávamos aqui, logo de início, era amostragem. O material que se extraía era mostrado, o geólogo examinava, e então fazia aquela coluna, constituída de rochas tais, tais e tais, para a descrição dos geólogos. Nós chamávamos geólogo de poço. Era especialista para isso. E o Slumberger desenvolveu um processo em que dá uma carga elétrica na rocha, a rocha responde. Então essa resposta que a rocha produz, em termos de energia, ela produz uma maior ou menor resistência à condutibilidade elétrica. Baseado nessa maior ou menor resistência de condutibilidade elétrica, em função de fluídos que possam existir dentro da rocha, você tem um registro parecendo um eletrocardiograma, que aquilo foi traduzido em verdades. Aqui nessa zona era um arenito, aqui é um folheto, aqui uma calcita... E com isso ela dava aquele reflexo. Na proporção que o equipamento era puxado ao longo do poço, e ela ia registrando aquilo. Transferia aquelas cargas em... As respostas elétricas em gráficas. Então o geólogo aí conferia. Dizia: "Olha, o topo da areia está aqui,

em 15 mil. Às vezes ia ver com o geólogo, estava 15.002, 15.001. Pouca diferença, mas servia para uma verificação, porque amostragem de rocha continua até hoje sendo mais importante. Mas ajuda muito mais a perfuração o registro elétrico, porque você não precisa mais fazer amostragem desde o início. Você sabe que a zona de petróleo começa a 800 m, então você fura direto até mais ou menos 10 m ou 15 m acima de 800 m, a menos que você observe alguma discordância em cima. E aquele pedaço que você não fez amostragem nenhuma você faz o laudo elétrico. Chama de laudo elétrico. É o registro elétrico. E quando chega na camada de óleo, aí não. Aí você tem que fazer o que eles chamam de tirar o testemunho. O testemunho é a rocha verdadeira que você tira. E uma ferramenta que corta ao redor, e aquele núcleo vai entrando na tubulação. De forma que quando termina, você puxa aquilo para cima, coloca no chão, é exatamente a rocha que você cortou. Aí os geólogos vão examinar, tirar amostra para fazer porosidade, permeabilidade, conteúdo de fluido etc. Nesses registros nós fazemos também o laudo elétrico, que agora já está muito mais desenvolvido. Antigamente você fazia o que eles chamam de *self potential*, e *resistivity*. Eram dois laudos, um ao lado do outro, e a combinação dos dois era que indicava se era areia ou se não era, essas coisas. Então um é o potencial da rocha, em função de fluidos, em função da permeabilidade e porosidade, e o outro que é a resistividade em função mais dos fluidos contidos. Então às vezes você via um fluido, mas via que a rocha não tinha permeabilidade para produzir aquilo. Já no...

[FINAL DA FITA 7-A]

M.Q. - O senhor repete essa parte final?

I.C. - É que as duas curvas de potencialidade e a curva de resistividade, elas se combinam para traduzir o tipo de rocha, as condições mecânicas, conteúdo de fluido que a rocha tem. Porque às vezes você tem a rocha com fluido, que dá uma resistibilidade alta, mas a sua permeabilidade, porosidade, não tem local para armazenar isso. Então você vê que aquilo está tão apertado que você não tem condições de produzir. Hoje você já pode tentar. Hoje já existem uns processos de fraturamento, injeção de nitrogênio etc. Outras coisas que fazem essas rochas às vezes virarem porosas. Cria-se porosidade, cria-se permeabilidade nelas, com fraturas abertas proposadamente.

M.Q. - Agora, em outubro de 67 o senhor é nomeado chefe da delegação da Petrobrás à 3ª. Assembléia da Associação Recíproca Petroleira Estatal Latino-americana, ARPEL. Como é que era essa associação? Ela funcionava efetivamente? Qual a importância dela para o desenvolvimento da indústria?

I.C. - Foi criada entre as empresas latino-americanas, com supremacia da América do Sul, uma associação para a troca de conhecimentos. A idéia principal era de se reunir, e existia uma secretaria geral, que era alocada em qualquer país da América do Sul, em que ela mantinha uma espécie de troca de conhecimentos através de correspondências, de cursos etc. E aqui no Brasil eles nomearam o diretor de produção e exploração, porque dizia mais respeito à área de perfuração e produção do que propriamente de refino. Era exatamente o desenvolvimento de empresas que estavam estudando. E era o que interessava à Petrobrás também naquele momento, já que as refinarias, nós fazíamos cópias das refinarias americanas, mediante contratos. Então o que nós queríamos eram maiores conhecimentos da área de exploração e produção, para poder difundir entre nossos técnicos. E ela tinha sede... A primeira

delas parece que... Não sei se foi... Quando eu entrei... Não sei se foi Venezuela. Mas sei que teve uma na Venezuela, teve no Chile, e teve outra no Uruguai. Mas a finalidade principal era essa, era difundir, reunir conhecimentos e difundir. Faziam às vezes umas espécies de reuniões, em Montevideu, sobre registros elétricos. Traziam gente de todo canto, e traziam especialistas da Europa e dos Estados Unidos para ministrar cursos. De início foi muito difícil conseguirmos isso, porque era aquele fato: todo o mundo queria. Quando aparecia um: "Vai para o Brasil!" Aí o outro chegava: "Não! Manda para La Paz!" Outro: "Manda para o Chile!" Ficava nessa confusão. Então nós nos reunimos às vezes... Uma vez, duas vezes por ano apenas, o resto era só troca de papel, troca de bilhetinhos... [risos] troca de instruções...

M.M. - E como é que estava a América Latina em termos de produção?

I.C. - A América Latina, graças à Venezuela, sempre foi um expoente, não é. Ela teve algum tempo em que, como é que se diz, não conseguiu manter a razão, a velocidade dos descobrimentos, por causa do México, que também depois de mexicanizar sua indústria passou a uma operação mais violenta, mais rápida, e a felicidade de encontrar grandes campos no mar. Mas a América Latina sempre teve expressão na produção de petróleo. Você vê que antes de nós termos a produção que hoje conseguimos, vivemos como terceiro, quarto, quinto produtor, porque na nossa frente estava a Argentina, a Venezuela, o próprio Chile chegou a ameaçar, e a Bolívia chegou a produzir igual a nós. Sempre quando eles diziam: "Ah, o que é que acontece que a Bolívia produz, tem produção própria, não gasta um tostão com petróleo, e o Brasil gasta?" Para você ver, a Bolívia produz hoje 6.000 barris por dia. Nós produzimos 40.000, 50.000. Mas nós somos Brasil. Os 6.000 da Bolívia dão para ela. Então não há meio de comparação. Mas lá houve várias descobertas, sobretudo gás, e foi expoente de produção por algum tempo.

M.Q. - Bom, agora, qual a importância da firma Western Geophysical no levantamento sismográfico da plataforma continental?

I.C. - Bom, eu acho que a importância dela é que foi uma das primeiras a ser contratada para isso. Essa é que é a importância.

M.Q. - Isso no período da sua gestão?

I.C. - É. A minha gestão...

M.Q. - De 67 à 69...

I.C. - É, 67. Eu dei cumprimento a uma programação preparada ainda pelo Geonísio Barroso quando ele era diretor, e essa programação era exatamente mostrando o valor de ir para o mar, tanto que há um trabalho meu apresentado aqui num congresso de *off shore* que nós realizamos, em que eu fui o *chairman* desse congresso aqui no Rio de Janeiro, e o trabalho é esse "Por que fomos ao mar". Um bonito trabalho que nós produzimos sobre o assunto. E as verbas contidas naquela época visavam mais a parte de refino, de forma que a gente tinha de trabalhar dentro de verbas muito curtas. Fazia parte num ano, depois fazia parte noutro ano, e nós resolvemos dar andamento aos programas que o Geonísio preparou e partimos para o mar.

M.Q. - É nesse período também que é construída a primeira plataforma para perfurar, não? A Petrobrás I, se não me engano?

I.C. - É, exato. Quando o Barroso era diretor, nós... Eu estava nos Estados Unidos e trocamos muitas correspondências sobre o assunto, e fizemos um trabalho coordenado de preparação para irmos ao mar, e foi aconselhada a vinda de um técnico especialista para examinar a nossa situação, porque nós estávamos trabalhando aqui, como nós trabalhamos muito antes disso, logo que eu vim dos Estados Unidos, em Dom João, onde nós conseguimos os primeiros poços sob o mar, mas já existia uma certa... Como é que poderia dizer? Um convencimento de que nós poderíamos partir para o mar sozinhos. Sempre foi assim que aconteceu no Brasil. A turma não aceita nunca o conhecimento dos outros. Eu costumo dizer que experiência dos outros não tem preço. Mas então, quando nós estávamos vendo que a situação era muito séria, a gente poderia ir para o mar, e no mar as coisas eram muito mais caras, nós sugerimos que viesse um especialista para cá. Fui instruído a conseguir um especialista para vir ao Brasil fazer um exame disso. E fui muito feliz, porque quando procurei contato sobre o assunto, eles tinham encerrado um programa chamado *mo-hole*. É MO, traço, HOLE, *mo-hole*. Esse *mo-hole* foi um programa que foi feito numa perfuração com vistas a romper, se fosse necessário, a primeira camada da Terra, e penetrar na segunda camada interna. E isso eles recorreram, foram procurar onde essa camada era mais fina. E onde essa camada era mais fina era na profundidade do mar, lá na Oceania, lá na Polinésia, onde eles tinham mais de 6.000 m de mar. Então a camada deveria ser pequena. E foi estudado esse poço, foi estudado vários anos, construiu-se um navio, e esse navio fez essa perfuração de mil e poucos metros ou 2.000 m. Depois encerraram a operação por causa do preço, e não tinham conseguido resultado nenhum. E esse corpo de técnicos especialistas começou a se espalhar. Então nós conseguimos colocar a mão sobre o Don Rize, John Don Rize. E eu o convidei para passar o carnaval aqui no Rio... [risos] Porque ele não queria. Ele estava de férias, disse que estava de férias e não queria fazer nada. Eu disse: "Por que você não passa as férias em Copacabana? Vai, faz as férias em Copacabana, aproveita e faz o nosso trabalho etc." E ele cedeu e veio cá para o Brasil... [risos] E fez um trabalho espetacular. Ele examinou toda a nossa situação onde nós tínhamos condições de poder encontrar o petróleo. Os conhecimentos geológicos e geofísicos nós já possuíamos. Examinou o tipo de mar que nós temos, as condições etc. E fez um projeto. Nesse primeiro projeto ele recomendou uma plataforma do tipo daquela, como nós chamamos, de perna dura. E depois, através dele mesmo nós conseguimos contato com as companhias dos Estados Unidos, que nos cederam a licença para construir no Brasil uma plataforma. Então nós construímos essa plataforma aqui nos estaleiros nacionais, com a supervisão técnica deles, e nossos engenheiros também, e produzimos a primeira P-I, essa plataforma que foi inaugurada ainda na minha gestão, e começou a trabalhar na minha gestão.

M.Q. - Ela era fixa?

I.C. - É fixa. Não! Ela se fixa. Ela tem as pernas que ancoram no fundo e eleva-se.

M.Q. - Ah, sim...

I.C. - É o que eles chamam de... *jack-up*.

M.Q. - Ela ainda está em funcionamento?

I.C. - Está. Ela ainda funciona. É uma das, parece, 15 ou 16 que a Petrobrás possui. Essa foi feita totalmente aqui. Com isso nós tivemos a vantagem de poder oferecer inclusive a possibilidade dos nossos estaleiros construir plataformas. Mas aconteceu que o preço do petróleo estava muito baixo, e as pesquisas no mar começaram a se reduzir, por causa dos custos. Então a disponibilidade de plataformas era muito grande. E nós verificamos que era muito mais barato alugar plataformas do que construir plataformas. Então começamos a fazer as consultas e trazer para cá Vinegahum, e outras.

M.Q. - Como é que é o nome?

I.C. - Vinegahum.

M.Q. - Ah, sim... [risos]

M.M. - Mas chegaram a ser construídas algumas pelos estaleiros?

I.C. - Ah, sim. Aqui passaram a construir, e ainda hoje eu acho que qualquer necessidade que houver aí nós podemos produzir perfeitamente. Alguns equipamentos especialíssimos, que não adianta você fazer no Brasil porque só vai usar numa plataforma, esses é preferível você importar.

M.Q. - Quer dizer, até 1974, praticamente, ou até mais adiante, não se dava prioridade, pelo menos em termos de recursos, a essa área de exploração?

I.C. - Não. O importante era o refino. Era conseguirmos uma alta capacidade para o refino.

M.M. - E como é que o senhor ficava lá dentro da diretoria? O senhor não pedia verba, não?... [riso]

I.C. - Não... Eu brigava, não é. E tinha que compreender que a política do governo era essa, nós não podíamos fazer nada. Mas várias vezes eu me ressentia de falta de verba, de por exemplo ter um programa postergado porque as verbas não eram suficientes. Era apenas iniciado. Então vinha aquela reclamação. Quando eu via o dinheiro sair para a Amazônia e não sair para a área da Bahia, eu vinha reclamar... [risos] Coisas dessa ordem.

M.Q. - Agora, e a parte da pesquisa em terra? O senhor está falando no mar, mas essa prosseguiu também?

I.C. - Ah, essa prosseguiu. Porque essa nós tínhamos *know-how* suficiente, tínhamos a parte de geologia muito bem conhecida, e continuamos operando. A Bahia continuava todo ano a descobrir mais campos. Quer dizer, as áreas em terra eram exatamente aquelas áreas já conhecidas, em que nós apenas ampliávamos.

M.Q. - E no mar, nesse seu período, houve alguma descoberta de campo?

I.C. - Houve. Houve em Sergipe e houve as primeiras perfurações do Espírito Santo, em que nós localizamos os domos salinos. Mas expressão de petróleo foi Sergipe.

M.M. - E ainda havia aquela prática de descobrir... Porque o senhor nos contou que no começo, quando as refinarias eram poucas e com pouca capacidade de refino, muitos poços eram fechados. E nessa época? Elas já tinham condições de refinar tudo?

I.C. - Aí nessa época já, porque nós tínhamos possibilidade de embarcar para Cubatão, não é. O que a Bahia não consumia, a gente embarcava para Cubatão. E vez por outra, com muita raridade, a gente trocava. Exportava e recebia outro tipo de óleo mais barato.

M.Q. - Eu queria saber o que acontecia com os poços secos, que se acabava de explorar. O que se fazia?

I.C. - O poço seco é seco. Não tem jeito.

M.Q. - Pois é...

I.C. - Aqueles em que a produção existia mas era pequena, eles só se tornaram passíveis de produção, e economicamente de utilização, depois que o petróleo passou a vinte e tantos dólares. No meu tempo era 2,10 dólares o preço médio de petróleo.

M.Q. - Então o problema não é esse, dos poços secos. O problema é o dos poços que se esgotavam. Com esses, o que é que se fazia?

I.C. - Quando o poço se esgota, é fechado.

M.Q. - Fechado e...

M.M. - Agora, com a crise, aqueles poços que antes eram economicamente inviáveis, improdutivos e tinham sido abandonados, foram explorados de novo?

I.C. - Ah, muitos poços. Muitos poços daqueles que eram fechados naquela época por serem antieconômicos, com o preço do petróleo tornaram-se possíveis. Então eles foram reabertos.

M.M. - Reabertos...

I.C. - E nesses poços, quando você perfura, coloca um revestimento até praticamente a zona de óleo, faz um revestimento, com ele cheio de lama, como é depois feito, ou cheio de óleo e tamponado, não tem perigo nenhum. Em qualquer época você rompe o tampão, ele está em condições de poder produzir.

M.Q. - O senhor tem detalhes do projeto de construção da planta de gasolina natural, proposto pela Hudson Engineering Corporation, para Catu e Candeias, na Bahia? E sobre a ampliação da unidade de fracionamento da Refinaria Landulfo Alves?

I.C. - Não. Eu não entraria na parte de refinaria, mas a parte da unidade de gás de Catu, essa foi feita ainda na nossa gestão, e se não me engano eu era superintendente disso ainda...

M.Q. - Quando o senhor ainda era superintendente? Ou foi já no período da sua diretoria?

I.C. - Não. Eu acho que eu já devia ser superintendente. Eu me lembro que isso foi construído quando eu estava na Bahia.

M.Q. - Ué...

I.C. - É que o campo de Catu, quando começamos a produzir em grande escala, vários poços tinham uma produção de gás acima do necessário. E esses poços por isso eram fechados. Para nós fazermos a produção desses poços nós tínhamos que aproveitar esse gás. Então desenvolvemos o que eles chamaram lá de recuperação secundária. Esse gás era produzido e nós reinjetávamos em outros poços mais fracos, e guardávamos esse gás. Mas a produção foi aumentando, aumentando, então nós tínhamos um excesso de gás, que não era devolvido à formação. E chegamos também a examinar o valor dessa injeção na formação, em comparação com a utilização desse gás no mercado. Então foi feito o balanço, e nós concluímos que um determinado volume de gás poderia ser fornecido para o mercado para desenvolver a petroquímica. Nessa época também nós fizemos o exame de injeção de água ao invés de gás, e a injeção de água que nós fizemos na Bahia era injeção de água do mar. Porque a água que existe na jazida de petróleo é uma água salobra, muito salgada. Mais salgada do que a do mar. Então para você se aproximar das condições da água que existe no reservatório, lá embaixo, você estaria mais em condições de utilizar água do mar do que água doce. A melhor coisa que nós podíamos fazer era água do mar, que tinha que ser filtrada em excesso, inclusive com trabalho de biólogos que nós contratamos também, porque você tem que matar todos os vírus que possam existir na água do mar. Você não acredita, mas são números fantásticos, mesmo ela filtrada. Então ela era primeiro tratada, havia essa mortandade, e quando você começava a conversar com os geólogos, eles ficavam

impressionados e diziam: "E os cadáveres! Vão aumentar, vão aumentar!"... [risos] De fato. Eu sei que quando você faz a limpeza de um poço desses, depois de seis ou oito meses, a quantidade de alga morta que você põe para fora do poço é impressionante. Uma verdadeira lama negra que enche tanques e mais tanques. E tudo aquilo é gente que morreu, que passou. Foi para lá. E alguns que conseguiram morrer e produziram, porque dentro do petróleo você tem também bactérias produzindo, não é. Ainda até hoje. Então com isso nós conseguimos obter um excesso de gás que poderia ser fornecido para a indústria. E fizemos o projeto da unidade que a Hudson programou e construiu para nós lá. Foi a primeira unidade feita no Brasil, feita pela área de perfuração e produção, e que ficou bem diferente da área feita pela refinaria, porque no Brasil o índice de construção de prédios dentro de uma refinaria é relativamente pequeno, em comparação com o valor da unidade. Então nós temos as nossas refinarias com prédios bonitos, pontes especiais bonitas, o que é diferente da perfuração. E lá nós fizemos uma unidade, aproveitando para os escritórios da unidade o próprio escritório da construtora. Apenas nós tínhamos dentro do escritório, como acontece nos Estados Unidos, comodidade igual a de um grande prédio. Ar refrigerado, era todo atapetado, não é. Mas do lado de fora era telha Eternit cercado as casas etc. E fizemos essa unidade que ia fornecer o gás, começamos a produzir o GLP, para cozinha, que era todo importado na época, e a disponibilidade era tanta que permitiu o início da petroquímica na Bahia. Essa unidade parece que já foi ampliada uma ou duas vezes, se não me engano.

M.Q. - O senhor se lembra de problemas no mecanismo de compra de materiais e equipamentos no escritório de Nova York? Nesse período da sua gestão na diretoria?

I.C. - Com referência a quê, assim...?

M.M. - Porque nós lemos nas atas que havia algumas dificuldades na importação de equipamentos nessa época, e que havia algum tipo de problema que nós não conseguimos identificar, porque só era citado que havia problemas e que a diretoria mandava estudar o caso.

I.C. - O problema que acontecia que eu pude sentir ou presenciar, eu não era diretor. Eu estava lá nos escritórios... Era exatamente a falta de créditos para o Brasil no mercado.

M.Q. - É. O senhor já nos contou...

I.C. - Com o ministério depois de 64 foi mais ou menos regularizado, e que eu saiba assim não havia grandes problemas. O problema é que a maioria do equipamento ainda era importada. E muitas vezes você não tem o equipamento na prateleira. Equipamento de petróleo é muito específico, e às vezes você não possui na prateleira, tem que fazer encomendas. E muitas vezes as encomendas vinham acompanhadas de patentes, e você às vezes tinha que romper com essas patentes antes de produzir o equipamento. E as patentes então faziam as exigências. Mas que eu saiba, de dificuldade de importação... Outras não deveria haver.

M.Q. - Agora, houve também nesse período tentativas para a obtenção de financiamentos junto ao BNDE para os seguintes projetos: unidade de absorção de Candeias; ampliação da unidade de fracionamento de refinação da Refinaria Landulfo Alves; ampliação do parque de armazenamento do terminal marítimo Alves Câmara. Essas dificuldades, o senhor lembra de que natureza eram? Para conseguir financiamento junto ao BNDE?

I.C. - Não. Nós precisávamos de recursos. Nós tínhamos recursos estrangeiros, mas com a produção nacional, que já começava a despontar como importante, éramos obrigados a fazer utilização da mesma, e precisávamos de muitos cruzeiros, e encontramos no BNDE uma fonte. O BNDE estava empregando e nos ofereceu. Aliás, foi uma ajuda muito grande, mas sem dúvida nenhuma só foi [inaudível] porque o BNDE é um cobrador muito violento... [risos] Mas nos apoiou, e aí começamos a tomar empréstimos ao BNDE.

M.Q. - Foi exatamente na época... Foi num convênio que a Petrobrás assinou com o BNDE, não foi?

I.C. - Exatamente.

M.Q. - E as condições desses financiamentos eram muito violentas?

I.C. - Eram. Para a época eram violentas. Mas nós não tínhamos outra solução e enfrentamos.

M.Q. - O senhor lembra dessas condições?

I.C. - Não. Assim não tenho em dia... Mas sei que muitas vezes as críticas da diretoria... Se a gente pudesse, a gente não tomava esse dinheiro... Mas não tinha outro jeito... Porque o problema do petróleo, o interessante é isso, é que você pensa nos valores, mas há um multiplicador tão grande, que o problema do petróleo supera. Mas não é por ele superar que você atende a todo mundo. Não é por você ter dinheiro que você vai pôr dinheiro fora, ou vai começar a distribuir dinheiro. De forma que havia condições para nós cobrirmos as exigências, mas em comparação com outros empréstimos era alto.

M.M. - Eram mais altas que os bancos estrangeiros?

I.C. - Estrangeiros! Sem dúvida... Sem dúvida alguma...

M.Q. - Porque normalmente nas linhas de financiamento do BNDE, o que eles financiavam, o máximo era 60% do que era necessário. Nas linhas de crédito.

I.C. - Exato. Os empréstimos dele eram o mínimo necessário. É por isso que hoje quando eu vejo uma empresa tomar dinheiro emprestado ao BNDE, ou a qualquer outro banco, dizendo que 60% é emprestado e 40 é próprio, ela não paga nunca... Não tem condição para pagar nunca...

M.Q. - Mas as condições mesmo, juros, essa coisa toda, eram tão violentas assim? Porque o que se diz...

I.C. - Não. Ainda hoje elas são violentas.

M.Q. - Dentro do BNDE também?

I.C. - Dentro do BNDE? Eu acho que hoje o BNDE ou qualquer outro a que

você recorra no Brasil, as taxas são violentas. Daí isso, tem uma frase até de um desses empréstimos aí, o Antônio Ermírio de Moraes, que diz que se você não tiver pelo menos 30% seu no negócio você será

devedor eternamente. É por isso que as empresas dele estão sempre em boa situação, porque ele parte sempre com o capital maior dele do que do empréstimo.

M.Q. - Agora, ainda com respeito a uma restauração da estrada de Candeias, entre Candeias e São Francisco do Conde, em convênio com o estado da Bahia. Isso foi na sua gestão, não?

I.C. - Certo.

M.Q. - Como é que foi esse convênio?

I.C. - O convênio é que o estado é que deveria construir essa estrada, mas não tinha condições. Então a Petrobrás emprestou, para ser debitado nos *royalties*.

M.Q. - Pois é... Essa é uma questão importante...

I.C. - Uma parte foi dada como bônus... Como bônus não, como doação, e outra parte poderia ser descontada nos *royalties*. Eu não sei dizer qual era a percentagem, mas sei que naquela época governava a Bahia, se não me engano, o governador Juracy, e ele dizia...

M.Q. - Não, não... Eu acho que era 67, 68, não é? Era o Luís Viana...

I.C. - Era o Luís Viana... É, 67... É. Eu estava confundindo com... Porque nós fizemos, na época da superintendência lá na Bahia, várias estradas, para São Sebastião, para Camaçari, e o Juracy me chamava "um dos meus secretários mais ricos"... [risos] Porque a Petrobrás entrava. Como ela ia usar a estrada, ela entrava sempre com dinheiro, não é. Mas naquele tempo era doação mesmo. Não tinha nada de desconto de *royalties*...

[FINAL DA FITA 7-B]

M.Q. - Já que estávamos falando dos *royalties*, nós vimos que houve um problema de irregularidades ocorridas em Simões Filho e outros municípios baianos, na aplicação dos *royalties* do petróleo. Que problemas foram esses?

I.C. - Ah, isso é mais uma discussão... Não haveria razão de nós fazermos esta discussão, porque isso depende do programa da prefeitura. Ninguém sabe onde aperta o sapato, não é. Prefeitos que queriam fazer isso, fazer aquilo, e tinham dinheiro disponível e começavam a fazer. Mas a verdade é que ao invés de fazerem obras como hospitais, criar escolas, pavimentação das cidades, energia das cidades, o sujeito fazia logo uma construção da casa da prefeitura toda em mármore, como aconteceu em Ipojuca. Outras vezes sabia que a Petrobrás poderia fazer, não fazia pontes... Obras de contenção de inundações, essas coisas. Nada disso era feito. Depois começaram a contratar energia elétrica, posteação para a cidade...

M.M. - Mas o pagamento dos *royalties* implicava na aplicação desses recursos em algum tipo de obra?

I.C. - Não. Nada disso. A obrigação era a Petrobrás pagar o *royalty*. Nós pagávamos. Eles faziam o que queriam. Nós não tínhamos condição de obrigar. Então começaram a comprar carro para o prefeito, carro para o presidente da Câmara, carro para aquilo... essas coisas. Esse é um problema deles que a gente não pode... [risos] Examinar...

M.Q. - Dr. Ivan, pela Lei 2.004, já estava estabelecido que a Petrobrás realmente teria que pagar esses *royalties* aos estados, aos municípios, havia uma percentagem já estabelecida. Agora, houve há um tempo atrás - agora estava me lembrando - a questão dos *royalties* no mar. Campos reivindicando isso, o Estado do Rio de Janeiro reivindicando isso. Isso não seria uma coisa automática? O que é que houve aí nessa questão? O senhor sabe dizer?

I.C. - Não. Em todos os países do mundo os *royalties* em terra são pagos ao proprietário da terra e aos estados. Naquela consideração do mar territorial que você leva 200 milhas, esse mar territorial passava a ser praticamente uma extensão do estado ribeirinho. Então o estado reclamava aquele direito. Mas no mundo inteiro a operação no mar é independente. Nos Estados Unidos, por exemplo, na região do Golfo, os *royalties* do mar vão para as universidades dos estados ribeirinhos. Então, todos os estados ribeirinhos têm universidades lindas a custa do dinheiro, não é. E o estado, até quanto eu sei, parece que não receberia quase nada, porque vai destinado à educação e às universidades. Aqui havia aquela dúvida, se dava ao estado ou se dava à Marinha. Quem é que ia reclamar etc. E daí o problema. Agora, a discussão que eles fazem é porque o assunto foi explorado. Como na área do carvão. A área do carvão tinha uma comissão executiva do carvão, em que começaram a estudar as necessidades dos estados produtores de carvão. Então, pagava-se *royalties* aos estados produtores de carvão. Depois começaram a aparecer aqueles que poderiam produzir carvão. Entrou também. Depois aqueles que já produziram e que não ganharam na época... [risos] Então, todo o mundo tem... tinha, não sei como está hoje, mas todo mundo tinha *royalties*, produzindo ou sem produzir, com capacidade de produzir e sem produzir... Enfim, a exploração era grande. A mesma coisa está acontecendo agora com o petróleo. Tem petróleo porque produz petróleo na plataforma. Recebe *royalty* porque não produz petróleo, mas serve de alojamento para o pessoal da área de petróleo, que mora mais aqui do que lá etc. O outro porque tem tanques instalados, tem uma usina instalada... Eu não sei mais como é que foi feito isso aí. Eu sei é que foi uma exploração política muito grande, e hoje ficam reclamando talvez até com razão: "Por que é que fulano tem mais do que eu? Se quem produz sou eu?" Aí o problema é dele, não é...

M.M. - Os recursos para a própria exploração... [riso] foram distribuídos nos *royalties*...

I.C. - É. Exato... Pois é...

M.Q. - Agora, também no período da sua gestão houve... Nós queríamos saber os detalhes sobre o entendimento com a firma alemã Prakla para levantamentos aeromagnômicos na plataforma...

I.C. - Magnetométricos...

M.Q. - Magnetométricos na plataforma continental... Queríamos que o senhor nos contasse sobre esses assuntos.

I.C. - Não, é que nós precisávamos fazer esses levantamentos iniciais, à base de geofísica, e em terra nós temos os nossos processos comuns de realização disso, que já eram usados desde o tempo do

Departamento da Produção Mineral. Eram os trabalhos que se faziam com os magnetômetros. É uma aplicação relativamente fácil. Mas para operar no mar nós precisávamos fazer isso com empresas especializadas, que nós não tínhamos ainda. E a Prakla realizava esse levantamento de avião. Aéreo. Então nós fizemos o contrato dessa empresa alemã, que veio fazer esses trabalhos para nós. São trabalhos iniciais e básicos para um desenvolvimento maior da geofísica. Conhecimento do basamento, como é que é o basamento, como é que se deram as acumulações, para depois a geofísica entrar em detalhes, e em camadas, e verificar estruturas. Mas era básico...

M.Q. - Mas isso no mar, não é?

I.C. - No mar.

M.Q. - Em terra já se fazia...?

I.C. - Bom, em terra nós tínhamos. Sempre que o problema reclamava um conhecimento desses, nós fazíamos. Em áreas novas que serão perfuradas, porque a área perfurada você conhece por perfuração. E com a relação entre os poços você distingue como ela está. Mas na área não perfurada você tinha que fazer o trabalho com o magnetógrafo. Registra a maior ou menor aproximação das camadas mais densas da superfície. Com isso você pode estudar o relevo, o basamento etc.

M.Q. - É, inclusive foi nesse período que se fizeram estudos em terra também com avião, não é?

I.C. - Não. Em terra, como eu disse, quando surgia essa necessidade... Exato. Quando surgia essa necessidade, nós fazíamos o nosso basamento em terra. Depois é que, com a velocidade que a aviação pode nos dar, desse levantamento, parou-se isso. Então você contrata, você faz de avião. É o mais rápido.

M.Q. - Agora, nós lemos também nas atas que houve o caso, que a gente não entendeu muito bem, da demissão do advogado Carlos Augusto Monteiro da Silva, do escritório de São Paulo. Foi alguma coisa vinculada à questão ainda da revolução...?

I.C. - Carlos Augusto Monteiro...?

M.Q. - É...

I.C. - Não... Não me lembro disso não...

M.M. - O que isso rendeu foi... Há várias atas... [risos]

I.C. - É...?

M.M. - Mas pelas atas a gente não consegue identificar...

I.C. - Mas então isso não é da minha época não... Não é da minha época não... Monteiro... O único Monteiro de São Paulo de que eu tenho lembrança é o Monteiro da refinaria, que era, parece, um coronel do Exército...

M.Q. - Não, não. Esse é o Joaquim Monteiro, que foi o primeiro superintendente de Cubatão...

I.C. - Pois é. O único Monteiro, que nós chamávamos Monteirinho...

M.Q. - Pois é... Mas houve esse problema...

I.C. - Eu não conheço esse fato... Do outro Monteiro eu não tenho conhecimento.

M.Q. - Agora, nesse período também, houve uma encomenda feita à Companhia Mannesmann, para o revestimento do oleoduto da Região de Produção do Norte, não é? A siderurgia nacional tinha condições de atender a essas...?

I.C. - É bom você ver a data disso aí, porque já não é mais a minha administração. Oleoduto do Norte não...

M.Q. - Da Região de Produção do Norte?

I.C. - Não. Acho que não é não...

M.Q. - Bom... Então qual é a política da Petrobrás com relação à pesquisa...

I.C. - Bom, eu poderia lhe responder o seguinte, que a Mannesmann, ela veio para cá mais por efeito da Petrobrás, porque nós comprávamos tubulações especiais, sem costura, no mundo inteiro. Mas ela verificou que poderia produzir isso no Brasil, e já com um mercado cativo. Então ela veio para cá para isso.

M.Q. - É, mas isso na década de 50 ainda, não é?

I.C. - Pois é. Então ela foi produzindo e se aperfeiçoando, porque na Alemanha ela fabricava todo tipo de tubulação. Mas ela só fabricava aquelas que nós usávamos, porque o restante não tinha mercado para ele.

M.Q. - Ah, então eu estou entendendo porque que é... Porque nós vimos essa encomenda lá, e já era uma coisa tradicional, não é... Da Petrobrás com relação a essa área de tubos e tal, não é?

I.C. - Exato. Ela começou a limitação. Ela fazia tubos de 5'1/2" em quase todas as escalas. Um ou dois tipos ela não fazia, porque nós não usávamos no Brasil. E aqueles mais raros, outros tipos mais especiais, N-80 sobretudo, P-110, esses aí eram importados. Hoje eu tenho para mim que ela já faz tudo isso. Então começamos a precisar de tubulações maiores. O volume começou a aumentar. Ela verificou que tinha mercado e então passou a produzir também o tubo de 9'5/8" com luva, parece. Porque ela produzia 8'5/8" sem luva para *pipeline*, e passou a produzir 9'5/8" com luva, que é o que nós usávamos. E foi aumentando. Passou também a 10'3/4", e no final, hoje, eu tenho para mim que ela produz qualquer diâmetro dentro das exigências da Petrobrás, sem costura. Porque as outras com costura, como nós costumamos chamar, essas já são produzidas por Cofap e outras empresas também.

M.Q. - Agora, nesse período houve um pedido de informação do senador Leandro Maciel ao Ministério das Minas e Energia, sobre a política da empresa com relação ao sal-gema e ao cloreto de potássio de Carmópolis, não é? Que é do seu período? Carmópolis?...

I.C. - Carmópolis é.

M.Q. - E qual era a política da Petrobrás com relação à pesquisa e exploração de sal-gema e cloreto de potássio de Carmópolis?

I.C. - Bom, posso dizer que quando eu saí eu deixei um relatório, como a Petrobrás poderia começar a operar nessa área, porque ela não operava na minha área quando eu era diretor.

M.Q. - Pois é. Mas o que pretendiam fazer com isso?

I.C. - A Petrobrás, ela passou a... Ela identificou petróleo numa área onde antes tinham sido identificados sais de potássio, sal-gema, e existiria um problema se ela não assumisse essa responsabilidade, de explorações diferentes, de empresas diferentes. Nos campos em que as empresas de petróleo descobrem outros produtos, geralmente a empresa de petróleo é líder. No mundo inteiro. Ela se associa às outras, mas ela é líder. Por quê? Porque a produção de petróleo é a produção principal. E a pesquisa e mineração de qualquer produto que implique abertura de minas, ou mesmo aproveitamento por soluções, e que implique a perfuração de poços, poderá em qualquer época ser danificada pelo petróleo, por migrações etc., ou o contrário, o petróleo poderá ser prejudicado pela migração desses sais, se tiver de alcançar alguma camada dessas. Em Sergipe essa camada de sal estava exatamente, em alguns lugares acima, outros embaixo do petróleo. Quer dizer, para que alguém fosse explorar esses sais precisava que tivesse a Petrobrás líder nisso, porque se não era um não parar de indenizações. E uma empresa se organizar para explorar sal e depois parar a sua produção até que se repare um poço da Petrobrás... Então, o aconselhamento que eu tinha era que a Petrobrás devia a qualquer preço assumir a responsabilidade dessa operação. Mas isso estava na mão de outras empresas particulares, que discutiam e regateavam a negociação com os preços que a Petrobrás queria.

M.Q. - Que empresas eram essas?

I.C. - Inicialmente você tinha uma... Quem descobriu foi, se não me engano, a Itatibe. Depois parece que passou a uma empresa dirigida por Evaldo Luz...

M.Q. - Lodi... É Euvaldo Luz, aliás. É.

I.C. - E depois então parece que houve uma negociação aí, e terminou o grupo Lume assumindo a responsabilidade.

M.Q. - Grupo Lume?

I.C. - Lume.

M.Q. - Esse que faliu?

I.C. - É. Já na última discussão foi o grupo Lume. A ocupação já foi feita na gestão do grupo Lume. Mas a razão principal era essa, que não se podia permitir dois exploradores independentes ou diferentes, porque um prejudicaria o outro em qualquer época. Um poço desses que é perfurado através de várias camadas, não pode evitar que uma delas mais porosa receba infiltração de gás. Já pensou você estar trabalhando numa mina, e haver uma emanção de gás de petróleo dentro da mina? Tem que suspender a operação da mina. Suspende a operação da mina, indenização total. Enquanto não se tirar aquele gás dali de dentro. E se é da mesma companhia Petrobrás, a Petrobrás assume a responsabilidade e se entende com a sua subsidiária, mas está tudo dentro de casa. Esse é que foi o cuidado principal.

M.Q. - Inclusive é isso que mais tarde vai fazer com que se crie aquela subsidiária vinculada a outros minérios?

I.C. - Eu tenho para mim que o principal da Petromisa foi exatamente esse.

M.Q. - Exatamente...

I.C. - Foi a Petrobrás assumir a responsabilidade da área de lá. Porque se não ela não poderia desenvolver nem um nem outro.

M.Q. - Agora, houve também um problema, uma questão em torno do oleoduto de Carmópolis, com relação às terras para construir o oleoduto, não é? O senhor lembra disso?

I.C. - Não, o... Eu não tenho assim a lembrança, mas por semelhança com a da Bahia, havia problemas superficiais, e no Brasil a Petrobrás tem sempre a vantagem de poder obter um decreto de... Como é que se diz...?

M.Q. - Desapropriação?

I.C. - Desapropriação. E nessa desapropriação ela se obriga a pagar os valores atuais, se bem que ela nunca tenha pago os valores atuais, ela pagou sempre além dos valores atuais. Mas a reclamação de quem perde a propriedade é grande, e o direito de reclamar é comum... [risos] É a mesma coisa que nessas barragens. Mas barragens, às vezes você tem o valor local dado pela prática normal do mercado, e você tem o valor às vezes do departamento de agricultura, e dá sempre um pouco mais. Mas só o caso de você perder o direito de sua propriedade, já é bastante para reclamação.

M.M. - Diante do fato de isso ter sido feito com decreto, as pendências judiciais eram muitas?

I.C. - Não, é porque às vezes o decreto quando vinha... Não. Vindo o decreto não tinha jeito. Decreto é para desapropriar mesmo, comunicava o indivíduo, pronto, estava desapropriado. Agora, os pagamentos é que davam reclamação. Tanto que ultimamente, hoje já não existe mais isso, a Petrobrás manda os técnicos para a área para conversar com os proprietários, o sujeito diz que quer tanto, ele mostra que o Departamento de Estradas de Rodagem paga tanto, o outro paga tanto, mas a Petrobrás vai pagar mais do que isso... Tem sido feito nessa situação. É muito mais fácil.

M.M. - Mais rápido, não é?

I.C. - É. Mais rápido. Às vezes, com uma passagem de um oleoduto, você faz uma estrada vicinal e fica para o proprietário, e não cobra nada disso. Facilita, faz uma ponte, uma coisa dessas. É negociação. Mas antigamente havia esse problema. Pedia: "Não. Não passa." Então tinha a desapropriação. É mais violenta, e passava. Eu me lembro que uma vez, discutindo em Itaparica com um desembargador que era proprietário de uma terra, eu fui dizer a ele que nós íamos perfurar um poço lá na terra dele, na roça dele, e ele disse: "O senhor não precisa vir me avisar. Os senhores avançam aí, fazem e acontecem!" Eu digo: "Não. Não é isso. Eu estou avisando o senhor porque não vamos invadir. Vamos lhe comunicar que vamos fazer um poço." - "Não! Vocês fazem o que quiserem..." [risos] Por sinal, não houve petróleo algum na terra dele, foi só no poço... [risos]

M.Q. - Agora, nós estávamos lendo também as atas da diretoria, e observamos que o senhor foi o autor de várias propostas para a concessão de benefícios aos funcionários: aumento salarial, pecúlio por morte, gratificações etc. Como é que foram tratadas essas questões nesse período? Eram propostas no âmbito da assistência social? Foram essas propostas no âmbito da assistência social que deram origem à Petros?

I.C. - Eu diria que sim, porque o que aconteceu é que a Petrobrás estava assumindo uma responsabilidade social muito grande, cada vez que crescia, e estava a reclamar uma entidade, um órgão somente para essas finalidades. Nós então começamos a estudar a possibilidade de uma fundação previdenciária. O interessante é que a Petrobrás começou a estudar, e outros que viram o estudo da Petrobrás cresceram e criaram antes da Petrobrás, porque as dificuldades que nós encontrávamos eram muito grandes. E tinha sempre aquele problema de a Petrobrás quer fazer... É um povo. Ela quer ela sozinha, quer independência. Tanto que uma vez houve proposta de um banco, a Petrobrás ter um banco, como muitas empresas de petróleo têm seus bancos. Porque a quantidade de adiantamentos e de construções que nós fazíamos no Brasil era de tal ordem que nós achávamos que o melhor era ter um banco, que nos adiantava prestando algum serviço, do que ficar adiantando dinheiro para o sujeito botar em outro banco. Mas não nos concederam o banco...

M.Q. - Isso foi quando?

I.C. - Isso eu era diretor, quando começaram a pensar nisso aí. Tanto que entre o banco e a Petros concederam a Petros... Porque também não queriam a Petros, não é... É por isso que eu digo, estudou-se tanto, foi minha época, 68, e a Petros começou em 70. Antes dela a do Banco do Brasil e outras foram crescendo. Mas a razão principal era essa, que o volume estava aumentando com muita frequência, e com um volume tão grande que foi preciso criar. Tanto assim que a Petrobrás dizia, no estatuto dela, que uma empresa seria organizada para complementar a previdência oficial etc. etc. E aí criou-se a Petros. Mas as razões, exatamente eram essas, provenientes de reclamações sindicais, e o volume com que essas reclamações chegavam. Então resolveu a Petrobrás criar isso, dar um dinheiro para dar cobertura inicial aos... Como chamamos, riscos iminentes, quer dizer, as aposentadorias iminentes... E com isso ela procurava capitalizar esse dinheiro e ir crescendo. E foi assim que foi iniciada a Petros.

M.M. - Nessa época a Petrobrás estava envolvida com questões da Justiça do Trabalho?

I.C. - Não. Questões na Justiça do Trabalho, você tem desde que começa a trabalhar...

M.M. - Mas em relação assim, a acidentes, aposentadoria? Era um volume muito grande...?

I.C. - Não. Existia muito por causa do volume de trabalho, que era muito grande e era muito disperso. Era no Brasil inteiro, nós estávamos trabalhando no Brasil inteiro. Então existiam. E a Justiça do Trabalho, qualquer queixa, você demite um indivíduo, está na Justiça do Trabalho por causa da queixa. Mais um caso para você ir lá ver. Foi demitido por isso, por aquilo...

M.M. - Eu fiquei pensando na área de assistência previdenciária, se tinha havido aumento do volume de queixas na Justiça do Trabalho que justificassem a criação da Petros, ou se foi só uma necessidade do crescimento da empresa mesmo?

I.C. - Não, as críticas da Justiça do Trabalho são mais dirigidas ao patrocinador, à própria Petrobrás, e não a Petros. Nós pegamos depois disso.

M.Q. - Agora, o senhor falou numa série de resistências à criação do banco, não é. Do banco e também da Petros. O senhor poderia localizar para a gente quem era, ou de que áreas viriam essas resistências...?

I.C. - Não, a resistência vinha da área do ministério. Do ministro Delfim, que não concordava. Achava que seria uma maneira de substituir o Banco do Brasil, por causa do volume de dinheiro que ela movimentava. E naturalmente o... Talvez, não posso dizer que seja dele também, mas também da área das fundações, porque eram recursos transferidos da Petrobrás para as fundações, quando anteriormente não eram. Poderia ser uma medida mais de cautela para evitar, como é que se diz... má aplicação de recursos. Mas havia interesse da criação pela Petrobrás. Até hoje você ainda tem... Hoje já há várias empresas que estão querendo criar fundações, e secretarias complementares de previdência, e não conseguem. Não era o nosso caso, porque no nosso caso não existia ainda essa secretaria complementar. Ela foi criada depois, quando as fundações começaram a se criar...

M.Q. - Como é que se posicionava o ministro da área? Eu acho que já era o Dias Leite, não é?

I.C. - Já. O Dias Leite. Não, o ministro não tinha nada contra. Ele apoiava 100%. Dias Leite foi muito bom ministro.

M.Q. - Apoiava integralmente? Essa iniciativa?

I.C. - Sem dúvida.

M.Q. - Agora, o senhor retorna à empresa após um período de grande turbulência, no qual houve inclusive uma CGI coordenada pela chamada comunidade de informações. No seu retorno o senhor encontrou algum órgão da comunidade de informações operando na empresa?

I.C. - Retorno? Quando é que você diz?

M.Q. - Em 67, quando o senhor retornou, foi ser diretor. O senhor encontrou alguma estrutura de informações montada dentro da Petrobrás?

I.C. - Eu não sei lhe dizer se já existia a divisão de informações na Petrobrás nessa época...

M.Q. - Por que nós lemos nas atas a respeito do aluguel de umas salas para o SNI. A Petrobrás pagando esse aluguel de salas. E aí nós pensamos que poderia ser alguma coisa com relação à comunidade de informações dentro da própria...?

I.C. - É... A comunidade de informações dentro da empresa eu acho que surgiu muito depois... Não sei se foi no governo Médici... Porque não me lembro de na minha época de diretor existir a comunidade de informações, que é o que nós chamamos de Divisão de Informações - DEVIN. A DEVIN parece que foi criada depois... Não me lembro de sua existência. E como diretor eu deveria saber, mas não creio que existisse ainda não.

M.Q. - É, porque nós vimos essa coisa de alugar salas, e aí pensamos que já fosse alguma coisa nesse estilo, não é...

I.C. - Não. O que pode acontecer aí é que muitas vezes esses órgãos oficiais se utilizam da própria Petrobrás e de outras empresas para auxiliar a instalação de alguma coisa... Então no Rio de Janeiro: "Arranja para a Petrobrás pagar o aluguel!" Um negócio dessa ordem assim... Mas não teria sido dentro da Petrobrás não...

M.Q. - Sei... Agora, como o senhor viu o processo de diversificação da empresa, com a criação da Petroquisa e outras subsidiárias? O que ocorre exatamente nesse momento?

I.C. - Isso aí era natural... O desenvolvimento é natural, porque geralmente as empresas de perfuração e de produção, as empresas produtoras de petróleo, elas têm, a gente costuma dizer, que se verticalizar. Têm que passar a produzir alguma coisa além disso para aumentar o seu faturamento. Porque a parte de produção e exploração é só despesa. A de perfuração então, é só despesa. Você só ganha o tempo na perfuração quando faz rápido, mas o resto é só despesa. Então, para que isso não aconteça, é preciso que ela tenha geração de recursos. É o que a Petrobrás hoje faz, e nós não compreendemos porque essas traves e entraves que se colocam na economia brasileira à custa da Petrobrás, porque ela sempre agiu e sempre trabalhou com recursos próprios. O governo não dá dinheiro a ela...

M.Q. - Na verdade é o contrário, não é? [risos]

I.C. - Exato.

M.Q. - Muitas vezes é o contrário... Agora, nesse período, ainda com o senhor na diretoria, há a substituição, primeiro, do general Candal pelo general Levy Cardoso. E eu queria saber em que circunstâncias o general Levy Cardoso substituiu o general Candal da Fonseca?

[FINAL DA FITA 8-A]

I.C. - A substituição do Levy Cardoso...

M.Q. - Não, não! Do Candal...

I.C. - Ou por outra, do Candal pelo Levy Cardoso, vinha sendo feita assim, porque o Levy era presidente do Conselho. Geralmente, você vai verificar que depois houve também a substituição do... Ora!... Um desses outros aí que foi substituído também pelo presidente do Conselho, pelo Araken. Geralmente é a autoridade que substitui como tampão em alguma coisa, em alguma época. E o que aconteceu foi isso, o Candal foi destituído e o Levy Cardoso assumiu como presidente do Conselho que era, e ficou.

M.Q. - Agora, ele foi substituído em função de quê? O senhor sabe por que o Candal foi afastado?

I.C. - Não. O Candal foi afastado em fim de governo, não é... Foi afastado o Candal, saiu o Varonil, saiu o Diegues...

M.Q. - Foi logo depois da doença do general Costa e Silva?

I.C. - Costa e Silva... Quando o Geisel assumiu, que houve a... Ainda restava o Diegues, eu... O Varonil já tinha deixado. Quando o Candal deixou, ele deixou também...

M.Q. - Agora, o general Levy Cardoso fica pouquíssimo tempo. Logo depois entra o general Geisel, não é?

I.C. - Pois é... Por isso que eu disse, ficou como tampão, não é...

M.Q. - E como é que o senhor viu a nomeação do general Geisel para a presidência da Petrobrás? O senhor tinha acabado de ser, se não me engano, reeleito para mais um período da diretoria, e logo depois se afasta?

I.C. - Exato. Não, o... A indicação do presidente da Petrobrás é puramente do presidente da República. Você não tem jeito de desconfiar. Ele põe quem ele quer. Mas o general Geisel, quando assumiu, nos apresentamos a ele, ele disse que tinha um esquema para cumprir, e que gostaria de saber se poderia dispor do meu cargo, que ele gostaria de fazer a mudança de toda a diretoria. Porque eles tinham tirado... O Varonil já tinha saído, era general, o Diegues tinha saído, era general. O Candal tinha saído também antes. Era general. E para não pensar que ele estava querendo tirar generais e deixar só a mim, me perguntava se eu podia também colocar o cargo à disposição, que ele faria a mudança completa. Eu digo: "Não tenha dúvida, porque eu sempre fui e sou empregado da casa. Esse dia eu sempre esperei, de ter de voltar para ser engenheiro." E então ele... A pergunta que ele fez foi essa, se podia dispor do meu cargo, para eu me exonerar. Eu então coloquei à disposição dele, e sempre, depois, me tratou muito bem, não me prejudicou em nada, absolutamente. Eu ainda fiquei algum tempo lá à disposição. Depois ele me concedeu matrícula na Escola Superior de Guerra, e eu continuei...

M.Q. - É exatamente isso que a gente quer saber...

M.M. - Eu tinha uma perguntinha... Houve um entrevistado nosso que disse que no período da gestão Candal havia uma forte oposição, uma disputa de poder entre o general Candal e o General Diegues. Isso é verdade?

I.C. - Não. O que existia era... Não era poder, eram as brigas de diretorias, entre diretorias, não é. Às vezes se determinava um recurso qualquer que precisasse dentro da área financeira. Então o Diegues dizia: "Esse recurso não é disponível no momento." Aí vinha a ordem: "Faz mesmo assim!" Coisas dessa ordem. E eles, de fato, já no final, tinham farpas muito grandes entre si. Eram mantidas as conversações dentro da diretoria, mas a gente sentia que não era a mesma que existia com os demais...

M.Q. - Bom, mas aí o senhor é designado pelo presidente da Petrobrás como representante no curso da Escola Superior de Guerra, na ESG, para o ano de 1970. Gostaria que o senhor contasse a sua experiência nesse curso na ESG, como é que foi?

I.C. - Esse curso da ESG eu desejava fazer desde minha época de superintendente, porque a Petrobrás sempre manteve uma pessoa ou duas no curso. E sempre que chegava no momento de eu ir fazer o curso, diziam: "Não pode, que o programa tal vai iniciar e você não pode sair daqui"... [risos] Essas coisas. E quando aconteceu isso, me foi perguntado: "O que é que você quer fazer agora?" Eu disse: "Eu gostaria de ir para a Escola Superior de Guerra. Não tenho nada para fazer agora. Vou voltar para ser engenheiro, eu volto a qualquer momento, mas como tenho férias para tirar, essas coisas, se eu pudesse arranjar uma matrícula na Escola Superior de Guerra eu ia para a Escola Superior de Guerra." Mas isso foi em dezembro, e as matrículas já tinham fechado desde outubro. E eu disse aquilo apenas, mas não prestei atenção. Aí, no dia seguinte o dr. Haroldo me chamou - que foi o meu substituto, que aliás é um detalhe que precisa ser dito também, que quando eu fui exonerado o presidente Geisel disse: "Eu não quero mudar a sua administração. Eu queria, se fosse possível, dispor de seu cargo..." Tanto que quem foi me substituir foi o meu chefe de departamento, que era o dr. Haroldo, a secretária ficou a mesma. Apenas o Dantas, que é muito amigo tanto meu como do Haroldo, o José Pinto Dantas, disse: "Não, eu vou sair de lá, senão vão pensar que você vai controlar o Haroldo de controle remoto, comigo lá dentro. Então vou sair de lá"... [risos] Ele saiu, e quando foi convidado para a Distribuidora, onde ele ficou até hoje. Então o Haroldo recebeu essa consulta: "Pergunta o que é que o Ivan quer fazer?" Então eu disse a ele. E esse negócio agora... "E a matrícula?" "A matrícula era em outubro. Agora não dá mais jeito." "Mas o que eu gostaria de fazer era isso." Bom, mas ficou por isso. Ele foi, me chamou e disse: "Olha, vem cá!" Eu fui lá no gabinete dele, ele disse: "Eu tenho uns papéis que o presidente me deu aí, vê se você examina isso aí." "O que é?" "É um negócio da Escola Superior de Guerra." Eu disse: "Mas não tem jeito mais isso." Ele disse: "Lê. Vai ler esse negócio." Eu fui ler, era o formulário para a matrícula... [risos] Eu digo: "Como é que ele vai arranjar para eu entrar agora em dezembro?" Aí Floriano disse: "Não esquece que o irmão do homem é ministro da Guerra"... [risos]

E então fui convidado a ir lá no forte de São João, fui lá, falei com o comandante. Ele disse que de fato existiam duas vagas ainda, que não foram preenchidas, e que era perfeitamente possível. Agora, que eu precisava mandar a documentação imediatamente. E então eu fiz com rapidez, entreguei e iniciei o curso. O curso em si para mim foi de grande valia, porque eu vivia enterrado em petróleo. O tempo que eu tinha disponível era para ler petróleo, e lá eu fui ver outros problemas do país que não petróleo. E isso para mim foi uma ajuda fantástica. Foi uma época de estudo retardado, porque eu já tinha deixado a escola muito tempo, e voltei a ser estudante. Não tinha banho de mar, não tinha nada. A diversão de domingo era ler assuntos novos para mim, mas me deixou uma condição de conhecimento geral dos problemas brasileiros muito grande.

M.M. - O senhor se lembra de algum dos seus colegas? Lá da turma?

I.C. - Na Escola?

M.M. - É.

I.C. - Ah, havia vários... Na Escola nós tivemos comandantes de Estado Maior... Dois foram comandantes de Estado Maior, e havia outros generais que ainda hoje... Hoje são reformados... De vez em quando nos reunimos ainda para jantar uma vez por ano, fim de ano... A turma é muito unida. E com o tempo que eu fui para... Quem é?...

M.Q. - Em novembro de 70 o senhor vai fazer uma visita a Londres, Dubai, Singapura, Tóquio, para a compra de sondas do tipo *mercury*, e um navio-sonda também, da classe *Discovery*. O senhor podia falar sobre essa viagem? Como é que o senhor foi escolhido para ela?

I.C. - É o seguinte. Na minha gestão, eu sugeri a aquisição deste tipo de equipamentos, que eram mais modernos e mais econômicos, embora inicialmente mais caros, e, com a minha substituição, o presidente Geisel me pediu: "Você deixa, mas vai completar esse negócio para mim. Vai fazer o exame desses equipamentos e iniciar a negociação." E para mim foi uma determinação muito boa, porque mostrou que não havia nenhuma ruptura entre mim e o presidente Geisel. E para os outros, a quem eu dissesse isso, só podiam acreditar num fato desse, não é. Iam dizer que não, ele está querendo se proteger. Mas a verdade foi essa, foi que com a nova diretoria ele me autorizou, e eu, já fora da diretoria, tive que seguir inclusive para Londres, e depois de lá fui ao Japão, com autoridade inclusive de decidir. E de lá fomos até Kuala Lumpur, para examinar um desses navios *Discovery* que estava trabalhando, que hoje a Petrobrás tem um deles também, e depois veio trabalhar aqui para a Petrobrás... E pude constatar que havia possibilidade perfeitamente da construção prevista de um *Discovery* no Japão, que era o segundo, eles já tinham feito o segundo, e apenas dispunham do berço no estaleiro para a construção de um para o Brasil, iniciado dentro de quatro meses. Essa construção não pôde acontecer, porque foi na época em que parece que determinaram economia de recursos, e a Petrobrás um ano depois contratou esse navio que estava lá para vir trabalhar para ela, e encomendou um outro irmão, que hoje é o Petrobrás V, não sei... Petrobrás VIII, um negócio desse assim. Mas a vantagem é que, por exemplo, a plataforma *Mercury* que nos levou até lá à Inglaterra, em Glasgow, tinha propulsão própria. Então ela era como um naviozinho, ela viajava e chegava no local e se instalava. Não precisava reboque nem nada. Depois levantava, botava as pernas, levantava e ficava com o navio fora. Ela teve uma duração muito pequena porque logo em seguida surgiram vários outros tipos, e aquela configuração do navio que ela tinha ela perdeu para as outras, que sem a configuração eram tão eficientes quanto ela.

M.Q. - O senhor estava falando que a forma dessa *Discovery* foi superada. Ela tinha a forma de um navio, não é?

I.C. - É. Tinha a configuração de um navio. Depois as outras foram sendo produzidas na mesma época com as configurações normais, e aquela vantagem que ela levava de se locomover, as outras começaram a receber também, estruturas semi-submersíveis, e ela foi ficando para trás, porque com a configuração de navio se perdia muita coisa em troca de condições de navio.

M.Q. - Estabilidade, por exemplo?

I.C. - É. Exato. E ela não tinha muita largura, porque ela tinha que ter um pouquinho mais de comprimento do que largura, e com isso ela não acomodava muita coisa. Enquanto que as outras podem ser até quadradas, sobretudo as submersíveis, que têm dois cascos com propulsão e podem viajar com a mesma eficiência que ela. A eficiência dessas plataformas viajando assim é muito pequena, cinco ou seis milhas por hora. Às vezes, com um reboque, ela atingia quatro milhas, cinco milhas por hora, um negócio desses...

M.Q. - Mas essas plataformas, elas viajam? Atravessam oceanos e tudo?

I.C. - Rebocadas ou por propulsão própria.

M.Q. - E são suficientemente estáveis para isso?

I.C. - Ah, são... Não tem perigo nenhum...

M.Q. - Mesmo lá no mar do Norte, com essa turbulência toda?

I.C. - Elas são feitas para determinados comprimentos de onda. Quando elas são construídas, elas têm as dimensões de acordo com o local onde vão operar, e você conhece esses detalhes, esses comprimentos de onda, altura de onda... Então ela é produzida para trabalhar naquelas regiões. Você diz: "Mas elas vão no mundo inteiro?" Bom, no mundo inteiro dependendo das condições... Para vir para cá, para nós não tem tanto perigo, porque o Atlântico Sul não tem perigo, ondas de no máximo seis ou oito metros. Mais nada... Mas para outras regiões ela tem que escolher a época para ir. Elas vão rebocadas, mas não vão em qualquer época... Compreendeu? A menos que ela seja feita para um comprimento de onda e condições de mar, superior à média. Então com isso, elas atingem tamanhos enormes, e custos também muito grandes.

M.Q. - Muito interessante... Agora, em 71 o senhor é nomeado diretor geral do DNPM, por indicação do ministro das Minas e Energia Dias Leite. O senhor resolve então deixar os quadros da Petrobrás e se... Quer dizer, deixar não, se afastar da empresa e atuar nessa área?

I.C. - Não. O problema com o Dias Leite foi o seguinte, porque eu voltei a falar com o presidente Geisel. Eu disse a ele que não tinha nenhuma vontade de sair da Petrobrás. Eu tinha terminado a Escola Superior de Guerra, e tinha produzido um trabalho lá sobre possibilidades minerais no mar brasileiro, e talvez tenha sido esse trabalho que tenha me dirigido para a área mineral. Mas eu não tinha vontade nenhuma de deixar a Petrobrás. "Ah! Mas o ministro me pediu. Eu não tenho nada contra você ir para lá!" Eu falei: "Não. Eu queria saber se eu teria alguma possibilidade de ser aproveitado por aqui nessa época, em alguma coisa." Ele disse: "Eu não posso lhe garantir,

porque nós estamos com uma situação equilibrada, não tem problema nenhum... E a insistência do ministro é grande." Eu digo: "Bom, diante disso não há dúvida. Eu vou aproveitar e vou atender o ministro." E fui. Mas fui certo de que não seria utilizado: "O ministro deve estar pensando que eu sou geólogo, e eu não sou geólogo. Vou dizer isso a ele em Brasília." Aí fui, quando cheguei lá disse a ele: "O senhor sabe que eu não sou geólogo?" Ele aí riu, chamou até o secretário dele, o Batista, e disse: "Olha, Batista, o Ivan disse que não é geólogo!" Aí o Batista disse: "Eu sei que ele não é geólogo." Eu disse: "E o que é que eu vou fazer com a repartição que tem 40 anos só com geólogos?" "É exatamente

por que eu quero que você vá para lá. Se você fizer o que fez na Petrobrás eu estou contente. Eu não quero é que tenha geólogo lá agora"... [risos] Então fui eu para dirigir uma área de geólogos, todos eles de nome e de importância na geologia brasileira, como engenheiro civil com especialidade e petróleo.

M.M. - Como é que o senhor foi recebido lá por esse bando de geólogos? [riso]

I.C. - Para você ver como são as coisas, quando eu cheguei lá foi na época que estava começando a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, a CPRM, e tinha aquela briga, ninguém queria acompanhar, um não queria acompanhar o outro, e por isso não se fazia nada. Nem em um nem na outra, não é?

M.Q. - É, houve um problema muito grave nessa questão, porque o DNPM, com a criação da Companhia de Recursos Minerais, foi retirado dele uma série de atribuições, não é?

I.C. - Exato. Exatamente...

M.Q. - E ele perdeu também essa parte de pesquisa. Virou um órgão mais voltado, vamos dizer assim, para uma parte burocrática, e nem tanto na parte de pesquisa, não é? E isso criou um problema sério. O ministro Dias Leite foi um outro entrevistado nosso...

I.C. - É... Não. Exato. Houve essa situação, mas existia também o problema de pessoal. Sentimentalismo... Porque muitos que concordaram antes com a criação da CPRM, como não foram aproveitados na CPRM, resolveram ser contra... Compreendeu? E engrossar as fileiras do outro lado, contra a CPRM. Então você via que existiam recursos no DNPM que não eram utilizados, porque ninguém dava programa, porque se tivesse programa era para a CPRM. E a geologia brasileira se prejudicava com isso porque não tinha novos conhecimentos. Então cheguei lá, e como diz o outro, é muito mais fácil um de fora acertar do que os que estão dentro do problema, não é... Então eu comecei a prestigiar a ação da CPRM, e a convencer os outros, como é que aquilo ia ser, e não deixar que acontecesse como acontecia com a CPRM. Porque a Petrobrás ditava tudo, e o Conselho não tinha condições, naquela época, nem propriamente de fiscalizar. Então eu disse: "Não. Nós vamos aproveitar tudo o que nos resta. O DNPM é o órgão planejador. Então nós vamos planejar para a CPRM cumprir." E com isso fui dando força para o pessoal, e exigindo... Vinham os programas da CPRM: "Não interessa. Eu quero os nossos. O nosso tem que ser esse aqui." "Não, mas esse aqui..." "Não!" Às vezes vinha, conversava com o Dias Leite e dizia: "Mas a maneira que eu tenho de prestigiar esse pessoal é essa. Se cabe..." "Ah, mas você tem condições de fazer projetos?" "Tenho. Tanto tenho que estou lhe pedindo. Então deixa eu fazer o projeto. Eu dou para eles, eles me dizem como é que vão cumprir. O problema é deles. Eu quero cumprido o programa." Então, com isso, eu prestigiei mais o pessoal, e eles passaram praticamente a ditar à CPRM o projeto que eles queriam, e não receber o que a CPRM dizia. Na primeira gestão - porque eu entrei já em maio, mais ou menos, março ou maio...

M.Q. - Em março...

I.C. - Já estava toda a programação feita desde outubro passado. Então eu peguei, havia, parece, 18 projetos que a CPRM tinha submetido ao DNPM e estavam parados sem aprovação. Aprovei todo os 18. Agora, falei com a CPRM: "Esse ano vocês vão fazer esses 18. Para o ano quem vai programar sou eu." Para não atrasar o ano, que nós não tínhamos condições de fazer outros projetos daqueles. E com

isso conseguimos no segundo ano praticamente... No primeiro ano ainda sobrou dinheiro, no segundo ano faltou dinheiro, eu recorri ao Dias Leite e ele deu mais dinheiro. Então nós passamos a ditar o que é que nós queríamos. Agora, eles vinham ainda se queixar: "Ah, nós não queremos... Não podemos fazer isso..." "Pode!" "Não, eu queria fazer uma testemunhagem assim, assim, e eles estão fazendo assim..." "Então você diz o que é que você quer, como é que você quer, e eu faço o ofício." Então vinha, eu fazia o ofício: "A testemunhagem tal tem que mudar. Tem que ser feita assim, assim, assim." E ela tinha que fazer. E aí começamos a colocar os nossos engenheiros para acompanhar o trabalho. Então vinha aquela queixa: "Nós estamos sendo fiscalizados!" "Mas é lógico! Eu que pago, eu que planejo... Tenho que botar gente minha lá junto para ver." E com isso fui dando mais vida ao pessoal de campo que estava parado nos escritórios, e consegui vencer, desamarrar, andar, e já no terceiro ano a CPRM estava dando uma programação muito grande, e já nós não tínhamos dinheiro para cumprir, porque o governo começou a cortar dinheiro. E quando cortava dinheiro para nós cortava trabalho para a CPRM, porque ela só ganhava dinheiro através de nós. Foi esse o ponto crítico que levou a CPRM, quando eu fui ser presidente, àquela posição de ter de negociar pesquisas com empresas particulares, quando ela não devia negociar. Ela devia realizar. Mas se ela não tinha dinheiro para realizar ficava com aquilo na mão, parava ela e parava o particular. E a geologia brasileira também. Não tinha conhecimentos. E nós chegamos àquela situação de passar a negociar associações para poder permitir o desenvolvimento.

M.M. - Mas isso já em 74?

I.C. - Já em 74. Mas antes não. Antes ela chegou a atingir o máximo, em 78 ela tinha, se não me engano, uns 60 projetos em andamento... Ela tinha perto aí de uns cem geólogos espalhados no Brasil inteiro. Estava presente no Brasil inteiro, porque como eu disse, os nossos programas eram amplos.

M.Q. - Agora, na sua avaliação, dr. Ivan, essa criação da CPRM foi importante, ou o DNPM daria conta?

I.C. - Não. Não daria. Não daria, e a razão da CPRM foi a mesma coisa do Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás. Porque você, quando transfere para a área oficial trabalhos empresariais, dá nisso. Para você ter uma idéia, na parte oficial, o geólogo que pagasse um guia numa área, numa determinada região, para fazer geologia, ele tinha que ter aquilo com recibo assinado, senão ele perdia dinheiro. E às vezes você chega para pegar um guia que conhece a região, ele não sabe nem escrever, quanto mais assinar o nome dele... É obrigado a dar um recibo! Então isso obrigava o sujeito a obter recibos indevidos, com valores às vezes indevidos também, para atender às exigências do Tribunal de Contas. Empresa que você tinha que perfurar... Começava a trabalhar na perfuração, quebrava uma peça, a instrução era reclamar que a peça estava quebrada, fazer a solicitação para o almoxarifado, e o almoxarifado dizer: "Isso vai ser incluído no orçamento do ano que vem, porque nós não temos dinheiro agora." Então você parava a perfuração, o pessoal passava a morar em casa etc., como na Amazônia. Na Amazônia houve um caso que um deles me contou uma vez, em que ele pediu um cabo de aço. Estava trabalhando no Tapajós e pediu um cabo de aço para ir para lá, e o cabo de aço não chegou. Então, quando o cabo de aço chegou lá, o cabo de aço que eles estavam trabalhando, já tinha parece que 18 emendas... [risos] Porque quebrava, eles emendavam, não é... E casualmente, já voltando da campanha, chegou em Manaus e estava lá no porto de Manaus aguardando a chegada de alguém que viesse pegá-lo, para levá-lo para o hotel, qualquer coisa, e viu uma caixa lá no canto. Uma caixa de madeira, já escura de tanta chuva. Ele disse: "Ih! Meu Deus! Essa caixa com essas instruções em inglês

deve ser coisa para nós!" E começou a verificar. Ele conseguiu quebrar um pedaço da caixa. Era um rolo de cabo que ele tinha pedido há mais de quatro anos... [risos] Então isso é serviço de empresa empresarial, que você não pode prejudicar. Na hora que quebrou você tem de reparar sob pena de ter um prejuízo muito maior com as diárias de uma permanência de pessoal imóvel. Então, esses detalhes todos era preciso acontecer. E a CPRM foi criada como uma empresa como a Petrobrás. Para assumir essas responsabilidades.

M.Q. - Agora, com uma diferença, porque os recursos passavam através do DNPM, não é?

I.C. - Para os projetos.

M.Q. - Para os projetos... E qual era a outra fonte de recursos para a CPRM?

I.C. - Não. Ela não tinha. A fonte de recursos dela era projeto nosso. Projeto da CNEN, não é... Projeto da Nuclebrás, que naquele tempo não tinha ainda o seu serviço próprio...

M.Q. - Agora, o senhor acha que seria realmente indispensável a existência, por exemplo, do CNP? Por exemplo, do DNPM? Desses órgãos, vamos dizer assim, de supervisão, de orientação, de planejamento? A Petrobrás, e no caso, a CPRM, não teriam condições de fazer os seus próprios planos?

I.C. - Teriam. Mas o negócio que eu estava lhe dizendo, é que você precisava prestigiar o pessoal... E a legislação que criou a CPRM não dizia que ela planejava. Ela foi contratada para executar a programação do DNPM. Então, se era para executar, o único meio que eu tinha era pegar isso e dar prestígio ao pessoal. Tanto que nós costumávamos dizer, às vezes, quando se discutia com eles lá: "Mas vocês são uma empresa de serviços. Têm que fazer o que a gente quer!"... [risos] Quer dizer, eu não dizia isto, quem dizia eram os geólogos, naturalmente...

M.Q. - Agora, uma outra coisa. A sua escolha foi do ministro Dias Leite, não foi?

I.C. - Foi.

M.Q. - Ele já conhecia o sr. anteriormente?

I.C. - Já. Quando eu terminei a Escola Superior de Guerra, o Costa Cavalcanti, que já me conhecia muito mais do que o Dias Leite, me convidou para eu ir para a Sudene... Eu expliquei a ele que era difícil, que eu tinha vindo dos Estados Unidos, tinha uma casa na Bahia, tinha uma casa aqui, ia ter uma casa em Recife... [risos] Ele disse: "Não, mas lá você não precisa nada disso, porque lá tem casa, tem tudo." Eu digo: "Mas é difícil. Meus filhos estão estudando aqui. Eu não vou levá-los para Recife." E ele: "Não, mas você me ajuda..." E eu: "Então deixa. Vamos ver como vai acontecer." E o que aconteceu é que foi nomeado o Evandro, outro general, lá para a Sudene. E o Médici, que eu conhecia lá dos Estados Unidos, porque ele era adido militar... E lá nos Estados Unidos o gerente-geral da Petrobrás é uma autoridade. Então, toda vez que tem qualquer recepção, qualquer coisa, Banco do Brasil, Petrobrás, Tesouro Nacional, adido militar, é tudo convidado pela embaixada, e a gente convivia e se conhecia. Então ele disse: "Não. Diga ao Ivan que não é hora dele ainda não, que eu não abro mão ainda de militar na Sudene." Coisa dessa ordem. Mas eu então fiquei livre-atirador, e aí

aconteceu isso. Não sei se ele conversou com o Dias Leite: "Olha, vamos pegar o Ivan, que o Ivan está liberado agora..." Um negócio desses. Aí o Dias Leite me pegou e fez esse convite, e o presidente Geisel me procurou, e me mostrou que estava querendo atender o ministro, tanto...

[FINAL DA FITA 8-B]

I.C. - ... e eu cedi e me dei muito bem. Não tenho queixas.

M.Q. - Mas o senhor conhecia o ministro Costa Cavalcanti da época em que o senhor era diretor da Petrobrás?

I.C. - É. Ele foi meu ministro. E foi muito bom o acontecido, porque através do meu conhecimento com a Petrobrás, nós fizemos muitos convênios entre DNPM e Petrobrás, aproveitando os trabalhos geológicos da Petrobrás que não davam petróleo. Trabalhos caros, feitos por geólogos, os melhores do mundo na época, e que eram arquivados, porque não deu petróleo, eram arquivados. Não tinha caráter nenhum da indústria de petróleo. E eu consegui com isso convênios para obter isso para o DNPM publicar. De forma que fizemos o mapa de 1:1.000.000 por exemplo, foi praticamente com uma ajuda grande da Petrobrás, porque muita coisa estava... Claros ainda para serem feitos, e que a Petrobrás tinha feito, mas não tinha transferido para nós. E através dos convênios nós conseguimos tudo, e pudemos oferecer ao Brasil um mapa de 1:1.000.000...

M.Q. - O que é ótimo, foi um ótimo serviço...

I.C. - Foi um começo, não é...

M.Q. - Agora, em abril de 71 o senhor é designado membro da indústria de mineração do Grupo Executivo da Indústria de Mineração...

I.C. - É. Isso aí é... O diretor-geral do Departamento é nato. É diretor...

M.Q. - Ah, sim, é membro...

I.C. - É diretor. É presidente do conselho.

M.Q. - E quais eram as atribuições? O que se discutia? Qual era o poder de decisão desse Grupo Executivo?

I.C. - O Grupo Executivo examinava os projetos da área mineral. Ele comprovava se eram econômicas, se eram vantajosas ou não. Nós tínhamos representantes no Ministério da Agricultura, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Fazenda, um da CPRM também. Parece que são seis ou sete. Tem um outro ministério também... Parece que Agricultura também tinha um... E então, através deles, nós fazíamos os estudos, e quando chegava o projeto, então nós determinávamos um relator. O indivíduo pegava aquele projeto, fazia um exame econômico do ponto de vista geológico, e recomendava a conveniência também do projeto ou não.

M.Q. - Agora, pouco antes, nesse período de 67, 68, houve uma grande reforma no chamado Código de Minas, em que se fizeram uma série de mudanças, que favoreceram inclusive a concessão de lavra, essas coisas todas. Era isso que o Grupo Executivo julgava?

I.C. - Não. Não... O Código de Minas foi preparado por uma comissão nomeada pelo ministro, e foi apresentado ao Congresso... Depois de aprovado pelo Congresso, como um decreto, foi aprovado até como decreto, ele veio sendo cumprido...

M.Q. - Não, não... Mas não foi o código que eu perguntei. Eu perguntei se essa liberação, vamos dizer assim, que o Código de Minas promoveu, estimulou a entrada de projetos no Grupo Executivo.

I.C. - É. Considerando o Código de Minas de 40 com o de 67, estimulou muito... O código anterior dava uma prioridade para o dono da terra, por exemplo. E o dono da terra, ao ser consultado, sempre estava interessado, mas não tinha capacidade. Então ele mostrava que estava interessado, parava o processo. Não se fazia nada...

M.Q. - Exato...

I.C. - Quando se recorria ele tinha sempre uma razão, uma coisa, mas ficava sempre parada porque ele tinha prioridade. O de 67, quando veio, tirou essa prioridade. Então, se ele não pode operar, o outro pode operar, ele é obrigado a permitir. E com isso avançou-se muito. Aliás, isto pode ser visto nos pedidos de pesquisas anteriores e após. Nós chegamos na minha época no DNPM aqui, o setor de registro de áreas, de locação de áreas, parecia uma escola normal. Um hangar assim, de uns 29 m de comprimento, com uns 6 ou 8... Um lado inteiro ali na Urca, e uma fileira assim de cinco pranchetas, com umas dez ou 15 pranchetas mais ou menos, cheias de técnicos a fazer localização. Já na minha época, quando começamos a nos mudar para Brasília, isso aí já começou a reduzir, porque nós começamos computarizar tudo. Então, aquele trabalho que levava às vezes um dia inteiro para o sujeito fazer a localização, hoje você coloca no computador e ele dá num minuto...

M.Q. - Agora, o senhor destacaria alguns projetos que passaram pelo Grupo Executivo da Mineração no seu período?

I.C. - Bom, os projetos são muitos, porque qualquer projeto que implicava em importação de equipamento passava na nossa mão. Então, todas essas grandes empresas que já trabalhavam no ramo tinham sempre projetos em andamento. Importação de uma draga, importação disso... Aí a gente ia verificar se havia conveniência de importar ou não, se podia ser feito no Brasil, essas coisas. Mas o projeto maior, que eu acho que tinha relevância na minha primeira gestão no GEIMI, como ele era chamado, foi o projeto da Samarco... O projeto da Samarco é um projeto que passou a utilizar os minérios... O projeto da Samarco, que era uma associação da Samitre com a Marcona... A Marcona é uma empresa americana que descobriu, ou desenvolveu um processo em que ela pulveriza o minério, e transporta o minério por *pipeline*, ao invés de transportar em estrada de ferro, como a Vale etc. E com isso, com essa pulverização do minério para reduzir a grão, ela pode enriquecer o minério, e fazer um minério mais rico do que o que é transportado por estrada de ferro. A importância do processo da Marcona é que no Brasil ela procurou o itabirito. O itabirito é uma rocha que tem minério de ferro, mas um minério de ferro com um teor muito baixo, em relação a hematita. A hematita é o que todo mundo

usa. E o itabirito ninguém usava. Hoje usa, mas não usava. Ela então veio exatamente pedir permissão para utilizar o itabirito de Minas Gerais, e transportar por *pipeline* para o mar, para embarcar para os Estados Unidos. Era um projeto que não prejudicava a Vale do Rio Doce, não prejudicava ninguém, e que avançava para um tipo de minério que nós tínhamos e que não usávamos. Não tinha valor nenhum, porque a porcentagem de ferro era pequena. E então esse projeto entrou lá em discussão, e andou muito tempo e terminamos aprovando esse projeto. Ela pega o minério lá de Minas Gerais, pulveriza lá em Minas Gerais, mistura com água e bombeia...

M.Q. - Esse *pipeline* foi ela mesma quem construiu?

I.C. - Ela. Construído por ela, veio para um porto aqui perto de... Espírito Santo, perto de Vitória. Chama Ubu...

M.Q. - Tuburão? Não...

I.C. - Ubu! É Ubu... Ela então recebe o material aí e embarca nos navios. Aquele pó. Já um pó enriquecido. E com isso ela leva os navios dela lá para os Estados Unidos e coloca sugadores dentro do navio e... O interessante é que ela embarca o produto molhado e o produto não solidifica. E ela suga tudo aquilo e tira e transporta em correias para mais adiante. Ela tinha um *pipeline* de parece 40 km, na época, o que parecia um problema difícil, porque o nosso era muito maior. Não me lembro quantos quilômetros, uns 300, 280 km, 300 km...

M.Q. - O nosso que o senhor está dizendo é o da Petrobrás?

I.C. - Não! Dela... Ela fez só para ela... Então foi um projeto muito grande e muito importante para o Brasil, porque depois disso as outras empresas começaram a se utilizar também do itabirito e a concentrar itabirito. Hoje todas elas produzem itabirito.

M.Q. - Agora, era vantagem realmente esse aproveitamento do itabirito? Talvez lá no mercado americano, não é?

Y.C. - Não. Era vantagem também aqui, mas aqui nós estávamos com os mercados garantidos com as fornecedoras nossas. Deixá-los entrar para prejudicar a nós é que não servia. Tanto assim que ela entrou sem prejudicar a Vale! Que a Vale era nossa. Nós podíamos sempre garantir o mercado para a Vale, mas ela tinha as siderúrgicas dela lá no Golfo, que ela produzia minério de ferro do Peru, e achou que poderia fazer também, produzindo daqui do Brasil. Então não havia inconveniência nenhuma, porque essas siderúrgicas não compravam da Vale. O mercado da Vale não era com essas siderúrgicas. Foi mais um mercado que nós adicionamos ao Brasil, permitindo que ela desenvolvesse esse processo.

M.Q. - Agora, em agosto de 79 o senhor foi designado pelo ministro para um grupo de trabalho com o objetivo de fornecer subsídios para a formulação de uma política, objetivando maior participação da empresa privada no setor mineral, não é? Esse trabalho foi executado? Esse plano? Os objetivos foram?

I.C. - Foi executado... Foi constituída uma comissão. Integraram a comissão as empresas, os principais produtores da área mineral, representantes de universidades, representantes de governo, geólogos,

químicos, geoquímicos, engenheiros de minas, economistas, economistas minerais... E nós fazíamos as reuniões lá em Brasília, com a presença também da sociedade dos engenheiros, sociedade dos geólogos, confederação dos engenheiros, o Ibram... E produzimos um trabalho que foi entregue ao ministro...

M.Q. - Sim, mas quem é que participava junto com o senhor? O senhor mencionou aí que eram representantes de várias áreas, mas o senhor destacaria alguém? Pessoas? O senhor lembra do nome das pessoas que participaram da elaboração desse trabalho?

I.C. - Nós tínhamos assim... Nós tínhamos o presidente do... Geralmente a posição era sempre representada pelo presidente... Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia. Quando ele mudava indicava outro. Presidente da Sociedade dos Engenheiros de Minas. A mesma coisa. Quando mudava indicava outro. Presidente do Ibram, José Mindlin... José Mindlin era de Minas Gerais, hoje tem sede em Brasília. Tínhamos o representante do Serviço Jurídico do Ministério das Minas e Energia também. Tínhamos um representante, geólogo de renome, dr. ... Não fica muito fácil dizer assim...

M.Q. - As empresas privadas...?

I.C. - De todos eles posso obter os nomes para vocês.

M.Q. - Mas e os representantes do setor privado? Estavam presentes?

I.C. - Do setor privado nós procuramos colocar aqueles indivíduos que tinham expressão, porque o Ibram, que era o Instituto Brasileiro de Mineração, representava todo o setor privado. Todo assunto era levado para ele, no âmbito dele era discutido, e eles traziam para a reunião da comissão. A mesma coisa na Sociedade dos Engenheiros, Sociedade de Geologia. Nas reuniões nossas eles traziam as proposições deles, e nós íamos discutir.

M.Q. - Mas haviam também os representantes mais significativos que vocês convidavam também, não é?

I.C. - Convidávamos. Vez por outra, quando tínhamos um problema mais sério, nós convidávamos um Glycon de Paiva... Aliás, o Glycon não viaja de avião de jeito nenhum... [riso] Não foi possível nós o levarmos para Brasília, porque ele não viaja de avião... [risos] E não viaja mesmo... Então nós tivemos que convidar outros... Tinha o Moacir Vasconcelos, também é uma expressão da geologia brasileira. Levamos para lá para discutir também...

M.Q. - Agora, o que o senhor pensa da participação da empresa privada no setor mineral?

I.C. - Eu acho que é imprescindível. O setor privado tem o lugar dele no setor mineral. O que existe aí é uma exploração, não sei se posso dizer ideológica, de medo do capital privado no setor mineral. No mundo inteiro, você vê por exemplo no Canadá, é proibido o Departamento de Produção Mineral do Canadá, o Serviço de Geologia, é proibido de pesquisar! Proibido! Na Austrália é proibido de pesquisar. Ele tem que produzir estudos para colocar à disposição dos pesquisadores, mas quem pesquisa minério não é o governo. É proibido o governo pesquisar minério. Quem pesquisa são os privados da área. E nós aqui fazemos, porque o capital privado nosso é pequeno. E o capital de

pesquisa mineral é um capital de risco muito grande. E nós não temos esse capital. De forma que quando aparece o capital privado querendo arriscar, nós temos que aceitar, porque senão não se faz nada. Agora a Constituinte disse que... Evitar o capital estrangeiro... Evitando o capital estrangeiro vai para a mineração. Porque quem tinha capital para arriscar era o estrangeiro. Você não pode é trazer dinheiro para eles, bancar... É até como eu disse num trabalho meu, trazer para gerir a orquestra... Gerir...

M.Q. - Tem que ser o regente, não é?

I.C. - Tem que ser o regente da orquestra... Ele não pode... Mas se ele quer arriscar como nós, e arriscar conosco... É sempre bem recebido. Nós chegamos a uma época aí de criticar o trabalho da BP, British Petroleum... Mas chegou uma época em que só quem fazia pesquisa, além das estatais, era a BP... Que os nacionais não fazem... Não têm capital para fazer. Muitas vezes eles têm uma descoberta de interesse, e eles iam nos solicitar: "A quem é que eu poderia me associar?" "Eu não sei com quem você pode se associar. Você é que tem que procurar." "Não, mas eu não sei! Eu não tenho condições para explorar isso!" "Então convida! Vai conversar com quem entende." "Mas quem é que eu devo procurar?" "Procura as nacionais!" "As nacionais não têm condição." "Então procura estrangeiros!" Mas o negócio é que você tem que procurar alguém para pesquisar, porque o minério é como petróleo, só tem valor fora... Enterrado não tem valor nenhum. Então eu acho que a restrição de proibição para o capital privado é erro. Naturalmente o país deve ter os seus órgãos suficientes para fiscalizar a entrada desse capital e o trabalho dele dentro do país. Não é o órgão, não é a área mineral que vai fazer isso. Quem deve fazer isso são os órgãos oficiais para isso. Cuidado com o dinheiro que vai entrar de fora! Mas que ele é necessário, imprescindível, não tem dúvida...

M.M. - Agora, o senhor acha que esse conceito de minerais estratégicos também é oriundo dessa categoria ideológica?

I.C. - Olha, eu diria a você, pelo conhecimento que eu tenho, que é. Porque estratégico... O pessoal diz: "Minerais estratégicos..." O estratégico, que o povo tem conhecimento, estratégico é aquilo que pode servir em tempo de guerra... Não é não. Estratégico é aquilo que você economicamente produz em vantagem do país. O ferro é um minério estratégico para o Brasil. E todo o mundo produz ferro. Mas o ferro é um minério estratégico para o Brasil. Agora, você tem os minérios críticos, que são aqueles que você não produz e compra fora. Se você descobrir esse minério aqui, esse é tão estratégico para você quanto o ferro. Esse, se você puder ter, você mesmo, se explica. Então a concepção de minério estratégico é até do presidente Costa e Silva... O presidente anterior ao Costa e Silva...

M.Q. - Castelo Branco?

I.C. - Castelo... Na Escola Superior de Guerra, e ainda hoje sigo esse princípio dele. O mineral estratégico que nos interessa é aquele que nos ajuda no desenvolvimento. Seja ele carente ou não. Porque mineral para servir em tempo de guerra acabou! Hoje, num tempo de guerra, tudo é estratégico! Então esse negócio de dizer: minérios estratégicos tais, tais e tais... Eu sou contra essa relação. Estratégico é tudo o que você tem necessidade e não pode ter, ou que você tenha em quantidade que desenvolva, que garanta o seu desenvolvimento. Esse é que é o mineral estratégico, eu acho...

M.Q. - Agora, em outubro de 69 o senhor é membro do grupo de trabalho para a implantação do 2º Plano Mestre Decenal de Aproveitamento dos Recursos Minerais Brasileiros. Eu queria que o senhor comentasse esse plano. A elaboração e a implantação desse plano.

I.C. - É. O anterior. Existe o que eles chamam de Plano Mestre Decenal, que foi estabelecido em 67, se não me engano, por aí assim, em que se fazia um programa, já que não existiam recursos suficientes, e então se resolveu fazer um programa. Em dez anos o que era necessário fazer. Esse trabalho foi feito da mesma forma que nós fizemos o outro, entidades e empresas e todos representados... Mas ele seguiu os primeiros anos, e depois amorteceu e foi desaparecendo e quase ninguém falava mais. Quando eu entrei em 70 ninguém falava no Plano Mestre Decenal. Nós é que resolvemos descobrir esse projeto: "Vamos ver o que é que falta fazer nele, para a gente liquidar, para começar outra coisa!" E verificamos que muita coisa que ainda faltava não tinha razão de ser mais, porque já estávamos adiantados em outras coisas. Mas esse plano Mestre Decenal, nós ficamos a pedido do ministro, exatamente por isso, porque não existiam recursos suficientes para atender a toda a programação nossa: "Então vamos estabelecer um programa!" Mas nós já conhecíamos desde o início, e como hoje até a Rússia reconhece isso. A Rússia, com esses programas quinquenais da Rússia, hoje ela não quer mais fazer. Porque chega no segundo ano, você tem coisas completamente diferentes que você já tem que mudar. No quarto ou quinto ano não tem mais nada do primeiro, não é... Então nós estabelecemos isto, também da mesma forma que da outra maneira, com os mesmos órgãos também, e fomos verificando o que é que podia ser feito. Esse programa foi adiantado e foi apresentado, mas nunca em relatório final. Entrou outro ministro, o outro ministro tinha outros planos, e aquilo ficou no relatório inicial.

M.Q. - Isso foi já na gestão de quem?

I.C. - Isso foi na saída do ministro Hector César. A apresentação do 2º Plano. No 2º Plano nós já entramos com esse projeto desses estudos de participação da indústria privada, o novo Código de Mineração e outras coisas...

M.Q. - Isso! Pois é... É a respeito disso que eu queria que o senhor falasse, porque o senhor foi designado para o grupo de trabalho para dar nova redação ao Código de Mineração, não é? Em 67?

I.C. - É. O Código de Mineração de 67, praticamente para sair, como a gente diz, ele teve que fazer várias concessões, porque foi muito privatista. E por isso ele passou a ter uma capacidade de vigilância muito maior. Mas nessas condições ele não podia ser aprovado. Ele foi para a Câmara, e na Câmara sofreu uma infinidade de emendas, já independentes da própria área mineral, e quando foi aprovado, veio com vários defeitos que ao longo de 20 anos foram praticados e reconhecidos como defeituosos, mas eram praticados porque era a lei que existia. Até que surgiu a possibilidade de se pensar em fazer alguma alteração... E essas alterações nós chegamos a conceder, e antes da minha exoneração - tive uma exoneração - nós apresentamos um relatório final. Esse relatório já sofreu parece que três ou quatro alterações, mas até agora não foi publicado. Nem o nosso nem nenhuma das três alterações. A parte principal que nós fazíamos era na parte cartorial, de registros e de pesquisas, licenças para pesquisa, que nós alteramos muito em relação ao que existia. Mas tudo, como eu disse, experiência de 20 anos, do ponto de vista do Departamento. O Departamento ficou um órgão fiscal, mas sem força, porque ele não tinha capacidade de fazer nada para penalizar. Aquilo que era exigido para ele para penalizar, que a lei diz que você deve exigir, ele apenas disse: "Pode acontecer isso!" Mas no instante em que ele entrava com aquela exigência, o sujeito ia para a justiça comum, e a justiça

comum derrubava, acabava, voltava a situação normal. Então você tem o que depois se chamou de empresas fantasmas, não é... Mas é o próprio decreto que diz. O próprio decreto diz que, para cada minério, você só pode ter cinco empresas... então o sujeito, o que é que faz? O sujeito tem o mesmo minério, tem 20 locações, ele enfia mais quatro empresas...

M.Q. - E fecha a possibilidade de outras pessoas...?

I.C. - E fecha... É... Então ele faz essas críticas todas aí, e reclama e acontece. Esquece, por exemplo, que a Vale do Rio Doce tem 49 empresas para isso... E é nossa... Ele diz: "Ah, porque a British Petroleum e a Standard, essa e aquela tem. A Paranapanema tem não sei quantos..." A Vale do Rio Doce tem 49... Então, não é só o ataque que se deseja fazer não. O negócio é evitar que isso aconteça. Então, no novo código, nós passamos a exigir apenas que essas empresas façam logo a sua junção com as empresas-mãe e liquidem esse assunto aí, passe a ser uma a dona de 20 locações, em vez de dez empresas, mas com obrigação de pesquisar dentro de um período conhecido, sob pena de, passado esse tempo, ela perder 25%, no outro ano ela perder mais 25%, e assim até perder tudo se não pesquisar. Mas isso tudo está em projeto. Não foi aprovado nada ainda. Outras coisas, por exemplo, a licença para o levantamento geológico regional. O decreto antigo dava 90 dias para o indivíduo fazer esse levantamento, e por 90 dias ninguém podia pedir áreas na área em que ele estivesse trabalhando. Mas para fazer em 90 dias, primeiro você vai convidar uma empresa para fazer geofísica, aérea. Ela pede, pelo menos para dar o relatório dela, 120 dias. Ela vai se preparar, vai voar, vai interpretar, depois vai produzir os relatórios etc. Então nunca acontecia isso. Nós passamos para 180 dias, mais 180 se ela reclamar e mostrar que tem razões para isso.

M.Q. - Isso no projeto que não saiu?

I.C. - Isso no projeto que não saiu... Eu estou apenas dizendo assim, de um modo geral, o que é que podia acontecer...

M.Q. - Sei... É ótimo...

I.C. - Mas o mais importante é esse, das áreas. A pessoa perde a área. E se ele pede 10.000 hectares ele paga "X". Se ele quer 20.000 hectares, ele paga "2X". Então, ele para pedir, como se costuma pedir, na Amazônia o mínimo é 10.000 hectares. Então o sujeito pede 50 áreas de 10.000 hectares na Amazônia. E paga a mesma coisa que o outro que aqui pediu 10 áreas. Porque nós estabelecemos que é em função de acreagem. O sujeito paga por acre, ou por hectare. Em função disso, ele só pede se tiver dinheiro. E se vai trabalhar, porque se não com dois anos, depois do segundo ano ele começa a perder a área sem receber um tostão...

M.M. - Agora, a não aprovação dessas propostas, o senhor atribui a quê? A essas próprias empresas...?

I.C. - Não. eu tenho para mim que a principal razão disso aí, é que a Constituinte está sendo estudada, e vai abolir muita coisa. Então, para você preparar um negócio desse e mandar para o plenário examinar - porque você tem que mandar para o plenário - não vai sair da gaveta enquanto a Constituinte não sair. É preferível deixar isso no ponto em que está, e vamos estudar. Quando a Constituinte chegar, vamos atualizar e depois propor. Talvez essa é que seja a razão principal. Mas que precisa, precisa. Sem

dúvida alguma. Agora, o nosso sentimento... Não é só meu, mas dos geólogos de um modo geral, é que a Constituinte criou vários problemas, que poderão impossibilitar a mineração brasileira...

[FINAL DA FITA 9-A]

M.Q. - Vamos voltar aqui para 1974, quando o senhor foi nomeado para presidente da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Como é que se deu o convite para presidir a companhia?

I.C. - Ao terminar o meu trabalho no DNPM, minha idéia era voltar à Petrobrás. Voltar porque eu já estava com meu tempo para me aposentar: "Eu volto, me aposento..." Mas foi nomeado ministro o ministro Ueki. E o... Eu transferi, eu era diretor ainda do DNPM, transferi o DNPM para Brasília, por determinação do presidente Geisel

etc. Chegando lá em Brasília, fui como diz o outro, com armas e bagagens. Inclusive meus filhos, coloquei todos no colégio etc. E com 21 dias que eu estava em Brasília, o ministro Ueki me chamou e disse: "Você vai ser presidente da CPRM."

M.Q. - Ih! No Rio de Janeiro?

I.C. - É. No Rio de Janeiro... [risos] Eu digo: "Mas eu vim para cá, convenci todo mundo a vir..." Porque ninguém queria vir, eu convenci... Ele diz: "Eu estou indo também etc." Então a turma dizia que eu fiz de malvadeza. Sabia desde o princípio que não ia ficar lá... [risos] A verdade é que eu não sabia. Palavra como eu não sabia. E aí tive que voltar para a CPRM, para a presidência. Ele achava o seguinte, que talvez, para poder dirigir a CPRM, precisava conhecer profundamente o DNPM e vice-versa. Para poder ir para o DNPM teria que conhecer bem a CPRM. Então ele achava que eu tinha continuidade, porque eu desenvolvi o DNPM quando a CPRM começou a crescer. E agora eu teria condições talvez para desenvolver mais a CPRM. Então fui para lá, e de fato ele me deu carta branca, me deu um apoio muito grande, e nós começamos a colocar a CPRM mais no caminho de uma empresa privada. Mas desde o início reconhecendo que sem o DNPM ela não poderia viver. Então eu tinha que descobrir um caminho, se no caso de o DNPM falhar ela continuar vivendo. Passei a ingressar na área de trabalhos para empresas privadas: Vale do Rio Doce e outras empresas que queriam. Paranapanema... Quem quisesse dispor do trabalho dela. Porque nós tínhamos uma capacidade de perfuração muito grande e tínhamos muito equipamento parado, e precisávamos desenvolver. Então assinei acordos com a Nuclebrás, para furar poços para ela, e com várias outras empresas. E depois que chegamos no equilíbrio, parti para um trabalho mais agressivo, que foi perfurar poços profundos para água, porque ninguém tinha equipamento para isso. E nós também não tínhamos. Mas graças ao conhecimento que eu tinha da Petrobrás, e de que a Petrobrás tinha vários equipamentos que já não utilizava mais porque eram velhos, antigos, e eu propus a compra. E compramos alguns equipamentos da Petrobrás e fizemos um *revamping*, modernizamos e começamos a operar equipamentos em poços profundos. Com isso nós conseguimos uma garantia de 40% de nosso faturamento somente com esse tipo de perfuração. Perfuramos água profunda em São Paulo, sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Norte... E demos outro impulso à empresa. Por outro lado, o Departamento da Produção Mineral também tinha recursos, e eu já com o conhecimento que eu tinha de um e do outro... Aí agora eu era do outro lado, não é?

M.M. - Era o contrário... [riso]

I.C. - Do outro lado da cerca... Mas dispunha no departamento de um que eu levei daqui, o dr. Assir, que é um geólogo...

M.Q. - Por acaso também da Petrobrás, não é?

I.C. - É. da Petrobrás. Eu o levei quando eu fui para lá da primeira vez. Ele era meu chefe de geologia...

M.Q. - Assir...

I.C. - Assir Ávila da Luz.

M.Q. - Isso...

I.C. - E foi possível fazermos uma combinação dos dois, e sem desprestigiar um ou outro, vivermos numa comodidade muito grande. Inclusive quando faltavam recursos eu ia para Brasília para brigar pelos recursos. Não para mim, para o DNPM, porque ele é que me pagava. Com isso fizemos muitos trabalhos, desenvolvemos muitos trabalhos...

I.C. - Quem ficou no DNPM e o substituiu? Quem foi que o substituiu?

I.C. - Dr. Assir Ávila da Luz...

M.Q. - Ah, sim. Eu pensei que fosse...

I.C. - É que ele era da área de geologia...

M.M. - Agora, o senhor acha que essa convivência entre DNPM e CPRM só pode ser harmônica nesse caso? São duas pessoas amigas, não é?

I.C. - Não. Não digo amigas, mas conhecedoras, não é... Porque a CPRM, ela foi criada pelo Dias Leite com a finalidade de realizar trabalhos, como eu disse de início, trabalhos empresariais que estavam afetos à administração direta, erroneamente. Mas ela não tinha outro meio de subsistência a não ser os recursos que ela produzia de seus trabalhos. Nuclebrás faltava dinheiro, DNPM faltava dinheiro... Ela só tinha um caminho: era demitir gente. A minha luta todo o tempo em que permaneci lá, que eu vinha às vezes discutir com o ministro, era essa. Ele falava: "Demita!" "Eu não posso demitir, ministro... Quando um geólogo começa a ser útil numa região é dois, três anos depois do trabalho. Agora eu demito para quando eu tiver necessidade ter que admitir novos geólogos... E treinar mais dois ou três anos com ineficiência até preparar... Eu não vou demitir!" E foi aí que isso me forçou a partir para fazer a utilização da empresa em outros trabalhos fora do âmbito do DNPM...

M.Q. - Para criar recursos?

I.C. - Para criar recursos. E chegamos numa determinada época, não me lembro se foi em 78, mas chegamos a ter 80% do faturamento só de trabalhos fora do DNPM, porque o DNPM não tinha dinheiro. Quando eu saí deixei quase 60 projetos no DNPM, dentro de um ano eles...

M.Q. - DNPM não, na CPRM?...

I.C. - Sim. Ela executando, não é... No fim do primeiro ano eu estava quase reduzido à metade, porque os outros estavam parados por falta de recursos... Ela não me dava dinheiro, eu não podia mandar o geólogo para o campo. Então eu tinha que dar um jeito para não demitir. Eu tinha que inventar alguma coisa. Então criamos esse serviço de perfuração. E por sinal, terminamos perfurando para a Petrobrás... [riso]

M.Q. - Ah, é?

I.C. - Porque as sondas nossas... Aí nós havíamos comprado sondas romenas, iguais por coincidência às da Petrobrás, que estavam trabalhando em Sergipe. E como eu consegui que a Petrobrás, que nos cursos de engenharia de perfuração, eu mantivesse dois engenheiros em cada curso, era um curso de 11 meses. E no de sondadores eu mantinha quatro sondadores meus em cada curso. Era uma situação difícil, porque enquanto os meus sondadores ganhavam, vamos dizer, um exemplo aí, 40 cruzeiros por dia, um negócio desses - não era isso, mas 40 cruzeiros - o da Petrobrás ganhava 160, um negócio desses... E isso me obrigava a mantê-los nos acampamentos da Petrobrás... Quer dizer, a turma ganhava pouco em relação à Petrobrás. Mas o ministro me autorizou, a enquanto eles fizessem o curso lá, pagar uma ajuda de custo, o que melhorou. Não igualou mas melhorou. E eles tinham até uma melhoria, praticamente o dobro do que eles tinham se estivessem trabalhando normal. Então eu tinha dois engenheiros e quatro... Sondadores eram seis... Oito! Oito sondadores iguais aos da Petrobrás, em cada ano. Quando começamos a trabalhar em Sergipe, treinando esse pessoal, de uma feita eu andei lá e constatei que uma das sondas da Petrobrás tinha dois sondadores nossos trabalhando. Então, como eu conhecia o pessoal todo eu disse: "Ah! que negócio é esse! Estão explorando o meu pessoal? Tem gente minha trabalhando aí!" Disseram: "Não, é porque faltou não sei quem... Entrou de férias, não sei o quê... E eles são bons..." E isso para mostrar que o pessoal tornou-se tão perfeito, tão bom quanto os da Petrobrás. Foi quando eles começaram a trabalhar para a Petromisa. Eu então arranjei para a CPRM fazer as perfurações para a Petromisa. Aí começamos a fazer as perfurações, e chegou um tempo lá que às vezes a locação do furo da Petromisa estava demorando, e a nossa sonda estava parada, e o diretor de operações da Petrobrás pegava a nossa sonda e botava para perfurar petróleo... Pagava a mesma coisa, para mim era bom. E com isso deu uma margem de treinamento para o pessoal fantástica, e por sinal quase todos esses engenheiros que eram da CPRM naquela época, hoje trabalham na Líbia, trabalham no Equador... [risos] Porque perguntavam: "Quer ir para a Líbia?" "Vou." "Quer ir para ali?" "Vai." Porque a CPRM passou um tempo aí meio difícil. Ultimamente, há um, dois ou três anos passados, e eles caíram fora. Mas o treinamento que ele tinham era a mesma coisa da Petrobrás... Hoje eu tenho o Bezerra, hoje é chefe na Líbia. Não tem muito tempo ele apareceu aqui. Raimundo Bezerra. Veio falar comigo, para me dizer que estava na Líbia e já tinha levado um outro, Normando. Normando era outro também. Trabalhava na Amazônia. Normando também está trabalhando com ele. Eles trabalham 45 dias na Líbia, e têm 45 dias em casa aqui no Rio... Porque não pode levar a família. É um problema difícil. Mulher não pode ir para supermercado sozinha e...

M.Q. - É. O ambiente é meio... É líbio, não é... [riso]

I.C. - Então ele disse: "Eu levo quando aproveito as férias. Eu aproveito e levo, em 15 dias a gente viaja, vai a Roma visitar Roma, visitar a Grécia e faço o meu *touring* por lá. Depois eles vêm embora..."

M.Q. - Quer dizer que então a CPRM acabou fornecendo quadros para a Braspetro?

I.C. - Quadros para a Braspetro. Exatamente.

M.Q. - Era exatamente isto que eu estava perguntando ao dr. Carlos Walter outro dia, como é que tinham sido constituídos os quadros da Braspetro. Então essa já é uma informação interessante...

I.C. - A princípio era a Petrobrás puro, não é... Mas depois eles começaram a encontrar dificuldades com o pessoal que não queria ir. Porque é o caso, você ganha bem, mas fica numa restrição muito difícil. Eu me lembro que quando eu estava nos Estados Unidos eles queriam me levar para Cal-Tex para ir para Abu Dhabi. Então eu conversei com um técnico que tinha vindo de Abu Dhabi e ele me disse: "Olha Ivan, você tem tudo lá. O que você pensar você tem, que eles lhe dão. Mas é num oásis. Você leva vendo as mesmas caras o ano inteiro." E no dia que você quer: "Eu quero aproveitar esse fim de semana, vou visitar Istambul..." Tem que procurar saber da embaixada brasileira em Roma se é conveniente a sua ida a Istambul. O telex diz: "Não. Essa época não é bom ir não." Então você não vai. Então é um problema que você tem que enfrentar sabendo... Não. Não pode... Não interessa não...

M.M. - E como é que foi a sua volta para o DNPM depois?

I.C. - Volta como?

M.M. - Em 79. O senhor é nomeado novamente diretor-geral?

I.C. - Não, pois é. Exatamente. Chegou na época, o próprio ministro me disse: "Olha, está na hora da gente voltar para casa." Porque ele era da Petrobrás. O Ueki era da Petrobrás. Ainda é hoje. Está licenciado mas é empregado da Petrobrás...

M.Q. - O ministro Ueki?

I.C. - É. "Está na hora da gente voltar." Eu digo: "Exatamente. Vamos voltar." Mas a verdade é que na hora dele sair ele vira para mim e diz: "Olha, o César não tem ninguém para a área mineral e está me pedindo que você permaneça lá por algum tempo." Aí eu fui novamente... [risos] Aí eu tive que ir para Brasília e o César me pediu também, disse que gostaria de contar com a minha experiência, não sei o quê... Então, nessa brincadeira eu voltei para o DNPM. E sou o único diretor-geral que teve duas gestões sem ser geólogo...

M.Q. - É verdade... Bom, o senhor fica no DNPM até 85, não é?

I.C. - Até 85. Março de 85, quando eu fui exonerado... E permaneci no gabinete do ministro por algum tempo, a pedido dele, preparando programas de trabalho para as novas equipes, os novos grupos...

M.Q. - E aí o senhor veio para...?

I.C. - Quando chegou em julho ele me transferiu para cá para o Rio, eu me apresentei ao presidente da Petrobrás, e o presidente da Petrobrás disse que tinha esse trabalho aqui para mim. E aqui estou...

M.Q. - Dr. Hélio Beltrão...

I.C. - Dr. Hélio Beltrão...

M.Q. - Agora, em abril de 85 o senhor foi designado membro de um grupo constituído por representantes do setor público e privado com o objetivo de estudar e proceder à revisão - outra vez - do Código de Mineração. Quer dizer, foi um grupo em 81 e esse outro grupo em 85?

I.C. - Exato. Porque o grupo... Isso aí foi mais pressão nossa, porque o trabalho de 81 ficou incompleto. Nós começamos a fazer, e foi quando houve mudança de governo, e alterou tudo. Mudou todo o mundo e os programas também. Então nós lembramos ao ministro César Cals que existia isso incompleto, e que era interessante a gente autorizar. Ele fez novamente as mudanças, e nós continuamos o trabalho. É esse que eu disse que nós entregamos antes de encerrar a nossa gestão, e o ministro Aureliano já passou isto para umas duas outras comissões, e já existe uma segunda ou terceira edição, mas não foi aprovado, e eu acho que a razão é a Constituinte. Aguardando a Constituinte...

M.Q. - Aguardando a Constituinte... Está certo. Agora, o senhor foi eleito em junho de 85 membro efetivo do Conselho Fiscal da Álcalis, não é? Como é que se deu esta sua nomeação para a Álcalis?

I.C. - Olha, isso aí eu queria dizer a vocês que foi uma surpresa para mim. Quando eu cheguei aqui recebi um recado da Álcalis, que deveria mandar uns documentos. Eu devolvi dizendo que não se tratava comigo. Aí o rapaz telefonou e disse: "Dr. Ivan Barretto de Carvalho?" Eu disse "É." "O senhor foi indicado para o Conselho Fiscal da Álcalis. Indicação lá do ministério. O senhor manda a documentação." Eu aí telefonei para o ministério e vim a saber que tinha essa vaga e o ministro mandou que eu ocupasse...

M.Q. - E o senhor ainda é conselheiro até hoje lá?

I.C. - Sou. Sou presidente do Conselho.

M.Q. - Como é que está a situação da Álcalis hoje?

I.C. - A Álcalis está bem melhor depois que houve a aquisição pela Petroquisa...

M.Q. - Pois é...

I.C. - Porque a Petroquisa conseguiu, como é que se diz, arejar, ou como se diz, oxigenar com mais recursos, e está fazendo uma recomposição completa das instalações. E o corpo de pessoal mesmo, transferido mais para Cabo Frio o que pode transferir, evitando outras despesas etc. E até já reiniciou a atividade lá da construção da...

M.Q. - Da fábrica lá do Norte?

I.C. - Da Alcanorte, que estava parada também...

M.Q. - Pois é...

I.C. - De forma que... Também o CIP começou a reconhecer mais, porque um dos problemas da Álcalis é que o CIP tratava a Álcalis como qualquer outra empresa, sem considerar as planilhas de custos. Ainda hoje, para a Álcalis, é mais econômico ela importar e vender do que produzir...

M.Q. - É. Por que em 63 ela recebeu uma espécie de monopólio virtual da importação de barrilha, não é? Que é a matéria-prima...

I.C. - De barrilha... Ela importa barrilha...

M.Q. - Exatamente... e ela mantinha isso até hoje, não é?

I.C. - Ainda hoje ela importa, e o maior problema dela é exatamente esse. A importação rende mais dinheiro do que a produção. Porque a produção não se conseguiu ainda um preço do CIP que equilibrasse. Está equilibrado porque ela importa uma certa porção...

M.Q. - Sei...

I.C. - Então o preço pode ser mantido. Pega o importado e mais o produzido e vende por um preço "x", está muito bem. E a economia dela hoje está de uma forma que hoje o déficit no último mês, parece que era 5% do faturamento. Quer dizer, a nossa esperança é que até agosto ela entre em...

M.Q. - Lucro?

I.C. - Saia do vermelho...

M.Q. - Sei... A quem o senhor atribui essa questão da deficiência da Álcalis, ao longo do tempo?

I.C. - Não, a deficiência da Álcalis... Não poderia nem dizer deficiência, se bem que havia muita coisa que precisava ser reajustada e foi, do ponto de vista prático, operacional. Mas o importante, o mais importante é isso. É que todos os preços subiam, menos o preço da barrilha...

M.Q. - Sei... Era o CIP?

I.C. - E depois o que acontecia era o seguinte, é que você comprava hoje um dólar e vendia 200... Vamos dizer. Um exemplo... Um dólar de 100 para importar barrilha. A barrilha chegava daqui a dois meses, o dólar já estava a 108. Aí você tinha que pagar 108, mas o preço de CIP era 100...

M.Q. - Entendi...

I.C. - Então estava sempre defasado. Hoje em dia, quando você vê por exemplo... Que hoje você tem no custo do dinheiro 1% ao dia...

M.Q. - Ela pagava mais do que ela podia vender, não é?

I.C. - Exato... Então, hoje, por exemplo, quando você acerta que uma determinada barrilha chega aqui no dia 20 e o navio chega no dia 25, você já perdeu 5%. E o preço é um preço que o CIP deu o mês passado...

M.Q. - Por que ela não tem condições técnicas de produzir internamente toda a barrilha de que a gente necessita? É por que questão de...?

I.C. - Não. É o limite. Ela está produzindo com a capacidade limite dela. É por isso que está fazendo a Alcanorte.

M.Q. - Ah... E o senhor acha que construindo a Alcanorte será mais viável produzir internamente do que importar?

I.C. - É. Esperando que melhorem os preços também, não é... Porque hoje você importa, vamos dizer, 200.000 toneladas/ano, e a Alcanorte vai produzir 200 pelo menos... Quer dizer, quando ela vier a produzir 200, o que será daqui a dois anos ou três anos, nós devemos estar aí importando umas 300 ou 400... Compreendeu?

M.Q. - Entendi...

I.C. - Quer dizer, o mercado dela, a produção dela é cativa. Ela vai produzir de qualquer forma. Agora, a esperança nossa é que os preços melhorem. Porque se não, ela continua vendendo por economia dela o importado... Ela ganha mais no importado. Nós chegamos no ano passado a importar sal! O Brasil importava sal da Nigéria, e de tudo que era canto aí vinha sal para o Brasil... México... E nós não tínhamos sal aqui nem para atender ao sal doméstico mesmo... [risos] Hoje ela está fazendo uma economia muito boa, e é possível que faça até mais, porque ela está usando sal da Salgema. A Salgema hoje também é Petrobrás. É da Petroquisa. E nós estávamos lá estudando com eles a possibilidade da Salgema fornecer salmoura, ao invés de fazer usar o sal. Porque o sal vem para cá, ela processa o sal, torna salmoura para entrar no processo. Se ela puder trazer salmoura pronta dentro dos navios...

M.Q. - É melhor, não é?

I.C. - É. Agora, é como eles dizem: "Mas o preço do navio é muito caro." Eu digo: "É mais caro, mas o que se pode pensar é a economia que se vai ter, porque a salmoura que está vindo para cá, a Salgema está me arrumando no mar. Não tem valor nenhum. Então qualquer valor que você dê para essa salmoura, a longo prazo vai pagar o navio." O navio deve ser um navio especial, de tanques especiais, porque a salmoura acaba com o navio em seis meses...

M.Q. - Agora então o senhor vem aqui para a Petros em 85, onde o senhor está já no seu segundo mandato?

I.C. - Estou aqui... Já estou no segundo mandato.

M.Q. - O senhor veio designado pelo presidente da Petrobrás, o Hélio Beltrão?

I.C. - É. Ele foi que me designou... Em março agora, 31 de março, termina o meu mandato, porque eu peguei o mandato do almirante que aqui estava, o outro diretor, e em 31 de março fui reconduzido por mais quatro anos agora.

M.Q. - Mudou a presidência da Petros?

I.C. - Mudou.

M.Q. - Quem é o presidente agora?

I.C. - Agora é o doutor que substituiu o Orfila... O nome dele é Mário... Gilberto... Ele era chefe... Ele era chefe de serviços gerais da Petrobrás, o Gilberto Mário...

M.Q. - Bom, dr. Ivan, se o senhor quiser, ainda pode acrescentar alguma coisa ao seu depoimento. Fique à vontade para encerrar...

I.C. - Não. Eu acho que consegui, nesses dias que nós estivemos aí de conversa, contar quase toda a minha vida... [riso] Vocês foram tirando tantos detalhes que... [risos] Não me lembro de ter sobrado nada... [risos]

M.Q. - Muito obrigada, então.

[FINAL DO DEPOIMENTO]